

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS**

DANIELA BENATO ZANONI

**DETERMINANTES CAPAZES DE NORTEAR O VOTO DO POVO
BRASILEIRO: UM ESTUDO HISTÓRICO SOBRE O COMPORTAMENTO
DE POLÍTICOS E ELEITORES**

**PONTA GROSSA
2006**

DANIELA BENATO ZANONI

**DETERMINANTES CAPAZES DE NORTEAR O VOTO DO POVO
BRASILEIRO: UM ESTUDO HISTÓRICO SOBRE O COMPORTAMENTO
DE POLÍTICOS E ELEITORES.**

Dissertação apresentada para a obtenção do título de
Mestre no Programa de Mestrado em Ciências Sociais
Aplicadas, da Universidade Estadual de Ponta Grossa.
Área de Concentração: Sociedade, Direito e Cidadania e
Linha de Pesquisa: Participação Social e Cidadania.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Rodrigues Wambier

**PONTA GROSSA
2006**

Ficha catalográfica elaborada pelo setor de processos técnicos BICEN/UEPG.

Zanoni, Daniela Benato
Z33d Determinantes capazes de nortear o voto do povo brasileiro
 : um estudo histórico sobre o comportamento de políticos e
 eleitores. Ponta Grossa, 2006.
 223 f.

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Ponta
Grossa – Pr.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Rodrigues Wambier

1. Cultura política 2- Processos eleitorais – Ponta Grossa. 3 -
4- Voto. IT.

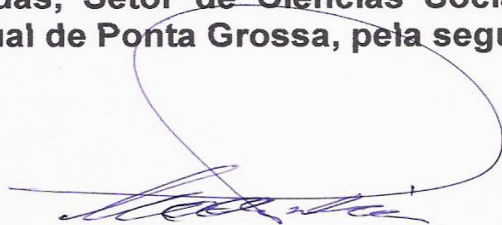
CDD 324.9

TERMO DE APROVAÇÃO

DANIELA BENATO ZANONI

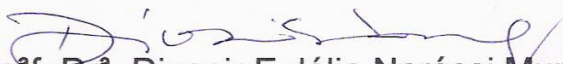
**“DETERMINANTES CAPAZES DE NORTEAR O VOTO DO POVO
BRASILEIRO: UM ESTUDO HISTÓRICO SOBRE O COMPORTAMENTO DE
POLÍTICOS E ELEITORES”**

**Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau
de Mestre no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais
Aplicadas, Setor de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade
Estadual de Ponta Grossa, pela seguinte banca examinadora:**



Orientador: Pro^a. Dr. Luiz Rodrigues Wambier - FIC
Faculdades Integradas Curitiba

Silvana Souza Netto Mandalozzo
Prof^a. Dr^a. Silvana Souza Netto Mandalozzo - UEPG
Universidade Estadual de Ponta Grossa


Pro^f. Dr^a. Divanir Eulália Naréssi Munhoz - UEPG
Universidade Estadual de Ponta Grossa

Dedico a minha mãe Simone e ao meu marido Hudson.

AGRADECIMENTOS

Ao meu grande amigo, Professor Gilberto Zardo pelo apoio e incentivo quando ingressei no Mestrado.

A amiga e Professora Dra. Rosi Zanoni pelas sugestões dadas em relação à escolha do tema e produção do anteprojeto de pesquisa.

A Professora Dra. Maria Antonia de Souza que com brilhantismo nos ministrou a primeira disciplina do Mestrado, nos auxiliando com nossos temas de pesquisa, disponibilizando a cada um de nós seus conhecimentos, sua amizade e experiência.

A Professora Dra. Lucia Cortes da Costa por tamanha paciência e amizade, disponibilizando seu tempo na coordenação do programa, além das suas aulas que nos enriqueceram muito.

Ao Professor Dr. Lindon Fonseca Matias que auxiliou na organização do trabalho de campo.

Ao meu orientador Dr. Luiz Rodrigues Wambier que participou da elaboração deste trabalho e ao mesmo tempo permitiu e respeitou a minha liberdade de criação.

A Professora Sozângela Schemin da Matta pela paciência e dedicação ao fazer a revisão ortográfica do trabalho.

Ao amigo Celso Bilynkievycz dos Santos que disponibilizou seus conhecimentos e seu tempo na tabulação dos dados da pesquisa de campo, utilizando o sistema “data mining”.

Aos colegas, principalmente a Flávia, Maria Cecília e Alan, pela interação constante na busca pelo conhecimento.

Aos membros componentes da banca, Professora Dra. Divanir Naréssi Munhoz, Professor Dr. José Sebastião Fagundes Cunha e Professora Silvana Souza Netto Mandalozzo que abriram mão dos seus afazeres e disponibilizaram seu tempo fazendo a análise do trabalho e trazendo as suas contribuições.

E principalmente a Deus, essa energia maior que habita o universo, que nos dá força, sabedoria, conhecimento e também a esperança de que um dia após tantos esforços, conseguimos ser melhores hoje do que fomos no passado.

“Uma sociedade só será verdadeiramente democrática quando ninguém for tão pobre que tenha que se vender a alguém e tão rico que possa comprar alguém.”

(J.J.ROUSSEAU)

RESUMO

A conquista da democracia no Brasil, legitimada através da Constituição de 1988, significou o crescimento da autonomia popular no que se refere a questões políticas e à escolha dos governantes através do voto direto, e foi sem dúvida um grande passo no que tange a soberania e liberdade popular. No entanto, a nossa tão aclamada democratização foi implementada em um país cuja cultura política é arraigada no escravismo, no patrimonialismo, no coronelismo, ou seja, temos um arcabouço histórico-político bastante conturbado, onde burlar leis, normas, fraudar eleições, comprar votos foi algo que sempre ocorreu com uma certa naturalidade. O período de eleição ainda é visto por alguns como o momento em que se tem a oportunidade de obter favores ou algo material em troca do voto. Além disso, ainda podemos observar que muitos eleitores votam sem ao menos ter conhecimento sobre a função inerente a cada cargo público, como por exemplo, a função de um Deputado Federal ou de um Senador. A escolha de um eleitor em votar em um determinado candidato ou não, pode ser influenciada pela igreja, escola, mídia, família, por promessas de campanha, pelo carisma do candidato ou ainda pelas condições de vida em que se encontra esse eleitor. São múltiplos os determinantes capazes de nortear o voto, e trata justamente desses aspectos o nosso estudo neste trabalho, que começa recapitulando um pouco da nossa cultura política e da democratização do país, ou seja, a base onde está repousando o nosso Brasil de hoje e se encerra com uma pesquisa de campo, a qual retrata o comportamento dos eleitores da cidade de Ponta Grossa.

Palavras – chave: cultura política, democratização, processos eleitorais, múltiplos determinantes.

ABSTRACT

The conquering of democracy in Brazil legitimated through the Constitution of 1988, signified the growth of common autonomy related to political questions and the selection of leaders through election, and was, without a doubt a huge step which effects common sovereignty and liberty. However, our highly acclaimed democratization was implemented in a country where political culture is deep-rooted in proslavery, patrimonialism, coronelism, that is, we have a framework of a disturbed political history, where to circumvent the law, norms, defraud elections, buy votes, is something which has always occurred with a certain naturalness. The time of election is still seen by some as a time where you have the opportunity to obtain favours or goods in exchange for your vote. Besides, we can still observe that many people vote without even knowing the inherent function of each cargo in office, for example, the function of a Federal Representative or of a Senator. The choice of a voter to vote in a particular candidate or not, can be influenced by the church, school, media, family, though campaign promises, through the candidate's carisma or even the lifestyle in which the voter finds himself in. There are multiples determinants that are capable of guiding a vote, and our study deals exactly with these aspects, which starts recapitulating a little of our political culture and the democratization of the country, that is, the basis where our present day Brazil is resting and ends with a field research, which portraies the behavior of the voters of the city of Ponta Grossa.

Key-words: political culture, democratization, elective process, multiples determinants.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

QUADRO 1 – Demonstrativo de Participação da População Brasileira em Eleições.....	52
QUADRO 2 – Distribuição da Amostra por Bairros.....	182
GRÁFICO 1 – Percepção com respeito a Democracia.....	187
GRÁFICO 2 – Nível de Interesse Político.....	188
GRÁFICO 3 – Apreço do Eleitor pela Política.....	189
GRÁFICO 4 – Comunicação Política.....	190
GRÁFICO 5 – Obrigatoriedade do Voto.....	191
GRÁFICO 6 – Perspectiva do Eleitor em relação ao Futuro Político.....	192
GRÁFICO 7 – Sentimento do Eleitor em relação à Política.....	192
GRÁFICO 8 – As Variáveis e seu Potencial de Influência Política.....	193
GRÁFICO 9 – A Confiança na Mídia.....	194
GRÁFICO 10 – A Troca de Votos.....	195
GRÁFICO 11 – A Memória do Eleitor em relação às Eleições de 2002.....	197
GRÁFICO 12 – A Memória do Eleitor em relação às Eleições Municipais de 2004.....	198
TABELA 1 – Conhecimento do Eleitor em relação ao cargo de Presidente.....	200
TABELA 2 – Conhecimento do Eleitor em relação ao cargo de Senador.....	201
TABELA 3 – Conhecimento do Eleitor em relação ao cargo de Deputado Federal.....	203
TABELA 4 – Conhecimento do Eleitor em relação ao cargo de Governador.....	204
TABELA 5 – Conhecimento do Eleitor em relação ao cargo de Deputado Estadual.....	205

TABELA 6 – Conhecimento do Eleitor em relação ao cargo de Prefeito Municipal.....	206
---	-----

TABELA 7 – Conhecimento do Eleitor em relação ao cargo de Vereador.....	207
---	-----

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
CAPÍTULO 1 – CULTURA POLÍTICA E PROCESSOS ELEITORAIS: O LEGADO DO BRASIL COLÔNIA E A FORMAÇÃO DA ESTRUTURA POLÍTICA ATRAVÉS DOS TEMPOS.....	20
1.1 CONCEITO DE CULTURA POLÍTICA.....	20
1.2 A IMPORTÂNCIA DA CULTURA POLÍTICA PARA COMPREENDER O COMPORTAMENTO DO POVO BRASILEIRO.....	23
1.3 A ESTRUTURA BRASILEIRA FORMADA DENTRO DO PERÍODO COLONIAL.....	26
1.3.1 A Economia do Brasil Colonial.....	27
1.3.2 A Formação da Sociedade Brasileira.....	32
1.3.3 As Primeiras Relações de Trabalho no Brasil.....	35
1.3.4 O Escravismo como Promotor da Exclusão Social e da Marginalidade.....	37
1.3.5 A Administração Pública no Brasil Colônia	40
1.3.6 A Independência e o Problema da Dívida Externa Brasileira.....	42
1.3.7 O Problema Agrário no Brasil.....	45
1.4 O INÍCIO DOS PROCESSOS ELEITORAIS NO BRASIL.....	47
CAPÍTULO 2 – A REDEMOCRATIZAÇÃO DE 1988 NO BRASIL E AS MUDANÇAS OCASIONADAS NA SOCIEDADE.....	61
2.1 MUDANÇAS NA SOCIEDADE CIVIL E NA CIDADANIA.....	61
2.2 A TENTATIVA DE INSTITUIR A DEMOCRACIA SOBRE A CULTURA POLÍTICA FORMADA NO PERÍODO COLONIAL.....	64
2.2.1 As Barreiras que a Democracia encontra no interior da Esfera Pública.....	71
2.2.2 A Polêmica Discussão sobre a Necessidade ou não de um Consenso Ideológico em relação à Democracia.....	73
2.2.3 A Ausência de uma Cultura Cívica fortalecida e de uma Base Liberal na Estrutura Política Brasileira.....	76
2.2.4 O Colapso Econômico Brasileiro e sua Relação com a Democracia.....	81
2.3 A CIDADANIA E A SOCIEDADE CIVIL DENTRO DO ESPAÇO POLÍTICO BRASILEIRO.....	82
2.3.1 A Relação entre Cidadania, Demandas Sociais e o Voto.....	85
2.4 O PROCESSO EVOLUTIVO DA SOCIEDADE CIVIL A PARTIR DA REDEMOCRATIZAÇÃO.....	88
2.5 A MODERNIDADE E O CONTEXTO POLÍTICO BRASILEIRO: A PASSAGEM DO AUTORITARISMO PARA A DEMOCRACIA.....	91
2.5.1 Modernidade Política no Brasil e na Europa: o atraso brasileiro.....	92
2.5.2 A Modernidade no Brasil: Crise ou Evolução?.....	95
2.5.3 Modernização Política.....	98
2.6 A DEMOCRACIA BRASILEIRA EM 2006.....	99

CAPÍTULO 3 – AS RELAÇÕES ENTRE ATORES SOCIAIS E POLÍTICOS...	102
3.1 O COMPORTAMENTO DE POLÍTICOS E DE ATORES SOCIAIS DENTRO DOS PROCESSOS ELEITORAIS NO BRASIL.....	102
3.1.1 O Comportamento Humano.....	103
3.1.2 Comportamento dos Atores Políticos.....	105
3.1.2.1 Os Políticos e a Aptidão Mínima.....	107
3.1.3 Comportamento dos Eleitores.....	108
3.1.3.1 O Princípio da Hegemonia e sua influência no Comportamento dos Atores Sociais.....	113
3.2 O VOTO COMO MEDIADOR DA RELAÇÃO E DO COMPORTAMENTO ENTRE ELEITORES E CANDIDATOS.....	116
3.3 ALGUMAS FORMAS DE COMPORTAMENTO HUMANO NA POLÍTICA..	117
3.3.1 A Consciência Política.....	117
3.3.2 Alienação e Apatia Política.....	120
3.3.3 A Participação do Povo Brasileiro durante a Eleição.....	123
3.3.4 O Ato de Votar e o Comportamento de Banalização do Voto.....	125
CAPÍTULO 4 – AS VARIÁVEIS E SEU POTENCIAL DECISÓRIO EM UMA ELEIÇÃO.....	128
4.1 DESCRIÇÃO, CLASSIFICAÇÃO E CAMPO DE AÇÃO DAS VARIÁVEIS...	128
4.1.1 A Variável Poder e Algumas de suas Formas.....	130
4.1.1.1 O Poder Coercitivo.....	133
4.1.1.2 O Poder Político.....	135
4.1.1.3 O Poder Financeiro.....	137
4.2 A VARIÁVEL MÍDIA - COMUNICAÇÃO DE MASSA, E SEU POTENCIAL DE PERSUASÃO DURANTE O PERÍODO ELEITORAL.....	141
4.2.1 A Eficácia das Ondas Radiofônicas.....	145
4.2.2 A Comunicação de Massa e os Apelos Emocionais.....	146
4.2.3 A Importância da Imagem e sua Influência sobre o Eleitor.....	149
4.2.4 A Qualidade e a Veracidade das Informações que advêm da Mídia.....	152
4.3 A POBREZA E A MANIPULAÇÃO DO VOTO POR MEIO DELA.....	154
4.4 A INFLUÊNCIA E A IMPORTÂNCIA DA RELIGIÃO.....	158
4.5 A ESCOLA E OS EDUCADORES COMO FORMADORES DE OPINIÃO....	162
4.6 A IMPORTÂNCIA DA FAMÍLIA E DOS AMIGOS NO PROCESSO DE DECISÃO.....	165
CAPÍTULO 5 – PESQUISA DE CAMPO SOBRE COMPORTAMENTO DE ELEITORES DO MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA – PR.....	168
5.1 METODOLOGIA.....	168
5.2 UNIVERSO DE PESQUISA.....	170
5.3 O NÍVEL DE CONFIANÇA ESTABELECIDO.....	170
5.4 MARGEM DE ERRO DA PESQUISA.....	171
5.5 TAMANHO DA AMOSTRA.....	172
5.5.1 Seleção da Amostra.....	175
5.6 JUSTIFICATIVA DA PESQUISA DE CAMPO.....	176
5.7 MODELO DE FORMULÁRIO PARA ENTREVISTA.....	177

5.8	RESULTADOS DA PESQUISA DE CAMPO.....	182
5.8.1	Análise das Questões Fechadas.....	186
5.8.1.1	A Percepção do Eleitor em Relação à Democracia e seu Interesse por Política...	186
5.8.1.2	Perspectivas e Sentimentos do Eleitor em relação à Política.....	191
5.8.1.3	O Eleitor, a Mídia e os Determinantes com potencial de nortear o voto.....	193
5.8.1.4	A Memória do Eleitor.....	196
5.8.2	Análise das Questões Abertas.....	199
5.8.2.1	O Conhecimento do Eleitor em Relação a cada Cargo Público.....	199
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	210
	REFERÊNCIAS.....	215

INTRODUÇÃO

O sistema político brasileiro atual tem sido tomado por uma onda de descrença, de falta de esperanças, quanto ao futuro e viabilidade do país. A atual conjuntura e os inúmeros problemas de ordem social crescente através dos anos fazem as pessoas perderem a expectativa e a credibilidade em relação ao futuro. Continuamente somos tomados pela nítida sensação de que nada mudou, pelo contrário, os problemas parecem se redimensionar e tendem a se multiplicar, assim como a questão da sobrevivência, que fica cada vez mais difícil.

César Benjamin¹ coloca que os atores políticos, como condutores do nosso sistema governamental, não enxergam as conseqüências daquilo que representam, pois o ângulo pelo qual eles focalizam a sociedade é o da economia. Observa-se uma preocupação excessiva com a bolsa de valores, o câmbio, as oportunidades de negócio, a entrada de capital estrangeiro, absolutizando elementos que acabam por desprezar a verdadeira condição social da população.

Os problemas de governabilidade e da permanência de antigas práticas políticas como o clientelismo, o paternalismo, o patrimonialismo, a expansão da pobreza, o aumento do desemprego, a fragilidade das representações políticas e as leis eleitorais ultrapassadas auxiliam a formação “não democrática” de parte de nossa sociedade.²

¹ BENJAMIN, César *et al.* **A Opção Brasileira**. Rio de Janeiro: Contraponto. 4 ed. 1998. Descreve na introdução de seu livro com brilhantismo, como os fatos do cotidiano têm deixado as pessoas debilitadas tanto física quanto psicologicamente. Afirma ainda, que a noção entre direitos e deveres está enfraquecida e que está diluída a distância entre a crise e a normalidade, já que a existência normal torna-se crítica. O autor nos faz lembrar ainda que a possibilidade do desemprego, de sermos vítimas da violência, da preocupação de desamparo em caso de uma doença iminente, a chegada da velhice e as dúvidas em relação ao futuro dos filhos. Tudo isso faz com que desapareça a idéia de que a vida pode ter um horizonte amplo e sólido para as pessoas que habitam nesse mundo.

² Idéias presentes na obra de BAQUERO, Marcello; OLIVEIRA CASTRO, Henrique Carlos; GONZÁLEZ STUMPF, Rodrigo. **A Construção Democrática na América Latina**: Estabilidade democrática, processos eleitorais, cidadania e cultura política. Porto Alegre: UFRGS. 1 ed. 1998.

De acordo com Benjamin (1998, p.13), muitas pessoas acabam sendo retiradas da sociedade civil e remetidas ao que se chama de “estado de natureza”, ou seja, vivem em um estado primitivo de vida, sem ter acesso à luz elétrica, água encanada ou esgoto - condições essenciais para a saúde e dignidade humana.

O Brasil é o país dos contrastes, pois muitas dessas pessoas que vivem abaixo da linha da pobreza, já conviveram ou convivem com a riqueza, a abundância e a tecnologia de ponta, e este convívio geralmente ocorre dentro do ambiente de trabalho. A mídia tem denominado este fenômeno de “Túnel do Tempo”, no sentido de que muitas vezes as pessoas têm acesso direto e convivem cercadas por tecnologias do primeiro mundo, como a informatização, a cibernética, a robótica, a microeletrônica e, ao mesmo tempo, vivem sob as piores condições possíveis, ou seja, acabam vivendo em dois mundos simultâneos.³

No Brasil desde sua formação pós-descobrimento, a população sempre conviveu com graves problemas econômicos, políticos e sociais, o que se pode verificar claramente através de leituras específicas que retratam o período do Brasil Colônia.

Embora se tenham passado alguns séculos deste período, hoje enfrentamos problemas, em algumas áreas, bem piores do que naquela época, como, por exemplo, a questão do desemprego, a violência, a marginalidade, a dificuldade de acesso a uma aposentadoria, entre outros.

Pode-se observar, também, que a política econômica atual ainda retrata os mesmos padrões de antigamente, na medida em que se volta quase que exclusivamente para abastecer o mercado externo, em detrimento do interno, e que o jogo do capital exportador e de toda uma política financeira mundial determinam o caminhar da economia do país.

³ O fenômeno apresentado atualmente pela mídia designado de Túnel do Tempo demonstra que muitas vezes as pessoas vivem em dois mundos economicamente distintos, em dois extremos diferentes ao mesmo tempo, ou seja, habitam em lugares sem saneamento básico em péssimas condições de vida e durante o período de trabalho estão cercados de conforto e tecnologia. De acordo com a reportagem do Jornal Nacional de 05 de maio de 2004 sobre os “Trabalhadores do Brasil,” durante o dia um jovem de aproximadamente 24 anos era ocupante do cargo de faxineiro da Embraer; fazia a limpeza dos aviões que são produzidos com tecnologia de última geração, e à noite retornava para casa que ficava à margem de um córrego sem saneamento básico, coleta de lixo e nem tampouco água encanada.

São comuns no cotidiano do Brasil, nos diferentes canais de comunicação, palavras de ordem como: FMI, Banco Mundial, em que se concretiza a manipulação de instituições financeiras internacionais e das leis que regem os mercados mundiais através da globalização.

Por conta disso, diante de todos os percalços enfrentados historicamente na área social, nos últimos anos pôde-se observar o agravamento dos problemas relativos a essa área. A implementação das políticas neoliberais que forneceram um terreno propício para que as empresas exercessem mando econômico e inclusive político, dentro dos países menos desenvolvidos ou em desenvolvimento, como é o caso do Brasil e de outros países da América Latina, promoveram a tão famosa globalização que, apesar de trazer avanços tecnológicos, aumento da competitividade e conseqüentemente da qualidade dos produtos que abastecem os mercados, empobreceu, arrasou e prejudicou padrões de sobrevivência dentro dos territórios onde se instalou.

Diante desse quadro em que se sustentam diversas variáveis que contribuem para promover medo, ansiedade e uma enorme crise de credibilidade em nosso país, é difícil esperar que a população se politize e se preocupe em manter uma conduta responsável e ética dentro dos problemas relacionados com a política.

Teoricamente mais do que nunca na atualidade, deveria haver entre os cidadãos um determinado padrão de comportamento relacionado às questões políticas, em que se deveria dispor de liberdade para opinar e interagir na coisa pública, dado que o Brasil se apresenta como um país de regime democrático.

Não é difícil perceber que isso não tem acontecido, pois o que se vê é que uma parcela da população tem se mostrado alienada e, principalmente distante de questões públicas, como por exemplo, dos processos eleitorais.

Por isso, este trabalho visa buscar elementos históricos e atuais que justifiquem um padrão de comportamento da sociedade brasileira atual dentro do sistema político eleitoral,

em que se observa o clientelismo e a mercantilização da sociedade dentro dos processos eleitorais, a troca e venda de votos, a falta de conhecimento da sociedade no que tange aos deveres e funções dos políticos da esfera federal, estadual e municipal, ou seja, compreender a lógica que orienta a população na escolha de seus candidatos.

Para que possamos fazer uma análise pormenorizada da conduta dos eleitores, foi desenvolvido um estudo de campo, problematizando uma situação com o objetivo de investigar as diversas formas comportamentais e reacionárias bem como captar elementos que dêem subsídios e comprovem as hipóteses levantadas.

No primeiro capítulo, reportamo-nos através da história, ao período do Brasil Colônia, onde se esperava encontrar o nascimento de aspectos culturais importantes que se incorporaram aos hábitos e costumes do povo brasileiro e que se tornaram características bem marcantes do comportamento da nossa população, até os dias de hoje. Iremos perceber que ainda aparecem resíduos coloniais tanto na esfera política, como nas econômica e social.

Denominamos isso de “Cultura Política”, e a nossa especificamente, desenvolve-se calcada em formas autoritárias de governo e também em práticas como o coronelismo e o patrimonialismo.

Ainda dentro do primeiro capítulo, perpassamos pelo processo histórico das eleições no Brasil, em que se verifica a evolução do sistema eleitoral até chegarmos à conquista do sufrágio universal.

No segundo capítulo, falamos sobre a redemocratização do país, mostrando as mudanças que sofreu a sociedade civil, desde o emergir dos movimentos sociais que objetivavam essa redemocratização e uma maior participação da população na vida pública, bem como a maneira com que a democracia brasileira foi instituída, e as dificuldades encontradas para se modificar a mentalidade de um povo acostumado a viver em um país onde os poderosos sempre dominaram as vontades daqueles que habitam o reino das

necessidades. Para encerrar o segundo capítulo, traçamos um paralelo entre a modernidade política na Europa, Estados Unidos e no Brasil, demonstrando que a redemocratização aqui acontece com um atraso de duzentos anos.

No terceiro capítulo, tratamos do comportamento de políticos e eleitores e da relação entre eles. Vimos o papel do voto como mediador da relação entre candidatos e eleitores, o ato de votar e o comportamento de banalização em relação ao voto. Também, observou-se a influência do comportamento humano na democratização e nos processos eleitorais, a presença da hegemonia permeando a relação de políticos e eleitores. E, para finalizar o capítulo, apresentamos algumas formas de comportamento, como a consciência política, a alienação e a participação do povo brasileiro nas eleições.

No quarto capítulo, foram levantadas as variáveis que podem influenciar o comportamento do eleitor em uma eleição, ou seja, os múltiplos determinantes capazes de nortear a escolha do voto. Apresentamos primeiramente os “determinantes subjetivos” dessa relação. São eles: o poder e algumas de suas formas como o poder político, o poder econômico e o poder coercitivo. Analisou-se também, o “voto da pobreza”, onde se mercantilizam cestas básicas, medicamentos e favores políticos como forma de manipular o voto de eleitores que vivem em péssimas condições de vida.

Ainda, no que tange aos determinantes subjetivos, citamos superficialmente a importância e influência de variáveis como o carisma, a empatia, o prestígio e a persuasão que é usada como ferramenta para angariar votantes.

Dentro do que denominamos “determinantes institucionais”, com potencial de influenciar o voto do eleitor, ainda aparecem a escola e sua importância dentro do processo de politização e de formação de opinião nos eleitores, a religião e a continuidade de seu poder persuasivo através dos tempos, a mídia e a influência da comunicação de massa, a importância da imagem e a veracidade das informações que advêm dos meios de

comunicação, a persuasão que esses meios exercem sobre o eleitor, os apelos emocionais, e as ferramentas que a mídia utiliza, como o marketing político e a publicidade.

Exploramos ainda, a instituição família com sua responsabilidade pela passagem de valores, costumes e tradições. Assim como, a sua importância e influência que exerce na formação de idéias inerentes à política e no momento da escolha do candidato.

No quinto e último capítulo, apresentamos os resultados de um trabalho de campo desenvolvido no município de Ponta Grossa, em que 400 eleitores de diferentes estratos sociais da população foram entrevistados com o intuito de observar um pouco de seu comportamento político diante da crise institucional que o país vem atravessando.

E, por fim, as considerações finais, que fazem um balanço de todo o trabalho e as possíveis soluções capazes de amenizar o problema da mercantilização, manipulação de votos, apatia política e relacionamento promíscuo entre os políticos e seus eleitores.

CAPÍTULO 1

CULTURA POLÍTICA E PROCESSOS ELEITORAIS: O LEGADO DO BRASIL COLÔNIA E A FORMAÇÃO DA ESTRUTURA POLÍTICA ATRAVÉS DOS TEMPOS

1.1 CONCEITO DE CULTURA POLÍTICA

A solidificação da personalidade dos cidadãos no mundo se deve muito a sua cultura política, adquirida com o emergir da formação social de cada território, bem como de suas particularidades.

Segundo Baquero (1998, p.32-33), “o conceito de cultura política se refere ao processo através do qual as atitudes dos cidadãos são estruturadas em relação ao sistema político.”

Este conceito explicita que a cultura política é fruto de diferentes experiências históricas e que não necessariamente caminham para a mesma conformação institucional, o que faz presumir a existência de um comportamento político de acordo com a cultura que se desenvolve em cada nação. Com o passar do tempo, essa cultura se torna tão intrínseca, tão marcante que acaba sendo um determinante decisivo dentro do comportamento de atores políticos e sociais, pois vai sendo absorvida de forma automática sem que esses atores se dêem conta da sua influência.

Segundo o autor, esse conceito originou-se a partir de uma concepção normativa de sociedade, baseada em um determinado tipo de experiência histórica vivenciada por determinados países.

Sobre a cultura política, Caio Prado Junior (1994, p.346) também observa que “ela serve de base moral e psicológica, para a formação do Brasil como nação, e proporciona a unidade nacional já realizada na geografia e na tradição.”

O conceito de cultura política é central dentro deste trabalho e, por isso, deverá ser explicitado de forma ampla e clara, absorvendo o enfoque determinado por autores diversos.

O termo “cultura política” surge na década de 60, fruto de pesquisas e estudos de dois autores, Almond e Verba,⁴ em uma de suas obras mais famosas, intitulada “*The Civic Culture*.”

Como esses dois autores são imprescindíveis no estudo e na formulação do conceito de cultura política, não há possibilidade de falar sobre o assunto sem citá-los, pois são referências indispensáveis; sem dúvida os mais importantes quando o assunto é cultura política.

O conceito é formulado de perspectivas diversas, a antropológica, a sociológica, a psicológica e a histórica, e, portanto, caracteriza-se como um conceito multidisciplinar.⁵

A cultura política se utiliza dessas vertentes para estudar fenômenos e trajetórias políticas em ambientes diversos, ou seja, cada povo, cada lugar possui características que dão composição a sua cultura política.

Para Almond e Verba (1963, p.12-13),

Cultura Política é a expressão do sistema político de uma determinada sociedade nas percepções, sentimentos e avaliações da sua população. O termo refere-se às orientações especificamente políticas, às atitudes com respeito ao sistema político, suas diversas partes e o papel dos cidadãos na vida pública.

Segundo Kuschnir e Carneiro (1999, p.27), os autores Almond e Verba formularam e utilizaram esse conceito com o objetivo de incorporar nas análises da política da sociedade de massas uma abordagem comportamental que levasse em conta os aspectos subjetivos das orientações políticas, tanto do ponto de vista das elites quanto do público desta sociedade. E

⁴ Os escritores Gabriel A. Almond e Sidney Verba são de nacionalidade americana. Almond era professor adjunto da Universidade de Stanford e Verba professor da Universidade de Harvard. Em 1963, após anos de pesquisa em cinco países diferentes, Estados Unidos, Inglaterra, Alemanha, Itália e México - e fazendo um comparativo da história política dos cinco, foi lançada a obra. “**The Civic Culture**: *political attitudes and democracy in five countries*.”

⁵ Sobre a análise da obra “**The Civic Culture**” consultar o artigo “*As Dimensões Subjetivas da Política: Cultura Política e Antropologia da Política*” escrita pelos autores Karina Kuschnir e Leandro Piquet Carneiro, na Revista de Estudos Históricos da FGV. Tema: Cultura Política. Nº24. Ano 1999/2. Editora FGV: Rio de Janeiro.

partem assim de premissas de que a cultura política se forma com a socialização e recebe influência de vetores diversos, como escola, família e trabalho. Esse comportamento político é a resposta dos atores sociais a situações sociais das mais diversas. São aspectos subjetivos. É o estudo que leva em consideração as dimensões subjetivas da vida política.

Para Karina Kuschnir e Leandro Carneiro, autores do artigo “*As dimensões Subjetivas da Política: Cultura Política e Antropologia da Política*,” da Revista de Estudos Históricos da Fundação Getúlio Vargas, o conceito de Cultura Política refere-se “ao conjunto de atitudes, crenças e sentimentos que dão ordem e significado a um processo político, pondo em evidência as regras e pressupostos nos quais se baseia o comportamento de seus atores.”⁶

Já para José Álvaro Moisés (1995, p.84),

A cultura política envolve, entre outras coisas, a generalização de um conjunto de valores, orientações para a ação, atitudes e comportamentos políticos, e resulta tanto de processos originários de socialização, como da experiência política ao longo da vida adulta de seus membros.

Neste trabalho faremos uso da cultura política como ferramenta auxiliar na compreensão da realidade, a partir das experiências históricas vividas pelo povo brasileiro, o que proporciona um entendimento maior do comportamento dos eleitores e da relação entre eleitores e políticos, dentro, principalmente, do período de campanha eleitoral.

Essa cultura política, que veio se materializando através dos tempos, talvez possa justificar o comportamento político não-democrático, tanto da classe política quanto da nossa população. É certo que ela não age como variável única e totalmente responsável pelos desacertos e pela instabilidade social que temos ainda hoje, mas o seu estudo é

⁶ Em KUSCHNIR e CARNEIRO (1999, p. 01).

elemento indispensável para compreendermos a nossa construção social, ou seja, a maneira como se desenvolveu a sociedade brasileira.⁷

1.2 A IMPORTÂNCIA DA CULTURA POLÍTICA PARA COMPREENDER O COMPORTAMENTO DO POVO BRASILEIRO

A cultura política se torna tão importante porque é ela que justifica as atitudes e as maneiras como a população se porta nos processos políticos. As atitudes dos cidadãos se estruturam a partir da cultura adquirida através das gerações, e essas atitudes podem ser estudadas e explicitadas pelo uso de pesquisas empíricas, que demonstrarão e nos permitirão enxergar, com uma maior clareza e amplitude, os pontos fracos e fortes da democratização do Brasil bem como de uma cultura política viciada que conspira contra a implementação de atitudes democráticas, que seja calcada em valores democráticos como, por exemplo, um comportamento mais participativo, que nos permitiria conviver com uma democracia um pouco mais solidificada.

Diferentes culturas políticas são fruto de diferentes experiências históricas. Citando Baquero (1998, p.33),

[...] não basta serem verificadas atitudes e opiniões políticas de determinada sociedade para se compreender adequadamente o papel que a cultura política exerce sobre a ação política, há necessidade de serem incorporados aspectos que contemplem crenças e valores subjetivos sobre o conhecimento e expectativas políticas, que são produto da experiência histórica das nações e dos grupos políticos.

Para que possamos traçar as principais características dos cidadãos brasileiros, deveremos nos remeter à época do Brasil Colônia, de onde é possível captar informações importantes que servirão de apoio e fundamentação para a formação da sociedade civil e da personalidade de nossa nação.

⁷ Para Moisés (1995, p.96) a cultura política é uma variável interveniente que, articulando-se em grau mais ou menos intenso com variáveis estruturais e instrumentais como as políticas, contribui de modo decisivo para explicar por que um regime político se consolida, ganha continuidade no tempo e adquire ou não estabilidade.

A importância dos estudos de cultura política está na ênfase sobre a inserção dos indivíduos em unidades sociais mais amplas, pois eles estudam a heterogeneidade. E ainda compreendem como a sociedade interpreta, vivencia e reage em relação às suas instituições políticas.

Se o conceito de cultura política se propõe a interpretar o comportamento dos atores políticos e sociais, ele cumpre com o objetivo principal dessa pesquisa que é compreender os fatores que motivam determinados comportamentos e escolhas desses atores, dentro do cenário político brasileiro.

Como já dissemos, a cultura política é conceito central dentro desta pesquisa, pois ela consegue abarcar dentro de seu raio de ação o ambiente micro e macro da política. O ambiente micro corresponde às manifestações dos indivíduos que vivem dentro de diferentes inserções sociais, permeados pela diversidade, cada qual no seu ambiente sócio-cultural. Já o ambiente macro detém as instituições públicas e o funcionamento de todo o emaranhado do sistema político e de políticas públicas em geral.

Todo esse pressuposto culturalista dá conta de explicar essas relações e os valores absorvidos pela população de determinado local, ou seja, a absorção que se tem da realidade. Esses valores parecem ter importância decisiva para o funcionamento das instituições políticas, inclusive pelo grau de adesão afetiva da população pelas instituições políticas que aí estão.

A meta de estudar a cultura política é, de acordo com Almond e Verba (1963, p.31-32), “compreender os valores que orientam as motivações e atitudes dos indivíduos frente à política institucional.” É justamente conseguir captar quais as diferentes percepções que as pessoas têm sobre as instituições políticas e seus atores.

Segundo Lima e Cheibub (1994, p.95), a respeito da importância dos estudos sobre cultura política, temos:

Valores e atitudes frente ao sistema político e social constituem objetos típicos dos estudos sobre cultura política: moderação ideológica, tolerância política, confiança nas instituições e alta confiança interpessoal são normativamente relacionadas nos estudos empíricos sobre a democracia como atributos típicos da cultura política democrática.

Caio Prado Junior (1994, p.19) já afirmava, em sua obra *“Formação do Brasil Contemporâneo,”* o seguinte:

Todo povo tem na sua evolução, vista à distância, um certo sentido. Este se percebe não nos pormenores de sua história, mas no conjunto dos fatos e dos acontecimentos essenciais que a constituem num largo período de tempo. Quem observar aquele conjunto, não deixará de perceber que ele se forma de uma linha mestra e ininterrupta de acontecimentos que se sucedem em ordem rigorosa, e dirigida sempre numa determinada orientação. É isto que se deve, antes de mais nada procurar quando se aborda a análise da história de um povo, seja qual for o momento ou o aspecto dela que interessa, porque todos os momentos e aspectos não são senão partes, por si só incompletas, de um todo que deve ser o objetivo último de um pesquisador.

Para o povo brasileiro, expectador e protagonista da trajetória política do país, a imagem que se forma em relação ao cenário político é bastante negativa, principalmente no que tange à seriedade, ao respeito e à ética no trato da coisa pública.

Para Moisés (1995, p.106), “as imagens que traduzem a nossa cultura política são bem conhecidas por todos nós brasileiros: clientelismo,⁸ populismo,⁹ atitude deferencial diante das autoridades, manipulação, apatia política, antipartidarismo¹⁰ e antiinstitucionalismo.”¹¹

Essas imagens formadas na mente de muitos de nós parecem afastar cada vez mais a possibilidade de formarmos uma esfera pública que seja de fato enraizada na seriedade, no respeito, na moral e que passe credibilidade à nação.

⁸ Clientelismo é a prática eleitoreira de privilegiar um conjunto de indivíduos em troca do seu voto.

⁹ É uma espécie de doutrina política que se diz defensora das classes populares.

¹⁰ O autor usa esse termo porque afirma que a sociedade não desenvolveu uma cultura de filiar-se aos partidos ou preocupar-se em vincular os candidatos a eles. Vota-se nos candidatos, independente de seu partido e de suas ideologias políticas.

¹¹ A instituição é uma estrutura cujas leis e valores regem a sociedade. A imagem a que o autor se refere e que chama de antiinstitucionalista demonstra o desrespeito e o descrédito que tanto os políticos quanto o povo têm na instituição chamada Brasil. Hoje, esta imagem está mais presente ainda na mente dos brasileiros devido a grande crise institucional que o país viveu durante todo o ano de 2005.

No caso específico do Brasil é claramente percebido que herdamos e possuímos ainda traços de uma cultura que se ergueu sobre bases autoritárias, a qual ainda estamos enraizados. Basta analisar elementos sociais, políticos, econômicos para percebermos a herança do nosso passado colonial, modificado, mas ainda presente.

1.3 A ESTRUTURA BRASILEIRA FORMADA DENTRO DO PERÍODO COLONIAL

Se observarmos nosso país hoje, veremos que ele se encontra em constante transformação, mas que inúmeras situações nos fazem deparar com o passado colonial. Por isso, retroceder às nossas origens através deste estudo histórico se faz tão importante, para que se possa acompanhar e interpretar o Brasil de hoje, que nada mais é que a continuidade evolutiva de seu formato original.

Podemos perceber nas obras *Casa Grande & Senzala*, *Raízes do Brasil* e *Formação do Brasil Contemporâneo* que elas constituem uma trilogia a respeito da história do país, na medida em que fazem referência a uma sociedade que emergiu de práticas escravistas, e, em cuja evolução, a classe dominante se sobrepunha de tal maneira a redimensionar o achatamento das classes menos favorecidas, proporcionando um constante distanciamento entre uma classe e outra (degrau social).

O início da formação da sociedade brasileira, tal como ela é entendida depois de 1500, ou seja, no período colonial, girou em torno dos interesses materiais que eram proporcionados pelo trabalho servil.

Dessa maneira os proprietários rurais acabaram por criar de fato uma classe privilegiada e organizada no sentido da agregação, da separação total das outras classes, uma casta.

Os mais fortes laços que lhes mantêm a integridade social serão os primários e mais rudimentares vínculos humanos, os resultantes direta e imediatamente das relações de trabalho e produção: em particular, a subordinação do escravo ou do semi-escravo ao seu senhor. (PRADO JUNIOR, 1994, p. 341)

Podemos perceber claramente a divisão da sociedade em duas classes bem definidas, a classe dos senhores e a classe dos escravos, as quais se desenvolveram pelas relações de trabalho, ou seja, relações de produção.

Existem vários outros aspectos da colonização que são de extrema notoriedade e merecem ter seu espaço de discussão.

Começaremos relembando a economia que se fazia presente principalmente através da agricultura monocultural e cíclica.

1.3.1 A Economia do Brasil Colonial.

O Brasil era uma colônia especializada no fornecimento de produtos agrícolas tropicais e também riquezas minerais. Tudo que se extraía das nossas terras era com o intuito de constituir uma unidade fornecedora de produtos para a Europa. Não havia uma preocupação em formar um mercado interno e uma sociedade organizada, pois não existiam planos para a formação de raízes com o território, que era visto apenas com intuito comercial.¹²

A função econômica principal do Brasil naquela época era a de abastecer o comércio da Europa através de sua ligação com Portugal. Levavam daqui todas as nossas riquezas naturais. Foi o caso primeiramente das madeiras, como o famoso pau-brasil (do qual só restou o nome) e ainda as peles de animais e a pesca.

Nos últimos anos da primeira metade do século XVI, possivelmente em 1532, os primeiros negros foram trazidos ao Brasil,¹³ originários principalmente da costa ocidental da África. Cada senhor teria o direito de importar até 120 peças, sem falar o restante de negros

¹² Ver em PRADO JUNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. 23 ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

¹³ As informações sobre o início da importação de negros no Brasil, foram retiradas da obra de RIBEIRO, Darcy. **O Povo Brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo. Companhia das Letras, 1999. p.114-161.

que eram adquiridos nos mercados de escravo que ficavam geralmente próximos aos portos. Esses negros, então, começaram a desbravar as nossas terras com o desenvolvimento de atividades agrícolas, cujas características eram as propriedades monoculturais, com grande extensão de terra, onde se cultivava apenas um gênero, ou seja, apenas uma cultura em larga escala. A partir deste ponto podemos perceber a origem das grandes propriedades de terra nas mãos de poucos que, na época, eram todas pertencentes a Portugal; entretanto, com o tempo vão passando para as mãos dos Senhores que detêm algumas dessas possessões até hoje pelo Brasil afora.

A atividade agrícola foi marcada por ciclos de culturas diversas: primeiramente o da cana-de-açúcar, depois o do algodão que teve seu surto impulsionado pela invenção da máquina a vapor e a crescente indústria têxtil na Inglaterra. Somente anos mais tarde, tivemos o ciclo do café. Cada uma dessas culturas alcançava o seu ápice e teve o seu declínio, em função de o mercado já estar saturado ou de se fazer exploração excessiva até o esgotamento dos recursos naturais disponíveis. Ou seja, não existia um sistema econômico organizado, o Império se ocupava cada hora de explorar algo diferente.

No desenvolvimento da agricultura levavam-se em conta muito mais os aspectos quantitativos que qualitativos, já que não havia o uso de técnicas de cultivo de solo, (apenas as mais rudimentares, como as queimadas, por exemplo) ou de qualquer aparelhagem para o plantio e a colheita. Era uma agricultura em caráter extrativista com o objetivo do máximo proveito do solo.

Existia também uma agricultura de subsistência que era desenvolvida para o abastecimento das famílias que habitavam dentro da grande lavoura. E quem as cultivava também eram os escravos, no seu dia livre de trabalho.

A mineração também fez parte da economia da época e, assim como a agricultura, foi toda destinada a abastecer o mercado externo. Retirava-se todo o ouro que

conseguiam, mas somente o da superfície, visto que não dispunham de aparato apropriado para escavações mais profundas. Logo a exploração também chegou ao seu limite, deixando os trabalhadores em situação de penúria, sem ter o que fazer nem para onde ir.

Outra atividade desenvolvida foi a pecuária, que ainda tem sua vida longa. Foi a única que não entrou em colapso e não deixou para trás milhares de trabalhadores sem perspectivas futuras. Até hoje a pecuária se mantém como um segmento de mercado economicamente viável. Foi por ela que se abriram as primeiras estradas do Brasil, consequência dos caminhos por onde a boiada percorria e que serviram de ligação entre cidades do Sul ao Norte, o que propiciou o povoamento no interior da colônia, até então desabitado.

O comércio quase todo era desenvolvido em favor do abastecimento do mercado externo, e era feito por mar, o que ocasionou o desenvolvimento de algumas cidades portuárias como Rio de Janeiro, Salvador, São Luís, Belém e Recife.

Os nossos vizinhos de continente eram dotados do mesmo sistema de economia colonial, o que não nos trazia oportunidade de algum tipo de intercâmbio comercial, já que as atividades desenvolvidas estavam moldadas à mesma maneira.

O quadro era realmente todo favorável ao pleno domínio de Portugal, sobre todos e tudo que aqui estivesse, já que aquele país tinha exclusividade em todas as nossas atividades econômicas e mercantis.

O comércio interno era insignificante, pois constituía-se basicamente de mercadorias importadas e daquelas que não serviam para exportação. A função principal deste comércio era abastecer as cidades, porque os habitantes do campo de maneira geral viviam daquilo que produziam.

Fazendo um breve resumo, podemos perceber claramente que não existia estrutura econômica formada dentro da colônia e nem havia interesse de Portugal no seu

desenvolvimento. Somente interessava a Portugal retirar as riquezas internas. A colônia era a fonte de rendimentos da Coroa e foi usada, explorada durante três séculos. Não existia interesse algum em formar uma sociedade, em dotar o país de uma estrutura própria, melhorias de qualidade de vida da população, cultura e tampouco educação.

O Brasil, na verdade, era visto como uma empresa que serviu para a ascensão de Portugal como Império, e também para dar-lhe expressividade, já que aqui não havia formação social ou econômica para a metrópole preocupar-se.¹⁴

Não éramos uma sociedade de consumo, e tudo o que era produzido dentro deste território era visando suprir as necessidades de outros territórios comercialmente ativos. Dependíamos inteiramente da exportação dos nossos produtos e, assim sendo, toda a economia estava atrelada às condições econômicas de outros países e à vontade desses em importar e mercantilizar os mesmos. A colônia, estava sim, na dependência absoluta de outros países e vulnerável a toda e qualquer dificuldade ou oscilação que aparecesse na economia deles.

Com o passar do tempo, de forma muito lenta, a população começa a socializar-se, e isto ocorre quando a atividade agrícola inicia o seu declínio, aparece o comércio e, com ele, o início de uma atividade industrial. Parte da população do campo foi migrando para as cidades, e aos poucos essa tendência desenvolvimentista vai mudando o curso da história.

Como nos descreve Holanda (1973, p.129),

A silhueta antiga do senhor de engenho perde aqui alguns de seus traços característicos, desprendendo-se da terra e da tradição – da rotina – rural. A terra de lavoura deixa de ser o seu pequeno mundo para se tornar unicamente seu meio de vida, sua fonte de renda e de riqueza. A fazenda resiste, mas com menos energia à

¹⁴ Em a *“Formação do Brasil Contemporâneo”*. Caio Prado Junior faz uma crítica à falta de administração pública na colônia. Diz que as funções e competências não eram definidas, e que se criava um emaranhado de pessoas em cargos públicos sem definir o que competia a cada um ter como função principal. Além disso, esses cargos não eram também distribuídos de forma correta ao longo do território, o que fazia com que em certos lugares não existisse nenhum funcionário público que pudesse amparar e resolver determinadas questões, em contrapartida em outros lugares sobrava gente sem necessidade e sem uma atividade específica a desenvolver.

influência urbana, e muitos lavradores então passam a residir permanentemente nas cidades.

Holanda analisa essa revolução econômica e social brasileira, ou seja, a passagem do campo para as cidades, como decorrente de um processo que perdurou mais de 75 anos e que teve na Abolição da Escravatura o marco entre duas épocas.

Com a Abolição, alguns negros que já não serviam mais para o trabalho, ou mesmo aqueles que estavam cansados de viver debaixo da chibata, arriscaram começar uma vida na cidade, embora não fossem todos, alguns ainda preferiram permanecer nas fazendas, por não terem para onde ir e nem ter o alimento para sobreviver. No entanto, é a partir desse ponto, que os domínios rurais cederam espaço para que o centro de gravidade do novo sistema fosse os centros urbanos.

Com esse movimento migratório do campo para as cidades, surge um modelo de economia que se voltava um pouco mais para o mercado interno e que desenvolvia aos poucos um potencial de consumo, pois começava a existir um crescimento populacional nas cidades que estavam em formação. Todas essas mudanças foram geradoras também de alterações no que tange à cultura, a formas de comportamento e organização social.

Lambert (1971, p.222) nos diz que “As tradições da sociedade colonial são postas em contato com os novos traços culturais introduzidos pela rápida importação de novas técnicas de produção, modos de vida diferentes, e de novas ideologias.”

Aos poucos houve um desprendimento das antigas tradições, inclusive no que tange à economia. Gradativamente, tornamo-nos uma sociedade de consumo, fomos nos industrializando, mas continuamos sempre dependentes da nossa exportação e, com isso, conservou-se a vulnerabilidade econômica que, inclusive, hoje em dia, é até maior do que no

período colonial, fato este ocasionado pela abertura dos mercados mundiais, através da globalização.¹⁵

1.3.2 A Formação da Sociedade Brasileira.

Alguns autores, como Sérgio Buarque de Holanda, Raymundo Faoro e o próprio Caio Prado Junior, dão como inexistente a formação de uma sociedade organizada no Brasil e defendem a ocorrência aqui de uma distribuição populacional em cima de um território virgem.

A população foi composta por três raças (índios, negros e portugueses), entre as quais não existiam relações chamadas de “sociais”, ou seja, não havia uma convivência amigável, respeitosa, com um tratamento igualitário, em um espaço social comum. A ligação existente era de caráter material, econômico, e de trabalho, em que os escravos (índio e depois o negro) serviram apenas para angariar benefícios para o seu senhor e para Portugal.

No entanto, o autor Gilberto Freyre, em seu livro *Casa-Grande & Senzala*, afirma ter existido, sim o início de uma formação social e de relações sociais naquela época, já que os portugueses desembarcavam aqui no Brasil sozinhos (esposa e filhos ficavam na Europa) e passavam a interagir sexualmente com as raças que aqui encontraram.

O autor atribui primeiramente às índias que aqui residiam e futuramente às negras, um papel fundamental para a formação social brasileira, pois foi com essas mulheres negras e indígenas que se iniciou de fato a miscigenação dessas raças com o português que chegava. Esses relacionamentos sexuais vêm a formar o que seria o próprio povo brasileiro e o desenvolvimento da nossa sociedade: Freyre (2002, p.367) afirma que “todo brasileiro, mesmo o alvo de cabelo louro traz na alma, quando não na alma e no corpo, a sombra, ou pelo menos a pinta, do indígena e ou do negro.”

¹⁵ Sobre a abertura de mercados, a economia atualmente globalizada e o lado obscuro do desenvolvimento econômico no mundo, consultar a obra de Celso Furtado, “*O Mito do Desenvolvimento Econômico*”.

Freyre, neste sentido, ainda completa que o período de escravidão no Brasil foi mais leve, menos violento que em todas as outras colônias da América, justamente por essa aproximação entre as índias, as negras com os portugueses, que serviram para promover um vínculo maior com seus senhores.¹⁶

Com respeito à exploração sexual das índias e negras pelos portugueses, diz Freyre (2002, p.17):

Pelo intercurso com mulheres índias ou negras multiplicou-se o colonizador em vigorosa e dúctil população mestiça, ainda mais adaptável do que ele puro ao clima tropical. A falta de gente, que o afligia mais do que qualquer outro colonizador, forçou-o à imediata miscigenação.

Prado Junior (1994, p.273-276) também corrobora este aspecto ao falar da aproximação das escravas com os senhores através do trabalho doméstico, que para ele foi responsável por uma relação escravista mais amena e próxima que em outras colônias da América, em particular as francesas e as inglesas, e que essas relações seriam predecessoras do patrimonialismo e do patriarcalismo.¹⁷ Tanto um como outro fazem parte do emergir da nossa sociedade e merecem algumas colocações a respeito do seu lugar na história e da influência que exerceram sobre os comportamentos de atores políticos que figuraram na política do país.

Com respeito ao patrimonialismo, o autor Simon Schwartzman (2003, p.203-207), que segue uma linha marxista, traça um paralelo entre a sociedade brasileira e o feudalismo europeu. E embora num primeiro momento pareça ser uma comparação descabida pelo fato

¹⁶ Sobre esse ponto Gilberto Freyre em *Casa-Grande & Senzala* mostra que, apesar da importância dessa interação, o que houve no Brasil foi uma degradação das raças atrasadas pelo domínio das adiantadas, os índios foram submetidos ao cativeiro e a prostituição, assim como, a relação entre brancos e mulheres de cor foi de vencedores e vencidos.

¹⁷ Sobre o patriarcalismo, o autor diz que “é a célula orgânica da sociedade colonial,” onde o chefe do clã era visto como um protetor, quase como um pai. Era algo específico da nossa organização, era do regime econômico que o mesmo brotava, da exploração e das riquezas coloniais que são acumuladas pelos senhores e suas famílias. O Senhor rural é quem tinha influência, poder político e um domínio vasto. Ibid., PRADO JUNIOR, p.287 – 288.

de não ter havido feudalismo no Brasil, as considerações dele são, no mínimo, curiosas e interessantes. Para o autor,

O Brasil havia sido em sua origem, uma sociedade rural, “semifeudal”, que ainda não havia conseguido criar uma burguesia nacional capaz de desenvolver a economia do país, criando um capitalismo moderno que trouxesse consigo uma classe operária também moderna, que eventualmente implantasse no país o socialismo. Na luta entre o latifúndio tradicional e a burguesia moderna, no contexto da Guerra Fria, o latifúndio seria um aliado do imperialismo, mantendo o país dominado e subdesenvolvido, incapaz de ser superado por uma burguesia nacional que não se assumia, um proletariado incipiente e um campesinato subjugado. Tudo deveria acontecer e se explicar pela luta de classes. O Estado, não seria mais do que o executor e defensor dos interesses das classes dominantes. O problema no Brasil, era que as classes nunca se organizavam nem agiam como deveriam...

Realmente é estranho ouvirmos falar de feudalismo no Brasil, somente pelo fato de termos tido uma sociedade essencialmente agrária durante um longo período de tempo. O feudalismo é um modo de produção típico da Idade Média e que predominou na Europa, onde as relações eram também de servidão, mas o diferencial está no fato de que o suserano cedia pedaço das suas terras, chamados de feudos, aos seus vassalos que eram os responsáveis pela produção material dos suseranos e que, além disso, pagavam impostos por estarem habitando suas terras. Faziam isso em troca de um lugar para morar e de proteção contra outros invasores.

Aqui no Brasil o sistema econômico de produção era baseado nas grandes propriedades, nos latifúndios, no escravismo puro e simples, no mando político de Portugal e dos senhores, o que mais tarde emoldurou o que chamamos de coronelismo.

O autor Raymundo Faoro, em sua obra “*Os Donos do Poder*,” conclui que o Estado português possuía uma matriz patrimonial que molda o Brasil a seu modo. Ele discorda de Schwartzman que coloca o país numa posição através da qual se possa compará-lo com o feudalismo.

Estado patrimonial, portanto, e não feudal, o de Portugal medievo. Estado patrimonial já com direção pré-traçada, afeiçoado pelo direito romano, bebido na tradição e nas fontes eclesiásticas, renovados com os juristas filhos da Escola de

Bolonha. A velha lição de Machiavel, que reconhece dois tipos de principado, o feudal e o patrimonial, visto, o último nas suas relações com o quadro administrativo, não perdeu o relevo e significação. Na monarquia patrimonial, o rei se eleva sobre todos os súditos, senhor da riqueza territorial, dono do comércio – o rei tem um *dominus*, um titular da riqueza eminente e perpétua, capaz de gerir a economia como se fosse empresa sua. O sistema patrimonial, ao contrário dos direitos, privilégios e obrigações fixamente determinados do feudalismo prende os servidores numa rede patriarcal, na qual eles representam a extensão da casa do soberano. (FAORO,1979, p.25)

Faoro deixa clara a sua posição contrária em relação ao feudalismo no Brasil e demonstra a incompatibilidade do regime com o sistema político vivido como colônia de Portugal, ao afirmar que o patrimonialismo, realmente, marca o início da formação da sociedade brasileira e dos costumes em relação à esfera política.

É inegável a formação patrimonialista, como também o é a importância da participação dos negros e índios na formação cultural do povo brasileiro. Está aí a nascente da nossa sociedade e da população brasileira - uma população que conviveu com a violência, o preconceito e acostumada sempre ao mando e aos caprichos dos mais poderosos.

1.3.3 As Primeiras Relações de Trabalho no Brasil.

As primeiras relações de trabalho existentes no Brasil, foram as escravistas, regidas pelo tronco e pela chibata, em que poderosos mandavam e colhiam os frutos da mão-de-obra dos índios e negros marginalizados e inferiorizados, desprovidos de quaisquer privilégios ou benefícios, e cuja única missão era a de aumentar a riqueza de seus senhores.

Os índios, foram considerados pelos colonizadores como propriedade sua, apesar da tentativa do seu engajamento através de catequização por parte dos jesuítas que tinham a esperança de domar sua personalidade e de deixá-los aptos ao trabalho escravo, o espírito de liberdade não permitiu a adaptação às condições de trabalho que lhes tentaram impor.

O índio era visto como indolente e não se mostrava apto para o trabalho agrícola em larga escala, que era a base econômica da época. Eles eram resistentes à tentativa de escravidão por parte dos portugueses, além daqueles que, pelo inconformismo da ausência de

seus costumes e habitat natural, tornaram-se dependentes do álcool (a cachaça), o que maiores dificuldades trazia à sua submissão ao mundo do trabalho escravo.¹⁸

Depois de um longo período na tentativa de engajar os índios e do seu extermínio, os portugueses se convenceram de que eles não seriam realmente uma boa opção como mão-de-obra e resolveram, então, buscar outra alternativa.

Somente dentro do território brasileiro, habitavam cerca de 5 milhões de índios nativos.¹⁹ Esses índios brasileiros eram divididos em tribos, de acordo com o tronco lingüístico ao qual pertenciam.

Atualmente sabemos que os índios que ainda habitam em nosso território são em número extremamente reduzido, cerca de 345 mil, distribuídos entre 215 sociedades indígenas, que perfazem cerca de 0,2% da população brasileira.²⁰

Com a desistência de utilizarem os índios no trabalho escravo, começa então, em 1532, a importação dos negros,²¹ que eram vistos como seres inferiores e que também não mereciam respeito, nem qualquer vantagem pessoal.

Grande foi o período de escravidão e enorme a mancha na história do país, pois os negros experimentaram todas as espécies de punição com requintes de crueldade.

Teoricamente o trabalho escravo cai com a Lei Áurea em 13 de Maio de 1888, pois na prática a realidade é outra bem diferente, pois ele continua aparecendo como problema recente, em sua versão contemporânea. Como exemplos, pode-se citar a escravidão no interior

¹⁸ Sobre a história do trabalho no Brasil ver no site Historianet o artigo “*O Trabalho Escravo na História do Brasil*”. Disponível em: < <http://www.historianet.com.br/conteudo/default.aspx?codigo=4> > Acesso em: 03 mai. 2005.

¹⁹ Esse número de cinco milhões de nativos foi retirado da matéria intitulada: **Índios do Brasil**. Disponível em: <<http://www.suapesquisa.com/indios>> Acesso em: 16 mai. 2005.

²⁰ Este dado populacional, cedido pela FUNAI, considera somente aqueles indígenas que vivem em aldeias, havendo estimativas de que, além destes, há entre 100 e 190 mil vivendo fora das terras indígenas, inclusive em áreas urbanas. Há também indícios da existência de mais ou menos 53 grupos ainda não contactados. Os números, bem como outras informações acerca da população indígena, está disponível em: <<http://www.funai.gov.br/indios/conteudo.htm#HOJE>> Acesso em: 23 jan. 2006.

²¹ De acordo com (RIBEIRO, 1999, p.114).

do Pará, nas plantações de laranja no interior do estado de São Paulo²² (inclusive de crianças) e também na capital São Paulo, em confecções que contratam estrangeiros bolivianos.

Segundo Feliciano (2005),

[...] no município de São Paulo, bolivianos costumam ser arregimentados para trabalhar em pequenas confecções das 06:00 às 23:00 ou das 07:00 às 24:00 horas, com remuneração entre R\$ 200,00 e R\$ 400,00 por mês (o último valor dificilmente é alcançado), correspondente a algo entre R\$ 0,50 e R\$ 1,00 por peça. Amiúde, porém, não há pagamentos certos; há casos documentados de migrantes que recebiam apenas "vales" ao talante do empregador ("de vez em quando"). Eles são geralmente acomodados em cubículos de 2m x 1,5m, nos próprios locais de trabalho, onde também ficam a sua família, a máquina de costura e toda a roupa produzida, depois entregue a coreanos que têm lojas de roupas a preços populares. A alimentação é parca e desbalanceada; raramente consomem carne ou ovos.

Mais uma vez somos capazes de detectar um problema histórico que perpassa séculos sem uma solução definitiva, trazendo para o mundo moderno de hoje resquícios de um modelo de trabalho ultrapassado, sem a menor noção e respeito no que tange aos direitos humanos. A partir dessas relações de trabalho, verificamos outros problemas sociais moldados no modelo escravocrata, como, a exclusão social, a violência, a marginalidade e a revolta daqueles que sofrem com as crueldades deste sistema.

1.3.4 O Escravismo como Promotor da Exclusão Social e da Marginalidade.

Como já visto acima, as primeiras relações de trabalho no Brasil foram emolduradas pelo trabalho escravo, sem benefícios, sem remuneração apropriada, nem condições básicas de vida.

No período colonial, tínhamos uma economia agrícola bastante instável, em que se alternavam ciclos de prosperidade e ruína, desagregando a parte da sociedade atingida pela crise do momento. Ou seja, ao término de um determinado ciclo de exploração de uma

²² Com relação a este episódio de trabalho escravo nas plantações de laranja, não podemos nos esquecer das crianças que trabalham também em regime escravo e perdem as impressões digitais das mãos de tanto manipular os frutos das plantações.

cultura, um grande número de indivíduos era relegado à inutilidade, sem serviços a executar e, em consequência, sem base de subsistência, além da perda de suas raízes.

Tanto o escravismo quanto o sistema econômico instável contribuíram para a formação de uma grande massa de pessoas que ficavam na ociosidade, pois, além da lavoura e do extrativismo, não havia espaço para outras atividades, o que ocasionava o aumento da criminalidade e da marginalidade, tanto na cidade quanto no campo, causando turbulência por toda parte. Essa situação passa a se agravar cada vez mais à medida que se aproximava a transição da Colônia para o Império.

O que se verifica nesse período é que os meios de vida, para os destituídos de recursos materiais, eram extremamente escassos, e, sendo assim, acabava-se abrindo um vácuo imenso entre os extremos da escala social - os senhores de um lado e os escravos de outro.

Alencastro (2003, p.56) nos fornece um dado interessante demonstrando que a cidade do Rio de Janeiro, por se tratar talvez da principal cidade portuária na época da Colônia, tinha mais da metade de toda a sua população formada por negros, fato este que não ocorreu em nenhum outro lugar do mundo. E que a agressividade do tráfico no Rio de Janeiro pode ser exemplo de como os maus tratos aos escravos podem estar ligados à marginalidade e a violência atual. O autor faz essa explanação, mostrando que a partir de um certo momento, os negros já cansados de serem maltratados, violentados e desrespeitados, começaram a assassinar seus senhores como forma reacionária aos seus sofrimentos.²³

Caio Prado Junior também fala a respeito desse movimento reacionário dos negros, contra seus senhores e os aristocratas da época,

²³ Em ALENCASTRO, Luís Felipe. **O Trato dos Viventes:** formação do Brasil no Atlântico Sul. 1 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. O autor busca justificar o quadro de violência atual da cidade do Rio de Janeiro como uma consequência do cenário apresentado no período colonial em relação aos maus tratos com os negros. Ele faz um comparativo entre os aspectos histórico-estruturais e a conjuntura atual.

Aquela massa deslocada, indefinida, mal enquadrada na ordem social, e na realidade produto e vítima dela, se lançará na luta com toda a violência de instintos longamente refeedos, e com muitas tintas de barbárie ainda tão próximas que lhe corria nas veias em grandes correntes. (PRADO JUNIOR, 1994, p.285).

Outro autor importante que faz referência ao período do escravismo é Darcy Ribeiro. Ele refere-se às terras onde se adotaram um regime escravocrata que abusava de gentios subjugados a trabalhar em terra alheia; utilizaram e forçaram a mestiçagem como meios para o povoamento e fabricação de serviçais.

Os governantes promoveram a colonização e o povoamento de forma improvisada, em que as conquistas eram mais resultado de ação do que de um planejamento. Isto acontecia pelo uso intensivo de uma ideologia que fez com que a grande maioria dos oprimidos aprendesse a ver a ordem social como sagrada, fazendo com que a sociedade, no caso aqui a brasileira, não tivesse classes, o que também não é positivo, mas sim castas. Tínhamos “uma feitoria fundiária hostil ao seu povo condenado ao arbítrio, à ignorância e à pobreza, como mecanismos de autoperpetuar a ordem social vigente.”²⁴

Com relação às classes sociais, Ribeiro destacava na população colonial três setores: a burocracia colonial que era comandada por Lisboa, a qual exercia as funções de governo civil e militar; outra religiosa, que cumpria com a catequização dos índios e do controle ideológico da população, essa sob a regência de Roma; finalmente uma terceira, que viabilizava a economia de exportação, representada por agentes de casas financeiras e de armadores, atenta aos interesses e às ordens dos portos europeus importadores de nossos artigos tropicais.²⁵

²⁴ RIBEIRO (1999, p.70)

²⁵ Ibid., RIBEIRO, p. 125.

1.3.5 A Administração Pública no Brasil Colônia.

No período colonial a Administração Pública no Brasil não foi organizada. Não existia divisão de poderes como temos hoje: o Legislativo, o Executivo e o Judiciário. Não havia uma diretriz administrativa com um padrão de conduta, mas se seguia por vários caminhos.

A administração era centrada na monarquia portuguesa, composta pelo Rei, que é a figura maior, soberana, e as pessoas eram nomeadas por ele, com funções não bem discriminadas, bem definidas. Na verdade não existia nada que promovesse essa delimitação e organização funcional. Não existiam também normas gerais que regulassem a administração pública. As normas e regras eram criadas e extintas quando bem aproovessem aos detentores do poder e, portanto, eram desconexas, não havia racionalidade, nem lógica. As leis eram, enfim, um emaranhado extremamente confuso; muitas vezes falhas e sem sentido.

Os cargos nomeados pelo rei tinham caráter mais formal que funcional, já que não havia uma real preocupação com o bom funcionamento da estrutura.

Luís Felipe de Alencastro, em sua obra *“O Trato dos Videntes”* bem como os outros autores, que tratam da história do Brasil e que já foram citados no curso desse trabalho, fazem referência à falta de administração pública organizada, à instrução pública reduzida, ao serviço público corrupto, à dificuldade de acesso à justiça que era lenta e absurdamente cara, à falta de higiene e saúde pública.

Portugal era a unidade absoluta de poder. A administração era impessoal, independente, indisciplinada, cujo objetivo principal era a arrecadação de tributos da população. O Brasil era tratado com o mais absoluto descaso por Portugal. Éramos apenas bons fornecedores de gêneros tropicais e minerais. “Assim sendo a colônia era antes de tudo um “negócio” do rei, e todos os assuntos que se referem à administração pública eram vistos sob o ângulo particular”. (PRADO JUNIOR, 1994, p. 362)

Também dentro desta perspectiva, Celso Furtado (1980, p.25) coloca que “os objetivos políticos durante o período colonial foram abandonados por fatores econômicos.”

Os europeus não manifestavam o menor interesse em vir povoar este território, a não ser que fosse com cargos de administração ou senhores dirigentes de grandes propriedades; fora isto, o europeu não viria ao Brasil simplesmente para emprestar sua força de trabalho, até porque o clima tropical não lhe favorecia, como favoreceu, por exemplo, a colonização na América do Norte, que conseguiu constituir uma sociedade original.

Junto dessa sociedade calcada no patrimonialismo, surge a figura importante do “coronel”, que tecia uma teia de relações clientelistas com aqueles que possuíam algum vínculo com suas terras. Aos poucos esse coronel vai ganhando prestígio, poder e mando político, aumentando seu raio de ação no interior e arredores de suas possessões territoriais.

Para Faoro (1979, p.636),

[...] coronéis seriam pessoas que, graças a sua situação econômica, dirigem um grupo como profissão acessória não retribuída, ou mediante uma retribuição nominal ou honorária, sustentados pelo apreço comum, de modo a gozar da confiança de seu círculo social.

A origem do poder e da influência dos coronéis, mais do que a situação econômica, deriva do prestígio que essa situação econômica privilegiada lhes proporciona, da sua honra social, que era tradicionalmente reconhecida.

Ainda para Faoro (1979, p.637),

Em uma sociedade como essa, regada ao patrimonialismo selvagem, acaba pulverizada em um localismo isolado, que o retraimento do estamento secular acentua de modo a converter o agente público em um cliente, dentro de uma vasta rede clientelista da qual a população também faz parte, o Estado e bem como toda e qualquer repartição pública se restringiria a balcões de negócios. Toda essa rede de relações que tem como nós de circulação a figura do coronel explicam a assimetria política do sistema reinante.

Desde o início dos processos civilizatórios foi assim. Somente após três séculos do início da colonização pôde ser percebida uma ampliação da sociedade e da atuação de

intelectuais. Inicia-se uma certa movimentação de estudantes e desses intelectuais da época na busca pela nossa libertação. As pessoas mais esclarecidas começavam a perceber e a se preocupar com os rumos que o país estava tomando, mas, no entanto, ninguém poderia imaginar que o Brasil teria de pagar um preço tão alto para conseguir a tão sonhada Independência em 1822.

1.3.6 A Independência e o Problema da Dívida Externa Brasileira.

A Independência ensejaria transformações dentro da nossa sociedade, principalmente com a influência do mercado internacional capitalista dentro da estrutura econômica.

O que acontece é que a sociedade colonial não poderia modificar-se radicalmente, de uma hora para outra, de forma muito acelerada, num outro modelo completamente antagônico ao que foi durante muito tempo. Por isso, havia uma necessidade de mudanças no sentido evolutivo, e isto ocorreria através de acontecimentos históricos, entre os quais a Independência seria apenas a primeira. Foi o marco inicial, o ponto de partida para a evolução e construção da integração nacional e o início da implementação do sistema capitalista. Após a Independência, vieram outros movimentos importantes que também possuíam características emancipatórias, como a Conjuração Baiana e a Inconfidência Mineira.

Juntamente com essa revolução emancipatória, aparecia também uma revolução ideológica em que as pessoas começam a partilhar de princípios denominados como liberais, a partir dos quais surgiam questões relacionadas aos direitos fundamentais, naturais, assim como garantias individuais, justiça e progresso, não somente econômico mas, sobretudo, um progresso ideológico. A Independência irá rever essas questões, principalmente a questão do liberalismo.

Em termos econômicos, a Independência de certa forma também vai exercer sua influência. Ela transfere aos poucos o núcleo central da economia, que era basicamente rural,

para um núcleo urbano, a partir da concentração do mercado interno e não somente voltado ao exterior como era no período colonial. Aos poucos, o foco da economia vai se alterando gradativamente para o novo setor comercial que surge, e com ele emerge também uma sociedade de classes.

Fernandes (1976, p.204) descreve esse período de transição do período colonial para o subsequente passando pela Independência como:

[...] um período constituído por um tom cinzento e morno, um todo vacilante, e uma frouxidão com que o país se entrega, mesmo com a ausência de profundas transformações iniciais em extensão e em profundidade, ao que ele chamou de Império do poder e da dominação, especificamente nascidos do dinheiro.

Práticas e comportamentos particularistas continuavam a prevalecer no cenário pós Independência, assim como um conservantismo sócio-cultural e político, que gira em torno de interesses materiais e pela necessidade de se expandirem negócios. Era a luta dos possuidores e dos despossuídos - a luta de classes.

E, neste sentido, Florestan Fernandes continua:

Havia agora a coexistência de duas nações, a que se incorporava a ordem civil (a rala minoria, que realmente constituía uma nação de mais iguais) e a que estava dela excluída, de modo parcial ou total (a grande maioria, de quatro quintos ou mais, que constituía a nação real). (FERNANDES, 1976, p. 205-206).

Também data deste período da Independência o início da dívida externa brasileira. O país teve que fazer seu primeiro empréstimo em 1824 e desembolsar 3 milhões de libras esterlinas que foram emprestadas pela Inglaterra, a fim de cobrir dívidas deixadas pelo domínio colonial, e assim obter o reconhecimento e concretizar a nossa Independência, que pôde ser entendida como praticamente um acordo feito entre a Colônia e Portugal.

Apesar de ganharmos o título de independentes, não houve uma promoção de mudanças significativas no sistema sócio-econômico e político. Parece ter sido apenas um mero ato simbólico. O país na verdade continuaria a se submeter à metrópole e a manter o

regime monárquico tendo um herdeiro português no trono, o mesmo aliado e protetor dos latifundiários.²⁶

Embora os custos da Independência terem sido uma grande dívida externa que se arrasta até os dias de hoje, ela teve um significado importante, pois representou a primeira revolução social do Brasil.²⁷

Quando o Antigo Regime entra em crise, sob a pressão do capitalismo externo, a Independência foi determinante para o processo de superação do estatuto colonial e para a deterioração do sistema político-administrativo vigente, ou seja, a “era colonial” encerra-se com a Independência e, com ela também, todo o sistema político, administrativo e econômico. O Brasil teve que buscar uma reestruturação em todas as esferas, partindo da estaca zero e acompanhado por uma dívida externa de tamanho considerável.

Além de todos esses aspectos que são plenamente identificáveis dentro do contexto atual, ainda temos outros que também herdamos dos tempos de colônia como, por exemplo, o problema relacionado com a questão agrária decorrente do período pré-abolição.

²⁶ Em BARBOSA RECCO, Cláudio. **A Dívida Externa Brasileira**. Disponível em: <<http://www.história.net.com.br/main/mostraconteudos.asp?conteúdo=211>>. Acesso em: 24 set. 2003. É interessante como o autor também se reporta ao período colonial para buscar a gênese da nossa dívida externa, que tem nos acompanhado desde aquela época, mostrando que muitos dos problemas atuais, são antigos, provenientes daquele período de formação do país.

²⁷ Florestan Fernandes em sua obra “*A Revolução Burguesa no Brasil*”, se refere a Independência como a primeira revolução social do Brasil, a qual ele designa de “Revolução Burguesa” e diz que a mesma acontece mesmo não tendo superado a ordem estamental, patrimonialista e escravista. Para ele mesmo havendo resistência desse contexto singular, o “espírito capitalista” e “empreendedor” desenvolvido na esfera do “capitalismo comercial”, ganhava relativa força no mundo urbano, estabelecendo articulações com o interior. A Independência representa em sua obra o fim da era colonial e o início da sociedade nacional. Essas explicações encontram-se contidas dentro do capítulo 2 do livro e se intitula como, “As implicações econômicas da Independência”.

1.3.7 O Problema Agrário no Brasil.

Sabemos que a questão da terra é extremamente polêmica e que, há muitas gerações, ela perturba o sono de muitos brasileiros. Uns porque têm suas terras invadidas, outros porque não têm onde morar, nem de onde tirar seu sustento.

As opiniões a respeito desse problema são diversas. Alguns compreendem e dão força e razão ao “movimento dos sem terra”, outros acham a pretensão e atuação desse movimento completamente descabida, defendendo arbitrariamente o direito à propriedade.

A verdade é que sempre existem os dois lados da história. É fato público que existem realmente pessoas ligadas ao MST ²⁸ que vêm agindo de má fé. Conseguem as terras que o governo desapropria e depois vendem, para embolsar o dinheiro.

No entanto, não podemos generalizar e pensar que a grande maioria dos militantes do movimento agem da mesma forma, pois se tivéssemos a oportunidade de ouvir a história de vida e as particularidades de cada membro componente do movimento, com certeza presenciariamos testemunhos de uma vida calcada na dificuldade e muitas vezes na injustiça social.

Sabemos que nada justifica a invasão da propriedade privada e os vandalismos que têm ocorrido. Essas barbáries acontecem como forma de chamar a atenção do governo para esse problema que tem perpassado muitos anos sem solução.

No Brasil, os governos por muito tempo relutaram e fizeram de tudo para evitar o acesso à terra, primeiramente aos negros e em seguida às pessoas sem prestígio econômico e político, coibindo, assim, de inúmeras formas a oportunidade de pessoas terem seu próprio pedaço de chão.

²⁸ Sigla usada para designar o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, que é contra a concentração fundiária e que aparece desde os primórdios da civilização brasileira. Mesmo de maneira não organizada, manifestou-se sob formas diversas, como: os Quilombos, a Guerra de Canudos, as Ligas Camponesas, a Guerrilha do Araguaia, as lutas de Trombas e Formoso, entre muitas outras. Essas informações, bem como toda a história do MST está disponível em: <http://www.mst.org.br/historico/sumario.html>

No período colonial, as terras brasileiras eram inicialmente livres. Foi então que o governo português resolveu estabelecer o primeiro critério para o acesso à terra - as famosas Sesmarias,²⁹ forma usada para regular o processo de distribuição do território.

Segundo Pinto (2006):

A partir do século XVIII, ocorre uma mudança nessa política econômica com um enorme crescimento da colônia: junto a um grande ciclo migratório, verificou-se uma ampliação da economia devido, principalmente, à descoberta das Minas Gerais. O ciclo do ouro foi capaz de dinamizar novos setores da economia, como o de produção de alimentos e do tráfico interno de mão de obra. A reivindicação pela terra tornou-se mais difusa, e a política de doação por meio de sesmarias fazia-se insuficiente às novas necessidades sociais.

Em 1850, quando começaram a cogitar uma possível abolição da escravatura, Portugal passou a adotar medidas diferenciadas das costumeiras para o acesso à terra. Quando começaram os comentários sobre a possibilidade de abolição, a Coroa rapidamente arranhou um jeito de aprisionar as terras para evitar a famosa fuga de braços,³⁰ ou seja, o esvaziamento das fazendas, das plantações pelos escravos que certamente iriam embora. Como se conseguiria manter a mão-de-obra presa às fazendas e evitar a formação de uma economia camponesa que esvaziasse as grandes plantações, libertando de fato a população do controle oligárquico? Surgiu daí a nossa primeira Lei de Terras, em 1850, que definiu um novo princípio: desaparecia a terra livre, e o acesso legal à propriedade fundiária passava a depender de doações da Coroa ou de processos de compra e venda.

A Lei de Terras privou os mais pobres de conseguirem terras, adiou o acesso dos pequenos proprietários a elas, o que desencadearia então o início do problema agrário, que poderia ter sido amenizado, talvez, com uma postura diferente por parte da administração da

²⁹ A palavra sesmaria vem do verbo sesmar, que quer dizer dividir terras. Eram pedaços de terra devolutas ou abandonadas que, no Brasil Colônia, os governos doavam a quem se dispusesse a cultivá-las. Os donatários das sesmarias eram chamados sesmeiros. A sesmaria visava à concessão de terras no Brasil para o progresso da agricultura. Recebiam a sesmaria homens ligados à pequena nobreza em Portugal, ou militares e navegantes com títulos de vitória, que lhes assegurava o mérito de uma recompensa.

³⁰ Ver em BENJAMIN, César et al. **A opção brasileira**. 4 ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 1998, p. 14-20.

colônia, há muitos anos, efetuando uma reforma agrária enquanto o problema apresentava menores proporções.

Podemos assim perceber o descaso com que era tratado o Brasil neste período, bem como a nascente de problemas que herdamos e que se fazem presentes na conjuntura atual, como a exclusão social, a continuidade da mentalidade patriarcal, a dívida externa, os problemas agrários, a marginalização de negros e índios, a economia voltada para o exterior (fato hoje atribuído principalmente à instituição das políticas neoliberais e à onda da globalização), a falta de organização da vida pública, a violência, a pobreza, a dificuldade de acesso aos serviços públicos, o mercado informal de trabalho e o escravismo que, mesmo de forma obscura, ainda está presente em alguns lugares deste imenso país.

Dessa forma podemos perceber sobre que base está debruçada a nossa política, a economia e a própria sociedade brasileira.

Esse emaranhado de problemas que começou há mais de quinhentos anos, bate à porta hoje de milhões de brasileiros, tirando o sono dessas pessoas e fazendo com que não se vislumbre solução para essas questões que têm perpassado gerações e gerações, sem grandes alterações.

Dentro do plano político eleitoral, o que será apresentado a seguir, também será demonstrado que, em todas as esferas, o país era tratado da mesma maneira, sem seriedade, nem respeito pela população, preservando apenas interesses particulares, sem a preocupação com a coletividade ou com a construção de uma estrutura sólida que fosse capaz de oferecer um futuro melhor e mais promissor ao próprio país e sua população.

1.4 O INÍCIO DOS PROCESSOS ELEITORAIS NO BRASIL

Após esse breve relato sobre a formação da estrutura administrativa e social do Brasil, fica mais clara a percepção sobre as tradições, os costumes e principalmente a formação de

uma espécie bem particular de cultura política em nossa nação. A apreensão dessas questões, em particular a formação da cultura e história política brasileira, tornará possível compreender o cerne deste trabalho, que é o comportamento dos políticos e dos eleitores, assim como as inúmeras variáveis capazes de nortear o voto do povo brasileiro.

Nesse primeiro momento, após desvendar um pouco a caracterização da formação política, passaremos a explorar o quadro de eleições no Brasil, até chegarmos à conquista do sufrágio universal e da conseqüente democracia.

Na época do Império, apenas 1% da população tinha acesso ao voto, pois aqueles que fossem menores de 21 anos, bem como os indígenas, mulheres, analfabetos, mendigos e os membros do clero regular não votavam. Além da exclusão desses grupos específicos, os eleitores ainda tinham que se enquadrar em outro pré-requisito, que era o da renda mínima, que previa a exigência aos votantes de terem uma renda de, no mínimo, 1000 réis por mês e serem livres, ou seja, escravos não votavam. Nesse período eram as condições econômicas que permitiam, ou não, o exercício da cidadania e a participação nos processos eleitorais.

Em 1822, a tão sonhada Independência brasileira foi conquistada, mas, como já vimos, politicamente não houve grandes alterações e nem uma ruptura de fato entre passado e presente, pois permanecia um rei português no trono brasileiro e ainda vivíamos uma sociedade escravagista, em que os aristocratas manipulavam as decisões de acordo com a sua vontade.

O período monárquico foi um período de relativa tranquilidade política, sem muitas agitações e acontecimentos preocupantes que mereçam ser apontados. Além disso, D. Pedro II, principalmente, foi o que Lambert denominou de “imperador filósofo.”³¹ Ele respeitava as liberdades individuais, era dedicado à Ciência e à Instrução, e dessa forma os preceitos da Monarquia constitucional foram seguidos por ele com fidelidade.

³¹ Em LAMBERT, Jacques. **Os Dois Brasis**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1971. p. 223.

“A História das eleições no Brasil inicia com o surgimento de um código eleitoral chamado Ordenações do Reino, elaborado por Portugal no final da Idade Média e utilizado até 1828.”³² Na realidade, foi feito uso desse código no Brasil apenas uma única vez, quando o povo teve de votar pela representação de brasileiros junto à Corte portuguesa.

No entanto, a primeira legislação eleitoral foi escrita em 1822, por determinação de D. Pedro I, e publicada com a finalidade de regulamentar a eleição de uma Assembléia Geral Constituinte e Legislativa. Somente em março de 1824, quando foram realizadas eleições, D. Pedro promulgou então a nova Constituição.

A nova legislação eleitoral somente foi utilizada após o ano de 1828 e trazia algumas modificações: o direito de voto foi estendido apenas à população masculina livre e adulta (mais de 20 anos), alfabetizada ou não. Estavam excluídos religiosos regulares, estrangeiros não naturalizados e criminosos, além de todos aqueles que recebessem salários ou soldos, exceto os criados mais graduados da Casa Real, os caixeiros de casas comerciais e administradores de fazendas rurais e fábricas. Com esta composição social, ficava claro o caráter elitista que acabará predominando na Constituinte, já que se retirava das camadas populares o direito de eleger seus representantes.³³

Quase 30 anos depois, em 1855, a Assembléia Legislativa decide elaborar um decreto que ficou conhecido por Lei dos Círculos, em que se estabeleceu o voto por distritos ou círculos eleitorais. Entretanto, tal lei foi revogada pelo Imperador logo após as eleições, pois foi alvo de inúmeras críticas no que tange ao enfraquecimento dos partidos políticos, que até então reinavam com soberania, ou seja, com pleno poder de atuação e mando político por todo o território.

³² Ver encarte sobre as eleições em 1998 do JORNAL ESTADO DE SÃO PAULO. **História das Eleições**. Disponível em: <<http://www.estado.estadao.com.br/edicao/encarte/eleicoes/98/historia02.html>>. Acesso em: 29 set. 2003.

³³ Dados retirados do artigo: **Brasil Império – 1824: Uma Constituição Antidemocrática**. Disponível em: <<http://www.historianet.com.br/conteudo/default.aspx?codigo=2>>. Acesso em: 25 jan. 2006.

Institui-se logo em seguida a segunda Lei de Círculos, através da qual se estabeleceu a eleição de três Deputados por distrito eleitoral. Como condição para disputar as eleições para Deputado exigia-se que as autoridades se desvinculassem de seus cargos com seis meses de antecedência das eleições.

Essa Lei foi substituída, quinze anos após sua implantação, pela chamada Lei do Terço, a qual estabeleceu que as eleições se configurariam por províncias para a escolha de Deputados à Assembléia Geral³⁴ e para a disputa dos membros da Assembléia Legislativa.³⁵

As coligações ou partidos vitoriosos teriam direito a preencher dois terços dos cargos, e o restante seria ocupado por partidos minoritários.

A partir de 1881, ocorre outra mudança, a chamada Lei Saraiva, que estabelecia eleições diretas e também o voto secreto. Neste período já se fazia uso de um título de eleitor onde constavam nome, filiação, nascimento, profissão e estado civil. Neste modelo de título não havia fotografia, aliás uma forma importante de controle que inclusive nos dias de hoje ainda não é exigida.

Devido a esse “porém” e também à falta de um cadastro, o governo da época começou a conviver com o problema dos eleitores fantasmas. Foi decidido então promover um alistamento dos eleitores pela justiça e o retorno às eleições distritais, justamente com o intuito de conter a disseminação das fraudes no território.

Em 1889 ocorreu a queda da monarquia, que não se caracterizou como uma revolução popular, mas como um golpe de estado organizado por militares que se encontravam descontentes com a indiferença do Imperador em relação ao exército e a primazia que ele

³⁴ O Poder Legislativo Nacional seria exercido pela chamada Assembléia Geral, que era formada pela Câmara dos Deputados e pelo Senado, o que hoje, designamos de Congresso Nacional.

³⁵ As Assembléias Legislativas representam o Poder Legislativo dentro de cada província e eram compostas por representantes diretos, designados de “Deputados das Províncias do Brasil”. Na atualidade, cada estado possui a sua Assembléia Legislativa que tem como seus membros componentes os Deputados Estaduais.

concedia então aos “doutores” em detrimento dos “coronéis.” Foi uma clara demonstração de descontentamento das classes dirigentes com a família real.³⁶

Sobre a queda da monarquia, Lambert (1971, p.224) afirma:

[...] com a Proclamação da República tendo caído nas mãos de aventureiros militares, o Brasil atravessou alguns anos de ditadura e perturbações, mas, desde 1894, recuperou, sob o regime republicano, um equilíbrio político que conservou até 1930. A estrutura da sociedade não mudou e nem foi introduzida a verdadeira Democracia, mas, na República como no Império, continuou o regime de representação dos Senhores.

Com a proclamação da República, o voto passou a ser Censitário, ou seja, era destinado aos indivíduos (homens e livres), independente de serem alfabetizados ou não, possuidores de renda igual ou superior a 25 quintais, (1,5 toneladas de mandioca). O voto não era secreto, o que fazia com que muitas pessoas que possuíam o direito de votar se sentissem coagidas e na obrigação de indicar determinados políticos que muitas vezes não eram de sua vontade. Isto acontecia justamente por essas pessoas terem a manifestação de sua vontade exposta aos outros membros da comunidade local e o inevitável medo de serem prejudicadas por aqueles homens de maior prestígio que tinham maior possibilidade de chegarem ao poder.

No período da República Velha, era muito comum a prática de fraudes eleitorais, e alguns presidentes chegaram a ser eleitos com 98 até 99% dos votos, como no caso de Washington Luís e Rodrigues Alves. O pequeno número de eleitores e a facilidade de acesso às cédulas eleitorais que poderiam ser manuscritas ou recortadas de jornais, onde eram impressas, são fatores que se tornaram facilitadores na promoção dessas fraudes.

Pinsky (2003, p.470) apresenta um quadro que demonstra a participação da população brasileira em eleições presidenciais, no período de 1889 a 1930. Na primeira coluna consta o ano da eleição, na segunda coluna aparece o nome do Presidente eleito, na terceira coluna

³⁶ Ibid., LAMBERT, p. 224.

coloca-se a porcentagem de votos válidos e, na última coluna, a porcentagem de votantes pelo total de habitantes brasileiros.

Ano	Candidato Vencedor	% votos válidos	% votantes / pop.total
1894	Prudente de Morais	84,3	2,21
1898	Campos Sales	90,9	2,70
1902	Rodrigues Alves	91,7	3,44
1906	Afonso Pena	97,9	1,44
1910	Hermes da Fonseca	57,1	3,19
1914	Wenceslau Braz	91,6	2,40
1918	Rodrigues Alves	99,1	1,48
1919	Epitácio Pessoa	71,0	1,50
1922	Arthur Bernardes	56,0	2,90
1926	Washington Luís	98,0	2,27
1930	Júlio Prestes	57,7	5,65

QUADRO 1 - Demonstrativo de participação da população brasileira em eleições.

O interessante a se observar na tabela acima é que os candidatos nunca venciam a eleição com menos de 50% dos votos válidos e que apenas uma minoria da população tinha o direito à participação.

A classe feminina também era excluída dos processos eleitorais e somente conseguiu garantir seu direito ao voto em 1932. No entanto, a primeira participação das mulheres em eleições acontece em 1935.

Juntamente com essa conquista das mulheres, no mesmo ano, acontece também a criação da Justiça Eleitoral, dos Tribunais Regionais Eleitorais e do Tribunal Superior Eleitoral, o que caracterizou um marco importante na história evolutiva e organizacional dos processos eleitorais do nosso país.

Entretanto, essa conquista seria de curta sobrevivência. Pouco tempo depois, o então Presidente Getúlio Vargas criaria o Estado Novo e fecharia o Congresso, abolindo, através da Constituição de 1937 a Justiça Eleitoral dentre os órgãos vinculados ao Poder Judiciário e,

também a possibilidade de eleição pelo voto. Essa atitude de Getúlio gerou uma ruptura no processo evolutivo das eleições e fez com que houvesse um retrocesso no âmbito das conquistas políticas que vinham sendo galgadas pelo povo. Era como se voltássemos à estaca zero. As esperanças e as conquistas foram tiradas mais uma vez das mãos do povo que tanto lutava para ter reconhecido seus direitos de cidadão.

Como observa Lambert,

Em 1937, no momento em que os poderes presidenciais iriam expirar, sem que a Constituição permitisse que se lhes solicitasse o prorrogamento, Vargas com o apoio do Exército deu um golpe de Estado, o qual, não encontrou qualquer resistência, e decretou então a nova Constituição que o transformava em verdadeiro ditador e cuja aplicação foi sempre adiada a fim de dar ao Chefe de Estado maior liberdade de ação.³⁷

Em 1942 um passo importante é dado com respeito à organização e à seriedade das eleições. Uma nova lei estabelece o fim do voto por procuração e o alistamento prévio para eleições municipais e provinciais, fato este importante, pois até esse momento não existia um controle para verificar quem e quantos eram os eleitores em território nacional, o que facilitava e impulsionava o exercício de fraudes eleitorais.

Com o passar do tempo, o “populismo” passa a apresentar sinais de desgaste, especialmente com o final da 2ª Guerra Mundial e com o retorno da hegemonia americana e a ascensão do capitalismo no mundo, Getúlio perde parte de seu poder de manipulação das massas trabalhadoras. O Estado Novo, governo pessoal de Getúlio, durou seus oito anos, de 1937 até 29 de outubro de 1945, quando então ele sai de cena, impelido pelo mesmo exército que o havia colocado no poder como Presidente.

A partir do momento que os ministros militares destituíram Vargas da Presidência, a responsabilidade passou a ser do Presidente do Supremo Tribunal Federal, na época o Sr. José Linhares, que deveria permanecer na presidência do país até que se fizesse nova eleição.

³⁷ Ibid., LAMBERT, p.262.

Com a renúncia efetivada de Getúlio, eleições livres foram realizadas, e o Congresso foi incumbido de formular uma nova Constituição, a de 1946, que marca, após um longo período em tempos de ditadura, a volta do regime constitucional. Essa Constituição se baseia, quase que na íntegra, na antiga Constituição de 1934,³⁸ sob a qual Vargas subiu ao poder e depois em seguida a revogou.

Em 28 de fevereiro de 1945, logo após a queda de Vargas, a Constituição de 1937³⁹ recebeu um ato adicional que possibilitava fixar as eleições presidenciais. Logo se destacaram duas candidaturas, a do Brigadeiro Eduardo Gomes que se opunha a Vargas e a do General Eurico Gaspar Dutra, ministro da Guerra de Getúlio.

Assim, a partir de 1945 até 1960, as eleições para Presidente, Governador e Prefeito foram feitas através do voto direto.

Neste período, também se criaram três partidos políticos, a UDN (União Democrática Nacional) conservadora, direitista e anti-Vargas, o PSD (Partido Social Democrático) e o PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), estes dois últimos criados sob a inspiração de Vargas

Eurico Gaspar Dutra foi eleito, no pleito de 1945 e tomou posse em janeiro de 1946, permanecendo no cargo até 1950. Chegou ao posto de Presidente eleito pelas mãos do povo, através de voto direto com um total de 55% dos votos. “A partir da redemocratização de 1945 e com a promulgação da Constituição de 1946, o Congresso brasileiro passou a exercer um poder que, até então, jamais exercera durante a República.”⁴⁰

³⁸ A Constituição de 1934 foi elaborada com o objetivo de substituir a Constituição de 1891. Foi promulgada em 16 de Julho de 1934 e estabeleceu que a primeira eleição realizada após sua promulgação, seria indireta e feita pelos membros da Assembléia Geral Constituinte, da qual Vargas sai vitorioso.

³⁹ Foi elaborada dentro da “era Vargas,” por isso teve características fascistas, tendo sido inclusive chamada de constituição Polaca por se basear na constituição polonesa. Além disso, os estados seriam governados por membros nomeados previamente por Getúlio Vargas e por essa constituição que também dava poderes ilimitados ao Executivo.

⁴⁰ LAMOUNIER, Bolívar; AMORIM NETO, Octavio; DIAS, José Luciano de M. **Organização Política**. Disponível em: <<http://www.mre.gov.br/cdbrasil/itamaraty/web/port/consnac/orgpol/apresent/index.htm>>. Acesso em: 26 jan. 2006. O artigo está presente no site do Ministério das Relações Exteriores do Brasil.

O novo texto da Constituição de 1946 era extremamente longo e minucioso, com 218 artigos que tratam de todos os pormenores do Governo Federal, de uma declaração de direitos e garantias individuais do homem, como cidadão, como trabalhador e também dos direitos de família.

Após um descanso de quatro anos, Vargas voltou à presidência em 31 de janeiro de 1951, através do voto popular. Em 1954, pressionado por interesses econômicos estrangeiros e ainda sofrendo pressão do exército que presenciava escândalos frequentes no seu governo, Vargas é levado ao suicídio em 24 de agosto de 1954. Assume então a presidência do Brasil João Café Filho, que fica no cargo até o mês de novembro de 1955, quando então foi afastado por problemas de saúde.

“De acordo com a Constituição de 1946, o presidente da Câmara dos Deputados exerceria a presidência da República na ausência do titular do cargo e de seu vice-presidente. Assim, na qualidade de presidente da Câmara, Carlos Luz assume interinamente a presidência da República em 8 de novembro de 1955, como substituto legal de Café Filho, afastado da chefia do governo. Em 11 de novembro de 1955, em decorrência do movimento político-militar liderado pelo general Lott, ministro da Guerra, Carlos Luz é deposto, sob a alegação de que estaria ligado a conspiradores que queriam impedir a posse do presidente eleito, Juscelino Kubitschek. Refugia-se no cruzador Tamandaré, de onde tenta organizar a resistência, mas, ainda em 11 de novembro, por decisão do Congresso Nacional, é considerado impedido, e substituído no cargo por Nereu Ramos, presidente do Senado.”⁴¹

Após os episódios de Vargas, João Café Filho, Carlos Luz e Nereu Ramos, finalmente houve nova eleição com o voto direto e, em janeiro de 1956, assume o Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira que fica no poder até janeiro de 1961, quando, então, os mandatos eram de cinco anos.

Nas eleições em outubro de 1960, Jânio Quadros venceu as eleições presidenciais e sucedeu Juscelino em janeiro de 1961, ficando no cargo por apenas sete meses, até agosto de 1961, quando renuncia. No lugar de Jânio assume o Presidente da Câmara Paschoal Ranieri

⁴¹ Citação retirada do site [eleger.com.br](http://www.eleger.com.br), onde existem dados sobre toda a trajetória política do Brasil. O site também dispõe de um grande acervo intitulado como “Nossos Presidentes”, que contém uma pequena biografia de cada um, assim como as ações realizadas por cada Presidente em seu governo pessoal. Disponível em: < http://www.eleger.com.br/nossos_presidentes/index_html > Acesso em: 27 jan. 2006.

Mazzilli que passa o cargo ao Vice-Presidente João Goulart, quando do seu retorno de uma viagem oficial à China.

Em 1964, com a tomada do poder pelos militares, os brasileiros deixaram de eleger os seus governantes pelo voto direto. Assim, os presidentes Humberto de Alencar Castello Branco, Arthur da Costa e Silva, Emílio Garrastazu Médici, Ernesto Geisel e João Baptista Figueiredo foram escolhidos pelo Congresso ou por um colégio eleitoral.⁴²

Após anos de instabilidade política e de um entra-e-sai de Presidentes, quando a nação vive um quadro de censuras, privações e falta de participação política, a sociedade resolve se mobilizar e unir forças com o intuito de conquistar para si uma maior autonomia e liberdade em relação à escolha de seus governantes, ou seja, o direito às eleições diretas e também ao sufrágio universal.

Então, em abril de 1984, milhões de brasileiros foram às ruas reivindicar o direito de eleger o presidente da República, protagonizando a maior mobilização popular da história do país em prol das eleições diretas, as “Diretas Já”. Infelizmente a emenda constitucional que legitimaria as eleições diretas, ainda não seria aprovada. Faltaram 22 votos para que fosse atingido o quórum previsto para as mudanças constitucionais.

Em 1985, após 25 anos, um civil - Tancredo Neves foi eleito Presidente da República, derrotando o candidato preferido do antigo regime, Paulo Maluf através do voto indireto,⁴³ ou seja, através do Colégio Eleitoral (composto de membros do Congresso e delegados das

⁴² Informações presentes no texto “**Diretas já, 20 anos depois**” de autoria de Carlos Eduardo Matos para a Revista Nova Escola On-line, nº 171 de abril de 2004, onde o referido autor trata do significado da conquista das eleições diretas e também do sufrágio universal, lembrando que atualmente as pessoas muitas vezes reclamam de enfrentar filas e de não aproveitar o feriado para votar e que há vinte anos atrás milhares de pessoas se reuniram e se organizaram em São Paulo dispostos a enfrentar não somente filas como o próprio governo em nome do direito de votar para Presidente.

⁴³ O último Presidente eleito através do voto direto foi Jânio Quadros, nas eleições de 1960, após este período houve o golpe militar de 1964 e com ele, a ditadura. Os brasileiros ficaram desde 1960 sem eleger um “civil” para a Presidência (25 anos).

Assembléias Legislativas Estaduais). No entanto, o Presidente adoeceu às vésperas da posse e acabou falecendo em 21 de Abril de 1985, deixando o Vice-Presidente José Sarney como seu sucessor. Apesar das adversidades, foi um marco para o fim do regime militar no Brasil.

Outro episódio de inegável importância foi a nova Constituição de 1988, que passa a garantir os direitos ao voto facultativo de jovens entre 16 e 18 anos e idosos acima dos 70, assim como o direito de votos aos analfabetos, que até então se encontravam à margem dos processos eleitorais.⁴⁴

Os brasileiros chegaram a passar 29 anos sem eleger de maneira direta seus presidentes - de 1960 a 1989, ou seja, de Jânio Quadros até a eleição de Fernando Collor, quando então a população começa a conquistar uma maior autonomia, resgatando seus ideais democráticos.

A história das sucessões presidenciais e dos atores políticos no Brasil é bastante conturbada, cheia de altos e baixos, de evoluções e retrocessos, de conquistas e derrotas, marcada por golpes, deposições, repressão, autoritarismo, bloqueio dos movimentos sociais,⁴⁵ assim como tragédia e farsa.⁴⁶

A população não acompanhava as rápidas alterações do sistema normativo da época. Leis, regras, que num dia se encontravam em plena vigência, repentinamente deixavam de existir. Infelizmente isso não faz parte somente de fatos históricos que estão ligados ao

⁴⁴ O site do TSE possui um vasto material acerca da história das eleições no Brasil desde o período colonial. Informações essas que foram úteis para enriquecer os escritos deste primeiro capítulo. Há também dados estatísticos sobre a totalização de votos das últimas eleições, bem como de eleições anteriores que são importantes e servem de comparativo para analisarmos principalmente o grau de abstenção, votos nulos e em branco, pois que esses se relacionam com grau de interesse que o povo brasileiro dá às eleições. Disponível em: < http://www.tse.gov.br/institucional/centro_memoria/historia_eleicoes_brasil/principal/historia.html. > Acesso em: 10 nov. 2003.

⁴⁵ ALMEIDA, Lúcio Flávio Rodrigues de. De JK a FHC: apontamento para uma análise das lutas sociais no Brasil contemporâneo. In: RAMPINELLI, Waldir José e OURIQUES, Nildo Domingos (orgs.) **No fio da Navalha: Críticas das reformas liberais de FHC**. São Paulo: Xamã, 1997.

⁴⁶ Os termos “tragédia e farsa” foram emprestados da obra, “*O 18 Brumário de Luiz Bonaparte*” escrito por Karl Marx.

passado. Até os dias de hoje, quando entra um governo, muitas coisas modificam-se. Leis, planos econômicos são alterados conforme a vontade dos governantes.

Justamente por tudo isso aparece o desejo e a necessidade de uma maior participação dos cidadãos no trato das questões sociais, políticas e econômicas; uma maior autonomia por parte da população, e não simplesmente a obediência cega às ordens que o governo determina. Entretanto, no Brasil, existe uma dificuldade em se moldar uma nova personalidade democrática às elites autoritárias, que continuam comportando-se à moda antiga.

Jacques Lambert (1971, p.223), no que se refere à política local no século XIX diz que “A Democracia no Brasil, mais do que em qualquer outra parte, não podia deixar de ser uma democracia de Senhores; a população em geral, não tinha qualquer participação na vida política do país.”

Através de relatos sobre o colonialismo, pudemos levantar o nascimento de muitas questões que se apresentam sem soluções até o presente momento e que vêm a somar para o agravamento de questões sociais, especialmente nas faixas mais baixas da pirâmide social, em que imperam a pobreza e a miséria absoluta⁴⁷ e onde justamente as pessoas se tornam mais vulneráveis à venda de seus votos, pois a política dos pobres é alimentada pela simples necessidade de continuar existindo.

É este o contexto propício ao uso das práticas clientelistas, justamente onde a população sofre mais os efeitos da crise. Gera-se, assim, uma relação de promiscuidade entre o espaço público e privado que passam a se misturar e a serem confundidos, levando muitos a acharem que o espaço público é a continuação do privado.

⁴⁷ Em SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 10 ed. Rio de Janeiro: Record, 2003, p.132. Revela que a escassez vivida por grande parte dos habitantes do mundo é um dado permanente da existência, e diferencia pobreza de miséria absoluta. A pobreza pode ser considerada um estado de carência, de luta pela sobrevivência onde a tomada de consciência ainda é possível. Por sua vez, a miséria é um estado de privação total, de aniquilamento, onde a manipulação acaba sendo mais fácil.

A história política brasileira observada hoje através de relatos e documentos históricos demonstra a fragilidade, a instabilidade e insegurança da esfera pública. Com relação às instituições e à vida política, o autor Jacques Lambert resume a trajetória do país com a seguinte explicação:

[...] são aplicados estereótipos, talvez justificados pela nossa história como, individualismo anárquico, falta de respeito pela legalidade, gosto pela violência de militares políticos indisciplinados, culto do poder pessoal aguçado pela transposição imprudente do regime presidencial. Eis os traços culturais atribuídos ao nosso país e que seriam a causa dos golpes de Estado militares, das ditaduras presidenciais e das revoluções quadrienais. (LAMBERT, 1971, p.220)⁴⁸

Temos plena consciência, após essas explicações, de que o nosso passado político foi bastante confuso e conturbado, causa do formato de fazer política que temos hoje. Com base nesse passado tentamos buscar respostas capazes de justificar o comportamento de políticos e eleitores e o estilo de relação que se dá entre essas duas partes.

Apesar de já se passarem, mais de quinhentos anos, são essas raízes que ainda se refletem na nossa história e a elas nos vemos presos ainda hoje. Por isso, para entendermos o comportamento que adotamos na atualidade, a este passado temos que nos remeter.

Desse modo, o modelo patrimonialista – base de nosso sistema político – pode ser considerado a célula mãe da nossa sociedade e da referência não muito positiva que temos em termos de política.

Faoro corrobora isso, ao dizer:

O patrimonialismo foi o eixo principal da cultura política brasileira, somado a outras práticas como o clientelismo, a ética do favor e a corrupção que se tornam os responsáveis pelo fracasso das demandas populares e das insurreições democráticas. [...] o patrimonialismo com sua teia de amizades, de favores, de tolerâncias, de

⁴⁸ Jacques Lambert é autor do livro “*Os Dois Brasis*”, onde apresenta o Brasil como lugar onde habitam dois países antagônicos: um que está em desenvolvimento, no qual a população tem melhores condições de vida, correspondente aos estados do sul e do sudeste e um outro Brasil que está pautado ainda em práticas extremamente arcaicas, fruto do que legou do seu passado colonial, que corresponde principalmente aos estados do nordeste brasileiro.

apadrinhamentos é o responsável pela permanente tomada do poder e de políticas de governo frustrantes no Brasil.⁴⁹

O histórico das sempre conturbadas e polêmicas eleições no Brasil faz parte também da formação da nossa cultura política e de práticas, como o clientelismo e o mercantilismo do voto em períodos eleitorais. É também pela apreensão de uma conduta histórica que essas práticas chegam a ser vistas como parte do sistema e “normais” pela população em geral.

Desde o ano de 1889, ano marcado pela Proclamação da República, até hoje, já passaram pelo Governo do Brasil quarenta e três presidentes. Apenas dezoito deles chegaram ao poder através do voto popular e oito pela força das armas que tinham em punho.⁵⁰

Após essa longa caminhada política, chegamos ao ano de 1988, que foi um marco na história política, pela legitimação da Constituição e pela redemocratização do País, ainda em vigência até os dias de hoje.

Impossível seria dar continuidade a este trabalho, descartando a forma como foi instituída a redemocratização no Brasil, e como ela modifica intrinsecamente a sociedade e exige um padrão de comportamento da população diferente do de antigamente. É isso que iremos abordar e analisar no próximo capítulo.

⁴⁹ FAORO, Raymundo. **Os donos do poder**: formação do patronato político brasileiro. 5 ed. Rio de Janeiro: Globo, 1979. p.13.

⁵⁰ Dados numéricos retirados também do site do TSE.

CAPÍTULO 2

A REDEMOCRATIZAÇÃO DE 1988 NO BRASIL E AS MUDANÇAS OCASIONADAS NA SOCIEDADE.

2.1 MUDANÇAS NA SOCIEDADE CIVIL E NA CIDADANIA

Em 15 de Novembro de 1889, a Proclamação da República marca o fim da monarquia brasileira e do império. A história política do Brasil, desde então, tem procurado alcançar a democracia em uma caminhada nem sempre bem sucedida, pois se observam constantes retrocessos, em que se alternam períodos democráticos e autoritários.

Logo após a Proclamação da República, foi elaborada a Constituição de 1891 com características republicanas e que consolidou o sistema de governo presidencialista com mandatos de quatro anos sem direito à reeleição. As eleições seriam com sufrágio direto pela população por maioria dos votos, os quais ainda não eram permitidos às mulheres e aos analfabetos.⁵¹ Esta constituição vigorou até 1930, quando então os militares depuseram Washington Luís e encerraram a 1ª República e a “política do café com leite”.⁵²

Após este episódio, elabora-se a Constituição de 1934, que consagrava a democracia liberal, o voto direto e secreto, a liberdade de expressão e o voto das mulheres. Esta teve vida curta e sobreviveu apenas por três anos, até 1937, quando então Getúlio Vargas promoveu um golpe com o objetivo de manter-se no poder e outorgou a nova Constituição de 1937, que possuía características autoritárias.⁵³ Este período de autoritarismo perdurou até 1945 quando Vargas foi deposto.

⁵¹ OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **A Era Vargas – dos anos 20 a 1945**. Estudos Históricos da Fundação Getúlio Vargas. Disponível em: <http://www.cpdoc.fgv.br/nav_historia/htm/anos20/ev_crisepol_1891.htm>. Acesso em: 10 fev.2006.

⁵² Assim designada, porque foi uma política de revezamento do poder nacional entre os estados de São Paulo, poderoso economicamente, principalmente pela produção de café e Minas Gerais, grande pólo eleitoral do país e na época produtor de leite.

⁵³ O Senado Federal possui um vasto material sobre a história política do Brasil. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/comunica/historia/Rep07.htm>> . Acesso em: 10 fev.2006.

No ano de 1946 a nova Constituição teve em seu texto características democráticas e liberais e trouxe de volta as garantias e os direitos individuais, assim como o mandato presidencial de cinco anos, a proibição da reeleição para cargos executivos, o voto direto, secreto e obrigatório. O período democrático pautado por esta constituição durou de 1946 até 1964, quando um outro golpe derruba João Goulart e institui no país novamente um regime autoritário.

Esse novo período de ditadura é protagonizado pelo General Castelo Branco, pelo General Costa e Silva, passa também, por Emílio Garrastazu Médici, Ernesto Geisel e por João Baptista de Oliveira Figueiredo que encerra o regime ditatorial no ano de 1984, ano marcado pelo movimento das Diretas Já.

Como se pode observar, fizemos algumas tentativas frustradas, e a democracia atual foi somente legitimada com a Constituição de 1988.

Durante a maior parte de nossa trajetória política não convivemos com um país democrático, por isso não temos uma cultura de sermos de fato democráticos, de possuirmos comportamentos que sejam condizentes com o sistema.

A população não desenvolveu, historicamente, a habilidade do debate das questões públicas e não aprendeu a atuar participativamente nos problemas da sua comunidade. No entanto, podemos observar que, pelas características do período atual, desde 1988 uma nova cultura política está se formando, e isso pode ser confirmado pelo fato de se evidenciar um consenso democrático entre o público de massa nos dias de hoje.

Para Moisés (1995, p.107),

[...] a transição política brasileira durou mais de uma década (1974-1985), gerando um amplo e complexo movimento de oposição ao regime autoritário, servindo tanto para redefinir o compromisso de parcelas das elites com o regime político, como para generalizar as virtudes da democracia entre amplos setores da sociedade.

Essa modificação do interior da sociedade e dos comportamentos humanos é perceptível na formação de uma opinião pública um pouco mais atenta às questões políticas.

Um episódio que foi muito marcante para todo o universo de eleitores brasileiros foi a eleição de Fernando Collor de Mello. Primeiramente, porque como já foi citado, após 29 anos⁵⁴ o povo elegeu um presidente através do voto direto e depois porque a mesma nação retirou esse mesmo presidente, dois anos depois, através do primeiro “impeachment” brasileiro. Collor foi banido não somente pelo fracasso do seu plano econômico, mas também por denúncias de seu suposto envolvimento com práticas de corrupção. Nesse episódio, houve o envolvimento geral da população que, mais uma vez, vê frustrada a sua confiança no poder público.

O autor José Álvaro Moisés desenvolvia uma pesquisa de campo na área da Sociologia Política no período de 1990 a 1993, justamente quando da eleição e posse de Fernando Collor. No seu questionário uma das perguntas era: “Se o voto não fosse obrigatório, você votaria nas próximas eleições para Presidente do Brasil?”

A pergunta foi feita no ano de 1990 quando um total de 69,4% da população brasileira respondeu que sim, votaria mesmo que o voto não fosse obrigatório, 28,7 % respondeu que não votaria e 1,8% respondeu que talvez votasse. Em 1993, após o “impeachment”, o autor repete a pesquisa, que apresentou os seguintes resultados: 49,9% continuariam votando mesmo se o voto não fosse obrigatório, 46,9% disseram que não votariam e 3,1% responderam que talvez votassem. Ou seja, aparece uma queda de praticamente 20 pontos percentuais⁵⁵ daqueles que afirmavam votar e um aumento de 18,2 pontos percentuais dos que

⁵⁴ O último presidente eleito através do voto direto antes do período de ditadura militar foi Jânio Quadros, nas eleições de 1960. Com a sua renúncia, João Goulart assumiu o cargo e permaneceu nele de 1961 a 1964. O Brasil ficou então sem escolher um presidente pelo voto direto até 1989 quando então elegeu Fernando Collor.

⁵⁵ Ibid., MOISÉS, p.123.

não votariam. Os resultados são claros e representam o desencanto político e a revolta da população.

Assim, após uma grande conquista em relação aos direitos, à democratização, ao sufrágio universal, veio a frustração e o desencantamento e, por que não dizer, também a descrença, a revolta e até o afastamento em relação aos assuntos que tratam de política. A sensação de não ser capaz de escolher adequadamente, de sentir-se enganado pelas aparências, pelos jargões, pelo marketing bem feito, por um personagem criado em agências de publicidade, acaba se concretizando na sensação de impossibilidade de influenciar nas decisões maiores do processo de condução da política da nação.

Apesar da constatação da enorme resistência em se mudarem situações e comportamentos humanos, por conta de episódios como os da era Collor somados às intrincadas tradições políticas constituídas, vão se delineando novos contornos de um conjunto de atitudes e reações do povo brasileiro em face do sistema político nacional.

2.2 A TENTATIVA DE SE INSTITUIR A DEMOCRACIA SOBRE A NOSSA CULTURA POLÍTICA FORMADA NO PERÍODO COLONIAL

Como já foi explanado, cada país é herdeiro de uma determinada estrutura que foi construída através dos tempos e da qual emergem muitas vezes os problemas conjunturais que são presenciados diariamente e que tem se tornado corriqueiros para a maioria dos cidadãos brasileiros. Os determinantes histórico-estruturais acabam por influenciar também a implementação de comportamentos dos mais diversos por parte dos políticos e da população.

Alguns estudiosos, como Montesquieu, (1996, p.42), sustentavam que cada forma de governo requer a presença de determinados padrões culturais para permanecer e funcionar de

maneira adequada e que, se não existisse uma certa compatibilidade com os costumes e hábitos sociais, seria difícil concretizar qualquer forma de governo que se tentasse instituir.⁵⁶

Um país como o Brasil, assim como outros países da América Latina que também passaram pela experiência de regimes autoritários, proporcionam interessantes reflexões com respeito à presença e difusão de valores democráticos em cima de uma sociedade acostumada com outros valores contrários a democracia.

Almond e Verba (1963) tinham como preocupação e objetivo, nos seus estudos, investigar a presença de valores e condutas comparando-as com os fundamentos sociais e civis do sistema democrático. Valores e condutas que englobam, dentre outras coisas, a tolerância política, civil e social, a crença na eficácia da participação política e adequado reconhecimento dos direitos políticos e civis dos cidadãos.

Outro autor que faz considerações importantes acerca de influência da cultura política na democratização e nos comportamentos é Oliveira Vianna (1949, p.197-224). Ele fala sobre a dificuldade de se instituir um modelo democrático no Brasil, cuja cultura política emerge de formas autoritárias e patriarcais, e onde a população nunca gozou de certa autonomia e nem de qualquer espécie de atividade e pensamento voltado ao bem social e ao interesse coletivo.⁵⁷

O fato de a população ter vivido um longo período autoritário e estar advindo de um modelo de sociedade escravocrata fez com que as pessoas se acostumassem, de acordo com

⁵⁶ Montesquieu (1996, p.42) observou diferentes nações e percebeu que os elementos culturais incluem a religião, os costumes, as maneiras, e que esses aspectos acabam muitas vezes por governar os homens. Daí a dificuldade que ele via em implementar políticas democráticas em países em que a cultura política não fosse compatível.

⁵⁷ O autor demonstra um exagerado pessimismo em relação à democratização de um país que não tivesse uma base liberal, principalmente quando se refere a comportamentos compatíveis com o sistema democrático. Por alguns momentos parece não ser possível instituir a democracia em um país que não contasse com uma base cultural que possuísse um cunho liberal.

Putnam (1997), aos vínculos chamados “patronais-clientelísticos”⁵⁸, que operam através de relações de exploração e dependência.

É possível presenciar, em autores como Oliveira Vianna, grandes preocupações em modificar a cultura e os costumes de uma nação, sem, contudo, conforme o autor, colocar em dúvida o potencial democrático do Brasil, até porque potencialidades existem em maior ou menor grau em todo o país que se deseje democratizar.

A implementação da democracia seria possível em qualquer lugar do mundo que se desejasse. As resistências é que poderiam variar de um lugar para outro em intensidades diversas e conforme alguns determinantes históricos, que emolduram diferentes nações. O que existe é uma certa dificuldade de implantação da democracia em maior ou menor grau, e essa variação ocorre, justamente, devido a fatores pré-existentes, pela estrutura que já se encontra formada, bem como a cultura inerente a cada comunidade ou nação.

O risco que poderia ocorrer no Brasil, segundo Vianna, (1949 p.197-224) era que se implantássemos uma política democrática sobre uma estrutura social nula, onde não se tinha noção de coletivismo, onde as pessoas continuariam apenas a se comportar e a pensar em si mesmas e em seus próprios interesses, suas condutas permaneceriam, como sempre foram, individualistas.

Para Vianna, seria complexo colocar o poder público nas mãos de pessoas com esse perfil comportamental, que simplesmente sairiam de seus mundos privados, dominados por um modelo puramente individualizado e migrariam, sob este formato original, para comporem partidos políticos e comandarem a vida pública.

E foi com essas dificuldades previstas por ele que aconteceu a inserção do modelo democrático no Brasil.

⁵⁸ A expressão “patronais-clientelísticos” foi retirada da obra, *Comunidade e Democracia: a experiência da Itália moderna*, escrito em 1997 por Putnam.

Por décadas a sociedade civil vem tentando reverter este quadro para modificar esta cultura, ainda tão presente, tão intrínseca a todos nós, buscando galgar um espaço com maior liberdade e autonomia a fim de suprir os seus anseios e necessidades.⁵⁹

Os estudos sobre cultura política procuram demonstrar que a democratização, quando atinge apenas o sistema político-institucional e não se faz acompanhar de mudanças no processo de socialização, tende a gerar regimes mais instáveis e de baixa legitimidade. Esse cenário, no qual se observam essas relações de incongruência entre a estrutura institucional e a cultura política, tem sido particularmente útil para análise dos problemas que afetam as democracias contemporâneas da América Latina.⁶⁰

Para se manter um sistema democrático é desejável que a população tenha um comportamento diferenciado fazendo uso de valores, como a tolerância e a moderação, que possam permitir a sua estabilidade. Seria uma maneira de melhor firmar a democracia, é o que talvez possamos chamar de uma revolução comportamentalista.

O emergir da democracia vem como uma onda que varreu grande parte dos continentes, quase como uma unanimidade. Hoje, um número muito expressivo de países tem clamado por políticas que se baseiem em ações democráticas, portanto, sinônimo de pluralismo e expressão de interesses diversos. A democracia surge do declínio dos regimes totalitários e autoritários justamente para substituí-los, trazendo uma nova opção governativa, resultando em uma universalização em torno desses ideais.

⁵⁹ MOISÉS, José Álvaro. Democratização e cultura de massas no Brasil. **Revista Lua Nova**. CEDEC. Campinas, n. 26, p. 05-06, 1992.

⁶⁰ Explicações presentes no texto de KUSCHNIR e CARNEIRO (1999, p. 19), no qual os autores dizem que os valores e as atitudes frente ao sistema político e social constituem objetos típicos dos estudos sobre a cultura política e também que o pressuposto culturalista estabelece que normas e valores têm importância decisiva para o funcionamento das instituições políticas. Nesse sentido, a relação de causalidade, teoricamente estabelecida, entre as atitudes frente ao sistema político e social e o próprio funcionamento de instituições leva-nos a esperar que níveis mais altos de adesão afetiva aumentem as chances de sobrevivência de um determinado sistema político.

Depois de passarmos por muito tempo vivendo sob o véu da ditadura e da opressão, é importante, aliás, é essencial, que a figura dos políticos e principalmente do Presidente da República conte com grande habilidade e autoridade com o intuito de promover a solidificação do regime democrático, realmente calcado em valores, para dessa forma tentar fortalecer o país, uma vez que é inegável a desorganização e enfraquecimento das suas forças políticas.

O autor Norberto Bobbio (1986) faz considerações interessantes acerca da democracia, quando faz a sua representação sob duas formas distintas: a democracia ideal e a democracia real.

Segundo o autor, a diferença está no fato de que a democracia ideal é aquela descrita teoricamente, na essência, em que se estabelecem os princípios do plano democrático, os quais, quando aplicados no cotidiano da sociedade, confrontam-se com os problemas inerentes à sociedade advindos da estrutura de mundo que hoje possuímos – essa é a democracia real, aquela com a qual convivemos, adaptada aos padrões da realidade existente.⁶¹

O que proporciona o diferencial da democracia de outras formas de governo, segundo Bobbio (1986, p.11), é o seu núcleo interno de poder, onde a dureza e o autoritarismo seriam banidos. Encontraríamos, neste núcleo, uma relação de cooperativismo, de somar forças, de debate e solidariedade.

Existe uma aparente relação de dependência do modelo democrático com aspectos valorativos e atitudinais por parte da população, mas entre esses dois pólos existe uma pluralidade de questões, fatores complexos de serem administrados e que a democracia se propõe a resolver.

⁶¹ Ver em BOBBIO, Norberto. **O Futuro da Democracia**: uma defesa das regras do jogo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986, p.10.

Para melhor entender essas questões, deparamo-nos com inúmeros pontos a serem analisados. Por exemplo: a implantação do regime democrático causa a inicial expectativa de se superar e eliminar a maioria dos, senão todos os problemas existentes na sociedade. No entanto, as circunstâncias deficitárias de âmbito social, econômico e político resistem e acabam permanecendo por mais tempo.

Passada a euforia inicial, chega o momento de se conviver com a realidade e com os problemas que nela habitam. Começa-se a enxergar, de forma nítida, que independente da forma de governo que se tenha, inclusive dentro do sistema democrático, os problemas sempre existirão, e que a democracia não é um remédio para todos os males; uma panacéia.

Nesse momento pós-euforia, ocorre um natural desgaste da imagem do regime que se revela depreciado, ocasionando uma espécie de frustração e apatia daqueles que inicialmente haviam apostado na sua rápida e eficiente implantação.

Corroborando, José Álvaro Moisés (1995, p. 83-84) salienta o seguinte:

[...] passada a fase do *festival da democracia*, os verdadeiros problemas aparecem. Por mais desejáveis que sejam, “as novas democracias” revelam-se profundamente marcadas por uma distribuição desigual, não só dos bens materiais, mas também dos bens simbólicos e dos recursos de poder através dos quais enfrentam os conflitos societários básicos. [...] Em consequência, o entusiasmo democrático dos primeiros tempos cede lugar ao desencanto, apatia e até à hostilidade em face de distorções que, muitas vezes, envolvem políticos e instituições democráticas, e isso é ainda mais grave quando, municiada pela livre circulação de informações que caracteriza o ambiente democrático, a opinião pública toma conhecimento de seguidas e continuadas práticas de corrupção envolvendo membros do governo, do parlamento e dos partidos políticos. Também a reversão de expectativas com a demora para que a política democrática apresente resultados substantivos frustra parcelas significativas de cidadãos e suscita reações potencialmente capazes de corroer a nascente legitimidade democrática ou converter-se em estímulo à ação dos que querem destruir as “novas democracias”.

Diante da possibilidade de mudança, criam-se novas expectativas, alimenta-se o imaginário e nutrem-se as esperanças da população, como um todo, especialmente da que vive em situação de extrema pobreza que é a grande maioria. É a oportunidade de ter melhores perspectivas de futuro, é a esperança de um país melhor – um país democrático.

Existe toda uma relação de simbolismo com a democracia, que estabelece uma crença sobre sua funcionalidade e, quando isto não ocorre, leva à revolta e inclusive induz a produzir uma espécie de comportamento antidemocrático que acaba até por reduzir o papel do cidadão na política. Isso leva a concluir que os determinantes que envolvem a vida de cada pessoa acabam afetando o seu estado psicológico e comportamental.

Os problemas com a distribuição desigual da renda e de poder geram conflitos societários pela dificuldade em minimizá-los ou eliminá-los. A demora no aparecimento de resultados positivos em curto prazo e a expectativa que se cria revertem-se em frustração por parte da população que não consegue concretizar instantaneamente seus anseios.⁶²

Mesmo diante deste quadro de dificuldades em relação à sobrevivência e, também, do convívio do ser humano com sentimentos de insegurança, indignação e falta de esperança, não se pode desconsiderar que a consolidação do sistema democrático depende da nação, que se constitui como unidade componente do sistema político e força motriz indispensável no que tange ao desenvolvimento e solidificação da democracia no país.

A implementação de um modelo democrático não consiste apenas na conquista, na modificação das regras inerentes à política, como as eleições livres e a garantia de direitos civis previstos na Constituição, e sim em uma mudança que se dê também de fora para dentro, partindo da participação dos atores sociais.⁶³

Pelo bem da própria democracia, o governo precisa fazer sua parte, tentar superar sempre as dificuldades em todas as esferas públicas, principalmente na área social. E em contrapartida a nação precisa ter consciência de que quanto mais se revolta e sai do cenário

⁶² Em MOISÉS, José Álvaro. Democratização e cultura de massas no Brasil. Revista Lua Nova. CEDEC. Campinas, n. 26, 1992.

⁶³ Encontrado no GRUPO DE ESTUDOS SOBRE A CONSTRUÇÃO DEMOCRÁTICA. Sociedade civil e democracia participativa. **Revista Idéias**. IFCH-Unicamp, Campinas, 1998/99.

político em sinal de repúdio, outras pessoas vêm para tomar o lugar dessas que se ausentaram, com o intuito de buscar seus próprios interesses.

2.2.1 As Barreiras que a Democracia encontra no interior da Esfera Pública.

A implementação da democracia bem como de qualquer outra mudança se faz de maneira gradativa, especialmente as que envolvem valores, atitudes, costumes e cultura, que tem uma amplitude maior pois devem atingir tanto o macro quanto os microespaços, ou seja, o interior do Estado, do governo e da sociedade.

Estivemos explanando bastante a respeito da incorporação de atitudes e valores por parte da população, mas existe outro lado também preocupante que é o interior do governo, e os atores políticos que fazem parte dele. As pessoas que estão à frente do país, comandando sua administração, dando os rumos à nação.

Observa-se que a determinados grupos políticos nem sempre é interessante estimular a participação pública no debate político, assim como despertar o senso crítico. Geralmente o que alguns grupos fazem de maneira camuflada é desestimular a participação política e a troca de idéias na população.

Para Dallari (1984, p.85),

O desinteresse pregado por motivos táticos é baseado na intenção de afastar o povo das decisões políticas. Os grupos com tendência totalitária, que desejam decidir sozinhos, sem interferência do povo, procuram desestimular a participação política. Tentam difundir a idéia de que o povo não pode e não quer perder tempo com problemas políticos. Visando desestimular a participação política, os grupos que tomam um governo querem muitas vezes evitar que o povo exija procedimentos democráticos e honestos, costumam forçar a mudança de leis para concentrar em suas mãos a maior soma possível de poderes. Desse modo o povo sente que não influi de maneira alguma nas decisões e que sua participação é apenas uma formalidade sem importância. E acaba por se desinteressar, deixando o grupo dominante governar como quiser.

Modificar comportamentos e costumes tradicionais são questões delicadas, mas necessárias. A classe política concentrada no poder, hoje, vem sendo renovada aos poucos,

muita gente jovem tem sido incorporada, e sabe-se que é mais fácil modificar atitudes de novatos, que ainda estão em processo de definição de seu estilo político e de suas ideologias, do que tentarmos mudar o estilo de um político que tem quarenta, cinquenta anos de vida pública, com posições cristalizadas de valores historicamente constituídos.

Entretanto, os conservadores e tradicionalistas no meio político ainda são a maioria. São aqueles que herdaram as tradições políticas do bisavô, do avô, do pai, e que vêm conservando e mantendo estes modelos, até os dias de hoje. É a cultura política brasileira passando de geração a geração, sendo assimilada ainda pela sociedade atual, o que de certa forma é preocupante, porque os costumes muitas vezes não se dissolveram com o passar dos tempos e não acompanharam as mudanças próprias da evolução.

Muitos atores políticos levantam a bandeira da democracia, defendem seus princípios, se mostram favoráveis, mas não a praticam nas suas atitudes diárias, principalmente em questões relacionadas à sociedade e a resguardar os princípios morais e éticos.

Podemos até mesmo presenciar manifestações no contexto geral do Estado que diz se propor a praticar políticas democráticas, mas no interior, no nível dos microespaços ⁶⁴ isto não acontece. Existe uma barreira que impede a aceitação de uma configuração realmente democrática nessa relação entre estado e sociedade civil, em que se perde o verdadeiro sentido da palavra cidadania. Assim, observa-se a incorporação da bandeira da democracia e a defesa de seus princípios em um discurso contraditório, no qual se revelam posturas autoritárias e inflexíveis.

O nosso pensamento é colonizado, a nossa cultura é patrimonial e naturalmente não democrática. Não existe interesse por parte de alguns atores políticos que a democracia se faça presente, pois quanto menos participação popular houver, maior o controle que eles

⁶⁴ Em AVRITZER, Leonardo. **A moralidade da democracia**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1996, p.125-151.

podem ter das situações a seu favor. Muitos proferem discursos altamente democráticos em horário nobre, mas ainda insistem no modo colonial de comportamento nas práticas públicas.

Segundo Tocqueville (1969, p.319-347), a valorização da democracia depende diretamente da interação, dos rumos que a sociedade dá a ela, ou seja, depende muito da maneira com que a sociedade conduz as coisas para se ter ou não uma verdadeira democracia que preze por igualdade, dignidade e liberdade.

Quando existe uma difusão do credo democrático, um compartilhamento entre a população e governo, promove-se um fortalecimento, uma consolidação desses valores, que se enraízam no espírito das pessoas, proporcionando o convívio e o respeito aos padrões da democracia mesmo com suas falhas. O sucesso ou não da democracia depende muito da participação da população, na medida em que há cobrança de posicionamentos e exigência de comportamento condizente com o cargo que cada político ocupa.

2.2.2 A polêmica discussão sobre a necessidade ou não de um Consenso Ideológico em relação à Democracia.

Existem duas correntes de pensamento em relação à democracia: uma chamada consensualista,⁶⁵ a qual defende que para a democracia se consolidar seria necessário haver desejabilidade, ou seja, que todos os membros da sociedade e da comunidade política aceitem suas regras. E outra concepção designada como conflitualista, a qual prevê que a maioria da população deseja a democracia como regime e esteja de acordo com suas regras, mas não necessariamente a sua totalidade.

Ora, se a democracia representa em primeiro lugar liberdade, então a primeira concepção designada como consensualista apresenta-se contraditória, pois estaria desta forma

⁶⁵ A teoria da concepção consensualista é de autoria de J. Chalmers e se encontra presente em sua obra intitulada como: **Revolutionary Change** a qual é citada por José Álvaro Moisés no seu livro **Os Brasileiros e a Democracia**, p.183.

contrariando, tolhendo este primeiro princípio da democracia que é o da liberdade de escolha, do livre arbítrio, de querer ou não, de concordar ou não com alguma coisa.

É saudável, conviver com o dissenso,⁶⁶ com o debate e troca de opiniões, inclusive no que tange ao querer ou não a democracia. Quando temos a oportunidade de presenciar autores e jornalistas atribuindo a uma visão consensualista o sucesso da democracia, eles mesmos estão propondo uma teoria anti-democrática, em relação aos seus próprios preceitos. Devemos chegar a uma visão consensualista quanto à resolução dos problemas sociais, econômicos, de solidariedade mas não em relação à desejabilidade da democracia.

A virtude da democracia está justamente em respeitar a diversidade, a universalidade e a pluralidade de determinações com que ela convive.

Giddens (1995, p.56) apresenta um modelo, o qual denomina de “democracia deliberativa,” que tem sido foco de comparações com a democracia liberal. No entanto, elas são diferentes, pois o modelo liberal baseia-se em determinadas regras e num conjunto de valores que as compõem, ao passo que o modelo deliberativo busca debate, interação, consenso na implementação de ações no âmbito político e social, e além disso incentiva um acordo entre sujeitos políticos e sujeitos sociais.⁶⁷

As questões que se encontrarem em pauta deverão ser discutidas abertamente e espontaneamente, objetivando um julgamento consensual, mas sem a necessidade de ser unânime.

Não importam os meios que sejam usados para isso, o importante é que haja uma interatividade entre os sujeitos para que eles cheguem a um equilíbrio de opiniões pelo que

⁶⁶ Sobre a teoria conflitualista e sobre o dissenso ideológico ver BOBBIO, Norberto. **O Futuro da Democracia**: uma defesa das regras do jogo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986, p. 60-65.

⁶⁷ Em GIDDENS, Anthony. **Para além da esquerda e da direita**: o futuro da política radical. São Paulo: Ed. UNESP, 1996, p.135

ouviram e disseram e, assim, ponderem e decidam pelo caminho mais pertinente. (HABERMAS, 2003, p.193-212)

O principal problema existente aqui é que a sociedade civil fica nas mãos do Estado, pois dele depende para proporcionar a abertura de um campo de discussão, de maior participação, de delegar parte de sua autoridade e domínio político para que os sujeitos sociais possam vir a fazer parte do cenário e da tomada de decisões.

Depende muito do Estado proporcionar esta abertura, dar autonomia, a fim de criar uma relação de comprometimento das pessoas com o seu país, para que a população sinta-se cidadã ativa e participante.

Para Bobbio (1986, p.61),

[...] o regime democrático está fundamentado não sobre o consenso, mas sobre o dissenso, e onde este dissenso for livre para se manifestar o consenso será real, e onde houver o consenso real pode se considerar o sistema realmente como democrático.

É através do dissenso que as ações são discutidas, permeadas e analisadas até se chegar a um equilíbrio, a negociação propriamente dita.⁶⁸

Poderemos analisar esse ponto sob o seguinte aspecto: quanto mais a sociedade civil for convocada, quanto mais ela se sentir útil e perceber que existe uma preocupação e abertura realmente visível por parte do Estado na resolução dos problemas sociais, mais essa população será motivada a participar da luta pela resolução das questões inerentes às suas comunidades e inclusive a de uma maior inserção por parte desses sujeitos dentro dos processos políticos eleitorais, a fim de evitar a entrada de políticos de conduta duvidosa que possam vir a perturbar, piorar e colocar em risco conquistas galgadas ao longo do tempo.

No entanto, se houver uma inversão desta hipótese, ou seja, a existência de um Estado promotor de políticas austeras, que prejudiquem a população, e que mantenha um

⁶⁸ Ibid., BOBBIO, p. 61-64.

distanciamento proposital, dificultando o acesso da população aos trabalhos da administração pública, essa população provavelmente se tornará cada dia mais arredia, revoltada com seu país e seus dirigentes, afastando-se cada vez mais de se interessar por essas questões. Surge então um sentimento de descomprometimento com o país, produzindo um abismo entre sociedade civil e Estado.

No Brasil pode-se considerar que, durante a maior parte de sua história, fomos dominados pela segunda hipótese apresentada acima, pois experimentamos por quase todo o tempo regimes governamentais autoritários, que vetavam de diferentes formas a participação da população que ficava à margem dos acontecimentos, apenas assistindo à movimentação dentro do cenário político e, muitas vezes até, assistindo a verdadeiras barbáries como fraudes, corrupção e assaltos aos cofres públicos. Isso sem falar nas ações promovidas pelo Estado que prejudicam a população como a elevação dos impostos, dos juros e o aumento de exigências constantes para se conseguir uma aposentadoria.

2.2.3 A Ausência de uma Cultura Cívica fortalecida e de uma Base Liberal na Estrutura Política Brasileira.

A sociedade brasileira, comparada à de outros países, tem uma baixa identificação com os símbolos do Estado, não conseguindo assim construir uma cultura cívica forte. Este fato pode ser atribuído ao baixo nível de escolaridade da população e ao distanciamento que por muito tempo esteve permeando as relações entre Estado e Sociedade.

Esse quadro apresenta-se desta forma justamente pelo longo período que a população foi colocada à margem quanto ao trato das questões públicas e, talvez, possa se dizer que inclusive isto se torna fato gerador da redução do sentimento patriótico e de um afastamento e diminuição quanto às relações de afeto da população pelo país.

A partir dessa pouca identificação com o Estado desenvolve-se uma cultura de falta de respeito e burla generalizada às leis.⁶⁹

Talvez pudéssemos ter uma democracia diferente se o modelo democrático antes de ser instituído tivesse feito parte do cotidiano das pessoas, se o sistema tivesse sido internalizado pelos cidadãos por um longo e sólido processo de socialização política, pois teoricamente o capitalismo e a democracia se desenvolvem junto com o modelo liberal, o que difere do que foi o nosso passado político.

Para Duarte (2006),

O liberalismo é uma corrente política que abrange diversas ideologias históricas e presentes, que proclama como devendo ser o único objetivo do governo a preservação da liberdade individual. Tipicamente, o liberalismo favorece também o direito à discordância dos credos ortodoxos e das autoridades estabelecidas em termos políticos ou religiosos. Neste aspecto é o oposto do conservadorismo. A palavra "liberal" deriva do Latino "*liber*" ("livre") e os liberais, de todas as correntes, tendem a ver-se a si mesmos como os amigos da liberdade, particularmente liberdade relativamente às amarras da tradição. As origens do liberalismo na era do Iluminismo colocam esta filosofia em contraste com o feudalismo e o mercantilismo. Posteriormente, à medida que filosofias mais radicais se articulavam no decurso da Revolução Francesa e através do século XIX, o liberalismo definiu-se também em contraste com o socialismo e o comunismo, se bem que alguns aderentes do liberalismo (os liberais sociais) simpatizem com alguns dos objetivos e métodos da democracia social.⁷⁰

O sentido de liberalismo pensado neste trabalho não é o liberalismo defendido por algumas correntes como, por exemplo, a de Adam Smith e de John Stuart Mill.

Smith defendia o intervencionismo mínimo do estado na economia e a livre concorrência dos privados, proporcionando um mercado livre. A corrente liberal para ele estava inteiramente ligada à economia propriamente dita. Já o liberalismo de John Stuart Mill se insere dentro da corrente do liberalismo social, porque se preocupa com o fato de o estado fornecer oportunidades e bem-estar aos indivíduos componentes de sua nação.

⁶⁹ Ver em SORJ, Bernardo. **A nova sociedade brasileira**. 2 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

⁷⁰ Ver artigos sobre o liberalismo no portal Liberal-Social que fala sobre a origem do liberalismo no mundo, as diferentes correntes e a concepção sob a visão de vários filósofos liberais. A citação acima foi retirada do artigo escrito por DUARTE, Miguel. **O que é Liberalismo?** Disponível em: < <http://www.liberal-social.org/liberalismo>>. Acesso em: 16 fev. 2006.

O liberalismo pensado neste trabalho, quando se fala em política e democratização, é aquele que prevê um estado liberal capaz de fornecer mobilidade a sua nação, no sentido de uma ampliação do seu potencial participativo na esfera pública, de poder opinar, de ouvir e ser ouvido, de debater, influenciar e até modificar o que não está adequado se preciso for. Quando se fala aqui na importância de ter uma base liberal, quer dizer ter uma tradição, um costume, uma cultura que permita abertura por parte do estado em deixar com que as pessoas levem os problemas políticos, econômicos e sociais ao debate.

Com o modelo liberal fazendo parte da vida da nação, a população já se acostumaria a conviver com essas práticas de governo. Haveria, desta forma, uma passagem gradativa, que daria tempo suficiente para politizar e adaptar a população a um novo modelo de governo.

Segundo Baquero (1998, p.34), aqui no Brasil o capitalismo surge sem a formação de uma base social, econômica e ideológica de cunho liberal, pois ela é um meio utilizado na resolução dos problemas políticos. E, dessa forma, é natural que no Brasil exista uma maior dificuldade de democratização, pois não existe uma base sólida, um terreno que fosse propício, que tivesse sido preparado para instaurar a democracia.

A democracia, como afirma Bobbio (1986, p.61), não pode ser vista somente como um conjunto de regras e procedimentos, mas depende também de uma postura que seja adequada por parte da população e dos políticos, em exercício diário, agregada aos costumes, a valores, ou seja, antes de tudo uma opção social.

Existe uma aparente relação de causalidade entre a democracia e a cultura política, demonstrando a necessidade de existir uma cultura cívica, uma maior identificação e aproximação da população com os símbolos da pátria. Há a necessidade de que essas crenças e valores subjetivos sejam incorporados pela população como forma de conhecimento e de ampliação do sentimento patriótico, estimulando a atenção, o zelo da população pelas questões de interesse público. Quando falamos em cultura cívica não estamos nos referindo a

uma aproximação para promover a manipulação humana ou uma espécie de lavagem cerebral, algo parecido com o que foi feito intencionalmente no período da ditadura em que disciplinas como OSPB (Organização Social e Política do Brasil) e EMC (Educação Moral e Cívica) marcaram o currículo escolar das crianças e jovens naquele período histórico.

Essas disciplinas faziam parte do currículo escolar e cursá-las era obrigatório. Embora tenham sido instituídas no período militar e fossem vistas por muitos de maneira negativa, tinham também o seu lado positivo. Elas estudavam o significado dos hinos, tratavam da história política do país, da composição dos cargos no governo, da função e atividades inerentes a cada cargo público; ainda forneciam formação cívica, educavam para a cidadania e levava estudantes a fabricarem suas próprias reflexões e convicções.

O uso de tais disciplinas no currículo escolar despertou muitas críticas por parte da classe de educadores, sociólogos e filósofos, por ser vista como um meio usado na promoção da manipulação humana em favor da ditadura.

No entanto, o estudo obrigatório de tais disciplinas, despertava a cidadania, o senso crítico e uma maior observação em relação ao cenário nacional. Hoje, como vivemos num regime democrático que difere do que foi o nosso passado, poder-se-ia perfeitamente executá-las de maneira mais leve, sem os ditames da ditadura.

Talvez, fosse possível planejar a criação de uma disciplina alternativa, sem a exaltação nem tampouco a bajulação da autoridade, com a finalidade de promover a educação ética e moral das pessoas em idade escolar, a fim de evitar a alienação e o desenvolvimento de uma maior capacidade crítica, interesse e patriotismo, para que os alunos, no caso, tenham liberdade de pensar e agir e possam refletir por eles mesmos sem se deixar influenciar apenas pelas informações que comprem prontas de um amigo, familiar ou através da mídia.

Em recente Congresso de Direito Político, na cidade de Curitiba, alguns estudiosos defendiam estas disciplinas, dizendo que no período da ditadura, embora de forma

inconsciente, os militares estavam preparando, formando verdadeiros cidadãos e despertando o espírito da cidadania e que mesmo não sendo este seu intuito real, eles estavam favorecendo a formação de cidadãos e a própria democracia.

Dizia Gonçalves (2004),⁷¹

A educação moral e cívica foi importante, pois educava justamente no contrapé do período da ditadura, educava sim, cívica e moralmente em direção ao sentido democrático. Se não dermos educação política aos jovens e noção de deveres com a sociedade, este jovem se limitará à pequena política e não à grande política onde se debatem e resolvem de fato questões que são inerentes à mesma. (informação verbal).

A ditadura deixou muita marca negativa na lembrança dos brasileiros e, como as expectativas políticas são o produto das experiências históricas, as expectativas pós-ditadura eram de que se democratizasse o país. Os problemas que estavam por vir relacionavam-se às dificuldades que se encontrariam na ruptura com antigas formas e costumes agregados a personalidades de muitos brasileiros e da classe política.

Hoje, traçando um olhar sobre o passado, pode-se dizer que entramos em um processo evolutivo deste 1988 com a nova Constituição, instituída com o intuito de garantir novos direitos.

Foi a partir deste ponto que o Brasil começou a trilhar um caminho em busca da interação entre sujeitos sociais e políticos e de uma reaproximação do público com seu país. Aliás, o aumento de movimentos sociais, na década 70, vem para sinalizar a desejabilidade de um modelo governamental diferente.

As demonstrações públicas em forma de movimento social começam a surgir com o intuito de defesa e de uma mudança de atitude e comportamento referentes a questões

⁷¹ A palestrante citada é a Professora Doutora Maria Dativa de Salles Gonçalves, da Universidade Federal do Paraná em sua apresentação sobre “*Educação Política no Brasil: os caminhos para democracia real*,” em 21 de Abril de 2004, Congresso Brasileiro de Direito Político no Canal da Música em Curitiba – Pr.

distintas, como o racismo, a violência contra mulheres e crianças, a homossexualidade, a liberdade política, dentre outras.

Parece que emerge de repente uma necessidade por parte da população de se afirmar como cidadã, como uma parte que compõe e se insere no todo político.

2.2.4 O Colapso Econômico Brasileiro e sua Relação com a Democracia.

Algumas experiências democráticas bem sucedidas sugerem que a questão de aceitação da democracia por uma nação está diretamente ligada à eficiência de produção de bens materiais e à melhoria, em termos econômicos, da vida da população.

No entanto, se observarmos o período pós-ditadura, iremos perceber que ele foi justamente o auge do colapso econômico brasileiro, quando o país passou por enormes dificuldades com os governos José Sarney, Fernando Collor de Mello e Itamar Franco. O país viveu quase dez anos de grandes dificuldades no setor econômico e social, convivendo com uma inflação galopante, taxas de desemprego altíssimas e carência nos serviços públicos.

A população reage à performance da nova forma de governo, mostrando sua insatisfação e desconfiança nos políticos e no funcionamento das instituições ligadas ao governo.

Entretanto, apesar desse quadro, pode-se dizer que a democracia se firma no Brasil e desfruta de certa estabilidade, pois embora haja descontentamento por parte da população, ainda assim a maioria vê nos regimes autoritários uma forma de retrocesso, principalmente para aquelas pessoas que tem consciência dos abusos e das barbáries do regime militar e do autoritarismo.

Infelizmente hoje não temos condições de colocar em prática o modelo de democracia que era utilizado na Grécia, onde as cidades eram designadas de “*polis*,” ou seja, lugar onde as pessoas viviam juntas.⁷²

Neste período, os problemas comunitários eram discutidos ao ar livre, na chamada “*ágora*” (uma espécie de praça pública), onde algumas pessoas, com exceção de servos e mulheres, reuniam-se sob a luz do sol e ouviam os oradores que expunham suas propostas e opiniões relacionadas à solução dos problemas sociais e, após as discussões e trocas de idéias, chegavam a um consenso, e o povo decidia pela melhor solução.

Hoje, foge totalmente de nossas perspectivas essa transparência no poder que se relaciona às questões públicas. O período da Grécia antiga ficou para trás, e atualmente esses fatos infelizmente são lembrados e vividos somente através dos livros de História. Entretanto, na história mais recente, entre os abusos vividos com o autoritarismo de ontem e a desilusão com a democracia de hoje, ainda ficamos com a tão esperada e enfim conquistada democracia de nossos dias, que, embora ainda não seja a ideal, é nossa.

2.3 A CIDADANIA E A SOCIEDADE CIVIL DENTRO DO ESPAÇO POLÍTICO BRASILEIRO.

Ser cidadão é ter direitos e deveres dentro de um Estado, é exercer seus direitos não esquecendo da mesma forma seus deveres como parte integrada de seu território-nação. É não apenas se sentir, mas ser responsável, crítico, exigente em relação ao que diz respeito ao seu país e, ainda mais, é manter-se informado, é ser prudente, disciplinado e leal com respeito às leis, primar pela moral e pelos bons costumes no convívio social, não esquecendo nunca a solidariedade.

⁷² Dalmo de Abreu Dallari escreveu um pequeno livro no ano de 1984 sobre Participação Política no qual falava nas páginas 7 e 8, sobre Aristóteles e a nascente da palavra “política” que deriva justamente da palavra “polis” que quer dizer, lugar onde as pessoas vivem juntas, a vida em comum, as regras de organização dessa vida, os objetivos comuns existentes nessas comunidades e como as decisões eram tomadas a partir de um consenso.

Jaime Pinsky (2003, p.09) diz que:

Ser cidadão é ter direito à vida, à liberdade, à propriedade, à igualdade perante a lei: é, em resumo ter direitos civis. É também participar no destino da sociedade, votar, ser votado, ter direitos políticos. Os direitos civis e políticos, não asseguram a democracia sem os direitos sociais, aqueles que garantem a participação do indivíduo na riqueza coletiva: o direito à educação, ao trabalho digno, ao salário justo, à saúde, a uma velhice tranqüila. Exercer a cidadania plena é ter direitos civis, políticos e sociais.

Em seu sentido amplo a cidadania deveria se constituir como a finalidade principal do Estado democrático, no qual se garantam os direitos fundamentais (liberdade de propriedade, de consciência, de associação, de manifestação do pensamento, de participação política, de iniciativa popular, direito ao trabalho, à saúde e educação, segurança pública e ainda o direito à qualidade de vida e ao meio ambiente preservado, sem esquecer também de que compete a nós como cidadãos preservá-lo).⁷³

O Estado deve desempenhar o papel de assegurar esses direitos aos cidadãos, deve estar a serviço da coletividade, respeitar e primar pelos direitos fundamentais da sociedade, concretizando melhores condições de vida da população e tentando viabilizar a igualdade econômica e social.

Para Giddens (1996, p.135), o conceito de política traz implícita a idéia da cidadania, do diálogo, do reconhecimento e do respeito ao outro, da participação, do comum, do público. Política, para Giddens, é uma interação social com base ética e isso está na origem da formação do próprio conceito de política e também no de cidadania. É poder dialogar, divergir, argumentar, ter opinião, ser reconhecido, participar, ser responsável. São elementos do processo político, da construção de um espaço público e de um processo de afirmação da cidadania.

⁷³ Explicações presentes em SORJ, Bernardo. **A nova sociedade brasileira**. 2 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001. p.24-35.

Também Dallari (1981, p.8-10) fala sobre a cidadania e a política, lembrando que Aristóteles dizia que o homem era um animal político e sendo assim “tratar de política é cuidar de decisões sobre problemas de interesse da coletividade. Política é a arte e a ciência do governo, é a conjugação das ações dos indivíduos e grupos humanos, dirigindo-as a um fim comum.”

Tudo aquilo que o homem possui e realiza se dá no interior de uma sociedade, do convívio com outras pessoas, e que todas essas pessoas são iguais, devem ser valorizadas igualmente. Embora com o passar do tempo passem a fixar posições sociais diferentes, as quais designamos de “classes sociais”, a igualdade em termos de cidadania deve permanecer acima de qualquer distinção de classe.

A cidadania acontece nos espaços das relações sociais, a partir da interação entre os sujeitos sociais, políticos e em conjunto também com o Estado. É algo dinâmico, sempre em construção, na arena do debate político e público, isto é, pela superação dos entraves à participação em processos decisórios e sobre o desenvolvimento da sociedade.

É importante que existam cidadãos ativos que possuam ideais claros, sem estarem impregnados de radicalismos e atitudes de fanatismo, em virtude de uma crença exagerada daquilo que se tem como verdade, em que os ideais se voltam ao próprio benefício.

Equilíbrio e bom senso são as palavras-chaves para um bom entendimento entre cidadãos e Estado e para se conseguir, com base em negociações, as melhorias necessárias para o amparo e atendimento social.

O conceito de cidadania está intrinsecamente relacionado com a inclusão social, portanto com direitos e com a questão do desenvolvimento. E o desenvolvimento é um fenômeno social complexo que começa com a formação dos sujeitos envolvidos e se estende por todos os espaços de atuação humana, sejam eles do campo da economia, da política ou da cultura.

O cidadão não pode ser visto apenas como eleitor, tem que ser visto como pessoa que tem anseios e deveres, como consumidor e contribuinte, e o Estado deve estar sempre a serviço da sociedade e não a serviço dele mesmo.

A organização dos cidadãos e a atividade de praticar a cidadania em forma de participação política, seja em período eleitoral ou fora dele, é de grande importância, pois qualquer problema político existente é capaz de exercer influência positiva ou negativa, não somente na vida de um único cidadão, mas em todo o conjunto da sociedade, na sua organização e no seu funcionamento.

Essa materialização de atitudes e de valores nos cidadãos aparece com a democratização que permite uma maior abertura ao povo brasileiro de interagir com a esfera pública.

2.3.1 A Relação entre Cidadania, Demandas Sociais e o Voto.

O cidadão brasileiro está acostumado a sentir-se satisfeito ou não em relação ao seu país, à medida que as suas demandas particulares são satisfeitas. Quanto mais o país consiga resolver seus problemas sociais, econômicos e políticos, mais a população se aproxima, se interessa e se motiva à participação política.

Sabemos das necessidades e da quantidade das demandas sociais existentes e também que a democratização deve conviver de maneira harmoniosa com essa pluralidade de questões que existem dentro da sociedade civil.

José Álvaro Moisés (1995, p.74) salienta:

A democratização requer ao mesmo tempo, iniciativas que sejam capazes de viabilizar o compromisso de “convivência” entre atores que têm interesses e perspectivas diferentes e esforços por parte desses mesmos atores para que a disputa que tal “convivência” enseja se dê através de instituições aptas a processar e controlar os conflitos correspondentes e também as demandas.

Cada indivíduo sofre influência da sociedade em que vive. Se uma pessoa tem suas demandas atendidas e não vive no reino da necessidade, sua liberdade de consciência e de escolha dentro de uma campanha política é maior do que daquele outro cidadão que pode estar disposto até a roubar pela sua sobrevivência. Portanto, os problemas sociais dizem respeito a toda extensão da sociedade brasileira, assim como também ao voto.

Dallari (1984, p.21) faz a seguinte explanação, a esse respeito:

É preciso ter consciência de que os problemas políticos são, sempre, problemas de todos os membros da sociedade. Por esse motivo, será errado obrigar um indivíduo a procurar sozinho, de maneira individualizada seus problemas, quando estes afetam a convivência. E será igualmente errado permitir que qualquer indivíduo proceda como se vivesse sozinho, ignorando os interesses comuns, quando procura proteger seus interesses fundamentais. Por isso, todos os problemas relacionados à convivência social são problemas da coletividade e as soluções devem ser buscadas em conjunto, levando em conta os interesses de toda a sociedade.

O teórico Joseph Schumpeter (1984, p.336-353) desenvolveu uma teoria que trata do aspecto relacional entre a sociedade, a cidadania e o sistema democrático. Ele irá se pautar num esquema muito simples de funcionamento da democracia em sua forma empírica, em que observa que o sistema democrático consiste em formar governos, a partir de livre competição entre líderes políticos vinculados a seus partidos, com base na escolha dos eleitores.

Para o teórico, esse método simples vai selecionar os políticos que irão compor os governos mediante a autorização pública (eleições) para dirigir as sociedades que representam. E, ainda os políticos somente chegam à posição de eleitos através de suas propostas eleitorais. A partir delas, o eleitor escolhe em quem irá votar, e qual candidato corresponde aos seus anseios pessoais. A teoria de Schumpeter prevê que são as promessas que organizam a procura, ou melhor, as escolhas dos eleitores.

O autor, num momento de aparente inocência, frisa que as lideranças políticas somente devem prometer aquilo que puderem efetivar mais tarde. Mas, ao mesmo tempo em que faz essa explanação um tanto irreal, ele afirma que não acredita que os governos se estruturem pensando única e exclusivamente no bem da sociedade.

Resume ainda que o método democrático serve para autorizar atores políticos a ascender através de eleições, e que o povo não é dotado de autonomia suficiente e nem tampouco discernimento para saber o que é bom ou ruim, assim como, atribuir ou não legitimidade aos regimes políticos através daquilo que têm como suas crenças.

Fala ainda que a democracia é um mecanismo de aspirações das pessoas comuns, que duram apenas o período eleitoral, e que, passadas as eleições, logo que as escolhas forem feitas, cessam-se as funções políticas da população, até o próximo pleito.

Dessa maneira, para Schumpeter, a estabilidade política está ligada à satisfação e resolução da maior parte das demandas advindas dos cidadãos, de forma que, se as exigências ou necessidades forem além da capacidade do governo em atendê-las, sua capacidade governativa reduz-se.

Alguns exemplos que temos, além das demandas sociais normais, como saúde, educação, pobreza e desemprego, são as expectativas geradas com o capitalismo que não satisfaz as expectativas econômicas e sociais que a população espera.

Toda vez que uma expectativa se frustra, deteriora também a credibilidade do governo e daquilo a que ele se propôs, como também o espírito de cidadania presente no interior das pessoas e a maneira com que elas percebem a realidade e o funcionamento das instituições..

Conforme afirmação de Sorj (2001, p.26),

A cidadania no Brasil poderá continuar a ser mais uma utopia que um conceito descritivo se as condições de igualdade social principalmente no que tange ao acesso aos bens coletivos como educação, saúde e previdência não forem cumpridos.

Infelizmente, não vivemos esta cidadania plena e, tampouco, a democracia plena. Aliás, parece um tanto ilusório falarmos em democracia plena, pois dificilmente percebemos nos dias de hoje plenitude de alguma coisa. Nada é pleno, absoluto ou indiscutivelmente verdadeiro.

Então podemos dizer que nos encontramos também passando por um processo de construção da cidadania, e diante disso, os governos devem ficar atentos para dar conta de gerir as demandas sociais com o intuito de preservar a longevidade da democracia e motivar a cidadania.

2.4 O PROCESSO EVOLUTIVO DA SOCIEDADE CIVIL A PARTIR DA REDEMOCRATIZAÇÃO.

Com o aumento considerável dos movimentos sociais na década de 70, que se contrapunham ao regime autoritário militar, emerge o uso do termo “sociedade civil” no Brasil.⁷⁴

O termo surge quando se iniciam os movimentos sociais em prol da democracia, no que foi denominado de campo movimentalista, segundo Otávio Ianni (1997, p.03), engloba o próprio Estado, os partidos políticos, sindicatos, organizações não governamentais (ONGs), movimentos sociais, opinião pública, povo, classe social, cidadania e pode representar ainda a sociedade de maneira mais organizada em busca de mais justiça, liberdade e de direitos.⁷⁵

Pode ser caracterizado como um espaço que engloba atores diferenciados, instituições, organizações com diferentes metas e objetivos, pois sofrem mudanças, variações ao longo do tempo através de lutas sociais e lutas políticas. Surge como um conjunto de iniciativas que servem para expressar a participação dos cidadãos e inclui desde a família até os partidos políticos, ou seja, quase toda a sociedade.

Na década de 90 vamos observar uma diminuição das manifestações populares, que passam por um processo de remodelagem, de aglutinação de atores sociais em ONGs e

⁷⁴ Essas afirmações estão contidas no artigo escrito pelo GRUPO DE ESTUDOS SOBRE A CONSTRUÇÃO DEMOCRÁTICA. Sociedade Civil e Democracia: reflexões sobre a realidade brasileira. **Revista Idéias**. IFCH-Unicamp, Campinas, 1998/99, p.15

⁷⁵ Para o sociólogo brasileiro Otávio Ianni (1997, p.03), entre as instâncias do pensamento político que sofrem impacto direto com a democratização está a sociedade civil, e ele demonstra em seu artigo que todos os atores políticos e sociais e assim como todas as entidades, organizações, instituições, tudo encontra-se no interior do termo “sociedade civil”.

instituições organizadas, por exemplo. O perfil desses movimentos deixou de ter o caráter explosivo de antes, até porque houve uma abertura maior entre o Estado e a sociedade civil.

A redemocratização e a cidadania promovem uma renovação que acontece de forma gradual e muitas vezes silenciosa no interior de nossa sociedade civil, mudanças tanto de mentalidade, quanto nos modos de vida. Um exemplo que podemos lembrar dentro dessa revolução silenciosa ocorrida nas últimas décadas é a da figura feminina e da ampliação do espaço galgado pelas mulheres dentro da sociedade.

Essa presença da sociedade civil no contexto político social é de extrema importância, pois visa à melhoria das condições sociais, de ter “direito a direitos,”⁷⁶ de uma maior negociação com o Estado e na democratização da sociedade, de forma que os mecanismos de decisão política se dispõem a receber alguma influência dos setores da sociedade civil, não deixando que a política seja desenvolvida de maneira unilateral, em que somente o Estado toma as rédeas e impõe condições nem sempre favoráveis aos cidadãos. Por isso mesmo, é importante a criação de espaços onde possam existir debates públicos, negociação, troca de informações, experiências e a interação entre classes e pensamentos distintos.

Por essa sociedade civil ser tão diversificada, tão rica em detalhes, existem confrontos entre diferentes projetos políticos, concepções e interesses. Há uma dificuldade na própria organização interna, no núcleo da sociedade civil com respeito a prioridades, em buscar um consenso com respeito às questões mais urgentes que deverão ser resolvidas. A idéia é a de buscar o interesse comum para além das diferenças, a constituição da idéia de interesse público. Mas, segundo Dagnino,⁷⁷ isto é um aprendizado difícil, pois cada indivíduo vai defender a sua bandeira, cada qual tem sua causa como prioritária e urgente. Como estamos

⁷⁶ O termo “ter direito a direitos” foi retirado do artigo produzido pelo GRUPO DE ESTUDOS SOBRE A CONSTRUÇÃO DEMOCRÁTICA. Sociedade civil e democracia participativa. **Revista Idéias**. IFCH-Unicamp, Campinas, 1998/99.

⁷⁷ DAGNINO, Evelina (Org). **Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2002, p. 285.

diante de um quadro de diversidade e complexidade no que tange à conjuntura atual, é uma quimera esperar que a sociedade se organize a ponto de reconhecer a urgência das questões pertencentes a outrem, abrindo mão de priorizar a resolução da causa própria.

Hoje, a sociedade civil é um emaranhado, uma teia de múltiplos fenômenos, instituições, associações, organizações e pessoas de diferentes raças, cores e credos, que convivem entre si em meio a toda essa rica, mas complexa, diversidade, que engloba também uma quantidade significativa de problemas sociais, que vêm se desdobrando e se multiplicando juntamente com o progresso. Cada vez mais surgem questões inéditas aos nossos olhos, que caminham juntamente com a movimentação e a ascendência tecnológica que temos experimentado.

A sensação que se tem é de que, para uma questão solucionada, aparecem mais duas sem solução. Tudo evolui de forma concomitante, tanto os avanços no que diz respeito ao progresso, às técnicas e a tudo que envolve o mundo moderno, como os problemas que são concebidos dentro dessa modernidade toda.

O desafio da democracia é exatamente este, o de dar conta de assimilar esse pluralismo de questões (econômicas, sociais, políticas e ideológicas que engloba as diversas visões de mundo que as pessoas têm) que existem dentro da sociedade civil brasileira. Podemos perceber os princípios democráticos agindo não só no interior do Estado permeando as relações políticas, mas também no interior das relações sociais gerais, o que é muito mais amplo e complexo.

Deste modo vemos que esta migração, ou melhor, esta interação que começa a estar presente entre Estado e Sociedade demonstra que a democracia não consiste apenas em um conjunto de regras e normas que devem ser seguidas, mas sim em aceitar que suas próprias normas e regras sejam discutidas pela sociedade civil. Sujeitos sociais e políticos, regras do

jogo e movimentos formam um corpo só, um todo singular que precisa cada vez mais aprender a exercitar e a respeitar a liberdade de agir e opinar.

Assim sendo, a sociedade civil deve buscar sua emancipação em relação aos ditames do poder e manter uma relação com o Estado em forma de parceria. A proposta é a fusão entre os dois mundos: Sociedade Civil e Estado, para que trabalhem juntos, unindo forças, para que se torne possível uma atuação mais eficaz na tentativa de solucionar questões que se encontram em aberto e sem solução.

2.5 A MODERNIDADE E O CONTEXTO POLÍTICO BRASILEIRO: A PASSAGEM DO AUTORITARISMO PARA A DEMOCRACIA.

Os acontecimentos e conquistas inerentes ao campo político no Brasil, principalmente os que se relacionam com a democratização, ocorrem muito tempo depois que nos países da Europa.

Se compararmos os fatos acontecidos na Europa em 1789 como a Revolução Francesa, nos Estados Unidos como a sua Independência em 1776 e os ocorridos no Brasil, veremos que se vivia uma realidade muito diferente entre eles.

Corroborando isso, Pinsky (2003, p.135) afirma que “A Independência dos Estados Unidos da América e suas implicações trouxeram para a história uma nova concepção política e promoveram transformações importantes nos conceitos de cidadania e liberdade.”

A modernidade apareceu e se espalhou pelo mundo, varrendo países em todos os continentes, dentro do campo político. Ela carregou o lema da liberdade, igualdade e da fraternidade princípios que estão contidos dentro do sistema que se diz democrático, dos quais o Brasil só passou a se conscientizar em um passado recente.

A modernidade floresceu no mundo dentro do século XVIII. Foi um fenômeno mundial que de início apareceu na Europa, mas que iria se estender por todo o mundo. Não existe local, por mais remoto que seja, que não tenha sido contagiado, inebriado pelo menos

sob algum aspecto da modernidade. Mesmo lugares onde se preservam costumes e crenças milenares e onde existem pessoas extremamente presas às suas formas antigas, não podem descartar a sua influência.

A modernidade perpassa a economia, a política e a sociedade como um todo, e em alguns lugares se instala de forma mais intensa e sua presença é facilmente notada. Em outros, surge em sua forma mais sutil, quase que imperceptível, mas faz modificações silenciosas ao longo dos tempos.

As práticas autoritárias que permearam a nossa história tendem a reaparecer em alguns momentos. Essas evidências são maiores ainda e perfeitamente enxergadas no período eleitoral, quando, então, eleitores e candidatos nem sempre mantêm relações verdadeiramente democráticas.

Sabemos que no Brasil as coisas vêm acontecendo, modificando-se com o decorrer dos anos, no entanto, num ritmo bem mais lento e bem posterior do que quando ocorreu na Europa e nos Estados Unidos.

Obtivemos conquistas importantes no Brasil no que tange ao cenário político, mas isto tudo dentro das últimas décadas. Apenas em 1988 a nossa redemocratização foi legitimada oficialmente pela Constituição.

No entanto, veremos que conquistas políticas com a instituição do regime democrático no Brasil tem interferido e interagido com o mundo que ainda tenta consolidar os fundamentos a que a modernidade se propõe.

2.5.1 Modernidade Política no Brasil e na Europa: o atraso brasileiro.

Na Europa, o movimento moderno aparece em 1789 junto com a Revolução Francesa que adota os conhecidos princípios da Igualdade, Liberdade, Fraternidade. Este período na Europa marca a ruptura com o Absolutismo.

A liberdade começa a ser pensada como fundamento da convivência humana. Os valores que deflagram a Revolução Francesa passaram a ser mundializados, embora não se concretizem e não se englobem em todas as classes sociais e em todos os países do mundo. Não existe na íntegra uma verdadeira emancipação humana.

Na modernidade, a democracia e o capitalismo normalmente caminham juntos, e no contexto moderno brasileiro não foi diferente, pois os fatos ligados ao capitalismo, o início da abertura dos mercados e mesmo a democratização aconteceram quase que concomitantemente.

Traçando um paralelo entre as terras da colônia e o continente do colonizador, pode-se dizer que a modernidade brasileira se inicia muito depois que a modernidade européia.

Em 1789, o Brasil era colônia de Portugal e, muito embora sofrêssemos a influência de um país Europeu, a forma como a modernidade transcorria na Europa não ocorreu nas terras brasileiras daquela época, mas exerceu sua influência, pois começávamos a lutar por um pouco mais de autonomia e pela independência.

Caio Prado Junior (1994, p.377) afirmava que “A liberdade, igualdade e fraternidade, lema francês – deixaria sua marca e influência no Brasil.”

Tivemos no decorrer desse ano de 1789, dois movimentos sociais da maior importância, aliás, movimentos decisivos para a nossa Independência que aconteceria em 1822: a Inconfidência Mineira e a Conjuração Baiana.

Foram eventos que se caracterizaram como uma demonstração de luta pela liberdade feita à maneira brasileira, que sofre influências de idéias iluministas e marca a decadência do modelo político colonial.

Coincidência ou não, esta movimentação em torno do ideal da liberdade no Brasil acontece no mesmo ano da Revolução Francesa, a qual demarca o início da modernidade.

No entanto, as idéias liberais no Brasil tinham seus limites bem definidos. Na verdade a liberdade era vista a partir do interesse de uma minoria, como a necessidade de ruptura dos laços com a metrópole, porém, sem que rompessem as estruturas sócio-econômicas.

Era um desejo de mudança política que preservava a hegemonia das classes dominantes. Mesmo do ponto de vista político, a liberdade possuía limites, e a luta pela independência incluía ainda a definição do regime político a ser adotado. Embora a maioria defendesse a formação de uma República que fosse Federativa, ela não garantia o direito de participação política a todos os homens.

A aristocracia rural brasileira encaminhou a independência do Brasil com o cuidado de não afetar seus privilégios, representados pelo latifúndio e escravismo. Dessa forma, a independência foi imposta verticalmente, com a preocupação em manter a unidade nacional e conciliar as divergências existentes dentro da própria elite rural, em detrimento dos setores mais baixos da sociedade representados por escravos e trabalhadores pobres em geral.⁷⁸

Desta forma concluímos que a modernidade que perpassa o Brasil no mesmo período da Revolução Francesa não ocasionou modificações importantes naquela época, mas serviu sim para aguçar os ânimos e a sede de liberdade e igualdade da nossa nação.

A emancipação vivida naquele momento da Independência foi meramente política, pois não provoca alterações na realidade social e econômica do Brasil, se mantendo como no período colonial.

Se traçarmos um paralelo entre Brasil e a Europa, durante esta época da Revolução Francesa que é um marco dentro da modernidade, a Europa também vivia o período da

⁷⁸ Relatos históricos sobre a Conjuração Baiana, a Inconfidência Mineira e a Independência do Brasil estão presentes no site <http://www.historianet.com.br/v2/content.php?showItem=3>

Revolução Industrial que tem como referência o ano de 1776, quando James Watt desenvolve e instala em uma siderurgia as duas primeiras máquinas a vapor.⁷⁹

Em 1790, na Europa as máquinas são aperfeiçoadas e integradas às indústrias de tecelagem, fiação e moinhos. No mesmo ano nem pensávamos em ter indústrias no Brasil, vivíamos o escravismo em sua forma plena.

Podemos assim dizer que o Brasil vive sua modernidade a partir de 1988 com a legitimação da Constituição, ou seja, com sua tentativa mais atual e mais moderna de democratização, já que, durante todo o caminho percorrido por nossa estruturação política e durante outras tentativas de democratização, viveu-se um contexto muitíssimo conturbado, cheio de golpes, deposições, escândalos e grande instabilidade em âmbito tanto político, como econômico e social.

2.5.2 A Modernidade no Brasil: Crise ou Evolução?

Num dos textos escritos por Sérgio Rouanet, chamado “Iluminismo ou Barbárie”,⁸⁰ ele demonstra como o projeto civilizatório da modernidade entrou em colapso, como nada daquilo que esperávamos acontecer como melhorias sociais, autonomia e liberdade legítima, se concretizam. Pode-se dizer que a modernidade está em crise, se pensarmos que o movimento intitulado pelo autor de “projeto moderno de civilização” não se efetiva.

O projeto civilizatório da modernidade, segundo Rouanet, tem como foco três conceitos principais que, são a universalidade, a individualidade e a autonomia.

⁷⁹ Dados e datas foram encontrados e retirados de uma pequena biografia de James Watt presentes no site <http://www.fem.unicamp.br/~em313/paginas/person/watt.htm>

⁸⁰ No texto referenciado “Iluminismo e Barbárie” o autor fala de como a modernidade está em crise, que o projeto civilizatório a que a modernidade se propõe, que é o universalismo, a individualidade e a autonomia não se concretiza e que, ao contrário disso, vemos o particularismo através do racismo, o anonimato que é ocasionado pela sociedade de consumo e a perda de autonomia política e intelectual. Este texto faz parte do primeiro capítulo do livro de ROUANET, Sérgio Paulo. **Mal-estar na modernidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. p. 9-45.

A universalidade no sentido de que todos os seres humanos são iguais, independente de raça (barreiras étnicas), credo, barreiras nacionais, culturais, posição social etc.

A individualidade toma o significado de que as pessoas são concretas, de que cada um é um de forma independente e não apenas como parte integrante de uma coletividade.

Por fim, a respeito da autonomia, Rouanet (1993, p.09-10) afirma que: “A autonomia significa que os seres humanos individualizados são aptos a pensarem por si mesmos, sem a tutela da religião ou da ideologia, a agirem no espaço público e a adquirirem pelo seu trabalho os bens e serviços necessários a sobrevivência material.”

Pode-se presenciar que, atualmente, as três variáveis não estão sendo conduzidas como previa o projeto civilizatório de modernidade, já que elas saíram fora do seu curso normal e dessa forma não concretizaram os objetivos aos quais se propunham.

A universalidade está sendo sabotada, atrapalhada, deturpada pela proliferação de particularismos nacionais, culturais, sociais, religiosos (racismo e a xenofobia).⁸¹ Ela se esvai diante da sociedade de consumo que temos hoje, onde não se trata de pensar os pensamentos que os outros pensam, mas ter aquilo que as outras pessoas têm.

A universalidade que se compromete com a igualdade entre os homens (todos são iguais perante a lei) e a garantia dos direitos humanos a todos também não consegue se impor de fato, mas deixa uma importante contribuição e desperta a atenção da sociedade para a condenação das formas de racismo, por exemplo, e para a modificação dos direitos humanos no que se refere a grupos específicos, como os idosos, as mulheres, crianças e adolescentes.

A autonomia está ligada diretamente à liberdade e à capacidade. A liberdade se relaciona com os direitos, e a capacidade com o fato de poder ou não poder exercer esses direitos. Rouanet (1993, p.37) diz que “[...] não sou autônomo, se não sou livre para exercer uma atividade e se não tenho condições materiais para fazer uso dessa liberdade.”

⁸¹ O termo “xenofobia” significa ter horror ao que é estrangeiro.

Ainda com respeito à autonomia, Rouanet (1993, p.09-10) continua:

A autonomia intelectual, baseada na visão secular do mundo, está sendo explodida pelo reencantamento do mundo, que repõe os duendes em circulação, organiza congresso de bruxas, associa-se ao guia Michelin para facilitar peregrinações esotéricas a Santiago de Compostela e fornece horóscopos eletrônicos e texanos domiciliados no Tibet. A autonomia política é negada por ditaduras ou transformada numa coreografia eleitoral encenada de quatro em quatro anos. A autonomia econômica é uma sádica para os três terços do gênero humano que vive em condições de pobreza absoluta.

Essas circunstâncias atuais se tornam responsáveis por uma aparente apatia política, uma perda de entusiasmo em relação ao presente e ao futuro do país.

Desta forma o patriotismo também é abalado, pois o Estado que representava a figura máxima responsável pela manutenção dos interesses coletivos e do bem estar social acaba tendo sua imagem deslocada de sua verdadeira função. Ele se mostra como a figura dominadora e não protetora.

A democracia provocou uma grande alteração no formato do país em que hoje convivemos, trazendo maior mobilidade e diminuindo a centralização de um poder excessivamente autoritário e até tirânico das mãos do Estado que manipulava o destino coletivo ao seu bel prazer.

A autonomia política ideal seria aquela que permitisse ao homem uma certa liberdade de movimento, de ação dentro do espaço público, de participação mais efetiva e onde o Estado não ocupe uma posição muito arbitrária e nem abuse de poder que lhe foi conferido, mas que se preocupe em dar subsídios para que a população consiga satisfazer suas necessidades materiais básicas como a alimentação, moradia, saúde e educação.

Assim, pode-se dizer que vivemos a modernidade sem nunca a termos vivido de fato. Em particular no Brasil, temos mudado de modelos, de regimes, constantemente. Desde o tempo que fomos colônia, importam-se modelos de governo, modelos econômicos, modelos de assistência social, sem que tivéssemos a oportunidade de criar o nosso próprio modelo,

aquele que nos identificasse. Tal fato cria uma expectativa confusa e demonstra uma insegurança em relação ao futuro.

Mudanças ocorrem do dia para a noite, não dando tempo da população acostumar-se com as novas realidades e procedimentos.

Segundo Rouanet (1993, p.11),

Há um certo risco de carnavalização da política: uma festa em que alguns adolescentes saem as ruas num simpaticíssimo protesto contra a corrupção e às altas mensalidades escolares, e, no intervalo a letargia. É preciso convir que esta atitude apática se justifica pela forma de funcionamento entre nós da rotina democrática. Não há como vibrar com entusiasmo cívico quando se vêem as disputas parlamentares por verbas e cargos públicos. Quando a controvérsia entre o parlamentarismo e o presidencialismo é conduzida como se fosse a competição entre dois detergentes, é preferível escolher um produto menos nocivo ao meio ambiente – por exemplo, a cerveja, tomando partido, com um chope, na guerra entre a Brahma e a Antarctica.

Sendo assim, nas condições em que as metas traçadas pelo ideário moderno não se concretizam, pode-se verificar a fragilidade do mundo moderno, cheio de progressos tecnológicos e científicos, de avanços mercadológicos, paralelos às frustrações dos seres humanos que ficam à mercê do poder dominante e não conseguem ser donos do seu destino.

Como a modernidade não concretiza os objetivos aos quais ela se propõe, não se pode realmente falar em neomodernismo ou pós-modernismo, se nem vivemos ainda a modernidade, tratando-se, aqui, em particular, do caso brasileiro.

2.5.3 Modernização Política.

A nossa modernização teria de satisfazer as demandas políticas e sociais, mas vemos hoje que isso não se realiza, o que gera o desencanto e o conseqüente afastamento dos cidadãos da esfera pública.

A respeito de modernização política, o autor José Álvaro Moisés (1995, p.67) nos dá sua contribuição dizendo:

A modernização deveria dar conta de operar suas funções e sua estrutura política, de modo que o sistema político pudesse dar conta satisfatoriamente das demandas por representação e por políticas concretas. Os efeitos da modernização econômica e social que, acelera demasiadamente o ritmo das mudanças por que passa a sociedade, gera expectativas que o sistema político dificilmente consegue satisfazer; as conseqüências da combinação desse fato com a ausência de instituições políticas suficientemente desenvolvidas para processar a complexidade dos conflitos e das demandas resultantes das mudanças. Ou seja, ao não serem capazes de preencher os vazios resultantes das mudanças induzidas pela modernização, os sistemas políticos geram as condições de suas próprias crises de instabilidade; por isso um dos remédios mais importantes para essa situação é a “institucionalização” para que o sistema político possa captar de modo mais eficaz as demandas da sociedade.

A conseqüência de não havermos tido uma base liberal na condução da dinâmica da nossa história, fragilizou aspectos básicos da sociedade brasileira, como a organização econômica e social, acarretando maiores dificuldades em todo o contexto que norteia o comportamento dos atores sociais.

Assim, temos uma missão difícil e urgente na condução do destino histórico da nação. Mudanças de várias ordens, do comportamento ideológico e político de todos, maior acesso à educação e às informações de qualidade, para que em consenso possamos solucionar os problemas nacionais.

Portanto, pensar o contexto político via modernidade é lembrar a ruptura com o regime militar, a conquista do sufrágio universal, o florescer da nossa liberdade, da autonomia, da emancipação e de podermos pensar, debater e até modificar certos valores políticos. Além disso, como cidadãos que somos devemos ser mais conscientes, politizados e interessados pela esfera pública que também nos pertence.

2.6 A DEMOCRACIA BRASILEIRA EM 2006

Neste ano de 2006 o Brasil completa dezoito anos de conquista da atual democracia,⁸² instituída como forma de governo a partir da legitimação da Constituição de 1988. Uma

⁸² Dentro deste trabalho foi comentado apenas o período democrático que estamos vivendo atualmente, porque é o mais próximo da realidade e do contexto histórico em que estamos inseridos.

democracia que é o resultado de anos de luta de toda a sociedade brasileira, de união, mobilização por maior autonomia, por liberdade, justiça, uma maior igualdade e principalmente dignidade da pessoa humana.

Durante os primeiros dez anos, crises econômicas, políticas e sociais conturbaram o contexto nacional, além do que a desigualdade se acentua e o processo de concentração de renda nas mãos de poucos não consegue ser revertido ou ao menos minimizado. O poder aquisitivo da população continua o mesmo, não possibilitando melhorias reais no padrão de vida.

Apesar de termos passado por crises econômicas graves com altas inflações e taxas de juro exorbitantes, de escândalos envolvendo políticos em esquemas de desvio de dinheiro público, da manipulação do painel do Senado e pela não solução de inúmeras questões sociais como a fome e o desemprego, a democracia ainda assim permanece fortalecida, onipresente, de forma que não se ouviu cogitar em nenhum momento o retorno do autoritarismo como solução para essas questões pendentes.

Quando observamos experiências democráticas que se mostram bem sucedidas, elas mostram-se dependentes da eficiência em produzir bens materiais e do reconhecimento maior possível por parte da sociedade na democracia como regime ideal e necessário para o bem coletivo.

Apesar de o país não dar conta de atender as demandas materiais, não podemos dizer que a democracia não se concretiza, pois há um consenso em sua aceitação.

A grande maioria tem consciência de que a democracia é o melhor caminho, mas ao mesmo tempo também têm a consciência que está cada dia mais complicado sobreviver e principalmente confiar nos políticos que diariamente põem em prática comportamentos “privatistas”⁸³ e nos governos que estão servindo de morada para esses políticos.

⁸³ O comportamento “privatista” que personifica alguns políticos é denominado assim, por confundir a esfera pública com a privada, ou não saber traçar uma linha divisória que seja capaz de separar essas duas esferas.

Para José Álvaro Moisés (1995, p.190), “[...] o mal-estar generalizado com a “inefetividade” dos governos democráticos e a desconfiança diante de políticos e de algumas instituições políticas tem coexistido, no Brasil e em outros países da América Latina.”

O perigo encontra-se justamente nesse ponto do mal-estar, da desconfiança, do desencanto, pois esses sentimentos gerados no povo brasileiro nos dias de hoje talvez ainda não sejam suficientes para desejar a quebra de vínculo com a democracia. Mas até quando? Será que a democracia, da forma como está se apresentando, ficará intacta eternamente? Será que consegue ser inabalável? Até quando essa inefetividade vai permanecer sem provocar reações de rejeição por parte da população brasileira?

Apesar de termos uma “reserva” de legitimidade democrática, as questões acima revelam-se preocupantes a longo prazo, pois que exigem a garantia da adesão e da concretização dessa legitimidade que, se mais fragilizada, pode perder força e abrir espaço novamente para o latente autoritarismo.

Por isso é importante conservarmos a imagem de que a democracia ainda é a melhor opção, antes que as futuras gerações, que nunca experimentaram os regimes totalitários e desconhecem os seus reais malefícios, procurem neles a solução para os problemas de amanhã.

CAPÍTULO 3

AS RELAÇÕES ENTRE ATORES SOCIAIS E POLÍTICOS.

3.1 O COMPORTAMENTO DE POLÍTICOS E DE ATORES SOCIAIS DENTRO DOS PROCESSOS ELEITORAIS NO BRASIL.

As idéias abordadas nos dois primeiros capítulos serviram de base para delinear os aspectos históricos de formação da estrutura social e política brasileira.

Como este trabalho em si tem um enfoque cronológico, ele busca também a gênese do comportamento do povo brasileiro, baseando-se na herança cultural. Por isso, nos primeiros capítulos trouxemos os nossos antecedentes históricos, a fim de compreender os fatores que se agregaram a nossa cultura, aos nossos costumes - aspectos que moldaram a maneira de ser, o “comportamento” do povo brasileiro.

É de senso comum que todos nós somos dotados de traços bem particulares que delineiam o que chamamos de nossa “personalidade.”

A personalidade, de acordo com Pisani, Pereira e Rizzon, (1994, p.14), “É o estilo particular de comportamento, próprio de cada indivíduo. A personalidade ordena atitudes numa espécie de rede. Ela é dinâmica, reage as situações, mas tem uma relativa continuidade e estabilidade.” Para os autores, ela abrange a constituição física, os caracteres morfológicos e físico-químicos, os modos de interação entre as pessoas e o mundo, suas aspirações, afetos e modos de se comportar, cujo conjunto constitui o estilo próprio de cada um. Ela é a totalidade daquilo que somos.

Logo, o comportamento do ser humano é influenciado por vários fatores, mas principalmente pela herança cultural familiar cujo legado em termos de princípios e valores morais, tradições, usos e costumes se recebe da família ao longo da vida. No entanto, não são somente esses aspectos que irão moldar a personalidade e determinar o comportamento das pessoas, pois é natural a interferência de vários outros aspectos cotidianos no comportamento

humano, que é moldado e envolto por circunstâncias sociais, culturais, econômicas, políticas, religiosas etc.

3.1.1 O Comportamento Humano.

Sendo assim, após diferenciarmos comportamento, de personalidade e observarmos que embora os conceitos sejam parecidos, eles não simbolizam a mesma coisa, vamos desmembrar o conceito de comportamento sob enfoques de alguns autores.

Segundo Skinner (1998, p.49),

O comportamento é uma característica primordial dos seres vivos. Quase o identificamos com a vida propriamente dita. Qualquer coisa que se mova é tida como viva – especialmente quando o movimento tem direção ou age para alterar o ambiente.

Para o autor, a capacidade de movimentação, de autonomia e de mudança, ou seja, a alteração constante é o que designamos por comportamento, que é peculiar a todo e qualquer “ser” mesmo que não seja humano. Tudo aquilo que sofre estímulos e apresenta reações é qualificado como comportamento. Portanto, animais e plantas apresentam também comportamentos, para Skinner.

O autor Leslie Malpass (1970) defende a teoria segundo a qual, para se compreender o comportamento de alguém, se deve conhecer em que condições essa pessoa foi concebida e sua vida intra-uterina, pois tudo isso ajuda a dar forma ao comportamento.

Para Malpass (1970, p.165),

Para compreender o comportamento de uma pessoa em um dado momento, achamos útil conhecer algo sobre a história de suas condições predisponentes. Esta unidade trata das condições importantes de desenvolvimento que influenciam o comportamento. Apresentam-se informações sobre a concepção e o desenvolvimento pré-natal, sobre o nascimento, o recém-nascido, a infância, a adolescência e os anos de juventude. Particular ênfase é dada aos chamados anos de formação, entre o nascimento e os últimos anos da infância...entretanto, talvez tenham ainda maior interesse as influências de socialização que determinam o comportamento.

Já o autor Roberto Kanaane (1999), faz referência apenas ao estudo do comportamento humano, sem considerar o comportamento de plantas e animais como Skinner.

Ele fala sobre a influência da família, após o nascimento, pois Kanaane (1999, p.81) não considera a existência de um comportamento antes do nascimento. Assim:

[...] o estudo do comportamento humano pode ser definido como o estudo das reações dos indivíduos e das respostas que este apresenta a dado estímulo, sendo determinados pelo conjunto de características ambientais (adquiridas) e hereditárias (genéticas), com absorção das pressões exercidas pelo meio ambiente e ambiente organizacional e institucional.

A partir do conceito de Kanaane, percebe-se que o comportamento é influenciado pelo ambiente interno (nossa estrutura familiar) e pelo ambiente externo (as instituições políticas, o ambiente de trabalho etc.). Segundo o autor, cada ser humano responde aos estímulos interiores e exteriores cada qual a sua maneira e de acordo com os objetivos de vida, os interesses pessoais e condições sociais.

Aronson (1979, p.23) mostra que o comportamento humano é algo dinâmico e apresenta-se sob muitos formatos, mas tem algo em comum: sofre a influência social. O autor diz que “as influências sociais são as que exercem as pessoas sobre as opiniões ou sobre o comportamento de outras.”

Como os seres humanos vivem em um sistema social, designado de sociedade,⁸⁴ interagem durante todo o tempo e influenciam-se de forma permanente.

Berelson (1971, p.10) afirma que há muitas maneiras de estudar o comportamento humano, a saber:

Fazendo uso de várias ciências como a filosofia, religião, política, teologia, a história, a arte, a literatura ou pela simples observação e experiência. Ao apresentar para exame seus próprios objetivos, as ciências do comportamento não precisam anular o que as outras se propõem. O homem é uma criatura tão complexa que pode ser encarado ou estudado sob muitos pontos de vista e ainda assim não é inteiramente compreendido. O cientista do comportamento como tal nada tem a dizer sobre se determinado comportamento é bom ou mau, certo ou errado; como cientista, lida com aquilo que é, e não com o que deveria ser.

⁸⁴ Para BERELSON (1971, p.24) por sociedade, as ciências do comportamento entendem certo número de pessoas que compartilham uma mesma maneira de viver.

No caso específico desta dissertação, o comportamento humano será estudado no âmbito da ciência política, mais precisamente no período eleitoral e também através da observação e interação com os eleitores.

Será estudado o comportamento do eleitor no período de campanha eleitoral, quando ele pode apresentar inúmeras intenções para o seu voto, assim como também expressar sentimentos diversos em relação a esse mesmo voto, sofrendo inúmeras influências sociais capazes de nortear a escolha de seus candidatos.

3.1.2 Comportamento dos Atores Políticos.

No capítulo dois deste trabalho, o qual versou sobre a atual redemocratização do Brasil, a partir de 1988, vimos que uma democracia desejável requer um tipo de comportamento cidadão tanto por parte de eleitores como da classe política.

Também já foi explanado que atualmente a grande maioria, senão a totalidade da classe política que aí está, mostra-se favorável à democracia como forma de governo, mas nem sempre esses políticos demonstram ter um comportamento com características democráticas que respeitem a liberdade e a autonomia do seu eleitorado.

Alguns atores políticos desejam exercer suas funções somente para usufruir os benefícios que o cargo lhes proporciona, vêm as pessoas carentes e sem instrução como presas fáceis de suas armadilhas. Aproveitam-se da inocência e da despolitização dessas pessoas para convencê-las de idéias absurdas e mentirosas. Fazem uso do poder que têm para impor aquilo que desejam e medem forças com os menos favorecidos. Agem de modo coercitivo, além de que ainda se amparam em instrumentos publicitários que permitem passar uma imagem ilusória, camuflando aquilo que realmente são, para atingir seu pretenso público alvo.

Neste sentido Barbosa (1988, p.90) complementa:

Assim nascem, a cada eleição, pequenos e grandes ditadores mascarados de democratas. Para além das delícias do poder, dos seus benefícios materiais, em cada um dos vencedores brota o sentimento de superioridade, o lampejo de se sentir divino, porquanto capaz de interferir e modificar a vida das pessoas, de decidir por elas, de pairar acima do vulgo, de privar de um olimpo reservado aos vitoriosos, todas essas necessidades imateriais, subjetivas, que, junto às materiais compelem certos homens a buscar o domínio e os transformam em classes dirigentes. No caso brasileiro, em que se fala tanto em autoritarismo, é bom lembrar que o subdesenvolvimento político ligado a fatores históricos, econômicos e sociais resultou até o momento na impossibilidade real do aparecimento não só de um sistema político democrático, mas também de atitudes democráticas por parte dos governos, assim como dos membros da sociedade em geral.

O autoritarismo no Brasil, camuflado de democracia, manifestado através do paternalismo e presente desde nossas origens coloniais, é legitimado através da aceitação popular, principalmente onde impera a pobreza absoluta.

Dentro deste contexto, os políticos usam como podem todos os meios disponíveis para atingir o seu eleitorado. Entre esses meios destacam-se os recursos financeiros disponibilizados pela máquina partidária e por empresários, uma boa equipe de publicitários que conte com certa influência junto aos meios de comunicação, aliados, aos dons carismáticos e à imagem do próprio candidato.

O início da trajetória de um político começa com o desafio de influenciar pessoas a votarem nele e, uma vez no poder, ele deve manter seu eleitorado fiel a ele.

Skinner (1998, p.366) corrobora isso destacando que:

[...] o indivíduo político deve induzir o grupo a atribuir-lhe poder governamental e, uma vez no cargo, deve manter contato com essa fonte. As técnicas empregadas por um indivíduo serão semelhantes àquelas empregadas por uma máquina política ou partido.

Dentro desta mesma perspectiva, Galbraith (1999, p.8) também faz suas colocações sobre o comportamento dos políticos. “O político procura o apoio, vale dizer a submissão dos eleitores para que possa permanecer no cargo.”

Em algumas páginas mais à frente, ele continua:

Aceita-se que o indivíduo aspire ao poder para impor seus valores morais sobre os outros, ou para dar impulso a um ideal de virtude social, ou para ganhar dinheiro. E,

como dissemos, é permissível disfarçar um objetivo com outro – o auto-enriquecimento pode ser escondido por detrás de grandes serviços à comunidade, intenções políticas sórdidas por detrás de uma apaixonada declaração de devoção ao bem público. (GALBRAITH, 1999, p. 10-11)

Os políticos têm acesso a algumas formas de controle pessoal como: contratos, promessas verbais, uso do poder financeiro e de prestígio para controlar e manipular os estímulos humanos. O grande problema é que futuramente descobre-se que as promessas são sem fundamento, os cheques eram sem fundo, o dinheiro ilícito e as bajulações, um mero interesse de momento.

3.1.2.1 Os Políticos e a Aptidão Mínima.

Como já foi elucidado acima, muitas pessoas se lançam em uma campanha política por vaidade, ambição, pelo prestígio de ocupar um cargo público que representa poder, influência e facilidades financeiras. Não é raro presenciarmos pessoas pedindo para serem votadas, almejando promoção pessoal, poder e dinheiro, quando deveriam viver para a política e não da política.

As pessoas, para ocuparem cargos públicos, deveriam fazê-lo por vocação, tendo ao menos um conhecimento funcional mínimo em relação à administração pública e ao sistema legislativo. Devem ser políticos por amor e vocação e não como salvação dos problemas pessoais e em busca de privilégios.

Outra questão que está em discussão no período eleitoral é com respeito a exigências que comprovem a aptidão dos candidatos para exercer um cargo público. Nas eleições de 2004, pudemos presenciar, na mídia, pessoas defendendo que poderiam apenas se lançar candidatos aqueles que já tivessem passado por uma Universidade, outros defendendo a criação de cursos preparatórios para candidatos a fim de eliminar a possibilidade de pessoas completamente despreparadas chegarem a assumir uma função política.

De fato essa preocupação é coerente, e o mínimo de aptidão deveria ser demonstrado pelos candidatos que estivessem pleiteando algum cargo político.

Nas eleições de 2004, em algumas cidades do Paraná, isso aconteceu: a exigência de prova em alguns municípios para que os candidatos se mostrassem aptos a exercer a função política de prefeito ou vereador. Essa medida foi tomada por alguns juízes eleitorais, a fim de que essas pessoas pudessem vir a representar, com o mínimo de preparo, o povo que os elegeu, para que conseguissem visualizar, com nitidez, o conjunto de problemas sociais e, ao mesmo tempo, propor ações convenientes ao interesse público e de forma bem elaborada.

Além do mínimo de preparo, o homem que almejar a carreira política deve trazer consigo valores morais e éticos, além de espírito público e qualidades como a sensibilidade, a responsabilidade e a honestidade.

Dalmo de Abreu Dallari (1984, p.58) defende o seguinte:

[...] para que uma candidatura seja um modo autentico de participação política é indispensável que o candidato esteja consciente de que o mandato é sinal de um compromisso, é o recebimento de um encargo e não de um prêmio, é o começo e não o fim de uma etapa de trabalho pelo bem comum.

Toda função pública deve ter como objetivo principal o bem-estar da coletividade e ter em mente que qualquer que seja a qualidade do exercício do cargo, ele irá influir de uma maneira ou de outra no funcionamento da sociedade de forma geral.

A prioridade é o comprometimento integral com o bem comum, pois o ato de governar, antes de qualquer outra coisa, é uma função social, é um compromisso previamente estabelecido com a sociedade.

3.1.3 Comportamento dos Eleitores.

Dentro de uma relação política, de um lado estão os atores políticos e, de outro, estão os atores sociais, ou seja, os eleitores.

A posição do eleitor que está inserido dentro do cenário político de hoje é delicada, visto que, além das dificuldades de emprego, de saúde, de educação e de lutar para ter melhores condições de vida, ainda presencia a péssima atuação e conduta dos políticos em quem confiou e elegeu. A confiança do eleitor certamente fica abalada diante do que se pode presenciar diariamente. Num país como o nosso, em que muitas vezes a “coisa pública” é tratada como “coisa nossa” pelos grupos no poder, em detrimento da imensa maioria da população, a baixa confiança do povo nos “políticos” é quase atávica.⁸⁵ (PINSKY, 2003, p. 564).

Além do aspecto da confiança nos políticos, o eleitorado brasileiro muitas vezes está fragilizado economicamente e psicologicamente pelos percalços que enfrenta no seu dia-a-dia, e assim acaba optando por vender e trocar seu voto por favores ou bens materiais.

Esses eleitores sentem-se intimidados muitas vezes pelo poder e pelo prestígio da classe política e, por medo de represália ou que algo de prejudicial possa lhes acontecer, acabam cedendo e vendendo seu voto. Podem votar, também, movidos por interesses particulares e tentar muitas vezes tirar alguma vantagem junto ao político em quem votaram. Além dessas questões, temos o fato muito comum do desconhecimento das atribuições que o político ocupa, o que acaba impedindo a intervenção do cidadão comum frente às posturas da classe política no poder.

Na verdade, muitas pessoas votam sem saber o dever que cabe a cada um desses atores políticos e cobram favores ilegais, antiéticos e imorais, deixando muitas vezes de votar em políticos sérios, porque eles não lhes ofereceram algo que servisse para suprir seus interesses. Então aquele político que apresenta uma conduta oposta e oferece qualquer coisa em troca leva muitas vezes o voto como forma de gratidão.

⁸⁵ O adjetivo atávico, vem de atavismo e quer dizer reaparição de características mentais ou físicas de algum antepassado.

Mudanças neste sentido só poderão ocorrer através de movimentos sociais, que visem à informação, à educação e não à acomodação ou o conformismo diante daquilo que os mais fortes querem impor. Não se pode ficar à margem do que está acontecendo. O saber constitui uma das grandes forças de ser cidadão.

A exclusão e a desigualdade social são consequências da economia e dos modelos políticos do Brasil, que criam forças sociais as quais, emolduram determinadas situações sociais como a pobreza, marginalidade e a alienação, que fazem com que as pessoas se tornem um fabuloso nicho de mercado para políticos demagogos, que se aproveitam das fraquezas principalmente das classes inferiorizadas.

A conjuntura atual no Brasil, que se encontra inserida num mundo de economia globalizada como temos hoje, traz como seu grande desafio compatibilizar a estrutura econômica, política com a estrutura social, para que nenhum lado venha a perecer. Entretanto, o que tem se verificado é que modelos políticos e principalmente econômicos são criados sem a preocupação do impacto dentro da esfera social.

Os desafios hoje, de acordo com Sorj (2001, p.121), são

[...] de construirmos um país que se intere de forma harmônica com este mundo globalizado, que integre o Estado dentro da sociedade e esta dentro do Estado, e ainda fazer existir um espaço que vise o bem comum, que invista em saúde, educação, emprego, no controle de qualidade dos serviços públicos, impostos justos, e que garanta ainda um bom funcionamento da Justiça e da Polícia segundo normas universais e o fim da impunidade [...] é ainda de criar mecanismos que, sem cair no velho patrimonialismo, permitam ao governo central articular os interesses estaduais para assegurar que o federalismo, pela primeira vez na história brasileira, seja expressão de um projeto de construção da cidadania, isto é, de construção de um espaço comum de solidariedade.

A abertura da nossa economia nos proporcionou uma melhoria na qualidade dos produtos industrializados e dos serviços, mas fez aumentar o exército de reserva de trabalhadores desempregados, deixando-nos assim subordinados às instituições financeiras internacionais e empresas transnacionais, proporcionando, sob o ângulo social, piores condições básicas de vida, saúde, educação, alimentação e saneamento.

Com a luta individualizada pela sobrevivência banuiu-se o senso de solidariedade das pessoas, já que a preocupação de grande parte da população é consigo mesma, com o dia-a-dia. Sendo assim, a violência, o medo do futuro, a sensação de desamparo, geram um vazio quanto às perspectivas que as pessoas carregam consigo.

A descrença da população promove a alienação relativa ao sistema, ao destino, aos acontecimentos que movem o país, faz com que a nação vire as costas para os seus próprios problemas e se enclausure em seu mundo. Cria uma onda de conformismo diante das situações, pela sensação de impotência, de inutilidade. As pessoas consideram-se totalmente dispensáveis, reificadas pelas economias de mercado, pelo capitalismo.

Então, na visão da população em geral, os valores morais como a honestidade, a verdade, a boa conduta e a ética são princípios perdidos. Diante deste cenário, outros aspectos negativos acabam preenchendo este vazio, pois entram em cena a mentira, o oportunismo, o individualismo e a ganância que surgem pela necessidade, pela precariedade de vida da população.

É nessas condições que os políticos irão encontrar os atores sociais, alvo, portanto, de práticas como o clientelismo e o mercantilismo. Essas pessoas carentes em termos financeiros, psicológicos e intelectuais serão o meio usado por eles para concretizar seus objetivos, possibilitando-lhes chegar ao poder e usufruir de todos os benefícios e facilidades que o tão almejado cargo lhes proporcionará.

Deturpa-se, assim, o sentido de democracia, de cidadania quando o desespero, a fome, as condições precárias acabam por formar, consolidar essas atitudes do cidadão, que se desvia de seu rumo por uma questão de sobrevivência.

A aparente crise da cidadania pode ser analisada como consequência de um processo que veio se materializando através da formação do país. Pode-se questionar, então, se houve ou não evolução neste sentido desde a formação do Brasil.

Vitórias foram conquistadas, mas muitos aspectos, embora em proporções hoje menores que antigamente, continuam desgastando física, psicologicamente e moralmente o povo brasileiro. Sorj (2001, p.120-121) corrobora isso:

O poder econômico e o poder político continuam, contudo, profundamente imbricados, e a herança de desigualdade social e privilégios dos grupos dominantes limitou a criação de um espaço político, de um poder policial, judicial e de uma burocracia pública orientados por critérios universais e a integração efetiva da população num Estado que assegure condições mínimas de educação, saúde, emprego, renda e segurança física. Esse espaço que se desenvolveram práticas patrimonialistas de apropriação privada do poder de Estado e o assalto aos cofres públicos também favoreceu o desenvolvimento de uma sociabilidade particularista, clientelista, substitutiva dos sistemas de proteção do Estado, e de instituições de solidariedade tanto formais quanto informais.

Para Montesquieu, ninguém chega ao poder se não pelas mãos povo, por isso todos devem ter consciência de fazê-lo bem, pois é através desses governantes que estamos delegando parte de nossa autoridade.⁸⁶

A democracia ainda está em construção. A idéia em si, representada pela realização de valores (igualdade, liberdade, dignidade da pessoa e de convivência humana), é excelente, mas a realidade dos fatos difere da teoria. Infelizmente os objetivos a que se propõe a democracia não estão nem próximos de serem concretizados, o que faz com que a população continue aceitando um regime democrático que não soluciona os seus mais básicos problemas, e onde o poder econômico e político dos mais fortes continua agindo sobre os mais fracos. É o princípio da hegemonia, proposto por Gramsci (1991, p.12), através do qual se incorpora a dimensão do poder, cuja força abstrata tem grande influência e acaba por manipular comportamentos, vidas, personalidades e também decidir pelas condições que são favoráveis ou não, pertinentes ou não à população.

⁸⁶ Em MONTESQUIEU. **O Espírito das Leis**. 2 ed. São Paulo: Martin Fontes, 1996. p.20-21.

3.1.3.1 O Princípio da Hegemonia e sua Influência no Comportamento dos Atores Sociais.

Temos conhecimento de que os ideais, que a democracia se propõe a resolver não se concretizam. E, sendo assim, como é que a democracia continua a se manter como modelo de política em nosso país, mesmo com o desencanto que emerge de parte da nação?

Para esclarecer essa questão, não podemos deixar de lembrar o modelo de hegemonia proposto por Gramsci.⁸⁷ O modelo hegemônico que foi construído por Gramsci, a partir de Marx, se caracteriza por constituir uma relação dialética com o conceito de dominação. Essa influência por parte dos mais poderosos, ou seja, das elites, acontece quando essas tomam consciência da realidade de que detêm mais prestígio, têm uma condição financeira melhor e privilegiada que outras classes, portanto esta elite dirigente procura exercer influência e poder dentro dessa sociedade, começando pelo terreno das ideologias. Para Gramsci (1989, p.95),

Na medida em que a função de liderança econômica, social, intelectual e moral as classes hegemônicas formam, ou constituem um consenso (a partir dos valores dessas classes), é, um modo de ação mais eficaz que a coerção. A hegemonia de uma classe no poder se manifesta através do consentimento espontâneo dado pelas grandes massas da população à direção geral imposta à vida social pelo grupo dominante.

O modelo hegemônico incorpora a dimensão do poder e de como essa força abstrata tem grande influência, e acaba por manipular, desvirtuar comportamentos, trajetórias de vidas, personalidades, decidindo pelas condições que são favoráveis ou não, pertinentes ou não à população.

O conceito gramsciano de hegemonia é entendido como a direção ideológica e cultural que a classe dominante exerce sobre as classes inferiores e caracteriza a disputa de poder dentro de uma sociedade de desiguais.

Quando Mauro Porto (1994, p.135) cita Gramsci, ele fala justamente sobre essa questão da influência ideológica e cultural:

⁸⁷ GRAMSCI, Antonio. **Maquiavel, a política e o estado moderno**. 7ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.

Gramsci chamou a atenção para o fato de que, nos países onde a sociedade civil é forte e articulada, o poder político é exercido não apenas através da coerção/violência da sociedade política (burocracia, polícia, exército etc.), mas fundamentalmente através de direção ideológica e cultural da classe dominante nos aparelhos privados de hegemonia (partidos, sindicatos, escolas, meios de comunicação etc.) que formam a sociedade civil.

A hegemonia, em sua forma apresentada por Gramsci, destaca a maneira pela qual a classe dominante se impõe perante as classes inferiorizadas, conseguindo manter o seu domínio por um determinado período de tempo. E isto se faz com o consenso dos governados e levando sempre em consideração os interesses dos principais grupos de apoio, ou seja, os grupos poderosos devem sempre ter seus interesses atendidos como prioridade, a fim de que os auxilie na manutenção da hegemonia.⁸⁸

Citando novamente Baquero (1998, p.44), observa-se o seguinte:

Segundo a teoria da hegemonia, os setores dominantes da sociedade - a fração que está no poder - constroem uma hegemonia que é simultaneamente a garantia e a justificativa do seu domínio. Em outras palavras, os setores hegemônicos constituem um sistema de crenças e valores que passam a ser considerados como senso comum, ao mesmo tempo em que essas crenças e valores, por sua vez, são constituintes da sociedade. Desta forma, os valores e crenças hegemônicos - que se manifestam na cultura política - são simultaneamente uma apreensão e uma construção dinâmica da realidade, a partir de determinada concepção de mundo.

A população acaba por se conformar e aceitar a forma de ação do governo existente, que se move por seus próprios interesses e que deseja que os indivíduos que estão inferiorizados se mantenham como tal. É para isso que este sistema de valores e crenças é utilizado, ou seja, a implantação da democracia no Brasil combina igualdade política com a desigualdade social e isso explica o porquê do comportamento da maioria que se encontra inserida na classe política.

Segundo Gramsci, (1991, p.15), “[...] na sociedade que é caracterizada como capitalista, a fração do poder encontra-se ligada diretamente ao capital e aos interesses que estão em torno do mesmo, de modo a garantir que se mantenha e se multiplique este capital.”

⁸⁸ Em GRAMSCI (1989, p.33)

Demonstra-se, assim, que a questão do determinante econômico é central e muito forte dentro dos processos de democratização, embora muitos outros múltiplos determinantes estejam circundando a questão política.

Podemos perceber também que as ideologias políticas e religiosas podem ser utilizadas como forma de manipulação popular e de camuflar verdades, assim como também a mídia, o marketing e o escambo (troca de votos por favores políticos ou vantagens materiais).

Os procedimentos democráticos por si sós não garantem a adesão popular, visto que a população não tem seus problemas sociais resolvidos como esperavam de fato. Marx já afirmava em 1845, quando escreveu *A Ideologia Alemã*, que, “as classes que detêm o domínio material acabam por dominar também as idéias, a consciência.” Marx (1991, p.34-37).

A cultura política de uma sociedade resulta de um padrão de orientações cognitivas, emocionais e outras orientações ligadas a valores e que, além de estáveis, permanecem vivas e dinâmicas, atuando ao longo do tempo. Esse quadro apenas seria modificado se houvesse uma brusca ruptura na história, que mudasse o curso dos acontecimentos e hábitos, a fim de definir novos padrões. Do contrário, a cultura política continuará a reproduzir-se de acordo com suas matrizes originais através dos tempos.

A tarefa fundamental do Estado Democrático consiste em superar as desigualdades sociais e regionais e instaurar um regime democrático que realize a justiça social.⁸⁹ É necessário reduzir as diferenças socialmente produzidas para a realidade de uma sociedade mais igualitária e progressista, diminuir a distância entre os homens que sabem e os que não sabem, entre os que têm muito e os que não têm nada, a fim de aproximá-los a um maior interesse e amor pela sua pátria, promovendo mudanças comportamentais.

⁸⁹ Ver em SILVA, J.A. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 10 ed. São Paulo: Malheiros, 1995. p.126.

3.2 O VOTO COMO MEDIADOR DA RELAÇÃO E DO COMPORTAMENTO ENTRE ELEITORES E CANDIDATOS.

Em meio à relação existente entre eleitores e candidatos está o voto. É ele o grande mediador dessa relação e um dos grandes responsáveis pelo estabelecimento do regime democrático. Sem ele não existiriam eleições, não haveria preocupação por parte de políticos em lutar pela conquista dos interesses de uma comunidade. O voto, portanto, é a força motriz de toda essa relação.

Voto é direito, mas também dever. É ter o poder da decisão. Representa um ato de cidadania e a própria democracia. É a manifestação de um desejo, da vontade, de uma escolha, e essa escolha, até ser formalizada, passa pela influência de todo o contexto em que o homem se encontra inserido.

Pinski (2003, p.517) apresenta uma definição de voto como:

Um ato de cidadania, um direito e um poder, uma garantia livre de opinião política, símbolo da democracia. Ou, ainda segundo definições mais conceituais dos dicionários: “modo de manifestar a vontade ou opinião em um ato eleitoral ou numa assembléia, sufrágio”, ato ou processo de exercer o direito a essa manifestação, e seu resultado.

É possível se votar de várias maneiras. Pode-se, por exemplo, votar de modo consciente, escolhendo o candidato pelo seu histórico de vida, pela sua conduta, por seus méritos e não se deixar levar pelas aparências e por emoções de momento. Ou tem-se a opção de votar naquele candidato que oferece algo em troca do voto: um cargo público, o asfalto na rua, uma vaga em concurso público, ou até por uma cesta básica.

O eleitor também tem a oportunidade de se comportar de maneira ativa, participando dos processos eleitorais ou mesmo atuando dentro da sociedade civil de alguma forma (associação de moradores, organizações não governamentais, instituições de qualquer natureza, reuniões nas câmaras municipais etc.) ou pode revoltar-se com o sistema político e anular o voto em sinal de repúdio no dia da eleição. Existem, também, aqueles eleitores que

odeiam assuntos referentes à política e resolvem ficar à margem dos processos eleitorais, alienando-se. Outros, ainda, votam por influência das pesquisas, ou seja, somente nos candidatos que estão na frente pois não querem perder o voto ou porque a sensação de votar em quem ganhou proporciona o aumento da auto-estima.

O rebelde, o participativo, o alienado, esses são apenas alguns exemplos do comportamento de um eleitor em relação ao voto, que é sempre dotado de uma carga de emoções, que podem ser positivas ou negativas, representando esperanças, novas perspectivas, crenças ou frustrações e raiva.

O desenvolvimento desse trabalho a partir desse capítulo vai se ater ao comportamento do eleitor e as variáveis que possam influir nas suas escolhas.

3.3 ALGUMAS FORMAS DE COMPORTAMENTO HUMANO NA POLÍTICA.

Neste trabalho, já se falou que o comportamento humano é moldado por influência da família, da escola, dos amigos, das instituições religiosas, também por meio da cultura, entre outros.

Cada ser humano, com sua personalidade, responde de maneira diferente aos estímulos que recebe. Assim acontece também na política, na qual poderemos encontrar vários estilos de eleitores: aqueles que têm uma consciência política desenvolvida, que são participativos, que sabem da importância e da responsabilidade de escolher e votar em um determinado candidato e outros que possuem como características, a alienação e a apatia.

3.3.1 A Consciência Política.

No Brasil, sempre o mais forte e favorecido economicamente tem oprimindo e coagido o mais fraco, de maneira a fazê-lo agir e até pensar como ele deseja. Vemos que, desde a formação do Brasil, a população é manipulada por aqueles que detêm os meios de produção.

Apesar da nossa formação social e econômica ter sido bem diferente da européia (começando pelo fato de não termos tido uma sociedade feudal), é inevitável não traçarmos, mesmo que à maneira “abrasileirada,” um paralelo com Marx, já que a fundamentação de suas idéias sobre “consciência” se encaixa no contexto nacional.

No Brasil as escolhas da população mais carente, suas necessidades e desejos são atravessados pelo domínio do opressor e a suposta “liberdade de consciência” não é respeitada, pois é de fato um produto social. A consciência é um reflexo material: quem pode mais compra tudo, até a consciência humana.⁹⁰ Marx (1991, p.43) diz:

Desde o início pesa sobre “o espírito” a maldição de estar contaminado pela matéria, que se apresenta sob a forma de camadas de ar em movimento, de sons, em suma, de linguagem. A linguagem é tão antiga quanto a consciência, a linguagem é a consciência real, prática, que existe para os outros homens e, portanto, existe também para mim mesmo; e a linguagem nasce, como a consciência, da carência, da necessidade de intercâmbio com outros homens. A consciência é um produto social, e continuará sendo enquanto existirem homens.

Podemos observar isto de forma nítida, hoje, por exemplo, no campo político, mais precisamente em período de campanhas eleitorais, quando a população, depois de ter conquistado o direito de votar e ter o livre arbítrio de escolher quem quiser como governante, muitas vezes acaba votando não em quem se tem a consciência de ser a melhor opção, mas naquele candidato que lhe proporciona algo material ou algum favor político.

O aspecto material juntamente com o aspecto político domina a humanidade, ou seja, quem detém o material detém também o poder e também as idéias de outrem.

A modernidade traz até nós o convívio com o modo de produção capitalista, na qual tudo assume a forma de mercadoria, e onde o ser humano é tratado como mais um objeto que pode ser comprado, trocado, que tem o seu preço.

O aparente mau uso do voto de pessoas que o “vendem” ou o “trocam” como se fosse mercadoria, não pode simplesmente ser motivo de condenação, mas, sim, de uma reflexão

⁹⁰ Aspectos presentes em MARX, Karl. **A Ideologia Alemã**. 8 ed. São Paulo: Hucitec, 1991.

maior. Mais que condenar deve-se exigir ações públicas que possibilitem a essas pessoas a competência cidadã para expressarem a sua vontade.

Apesar das diferentes posições e situações na escolha dos candidatos, a eleição, por si só, é o momento da igualdade em que o peso de cada voto é o mesmo para todos. É quando o povo detém o maior poder e os políticos se curvam diante da nação.

Rousseau (1999, p.201-213), em seu pensamento antropológico, afirmava que “o homem é bom por natureza e nasce livre”,⁹¹ e que a partir do momento em que suas necessidades vão surgindo e quando este homem passa a conviver com outros homens, nasce a ganância, as comparações, a competição e o domínio de uns sobre os outros.

Para ele, ainda, cede-se ao poder dos outros por uma questão de necessidade e não de vontade, ou de outro motivo qualquer, e é quando o mais forte age sobre o mais fraco.

As evoluções dentro do âmbito social somente ocorrem historicamente mediante a necessidade e a insatisfação com o *status quo*. A idéia de mudança, de liberdade, somente ocorre quando o homem se depara com o reino da necessidade contra o qual ele luta.

Por mais que a diminuição da desigualdade seja uma causa de preocupação mundial, sabe-se que o problema é complexo demais, de difícil solução, e a questão da consciência entra justamente aí.

“O indivíduo consciente não fica indiferente, não desanima perante os obstáculos. Para ele a participação é um compromisso de vida, exigida como um direito e procurada como uma necessidade.” (DALLARI, 1983, p.43)

Onde não existe consciência, ela deve ser despertada, independente de um indivíduo ser rico ou pobre, alfabetizado ou não. É perfeitamente possível aceitar a gratificação de um candidato e não ter a obrigação de votar nele, se ele não for a melhor opção.

⁹¹ Idéias presentes em ROUSSEAU, Jean Jacques. Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens. In: WEFFORT, Francisco C. (org). **Os Clássicos da Política**. nº 01. São Paulo: Ática, 2001. p. 201-213.

Se a carência material, a pobreza e a miséria forem usadas como desculpa para a falta de consciência, sempre existirão políticos que irão se eleger a partir desse mercado em potencial.

3.3.2 Alienação e Apatia Política.

No campo político, objeto de nossas explanações, é possível verificar sem muita dificuldade a alienação que permeia o cenário político.

É comum ouvir pessoas dizendo que não gostam de ouvir, discutir e muito menos de participar ativamente de política, pois é mais importante cuidar de interesses particulares do que se envolver com assuntos políticos. Por isso Dallari (1984, p.34) diz que:

Algumas pessoas acham que política é assunto para políticos. Essa atitude revela inconsciência, demonstra grande alienação, pois quem tem os olhos abertos e enxerga a realidade percebe que não existe a possibilidade de fazer completa separação entre os assuntos particulares e os de interesse público.

Há, para alguns, dificuldade em relacionar assuntos de interesses particulares com os da esfera política. Esse alheamento é efeito da falta de conhecimento e consciência de que as ações político-governamentais afetam a todas as pessoas, e colocar-se à margem dessas ações significa a concordância com elas.

A população talvez pense que muitas vezes não tem a capacidade de influir em nada, que sua participação deve ser apenas aquela formal no dia da eleição, e por isso política não é para eles. É justamente aí que cresce a apatia e a alienação.

Existem as pessoas que buscam não participar e se alienam porque se julgam impotentes para exercer alguma espécie de influência. “Não tendo poder econômico, político ou militar, não gozando de prestígio social, essas pessoas não acreditam que possam fazer alguma coisa para melhorar as condições de convivência.” (DALLARI, 1984, p.37)

Os escândalos políticos que têm acontecido podem apresentar duas vertentes, uma positiva e outra negativa. A positiva é que a população pode tornar-se mais interessada, mais informada por tudo que está acontecendo. É inevitável dizer que hoje tem-se discutido política diariamente, graças ao número de escândalos das mais diferentes ordens com envolvimento de políticos que tem sido divulgados diariamente pela imprensa. O aspecto negativo é o temor de que, num segundo momento, as pessoas se revoltam, se enclausurem em seus mundos privados e se alienem mais do que antes, de acordo com o que José Álvaro Moisés (1995, p. 214) escreve:

[...] são as percepções negativas do funcionamento do sistema político que tendem, em geral, a produzir atitudes de alheamento ou mesmo de agressividade em relação à vida pública; mas, coerentemente com outras descobertas das pesquisas reportadas neste livro, segundo as quais a educação desempenha, no Brasil, a função de um requisito básico de entrada no sistema de direitos de cidadania, o que explica que os mais pobres e os desprivilegiados sejam menos críticos em relação às instituições e os governos, não é a sua inconsistência em relacionar-se com o mundo da política, mas o fato de que, desprovidos de instrumentos cognitivos adequados para manipular uma realidade que, por definição, se estrutura por normas e procedimentos traduzidos em termos conceituais, eles tendem a mesclar “cinismo” político com atitudes de “deferência”. Se o “cinismo” político pode ser uma atitude salutar de desconfiança em relação às estruturas políticas que, freqüentemente, são de acesso muito difícil para esses estratos sociais, a avaliação positiva da performance dos governos e a atitude acrítica em face de instituições que sabidamente funcionam mal indica que, desprovidos de recurso de conhecimento que lhes permitam conectar sua experiência imediata com a complexidade do funcionamento da vida pública, esses grupos de cidadãos tendem a reproduzir hábitos “deferenciais” diante dos que são ou parecem ser hierarquicamente superiores. Isto representa, evidentemente, uma enorme barreira para acelerar as mudanças em curso na cultura política dos brasileiros.

A alienação é fato preocupante, pois cria uma fragilidade para a ação dos políticos de má fé. Alienar-se é desarticular-se, esvaziar-se de informações e, portanto, deixar de ter condições de se defender daqueles que manipulam a realidade em proveito próprio, favorecendo a permanência de maus políticos no poder, que vêem pessoas desinformadas, distantes do cenário, como um nicho de mercado em potencial. Enquanto essas pessoas se enclausuram nos seus mundos privados, a vida pública continua acontecendo, modificando-se, recriando-se, e é aí que se encontra o problema.

As pessoas que optaram pela clausura são obrigadas a sair dos seus mundos privados em dia de eleição e entrar por um instante no mundo público. É justamente este pequeno instante que faz a diferença. Este instante muitas vezes é capaz de mudar o curso da história, é decisivo, pois poderá colocar a nossa cidade, estado e país nas mãos nem sempre da pessoa mais adequada, mas daquela que teve carisma, poder de persuasão e que dispôs de ferramentas da publicidade, do marketing e de tudo que o dinheiro pôde comprar e oferecer à formação da sua imagem perante seus eleitores.

Estes acontecimentos nos deixam ver de maneira clara o desaparecimento da noção de preocupação com o bem-estar da coletividade. Cada um quer concretizar seus interesses particulares, sem pensar nos interesses gerais, e o que acontece é um choque de interesses particulares e coletivos.

O mundo de hoje tornou-se extremamente individualista, no qual as pessoas perderam-se em meio ao capitalismo. Os necessitados porque rendem-se diante das dificuldades de sua própria sobrevivência; muitos abastados porque perderam a noção de solidariedade e estão submersos em uma sociedade de consumo e totalmente inebriados pelo capitalismo selvagem. Rouanet (1993, p.10) corrobora isto, colocando que:

A individualidade submerge cada vez mais no anonimato do conformismo e da sociedade de consumo: não se trata tanto de pensar os pensamentos que todos pensam, mas de comprar os videocassetes que todos compram, nos aviões *charter* que todos voam para Miami. O hiperindividualismo exasperado é uma mistura de Lei de Gerson⁹² e de consumismo de Zona Franca.

Os grupos que estão no poder colaboram com o *status quo* e trabalham com o objetivo de promover sempre um maior distanciamento do povo das ações políticas, a fim de

⁹² Segue a “Lei de Gerson” a pessoa que “*gosta de levar vantagem em tudo*”, no sentido de aproveitar-se das situações em benefício próprio, sem importar-se com a ética. A expressão originou-se em uma propaganda de cigarros, na década de 70, na qual o jogador Gerson, da Seleção Brasileira de Futebol era o protagonista. Ele sempre foi um jogador polêmico, pois em sua carreira constam atos de violência em campo. A propaganda dizia que esta marca de cigarro era vantajosa por ser melhor e mais barata que as outras, e Gerson dizia no final: “Você também gosta de levar vantagem em tudo, certo?”

privilegiar seus interesses particulares e realmente alienar o povo de tudo que acontece, pois quanto mais politizada for a população, mais difícil será de enganá-la e, em consequência, manter esse modelo de poder.

O povo brasileiro, nas condições em que vive hoje, perdeu inclusive sua autonomia política, econômica, social e até mesmo intelectual. Tudo hoje está amarrado à política e à economia em nível mundial. Somos globalizados e estamos atrelados ao mundo, dependendo das condições estruturais de outros países, sem poder de decisão sobre as situações locais.

Somos conduzidos pelos acontecimentos políticos, econômicos e sociais, temos nossa vida dependente dessas questões, não só no nível interno mas também de decisões e acontecimentos mundiais. No entanto, por maiores que sejam as dificuldades e as condições de vida da nação, não é possível se apegar a isso como justificativa para a alienação.

Participação é um dos itens básicos para se estabelecer uma nação democrática, e sempre deverá interessar ao povo, ou para tomar decisões se de maneira consciente se pautando em regras já estabelecidas ou a fim de estabelecer novas regras.

3.3.3 A Participação do Povo Brasileiro durante a Eleição.

O comportamento participativo, que será tratado aqui, é o da participação no sentido de “decisão de votar,” pois quem não participa do processo não tem a necessidade de ponderar e decidir por alguém.

Milhões de brasileiros têm se omitido de votar nas eleições em um país onde o voto é obrigatório. Dallari (1984, p.24) corrobora este aspecto, destacando que:

Os omissos, que por motivos secundários não querem participar das decisões de interesse coletivo, sempre favorecem os maus. Isso porque em toda a sociedade sempre existem indivíduos egoístas e audaciosos, que procuram orientar as decisões para o sentido que mais lhe convém. E quando muitos se acomodam e se omitem fica mais fácil conseguir esse resultado.

Para se ter a noção real dos fatos, tomaremos como exemplo e faremos a análise das eleições para Presidente de 1994, de 1998 e de 2002.

No resultado final nacional das eleições de 1994, dos 94.782.803 milhões de eleitores cerca de 16.834.339 milhões se abstiveram de votar, em um montante que corresponde a 17,76% do total dos eleitores brasileiros.

Já na eleição de 1998, também para Presidente, de um total de 106.101.067 milhões de eleitores cerca de 22.803.294 milhões deixaram de votar, o que corresponde a 21,49% do universo de eleitores.⁹³ E em 2002 no primeiro turno dos 115.253.816 eleitores aptos a votar 20.448.233 não compareceram às seções de votação, perfazendo um total de 17,74% dos eleitores. No segundo turno esse número sobe para 20,467%.

Os dados somente falam de abstenção, excluem os votos brancos e nulos. Esses números não são considerados importantes pela mídia, porque não têm se apresentado em uma curva crescente, mostrando-se estáveis e inclusive uma tendência decrescente de 1% se compararmos com a eleição de 98, quando a proporção alcançou 21,49%. No entanto, por mais que os números não apresentem preocupação, o fato é que um contingente muito grande se abstém, vota nulo ou em branco.

Certamente esses eleitores teriam um potencial decisivo em uma eleição, pois representam um percentual capaz de alterar o resultado final em uma disputa que fosse acirrada. Por isso, é que se faz tão importante a participação dessas pessoas que têm se colocado à margem do processo eleitoral, transferindo a sua capacidade de decisão para outras pessoas.

Corroborando esse aspecto, Dalmo de Abreu Dallari (1984, p.22-23) escreve sobre a importância da participação no processo político e explana:

⁹³ Os dados numéricos foram extraídos do site do Tribunal Superior Eleitoral que dispõe de vários relatórios e uma imensidão de dados numéricos referentes às eleições de 1994 a 2004.

O simples fato de estar viva obriga uma pessoa, qualquer pessoa, a tomar decisões muitas vezes por dia. Algumas vezes são decisões sobre assuntos que interessam exclusivamente a cada um e não trazem conseqüências para a vida social. Há porém um número muito grande de casos em que a tomada de decisão por uma pessoa produz conseqüências sérias para muitas outras. Ocorrem, também inúmeras situações em que é conveniente ou mesmo necessário que uma decisão seja tomada por várias ou muitas pessoas em conjunto. Um fato inegável, fácil de verificar, é que ninguém pode viver sem tomar decisões. Apesar disso, muitas pessoas fazem o possível para não tomá-las, o que pode ser motivado por comodismo ou pelo medo da responsabilidade de decidir. Quase sempre essas pessoas procuram esconder o verdadeiro motivo, simulando desprendimento, dizendo que acatarão de boa vontade o que os outros decidirem. Essa atitude de fuga à responsabilidade é, quase sempre, ligada à falta de consciência quanto à necessidade da vida social e quanto ao significado da omissão no momento de decidir. Com efeito, não é raro que as pessoas condenem certas decisões e suas conseqüências, esquecendo-se de que tiveram a oportunidade de participar dessas decisões e preferiram deixar que outros decidissem sozinhos. Os que procedem desse modo não percebem que, indiretamente, são também responsáveis pelas decisões, como também não chegam a perceber, ou só percebem tardiamente, que sua opinião traz prejuízos para eles próprios e, muitas vezes, para uma coletividade inteira.

Assim, como se pôde observar, tomar decisões faz parte da vida de todos. Furtar-se de decidir ou delegar decisões são atitudes que nos marginalizam dos atos participativos inerentes a uma vida cidadã, e por isso é que temos que dar o primeiro passo – votar com consciência e, principalmente, votar.

3.3.4 O Ato de Votar e o Comportamento de Banalização do Voto.

Quem assiste hoje a uma eleição, seja pela televisão ou mesmo *in loco*, presencia o vai e vêm dos eleitores, o trabalho do Tribunal Superior Eleitoral e dos Tribunais Regionais Eleitorais, e também a queixa dos eleitores que perderam a oportunidade de viajar no fim de semana para votar ou para trabalhar na parte operacional da eleição. A toda essa movimentação que envolve uma eleição e a evolução do sistema de votação o povo brasileiro já está acostumado. Tornou-se algo rotineiro.

O que parece que a maioria do povo brasileiro já esqueceu foram todas as lutas e dificuldades que existiram até o sistema eleitoral chegar ao patamar que chegou nos dias de hoje. As pessoas muitas vezes reclamam porque têm que votar, mas se esquecem de que os seus antepassados, não muito distantes, brigavam pelo direito de participar de uma eleição.

De acordo com Pinski (2003, p.517)

[...] cédulas, cabines, títulos de eleitor, mais recentemente urna eletrônica etc... De tão rotineiros na nossa vida política, deslembramos o fato de que a prática desses gestos e o uso desses objetos nos foram, progressivamente, impostos e codificados ao longo de dois séculos. A montagem histórica desse ritual eleitoral, que acompanhou a também lenta substituição dos meios de expressão política usados anteriormente (revolta armada, grandes comoções populares, barricadas), contribuiu para disciplinar o cidadão, ensinado-lhe a paciência no ritmo dos calendários eleitorais. Os dispositivos materiais necessários ao ato do voto foram sendo colocados à disposição do cidadão, e introduzidos na rotina eleitoral, em meio a tentativas incertas das elites políticas para impor um outro princípio legítimo de transmissão da autoridade, diferente das alternativas até então conhecidas, como a hereditariedade baseada na tradição ou no direito divino.

Atualmente, a eleição tornou-se um procedimento tão normal, que todo aquele seu sentido histórico, a sua importância e seu simbolismo acabam se perdendo no tempo, ficando uma prática banal que, muitas vezes, provoca atrapalhos na rotina do fim de semana de muitos brasileiros.

É comum encontrarmos pessoas que repudiam a eleição, que simplesmente não gostam, reclamam e dizem votar porque são obrigados. Não se discute, nem se reflete hoje em dia o significado do voto, a sua importância, aquilo que ele representa para o futuro da nação.

Se as pessoas tivessem oportunidade de dar um giro pela história desses quase quinhentos anos de política e de práticas eleitorais, presenciariam que o ato do voto como um gesto político se concretiza após inúmeras tentativas frustradas, conflitos e debates intensos, até organizar-se e estender-se ao maior número de pessoas possível.

Para Pinski, (2003, p.541)

A Constituição de 1988 trouxe a idéia de uma instituição eleitoral duramente conquistada. Trouxe o direito ao voto dos analfabetos e o fim de uma série de discriminações: a econômica (voto censitário), a racial (escravos), a sexual (mulheres) e a cultural (analfabetos).

Diante de todas as dificuldades que antecederam essas conquistas, imaginava-se que os cidadãos brasileiros valorizassem o seu direito ao voto e o fizessem da melhor maneira possível, e que dia de eleição fosse motivo de alegria e comemoração pelo direito de

participação. No entanto, presenciamos eleitores contrariados e descontentes em ter que sair de suas casas para votar.

Quando observamos esse eleitor solitário adentrando sua seção de votação, portando seu título ou seu documento de identificação, imaginamos que o ato de votar seja um ato solitário, pois a imagem do eleitor sozinho dentro da cabine de votação distancia o cidadão do seu mundo social.

No entanto, embora imaginemos que este ato seja um ato solitário, do eleitor com sua consciência, pudemos através deste trabalho verificar que infelizmente não é.

É realmente lamentável que a decisão de votar não seja tomada de forma isolada, que a escolha não tenha sido feita balizando-se apenas pelo íntimo, pela consciência e pelas informações que se tem sobre os candidatos e suas trajetórias políticas.

O ser humano, ao estar inserido num meio social, como já vimos, recebe influências positivas e negativas de tudo e todos aqueles que estão a sua volta, o que faz da escolha do voto muitas vezes uma decisão compartilhada, ou seja, que sofre a influência do meio social e da conjuntura econômica, política e social, na qual esse cidadão está inserido.

É impossível, por exemplo, imaginarmos que hoje os educadores de uma escola não influenciem no voto dos alunos, ou ainda que uma igreja não exerça nenhuma influência no voto de seus fiéis e que a conjuntura atual, em decorrência do conturbado cenário político nacional não influenciem as escolhas que os eleitores farão nas eleições futuras.

No capítulo 4, iremos explorar exatamente a questão das variáveis e o seu potencial de influenciar o eleitor na hora de votar.

CAPÍTULO 4

AS VARIÁVEIS E SEU POTENCIAL DECISÓRIO EM UMA ELEIÇÃO.

4.1 DESCRIÇÃO, CLASSIFICAÇÃO E CAMPO DE AÇÃO DAS VARIÁVEIS.

Designamos por variável toda e qualquer força externa e/ou subjetiva ao homem que seja capaz de influenciar na sua tomada de decisão.

No que diz respeito às variáveis e ao comportamento, Skinner (1998, p.38) coloca que:

As variáveis externas, das quais o comportamento é função, dão margem ao que pode ser chamado de análise causal ou funcional. Tentamos prever ou controlar o comportamento de um organismo individual. Essa é a nossa “variável dependente” - o efeito para o qual procuramos a causa. Nossas “variáveis independentes” - as causas do comportamento - são as condições externas das quais o comportamento é função. Relações entre as duas - as relações de causa e efeito no comportamento - são as leis de uma ciência. Uma síntese dessas leis, expressa em termos quantitativos desenha um esboço inteligente do organismo como um sistema que se comporta.

Existem inúmeras variáveis que são capazes de influenciar, de servir como estímulo dentro do processo de tomada de decisão em uma eleição. Essas variáveis podem ser divididas em dois grandes grupos para facilitar a compreensão: o grupo das variáveis subjetivas, que compreendem o poder, o carisma, o prestígio, a economia, a pobreza, o desemprego, a marginalidade e as variáveis que iremos designar de institucionais,⁹⁴ que correspondem à igreja, escola, família e mídia (meios de comunicação).

Todos esses agentes externos ao homem possuem uma determinada potencialidade de influir sobre a sua vida e as suas decisões.

Vivemos em um mundo onde estamos permanentemente controlando e sendo controlados por algo (instituições governamentais, escola, família, igreja etc...) ou alguém. Sempre temos o poder de controlar e influenciar determinadas situações e pessoas, assim como estamos permanentemente sendo controlados e recebendo informações que nos influenciam.

⁹⁴ Skinner (1998, p. 342) chama as variáveis (escola, governo, igreja, empresa) de agências organizadas.

Skinner⁹⁵ explica que:

O poder de manipular as condições que afetam outro indivíduo pode ser delegado ao indivíduo controlador por uma das agências organizadoras já citadas. A relação entre controlador e controlado pode assim ser caracterizada como a de governador e governado, sacerdote e fiel, terapeuta e paciente, empregador e empregado, professor e aluno e assim por diante. Quase todos nós controlamos algumas variáveis relevantes, independentemente de papéis como os já mencionados, os quais podem ser usados em benefício próprio. A isto se pode chamar controle pessoal. O tipo e a extensão dependem dos dons e da habilidade pessoal do controlador. O homem forte usa as variáveis que derivam da sua força. O rico recorre ao dinheiro, o bandido a sua arma.

Então, cada pessoa que desejar atingir determinado objetivo pode fazer uso das armas e do potencial de influência que tem. Um exemplo disso são os políticos em período de eleição. Cada qual fará uso das “cartas que têm na manga”.

As agências institucionalizadas utilizam o poder de suas variáveis, para influenciar não apenas uma pessoa, mas todo um grupo, uma comunidade e até mesmo uma nação. Também promovem estudos que verificam se um determinado grupo de pessoas é sensível a determinados estímulos, como responde a esses estímulos, averiguando assim o poderio de determinadas variáveis.⁹⁶

O governo e os políticos são a forma mais óbvia de controle do comportamento humano. Primeiro porque as pessoas que compõem o governo detêm quase sempre determinado grau de poder capaz de influenciar situações e pessoas e, em segundo porque o governo engloba toda a estrutura legislativa, que cria leis e normas, às quais o povo brasileiro deverá obedecer sob pena de punição. O governo tem o poder de controle e punição que é atribuído à polícia, aos militares e ao Poder Judiciário.

⁹⁵ Skinner, op. cit., p. 342-343.

⁹⁶ Para Skinner (1998, p.343) sejam quais forem as variáveis em jogo, elas podem ser mais acertadamente selecionadas e usadas conforme a necessidade e o objetivo. Num momento posterior à concretização do objetivo, o foco principal será a manutenção daquilo que se conquistou. A primeira tarefa do um vendedor é conquistar seu cliente e depois desse primeiro momento seu objetivo será o de mantê-lo como cliente fiel pelo maior tempo possível.

4.1.1 A Variável Poder e algumas de suas Formas.

Sabemos que o poder é uma força importante que atua dentro de todo o processo de relacionamento entre sujeitos políticos e sociais: nas relações de trabalho, no relacionamento escolar, econômico, político, social, ou seja, em todo o círculo de relacionamentos em que nos encontramos inseridos. Sempre está a nossa volta, fazendo parte do cotidiano. A todo o instante estamos em posição de detentores do poder sobre alguém ou nos submetendo ao poder de outrem.

A relação entre política e poder vem sendo amplamente discutida por muitos filósofos e, para este trabalho, essa vinculação é imprescindível, pois ambos estão em permanente ligação.

Na concepção de Foucault⁹⁷ é impossível dissociar o homem do poder. Para ele o poder é determinante na construção do sujeito que é configurado por essas relações que se encontram imbricadas na sociedade, as quais, auxiliam a moldar o homem dentro da sociedade e determinam comportamentos e ações.

Para Foucault, geralmente as pessoas associam o poder como algo repressivo, mas ele não o vê desta forma. O poder não é somente repressivo, mas pode, sim, agir, em meio à liberdade e dentro de uma rede produtiva que perpassa o corpo social. Podemos encontrar poder no saber científico, na religião, na política, nas relações familiares, ou seja, em todas as relações sociais.

“O que faz com que o poder se mantenha e que seja aceito é simplesmente que ele não pesa só como uma força que diz não, mas que de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, formas de saber, produz discurso.” (FOUCAULT, 2002, p.08)

⁹⁷ Em FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. 17ed. Rio de Janeiro: Graal, 2002.p.07.

Sendo assim, essa força, essa energia que move o mundo tem a capacidade de manipulação de pensamentos, ideologias e comportamentos humanos, mesmo que seja colocado em sua forma mais sutil.

O poder consegue mover o mundo e nem sempre é pelo método da coerção ou por uso da força; ele age no interior das relações humanas, comandando atos, fatos, comportamentos e atitudes no mundo em que vivemos. Ele move situações e modifica decisões, conforme sua intensidade e modalidade. “O poder não existe como coisa, mas como estratégia.” (MOREIRA, 2002, p.15)

Essa espécie de energia com potencial manipulador e estratégico que é o poder parece naturalmente estar sempre inserido em meio a assuntos de natureza política. Para Rubim (1994, p.31):

Existe um pronunciado consenso no reconhecimento do poder como hóspede natural do campo da política, desde que este se configurou como espaço e tempo específicos de realização da gestão da sociedade. Sob várias modalidades - da violência manifesta até sutis modos de hegemonia - o poder é sempre considerado como a própria essência da política.

Quem tem mais poder hoje em dia tem uma maior facilidade de submeter os outros à sua vontade, aos seus anseios e desejos, tem o domínio de determinadas circunstâncias, acaba tendo o poder decisório de grupos, comunidades e até de uma nação inteira.

O poder nos países em desenvolvimento, como no caso do Brasil, está ligado também à questão econômico-financeira, às condições de vida da população. As relações que a política mantém com a população estão paralelamente vinculadas à questão das carências e das necessidades da sociedade, pois aqueles que dispõem de menores condições materiais se tornam mais vulneráveis aos detentores de um poder maior.

As pessoas podem agir de acordo com o que o poder determinou sem perceber a sua influência, que com forças sutis se entranham na conduta humana.

Dentro dessa explicação, Galbraith (1999, p.3) fala sobre as relações do poder oculto dentro da sociedade, o qual ele irá designar como “Poder Condicionado”,⁹⁸ uma espécie de poder ligado a crenças, tradições e valores. “Alguns usos desse poder dependem de estar ele oculto, de não ser evidente à submissão dos que capitulam a ele.” A crença que os brasileiros depositam em ter um futuro melhor, vivendo em um país melhor, condiciona seu voto para um determinado candidato, no dia das eleições. Dentro dessa mesma perspectiva, o autor continua:

Reconhece-se que os propósitos pelos quais o poder está sendo perseguido serão muitas vezes ampla e deliberadamente ocultos por falsas e engenhosas colocações. O político que almeja um cargo para defender os interesses pecuniários de patrocinadores ricos será especialmente eloquente ao se descrever como benfeitor público e até como um diligente e devotado amigo dos pobres. (GALBRAITH, 1999, p. 9)

Galbraith, seguindo a mesma linha de Foucault, afirma que o poder é inevitável, ele está presente em tudo, nada se realiza sem ele.⁹⁹ O poder pode ser usado em sua forma maligna ou benigna, mas seu uso é imprescindível dentro das sociedades modernas. Para Galbraith não existe poder neutro.¹⁰⁰

Max Weber *apud* Bobbio,(1986, p.123) destaca a importância do uso do poder fazendo uma analogia com a política. Ele nos diz que todo líder político pode ser comparado a um empresário, cujos seus rendimentos é o poder, e que o grau maior ou menor deste poder é

⁹⁸ Os poderes para Galbraith (1999, p.15-26) se dividem em três: O Poder Condigno, que é visível e o mais agressivo de todos, poderá esmagar o indivíduo com algo suficientemente doloroso, física ou emocionalmente, para fazê-lo renunciar à sua própria vontade ou preferência a fim de evitar sofrimento. O Poder Compensatório que oferece ao indivíduo recompensa ou algo vantajoso ou agradável, para que renuncie à sua vontade ou preferência e, em troca, busque a sua recompensa. E o Poder Condicionado ou oculto, dentre os três o mais subjetivo, pois nem os que o exercem e nem os que se sujeitam a ele o enxergam. Ele manifesta-se com a persuasão, a educação, pela cultura, tradições ou por crenças. Exemplo deste poder são as crenças religiosas e o antigo domínio dos homens sobre as mulheres, em que prevaleciam os chamados valores tradicionais do lar, da família e da religião.

⁹⁹ Para Galbraith (1999, p.39) existem fontes de poder que o alimentam dentro de uma sociedade, e dessas fontes nascem as relações de poder. Para o autor são três as fontes de poder: a personalidade, propriedade e organização. Essas três fontes podem mesclar-se, influenciar-se e serem dependentes umas das outras. Por exemplo: na sua concepção o poder da personalidade é muito realçada pelo poder da propriedade e normalmente estas recebem a força adicional que advém da organização.

¹⁰⁰ Galbraith, op cit., p.12.

determinado pela quantidade de votos que este líder político conseguirá angariar, sendo que esta conquista de votos dependerá também da sua capacidade de satisfazer os interesses dos seus eleitores. Conseqüentemente para conseguir satisfazer os interesses dos eleitores, ele precisará de recursos advindos do Estado.

Este processo torna-se um círculo vicioso, em que alguns políticos movidos por seus interesses individuais de se manter no cargo buscam angariar o máximo possível de recursos, (muitas vezes de maneira ilícita), a fim de satisfazer o máximo possível de eleitores para que eles lhes proporcionem a vitória nas urnas.

O poder tece uma teia de relações visíveis e invisíveis. Grande parte delas são facilmente percebidas, pois o poder está em toda parte, permeando todas as esferas da sociedade e todas as relações; no entanto, dentro da política que é o foco central do trabalho, existem algumas formas de poder que são mais utilizadas e ganham maior notoriedade.

4.1.1.1 O Poder Coercitivo.

Ter o poder nas mãos hoje significa premiar ou punir, ameaçar ou beneficiar, prejudicar ou privilegiar. Nas classes menos favorecidas, as pessoas temem ser prejudicadas e ter cortados os poucos benefícios que conseguem gozar, caso não se submetam ao mando daqueles que possuem maior prestígio econômico e político, sendo assim o povo respeita a figura dos atores políticos como se fossem semideuses.

O poder condigno,¹⁰¹ primitivo, coercitivo, seja sob qual nome ele se apresentar, é aquele poder que pune, que desencadeia crueldade, más sensações, é o que submete as pessoas a fazer algo contra a sua vontade sob ameaça, física, psicológica, emocional. Esta espécie de poder é um determinante na manipulação e controle do comportamento humano.

¹⁰¹ Designação de “poder” desenvolvida por Galbraith, op cit., p.15.

Esse poder pode aparecer em circunstâncias como uma simples promessa de campanha e também pode chegar a situações extremas como o uso de força física (controle violento) até a morte, propriamente dita, que é a forma mais extrema de controle do ser humano.

Antigamente essas formas de controle eram amplamente usadas; no entanto, atualmente com a evolução cultural e a modernização do homem e de suas leis, através principalmente do surgimento dos direitos humanos, práticas extremas como essas caíram em desuso, pois certamente provocariam reações de revolta, contrárias a esse sistema de controle humano.¹⁰²

Para Halliday (1994, p.82) “[...] atos coercitivos causam dor, desconforto ou prejuízo, infligindo, física ou moralmente, seja por punições previstas em lei, seja por violência arbitrária.”

Hoje, somente a justiça é que tem a autonomia e a tarefa de julgar e de punir através de suas leis. O governo deve gerir o país, preservando a autonomia e as liberdades individuais, evitando atos que caracterizem autoritarismo e possam ser promotores de uma revolta popular. Razão pela qual afirma Skinner (1998, p.381) “Governo com liberdade é governo sem consequências aversivas.”

O político consegue influenciar seu eleitor e coagi-lo porque possui alguns diferenciais, os quais chamaremos de “reforços”. Ele possui reforço econômico-financeiro, ou seja, geralmente tem uma condição de vida privilegiada e diferente da grande maioria da população e fará uso desse reforço como suborno, sob forma de gratificações, salários, brindes, presentes ou de um trabalho assistencialista.

O político, além do reforço econômico, possui reforço em relação ao seu prestígio e capacidade de influir em determinadas situações, para conseguir vantagens em benefício

¹⁰² Para Skinner (1998, p. 345) o controle através da restrição física não é uma possibilidade promissora como parecia ser. O uso da força em longo prazo acabou sendo substituído por outras técnicas onde o controlador não necessite ter o poder de coagir ou restringir diretamente o comportamento, mas pode afetá-lo indiretamente alterando algo em seu ambiente.

próprio e para outrem como cargos públicos, anistiar dívidas, fraudar licitações etc. Possuidor desses reforços, pode usar tanto sua influência para privilegiar, como para punir os que não se curvem diante de sua vontade

A população, principalmente a de baixa renda, tem medo de contrariar a classe política. Um exemplo vivo disso foram as eleições de 1998, quando, durante uma pesquisa de campo sobre a utilização da urna eletrônica, alguns eleitores questionaram a equipe de pesquisadores com respeito à segurança da urna.

A questão da segurança veio à tona, quando um determinado candidato passou a coagir os eleitores afirmando que o novo sistema de votação, permitiria à ele saber quem votou nele ou não. A urna, segundo ele, registrava os nomes dos eleitores e em quem eles haviam votado.

Esse fato se repetiu nas eleições municipais de 2004, mas dessa vez a estória veio com mais um agravante. Se fulano não votasse no candidato “Y”, o mesmo dispunha de um sistema dentro da urna eletrônica que acusaria automaticamente esses eleitores e eles teriam seu auxílio alimentação, bolsa escola ou vale gás suspensos.

O poder coercitivo moderno não faz uso de instrumentos de tortura, da violência explícita, ou força física, mas de meios como esses citados acima, em que o ponto fraco é a desinformação e a carência do povo.

4.1.1.2 O Poder Político.

Para o autor Hélio Jaguaribe (1978, p.16), “O poder político no pensamento liberal do fim do século passado e princípios deste, se destina à defesa dos direitos individuais e se legitima em tal exercício.” Esse realmente deveria ser o principal objetivo do poder político.

Tal afirmação aparece exaustivamente dentro dos mandamentos do direito, mas, como tudo na prática difere muito da teoria, é de senso comum que o povo brasileiro não consegue usufruir desses direitos individuais.

Na vida real é necessário que exista boa vontade e manifestações positivas por parte do poder público em defender as garantias individuais e os direitos fundamentais.

Existe hoje uma aparente preocupação com respeito à evolução do sistema de poder político como extensão dos direitos e das garantias individuais e, também, quanto ao uso abusivo desse poder político dentro da esfera pública.

No caso bem particular de uma eleição, quem detém o poder político, ou seja, pessoas que já usufruem de um mandato, já são portadoras de uma série de vantagens que podem ser usadas durante uma campanha.

Acima, é nítido na citação de Hélio Jaguaribe a face positiva de um Poder Político no momento em que o autor faz uma analogia deste poder político com a garantia dos direitos individuais. Mas o poder político também pode ser usado de maneira negativa, para tentar punir, retirar garantias e chantagear.

O poder político em excesso e usado de má fé permite que esses fatos ocorram com maior facilidade, pois o governo possui o poder econômico-financeiro, tributário, o controle da educação, da saúde, entre outros.

As técnicas extremas de coerção foram substituídas por outras formas de controle como: a mídia através do marketing político, sob forma de multas e através de normas e leis.

São formas diferentes de punição daquelas usadas em outros períodos da história, mas, mesmo assim, a população é obrigada a obedecer e a sofrer as influências daquilo que o governo tem como sua vontade. É o efeito do controlador sobre “o controlado.”

Hoje, quando a população sente o crescimento excessivo da atuação de um poder, possivelmente por estar ampliando sua rede de influências e conseqüente força autoritária e dominadora, pode gerar revolta e despertar a resistência massiva das pessoas em geral.

A população, gradativamente, vem tomando conhecimento de seus direitos e daquilo que o governo pode ou não fazer, o que tem contribuído para que os grupos políticos de poder tenham os seus atos sob um maior controle, evitando posturas aleatórias de abuso desse poder.

É sabido que o poder político ainda tem grande capacidade de influenciar nos processos eleitorais, mas seu abuso está mais vulnerável, pois há uma divulgação maior de suas ações, principalmente pela imprensa, como se pode observar hoje em dia pela grande quantidade de escândalos de que se tem conhecimento todo o tempo.

Todo esse excesso de influência é condenado pela doutrina liberal, que tem como um dos princípios a diminuição, a contenção do poder do Estado sobre uma nação, o que no caso do Brasil, parece soar como algo positivo.

4.1.1.3 O Poder Financeiro.

Já se pôde constatar que existe política onde há domínio de uns sobre outros, onde existem as chamadas relações de poder. A máquina do Estado representa em si esse poder, o domínio que ele próprio exerce sobre os homens do ponto de vista não somente político, mas também econômico e social.

O campo da política, bem como o da mídia e o da economia são perpassados por relações de poder e todos esses campos de atuação do poder são campos ditos “sociais.” São assim chamados, porque no interior das sociedades as relações interpessoais podem ser enxergadas e evidenciadas com facilidade.

Sabemos que o Brasil é um país com enorme desigualdade social, e em todo e qualquer lugar onde houver distribuição desigual de renda certamente irá existir uma disputa por uma fatia desse capital, uma competição acirrada entre os homens.

Nessa perspectiva, torna-se oportuna e pertinente a análise de Dias (2004, p.158) em que “quando há uma distribuição desigual do “capital social”; em função disso, os indivíduos – dentro de seus campos específicos - travam uma “luta concorrencial” por esse capital, já que é ele quem determina a posição ocupada pelo indivíduo dentro do campo específico.”

Dentro do sistema econômico atual, o desenvolvimento do capitalismo tem sido culpado pela chamada reificação¹⁰³ do homem. O capitalismo tem seu caráter evolucionista, mas é gerador de desemprego e de exploração; ele é a força maior, modeladora do mundo moderno.

Na visão de Pinski (2003, p.191), as sociedades capitalistas contemporâneas se dividem em duas classes sociais: a primeira é a classe proprietária, capitalista ou autônoma, composta por pessoas com posses econômicas suficientes para assegurar a satisfação de suas necessidades e de seus dependentes, sem que tenham de exercer alguma atividade remunerada como os assalariados. A outra classe social é a trabalhadora, composta pelos demais, que por não terem tais posses subsistem com os ganhos do exercício de um trabalho remunerado.

O sistema econômico é responsável por ditar as condições de vida de todas as classes, pois todos acabam sendo afetados. Se a economia estiver mal, o desemprego aumenta e amplia o exército de reserva, a inflação aparece e faz os preços dispararem, a taxa de juros sobe, a moeda brasileira fica desvalorizada, o poder aquisitivo da população cai, as condições de vida pioram, as necessidades aumentam e também a fome e a miséria.

¹⁰³ O termo reificação é usado no sentido do homem como “coisa”, como um “objeto” que não possui mobilidade, sentimentos e sensações. O homem é visto como um “ser” qualquer e não como algo único, que tenha vida, individualidade e personalidade e que mereça respeito, consideração. O mundo capitalista, muitas vezes, parece não se preocupar com as condições de vida, com a felicidade, com sentimentos, e o homem passa a ser tratado como objeto, como um corpo inanimado desprovido de vida.

Para Moisés (1995, p.66)

O desenvolvimento econômico amplia o acesso dos públicos de massa à educação formal, qualificando melhor os diferentes estratos sociais para compreenderem e participarem das atividades políticas. Também considera-se que maximizando a magnitude dos recursos materiais disponíveis em várias sociedades, o desenvolvimento também se associa a padrões mais equânimes de distribuição da riqueza e, dessa forma, facilita a acomodação ou o compromisso entre os contendores políticos. E ainda que o desenvolvimento econômico requer e promove, ao mesmo tempo, um maior desenvolvimento tecnológico e estimula a abertura das economias locais ao contexto internacional, cujas tendências recentes e a lógica do seu funcionamento ampliam a interação dos países com os organismos internacionais, favorecendo as práticas democráticas.

Em relação à defesa da abertura das economias locais ao contexto internacional, hoje, se tem uma noção diferente do que no ano de 1995, quando o livro foi editado.

Apesar de seus aspectos positivos, como a importação de tecnologia, a melhoria na qualidade dos produtos nacionais, não se pode negar os efeitos nocivos da globalização às camadas sociais mais baixas e mesmo em relação à classe média.

Em conjunto com a globalização, juntamente implementadas, vêm também as políticas neoliberais, as quais foram instituídas para propiciar a abertura do mercado interno.

A intenção de abrir os mercados pode ter sido positiva, mas o fato é que o resultado do desenvolvimento da economia em termos sociais foi desastroso, excluindo a população, com o aumento das taxas de juro, a paridade cambial, a competitividade com o mercado externo e até o próprio desenvolvimento tecnológico que à princípio pode ser visto como algo positivo, no entanto, o uso da robótica e da cibernética, tomam o lugar de milhares de trabalhadores, aumentando consideravelmente o número de pessoas desempregadas no mundo.

Por isso, acima de qualquer coisa, de qualquer interesse maior, estão as pessoas, até porque são elas que mantêm o governo e a democracia.

Para se manter uma democracia bem estruturada, em que as pessoas tenham autonomia, tenham liberdade e desfrutem das mínimas condições de vida, é necessário que o

governo disponha de meios para isso, em termos econômicos. Assim, como explica Moisés (1995, p. 65-66):

A riqueza ou o crescimento econômico, são requisitos cruciais da democracia, mas podem também ser insuficientes se não estiverem articulados com processos mais complexos de transformações na estrutura social e nos valores político-culturais da sociedade. Isso leva a retomar o pressuposto de uma relação necessária entre desenvolvimento e democracia; de fato, deve haver mudanças na cultura política que, transformando os valores e as atitudes políticas dos cidadãos, estimulando os sentimentos de confiança interpessoal, a satisfação com as perspectivas de vida e o sentimento de eficácia política, fortalecem e aumentam a confiabilidade das instituições democráticas.

O governo, além de se esforçar para manter uma economia equilibrada e crescente, deve preocupar-se com os aspectos sociais, não promovendo políticas assistencialistas, mas fornecendo oportunidades à população, sem a necessidade de depender da estrutura governamental como ponto de apoio.

Assim como a religião e o governo, o poder econômico também pode ser usado para favorecer interesses daqueles que o possuem, pois o poder que está presente no controle econômico se encontra com aqueles que possuem os recursos necessários para exercer tal controle e ampliar sua rede de poder e influência. Razão essa pela qual afirma Dallari (1984, p.41-42):

Quanto a influência do poderio econômico, é preciso lembrar que “os candidatos mais ricos e menos escrupulosos se valem do dinheiro para ocupar posições vantajosas, para fazer grandes publicidades, muitas vezes mentirosas, de sua pessoa e de suas atividades, bem como para corromper os eleitores menos conscientes ou mais pressionados pelas dificuldades econômicas.

A economia, as finanças, os bens podem ser responsáveis inclusive pela manipulação das informações que são geradas dentro da mídia. Não podemos nos esquecer de que o poderio econômico influencia, e muito, os sistemas políticos e também nas eleições.

Para que o povo escolha representantes autênticos, é preciso, antes de tudo, que haja plena liberdade de informação, permitindo às pessoas formarem livremente sua opinião com base no maior número possível de dados.

O que se tem verificado, para Dallari (1984, p.41), “é que ao lado das restrições que podem ser impostas pelos governos, existe o problema das empresas e dos interesses que controlam os meios de comunicação.” Os grupos econômicos mais poderosos usam a imprensa para apresentar os fatos do modo que lhes convêm, e com frequência o povo é mais enganado do que informado.

O poder econômico mantém uma relação dialética com tudo aquilo que está a nossa volta: com o emprego, com a saúde, a educação, os meios de comunicação, com a igreja, com o prestígio, com o poderio das organizações, ou seja, tudo encontra-se relacionado ao capital.

4.2 A VARIÁVEL MÍDIA - COMUNICAÇÃO DE MASSA E SEU POTENCIAL DE PERSUASÃO DURANTE O PERÍODO ELEITORAL.

Todos os seres humanos vivem, hoje, inseridos na era da comunicação de massa e cercados por tentativas constantes de persuasão. Se observarmos o mundo ao nosso redor será fácil perceber a quantidade de vezes que somos abordados ao longo do dia, seja na rua, em casa, lendo uma revista ou livro, assistindo à TV, recebendo alguma correspondência via correio ou dentro do carro escutando alguma emissora de rádio.

Por veículo de comunicação de massa Berelson¹⁰⁴ denomina os jornais, o rádio, a TV, as revistas, livros e filmes. “Eles são a “massa” porque atingem grande número de pessoas, quase que simultaneamente e são “veículos” porque se comunicam impessoalmente através de um dispositivo intermediário como a imprensa ou a eletrônica.”

O assédio é constante e intermitente, e por inúmeras vezes nos deixamos seduzir por algumas dessas tentativas de persuasão, ou seja, mesmo que de forma involuntária, muitas

¹⁰⁴ Berelson, op.cit., p.123.

vezes a lembrança de um produto, slogan, ou jingle¹⁰⁵ permanecem em nosso subconsciente e assim o objetivo persuasivo é concretizado.

De acordo com Aronson (1979, p.62)

Cada vez que ligamos o rádio ou a televisão, cada vez que abrimos um livro, uma revista ou um jornal, alguém está tentando nos educar, convencer-nos a comprar o seu produto, a votar no seu candidato ou a apoiar seu ponto de vista sobre o que é justo. Isto se torna mais óbvio dentro da publicidade, pois fabricantes de produtos quase idênticos (aspirina, pasta de dentes ou detergentes) gastam vastas somas em dinheiro para nos persuadir a comprar o produto de sua embalagem. A influência, a persuasão através da comunicação de massa não precisa ser ruidosa: pode até se apresentar de modo muito sutil.

Nem sempre percebemos a persuasão, pois ela não precisa ser necessariamente direta, pois muitas vezes acontece sutilmente e consegue deixar seu recado, sua marca. Algo que pode ser usado para elucidar essa situação, são as notícias que escutamos nos telejornais: se observarmos a maneira como uma determinada notícia é repassada, veremos que cada jornal apresenta um viés particular, modificando nossas opiniões a respeito de determinado assunto.

O processo de formação de opinião é marcado pela ação silenciosa, em que as estratégias de marketing são utilizadas de forma brilhante para “vender” não somente um produto, uma idéia, mas também opiniões, valores e imagens.

A persuasão é uma realidade do mundo de hoje e, por isso, deve-se desenvolver senso crítico e de análise para todas as abordagens que o ser humano sofre ao longo do tempo. O público de massas deve ser prudente e desconfiado, educado para aquilo que vê e ouve.

Em pesquisa desenvolvida nos Estados Unidos, demonstrou-se que quanto mais educada, politizada for a pessoa, mais cética ela é; e que diante desse ceticismo as pessoas acreditam que estão imunes à persuasão.¹⁰⁶ O mero fato de saber que um comunicador tem

¹⁰⁵ O termo jingle é utilizado por profissionais da área de propaganda e marketing e serve para designar músicas que têm como objetivo fixar na mente do consumidor determinado produto, marca ou pessoa, como é o caso das músicas que são produzidas para os candidatos durante o período de campanhas eleitorais.

¹⁰⁶ ARONSON, Elliot. O Animal Social: introdução ao estudo do comportamento humano. São Paulo: IBRASA, 1979. p.67.

opinião preconcebida serve para protegê-lo da influência de sua mensagem, embora se saiba também quão difícil é ficar imune aos apelos persuasivos do mundo midiático.

Vender um candidato é mais complicado do que vender uma mercadoria. Os profissionais da comunicação trabalham com o objetivo de fazer com que o público perceba com clareza as virtudes do candidato que ali se apresenta. Esse candidato, então, aparece na mídia com discurso pronto, eficiente e articulado, de maneira extremamente convincente.¹⁰⁷

Ainda, para o autor Elliot Aronson (1979, p.70), existem fatores que aumentam a eficiência da comunicação para o público de massas. “Três variáveis são importantes: (1) a fonte de comunicação (quem disse), (2) a natureza da comunicação (como foi dito) e (3) as características da audiência (para quem foi dito).”

O mensageiro, ou seja, a pessoa que irá passar a mensagem deve passar credibilidade, veracidade, confiabilidade e seriedade.

É de senso comum que o cenário político é o ambiente propício para se promover a demagogia e tentar enganar o eleitor. As táticas são variadas e vão desde abraçar criancinhas até desqualificar o adversário, projetar uma falsa trajetória de vida, fazer promessas, oferecer gratificações e promover o assistencialismo.

No entanto, atualmente a tendência é que esse eleitor esteja cada dia mais preparado e seja mais observador em relação aos políticos, em decorrência dos escândalos políticos que estão a presenciar.

Por isso, a classe política tem grande preocupação em formular, através dos profissionais de propaganda e marketing, uma imagem totalmente construída, para que seja altamente convincente e que não deixe dúvidas no momento da escolha do eleitor.

¹⁰⁷ “Nas campanhas eleitorais a mídia substitui os partidos políticos na função de principais mediadores entre candidatos e eleitores. Além disso, atribui-se à presença da mídia pela cobertura dos candidatos – e não dos partidos – uma crescente “personalização” da política e do processo político, que passa então a ser construído como uma disputa entre pessoas e não entre propostas políticas alternativas.” (LIMA, 2001, p. 196).

Eleição deixou de ser para amadores, hoje é para profissionais.

Nossas opiniões são influenciadas por indivíduos que são peritos e fidedignos ao mesmo tempo. A confiabilidade e a eficiência de um comunicador pode ser ampliada se ele assumir uma posição aparentemente oposta aos seus próprios interesses.¹⁰⁸

Manuel Castells (1999, p.367) coloca que “sem a mídia não há meios de adquirir ou exercer poder. Portanto, todos acabam entrando no mesmo jogo, embora não da mesma forma ou com o mesmo propósito.”

Nos dias de hoje, não é difícil perceber que o Estado vem sofrendo um visível enfraquecimento devido a sua incapacidade de atender às demandas sociais e cumprir com as garantias sociais e com os direitos dos cidadãos. Diante desse quadro, a mídia entra exatamente para suprir esse vácuo entre o cidadão e os dirigentes do Estado. Cada vez mais investe-se em publicidade e acredita-se no poder da mídia; os governos gastam milhões para levar informação em forma de publicidade às casas dos cidadãos brasileiros.

O cenário político é um laboratório vivo, é o ambiente onde diversos experimentos que se relacionam aos processos midiáticos são elaborados e implementados. Antonio Fausto Neto (2004, p.10) nos lembra que:

É em função dessa nova realidade (mediatizada) que a política, especialmente as campanhas eleitorais passa a ser tutorada por conselheiros e experts, tornando-se um negócio que envolve, além de negociações de várias competências, somas imensas de dólares, do que resultam as mensagens submetidas à apreciação dos eleitores nos mais diferentes suportes, gêneros discursivos e formatos de programação.

Tudo é planejado, controlado, quando um cidadão decide lançar sua candidatura. O trabalho não é de uma pessoa só, mas envolve toda uma equipe que acompanha o candidato durante todo o período de campanha, vinte e quatro horas por dia.

Podemos citar como exemplo dessa nova realidade política a metamorfose que se deu em torno das características físicas, comportamentais, posturais e discursivas do atual

¹⁰⁸ Aronson, op.cit., p. 77.

Presidente Luis Inácio Lula da Silva, que teve todo seu layout readequado, a fim de passar, quando candidato, uma maior credibilidade aos eleitores.

Desde a década de 80, as eleições estão cada vez mais midiaticizadas, dependendo cada vez mais dessa ferramenta auxiliar, aliás, hoje considerada imprescindível para concretizar a eleição de um candidato. Em relação a este aspecto, Gadini (2003, p.16) relembra que o marco do trabalho da mídia foram as primeiras eleições após o término do período de ditadura militar. “O destaque é para as edições telejornalísticas e impressas dos debates da primeira disputa presidencial pós-ditadura militar (em outubro de 1989), e após isso se acentua cada vez mais a midiaticização nas eleições subsequentes.”

Do maior ao menor município do Brasil, a mídia chega, estabelecendo-se por sua eficácia e importância, tanto que hoje seria muito difícil imaginarmos uma eleição sem a interferência da mídia e sua ação sobre os eleitores.

A comunicação de massa, através da mídia, vêm para somar e tentar substituir um pouco o trabalho de corpo a corpo, a preocupação em se fazer grandes comícios, carros de som, panfletagem e a antiga militância de rua.

Os métodos antigos citados acima, ainda são importantes e utilizados, mas não como em eleições do passado, quando eram os únicos meios de se fazer campanha. Hoje agregam-se os métodos antigos junto com o trabalho de mídia, cuja eficácia vai se comprovando cada vez mais quanto ao seu poder de atingir o maior público em menor tempo possível.

4.2.1 A Eficácia das Ondas Radiofônicas.

O poder da mídia como um todo é indiscutível; no entanto, existe um veículo de comunicação de massa que tem sido utilizado em grande escala por políticos de carreira ou por pretensos políticos: o rádio.

Ele ocupa um lugar de destaque dentre os meios de comunicação, principalmente rádios AM. O que comprova a veracidade desse fato é a eleição de inúmeros políticos que conseguiram ascender politicamente através de seus programas de rádio. Dentro deste aspecto, Gadini; Perrichelli; Rocher, (2004, p.51-52) descrevem a atuação das rádios AM:

O estilo AM de locução, em que o apresentador opina a todo instante, definiu um envolvimento bem maior dessas emissoras na campanha política em comparação com as rádios FM. A emissora AM passa a ser conhecida em meio ao público através do locutor que prende a atenção do ouvinte com denúncias de problemas, ao vivo, por telefone. O apresentador faz comentários, geralmente contra o governo, e entrevista autoridades, solicitando explicações. Os programas deste gênero geralmente são veiculados pela manhã.

O rádio tem sido uma espécie de ponte que serve como ligação entre o eleitor e o sistema político de determinada localidade, pois é através das rádios que muitos eleitores, principalmente os de classe¹⁰⁹ C, D e E, fazem suas reivindicações e reclamações, para que essas sejam encaminhadas aos dirigentes locais.

Aproveitando-se dessas carências e tendo conhecimento dos pontos fracos da população, alguns locutores partem para programas que possuem um enfoque assistencialista, conduzindo-os no sentido de suprir carências materiais da população a partir de doações.

Essa proposta de comprometimento com os ouvintes e de atender às demandas sociais cria um vínculo entre a população e o locutor, firmando os laços entre ambos e mantendo uma relação de cumplicidade, confiança, fidelidade e expectativas em relação a sua figura.

4.2.2 A Comunicação de Massa e os Apelos Emocionais.

Existem estilos diferentes de comunicação que se diferenciam, geralmente, conforme o mercado que devem atingir e de acordo com o produto que estão pretendendo vender. Ou seja, a comunicação e as imagens empregadas para vender um produto, como sabão em pó, por

¹⁰⁹ Gadini (2004, p.82)

exemplo, são diferentes das estratégias de comunicação usadas para “vender” candidatos em campanhas políticas.

Quando se tem a oportunidade de assistir ao horário eleitoral gratuito, claramente se percebe que os políticos fazem uso da estratégia do apelo emocional para conquistar seu público. Podemos observar cenas de candidatos abraçando idosos, com criancinhas no colo e até chorando em frente às câmeras.

Essa é a razão pela qual Skinner (1998, p.349) salienta que:

Algumas vezes estamos interessados no controle das respostas reflexas características da emoção; como fazer alguém rir, corar ou chorar. Estamos assim sendo interessados no estabelecimento das *predisposições emocionais*. [...] Por exemplo, as gratificações servem como um modo de controle não apenas através de reforço mas porque geram atitudes favoráveis. Predisposições mais específicas também são geradas por estímulos apropriados – como quando tocam as músicas de Natal em uma loja para encorajar “boa vontade entre os homens” e a venda de presentes. Outras técnicas de alteração das predisposições emocionais sugerem-se nos termos como “agradar”, “alegrar”, “tranquilizar”, “seduzir”, “suscitar” e “aplar”.

No caso particular das campanhas políticas, a comunicação com características de apelo emocional é muito eficiente. Primeiro porque o ser humano tem uma tendência natural a apreciar um discurso que seja sensível para com os problemas vividos no interior das comunidades. Além disso, não tem nada melhor do que escutar exatamente aquilo que se gostaria de ouvir, ou algo que venha ao encontro dos anseios e necessidades, com os sonhos e objetivos de vida do ser humano.

Quando isso acontece, a população é surpreendida e automaticamente cria um elo de ligação com aquele candidato que se mostrou sensível com os problemas sociais e apresentou discurso em conformidade com os anseios das pessoas. Geralmente, a população não gosta de ver ou ouvir coisas que conflitam, com suas crenças, seus valores e desejos. Para Berelson (1971, p.121) “quanto mais alguém estiver envolvido emocionalmente, mais difícil será mudar de opinião através da propaganda ou outro argumento.” Portanto, a força de um apelo

emocional é muito grande e quando a população simplesmente se identifica com determinado candidato, o voto é praticamente certo.

Essa capacidade que a mídia tem de deixar sua marca na memória das pessoas, denomina-se de “efeito retenção”.¹¹⁰ Ele é justamente a consequência e o responsável pela influência da emoção sobre os eleitores, e sua potencialidade é grande o suficiente para abarcar boa parte de um eleitorado.

A influência dos apelos emocionais consegue ser maior ainda, quando grande parte das demandas sociais não são atendidas, e quando o discurso da classe dominante já está esgotado, saturado e essa população vive sob o sentimento de desesperança, desencanto e apatia. Cervi (2004, p.87) observa que,

[...] quando as elites governantes estão atentas às demandas sociais, as insatisfações podem ser controladas a ponto de não permitirem o crescimento do emocionalismo e a consequente manipulação desse emocional popular pelo líder carismático.

A citação no artigo de Emerson Cervi corrobora a afirmação de que, quanto mais descrente se encontrar a população, mais vulnerável também ela estará aos apelos emocionais e aos discursos inflamados e bem escritos, proferidos por algum líder dotado de carisma.

É de senso comum que as pessoas que estão à frente de meios de comunicação de massa são pessoas públicas que tem um poder de influência e de propagação do seu discurso mais facilmente, e isto tem facilitado a candidatura de apresentadores e radialistas dentro de cargos públicos, principalmente em cargos ligados ao Poder Legislativo como os de Deputados Estadual, Federal, Vereador e Senador.

A mudança radical de escolha de um eleitorado, que desiste de eleger uma elite política, para optar por outro estilo de liderança completamente oposto, é um indicativo de

¹¹⁰ Aronson, op.cit., p. 84.

descontentamento massivo manifestado por essa população. Isto acontece principalmente por promessas de campanha não cumpridas e por demandas populares não atendidas.

Os discursos populistas têm ganhado adeptos nas últimas eleições, primeiro porque eles se mostram mais sensíveis às demandas sociais, também porque seus discursos são mais emotivos e por isso ganham força e sensibilizam principalmente as classes menos abastadas e menos politizadas, que são justamente as classes mais numerosas e que definem a eleição.

4.2.3 A Importância da Imagem e sua Influência sobre o Eleitor.

Em uma eleição, o político depende muito da construção da sua própria imagem na mente dos seus eleitores. Aquele antigo jargão que diz que “a primeira impressão é a que fica” é verdadeiro e atual.

A importância de se trabalhar a imagem de um candidato é vital em uma eleição. Formar uma imagem positiva e manter essa imagem ao longo de uma vida pública é uma das tarefas importantíssimas regidas pelos publicitários que atuam junto à área de marketing político.

Para Woitowicz (2004, p.26),

[...] cenas com a projeção da imagem pessoal dos candidatos – não necessariamente vinculada à sua trajetória política – tentam promover vínculos afetivos com os eleitores, que são tocados com maior conteúdo estético do que argumentativo. Esse aspecto acaba por promover algumas transformações na forma de compreender e reconhecer a política pela mídia. [...] O debate público se desloca da praça pública para os sofás, onde o sistema político na democracia contemporânea se expressa confortavelmente em meio a belas imagens e apelos retóricos.

As imagens mostradas na mídia interferem em fatos e acontecimentos, obscurecendo a versão verdadeira, assim como também acaba por obscurecer a atuação de um governo, dos partidos, de políticos, ou seja, de todos os elementos que compõem a representação pública.

Suponhamos a seguinte situação: dois candidatos estão na disputa eleitoral pela prefeitura de uma cidade. Um deles dispõe de recursos financeiros abundantes, possui uma

equipe de publicitários que podem trabalhar sua imagem, apontar seus erros, criar estratégias com objetivo de persuadir o eleitor e o outro candidato não possui nenhuma ferramenta estratégica, nenhum auxílio profissional para lhe dar o suporte necessário para competir de igual para igual com o seu oponente.

O candidato que possui todo esse *staff* consegue abertura para aparecer em vários programas importantes de televisão, assim como também em programas de rádio, jornais e revistas. É convidado para eventos em entidades diversas e situações diversas, que objetivam atingir a um público o mais variado possível.

Quando aparece nesses eventos, o seu discurso já é previamente planejado para vir ao encontro dos anseios e necessidades daquele público que vive naquela localidade. Quando é convidado a aparecer em algum programa de televisão, as perguntas que o candidato irá responder já foram previamente formuladas pela redação do programa em conformidade com os seus assessores. Sua equipe de marketing também irá instruir a equipe de filmagem a explorar sempre o melhor ângulo do candidato.

Tudo é editado e repetido tantas vezes forem necessárias, para que, de repente o candidato não seja pego de surpresa, coçando o nariz ou bocejando, com uma aparência cansada, desleixada, com um ar de bonachão, nada que possa passar ao eleitor uma imagem negativa e que tenha como consequência o descrédito.

O candidato que dispõe de recursos tem seu próprio maquiador que irá preparar sua imagem, extinguindo o ar de cansaço, escondendo olheiras e bolsas sob seus olhos para disfarçar aspectos de cansaço ou envelhecimento.

Esse trabalho de construção da imagem desenvolvido pelos profissionais de marketing político, além de incluir maquiador, estilista, produtores de áudio e vídeo, ainda inclui dentista, fonoaudiólogos, psicólogos que desenvolvem formas de abordagem pessoal e

treinamento, como também médicos (principalmente dermatologistas para cuidar do aspecto da pele e endocrinologistas para cuidarem do aspecto físico).

Atualmente percebe-se que, com todo o aparato tecnológico, a figura de um político, ou seja, a sua imagem pode ser totalmente construída em conformidade com o seu objetivo final, que pode ser desde uma Prefeitura Municipal até a Presidência da República.

Para Gomes (1994, p.83):

A propaganda política midiática, não vende um candidato pelo que ele realmente é ou, pelo menos, isso absolutamente não é o mais importante na argumentação da propaganda política. Uma proposta, posição ou candidatos políticos são vendidos em suas propriedades e qualidades conotadas.

E neste mesmo sentido, Gomes (1994, p.84) complementa “A propaganda política, é a arte da persuasão discursiva, que para tanto se serve da invenção de temas e conceitos, da invenção de estratégias argumentativas e do seu uso expressivo eficiente.”

Diante dessas afirmações é possível perceber a importância de uma imagem positiva, dos discursos persuasivos e de tudo que o marketing político engloba na construção da imagem.

A empatia e a identificação do público com um determinado candidato são capazes de promover a fidelidade desse grupo de eleitores durante toda a sua vida pública. Isso, também, aliado ao fato de ele corresponder às expectativas de seus eleitores, mostrando-se atuante, interessado pelos problemas do povo e sendo honesto.

Se um político conseguir passar por um mandato, conservando esses pontos-chaves, sem envolvimento em escândalos políticos e conseguir firmar sua imagem¹¹¹ de maneira positiva com seus eleitores, dificilmente eles não lhe serão fiéis.

¹¹¹ Para Aronson, op cit., p.69, a construção da imagem, a apresentação de um candidato de forma favorável e convincente é uma maneira de educar o público quanto à política e às virtudes de um candidato, fazendo-o apresentar seus pontos de vista de forma clara, eficiente e articulada tanto quanto fosse possível.

Observa ainda Woitowicz (2004, p.33) que:

A partir da perspectiva dessa chamada “cultura do espetáculo”, fica difícil falar de uma legítima representação política pelos partidos e candidatos, ao mesmo tempo em que a identificação dos princípios e dos compromissos dos atores políticos é obscurecida pelo imediatismo de algumas imagens fabricadas, que reduzem o debate público a jogos de efeito proporcionados pela mídia.

Portanto, a imagem é um ponto chave, é questão estratégica na influência que os candidatos irão exercer a fim de criar um reconhecimento e uma identificação com o seu público-alvo.

4.2.4 A Qualidade e a Veracidade das Informações que advêm da Mídia.

Fato importante que ocorre atualmente é a manipulação de informações que se coloca na mídia. Nem tudo aquilo a que se tem acesso hoje, através dos jornais, do rádio ou da TV, é verdadeiro.

Infelizmente existem instituições da mídia que negociam suas informações, suas matérias jornalísticas e se vendem. São empresários, donos de veículos de comunicação que não cumprem com a verdade e que não são portadores de valores como a ética, a moral e o profissionalismo.

Fica a cargo do eleitor comparar tais informações com outros veículos de comunicação e de saber filtrá-las, tomando cuidado para que somente assimile aquilo que presumidamente seja verdade.

Não é uma tarefa muito fácil diante das circunstâncias políticas vividas no momento atual, do poder de fogo e da credibilidade hegemônica de alguns veículos de comunicação.

Diante do vazio deixado pelo Estado em atender as demandas sociais, ele usa a mídia como sua aliada para propagar projetos que estão sendo implementados na área social, apresentar melhorias em campos distintos como na educação e na saúde e resultados de suas políticas públicas; porém, não se tem conhecimento de que tais dados passados pela mídia a

mando do governo sejam verdadeiros ou não. São informações que muitos cidadãos simplesmente ouvem, assimilam e fazem daquilo que estão escutando ou vendo na TV a sua verdade.

Rodrigues (1997, p.161) observa:

Os órgãos de informação, tornaram-se, nas democracias, cada vez menos claramente meios de informação, de proposta de projetos de sociedade, de programas políticos, e cada vez mais obviamente um campo social de encenação pública de imagens de marca que emprestam aos homens públicos, em função de sua própria estratégia de diversão e de sedução. O campo político, por seu lado, molda-se à lógica publicitária e ao marketing em detrimento da sua função ideológica tradicional.

Um exemplo que é capaz de ilustrar perfeitamente a questão da veracidade das informações que aparecem na mídia são as pesquisas de opinião pública, durante os períodos de campanha eleitoral. Geralmente elas são encomendadas e compradas por um determinado candidato que também compra os veículos de comunicação para que a sua pesquisa seja divulgada e onde obviamente ele aparecerá como primeiro colocado.

Woitowicz (2004, p.28) observa que “nas eleições, os resultados de vitória e derrota indicados pelas pesquisas costumam ser utilizados pelos meios de comunicação e pela propaganda política como uma forma de dar visibilidade aos candidatos através de números estatísticos, de modo a orientar os eleitores a “não perder o voto”.

É de praxe o uso das pesquisas de opinião pública, como parte integrante das ferramentas políticas usadas em campanhas e da tentativa de manipulação das escolhas dos eleitores. Essa é apenas mais uma das táticas atuais da política contemporânea midiaticizada que serve mais para confundir do que para orientar a escolha do eleitor.

Com todo o aparato tecnológico disponível dentro do marketing político, realmente é tarefa das mais difíceis distinguir a aparência da verdadeira essência e ter condições de filtrar somente a verdade daquilo que se vê, lê ou ouve.

4.3 A POBREZA E A MANIPULAÇÃO DO VOTO POR MEIO DELA

De acordo com o que já foi exposto anteriormente, a pobreza é uma variável importantíssima porque determina as condições de vida de uma pessoa e a torna um mercado em potencial para os políticos oportunistas de plantão. Infelizmente o cenário brasileiro é entristecedor, pois a grande maioria do povo vive abaixo da linha da pobreza sem as mínimas condições de sobrevivência e sem usufruir de muitos dos seus direitos individuais.

A pobreza sempre existiu. Antigamente ela era vista como um acidente natural e representava uma classe de pessoas trabalhadoras e assalariadas, os proletários que passavam por uma exaustiva jornada de trabalho diário, gozavam de péssimas condições de vida e ausência de direitos. No entanto, foi a partir da Revolução Industrial,¹¹² da modernidade e da implementação do sistema capitalista, que a pobreza amplia-se consideravelmente pelo mundo e passa de um problema visto como natural para um problema social.

Sobre a Revolução Industrial e a luta de classes Marx (2002, p.27) afirma:

Até agora, toda a forma de sociedade foi baseada, como já vimos, no antagonismo das classes opressoras e oprimidas. Mas, para oprimir uma classe, certas condições devem ser asseguradas sob as quais ela poderá, ao menos, continuar sua existência submissa. Os servos, no período da servidão, elevaram-se à qualidade de membros da comuna, assim como pequenos burgueses, sob o jugo do absolutismo feudal, transformando-se em burguesia. O trabalhador moderno, pelo contrário, em vez de crescer com o progresso da indústria, enterrou-se sempre mais fundo, abaixo das condições de existência de sua própria classe. Tornou-se pobre e a pobreza cresce mais rápido do que população e a riqueza.

À medida que a civilização se desenvolve e, com ela, a economia, sob a forma do capitalismo, a pobreza evolui, acompanhando o próprio processo de crescimento econômico. “O período, no qual nos encontramos, revela uma pobreza de novo tipo, uma pobreza estrutural globalizada, resultante de um sistema de ação deliberada.” (SANTOS, 2003 p.72).

Milton Santos ainda afirma que o Estado tem se retirado cada vez mais das tarefas de proteção social, passando essas funções sociais para as organizações não governamentais.

¹¹² Sobre a Revolução Industrial e o surgimento da classe proletária, consultamos. MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **O Manifesto Comunista**. 10 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

Sendo assim, parte da culpa dessa pobreza globalizada é da ausência deliberada do Estado de sua função social.¹¹³

Para Sorj (2000, p.21),

No Brasil impera a permanência de enormes lacunas, inclusive no que diz respeito aos serviços de infra-estrutura básica, violência, desproteção nos bairros mais pobres e desnível educacional. Sem dúvida o crescimento demográfico e a explosão dos grandes centros urbanos dos anos 60, 70 e 80 potencializaram os problemas, que foram agravados pelo descaso que a área social teve durante o regime militar.

Juntando estes fatos que se referem à industrialização e à modernidade e colocando-os lado a lado com o modelo de colonização que tivemos e do qual herdamos uma massa marginal bastante grande, é possível desconfiar quão grande seja a pobreza e o seu agravamento no país.

Essa pobreza (que representa uma grande parte da população) tem seu comportamento e poder decisório configurados como fator importantíssimo e preocupante no processo eleitoral, pois se revela suscetível a manobras e condicionamentos ilegítimos por parte da classe política.

Na análise deste aspecto, Barbosa (1988, p.41) sabiamente descreve a relação entre pobreza e política.

A atual pobreza extrema, descendente dos escravos, e que compõe a larga base de nossa pirâmide social, continua, pois, a refletir suas raízes e condicionamentos, sobrevivendo a partir de mecanismos que reproduzem o sistema, o que não exclui a opressão do oprimido pelo oprimido. Vivendo de esperança, de teimosia, de violência, de misticismo, de humor, a resposta do indivíduo pobre com relação à política jamais poderia ser uma reação revolucionária, e sim um “jeito” malandro que se compraz na festa, na fantasia, na mentira bem pregada, na busca do carisma, do pai protetor. Para melhor compreender a essência dessas atitudes, nada melhor que tomar como indicador o voto, não através das costumeiras análises estatísticas, mas na sua subjetividade capaz de desvendar comportamentos humanos ligados ao poder.

¹¹³ Em Milton Santos (2003, p.72).

A citação de Maria Lúcia Victor Barbosa, retirada de seu livro “O Voto da Pobreza e a Pobreza do Voto”, vem confirmar o que acontece no sistema político atual, pois, de fato, o perfil do povo brasileiro, diante da situação de pobreza, não é o do revolucionário e nem tampouco caracteriza a passividade. Existe uma mistura de expectativas, esperanças, com descrença e certa apatia, também “reações de aceitação muito prontas diante de qualquer dose de carisma que reacenda, a partir de alguém que consiga captar valores, aspirações e fantasias da pobreza, a chama de esperança que nutre o entusiasmo da massa e conquista seus votos.” (BARBOSA, 1988, p.42)

Para pessoas que detêm todo um arsenal de poderes disponíveis - o poder político, o financeiro, o religioso, o da mídia, dentre outros - é facilitada a submissão dos mais pobres na atuação daquele que age pela promessa de benefícios através do poder compensatório,¹¹⁴ que é aquele que age pela promessa ou realidade de um benefício.

Diante deste quadro extremo de desigualdade, o momento da eleição, talvez seja o único, onde a população menos abastada é igual e tem o mesmo poder (senão até maior) que a mais abastada.

Em época de eleição, os mais pobres apresentam uma certa euforia, porque além de se igualarem momentaneamente com as classes elevadas, eles são mais requisitados, certamente mais procurados do que os membros da classe alta, porque deles, sim, depende o resultado de uma eleição.

O perigo é que sendo essas pessoas presas mais fáceis, o ator político que souber encarnar o papel de protetor e defensor dos oprimidos leva a melhor.

Novamente Barbosa (1988, p.56) faz colocações muito pertinentes em relação às explicações feitas sobre o voto da pobreza.

¹¹⁴ Mais uma vez nos apropriamos das idéias, conceitos e concepções sobre poder de Galbraith (1999, p.113).

Quando o indivíduo pobre vota, não o faz, pois, exclusivamente por dinheiro, ou demais favores; prevalece, antes de mais nada, a busca de identificação, de igualdade e desforra. Some-se a isso, a imagem do “igual” que é capaz de proteger e a democracia tropical está completa. Adicionem-se ingredientes de sonho, de gestual violento, de “feitiçaria” que é mágica e vingança ao mesmo tempo, e o personagem político será perfeito, imbatível, prescindindo de qualquer traço de ideologia ou de coerência. Esse mago de massas é raro. Poucos conseguem reunir tantas “qualidades.” Mas basta algumas para personificar o grande demagogo, o líder de massa, capaz de empolgar multidões.

O clientelismo e a mercantilização dos votos são pontos característicos das eleições no Brasil, desde os tempos do patrimonialismo, e expressam uma conduta ainda hoje bastante presente nos mais diversos momentos e situações de processos eleitorais no país.

A partir do momento em que os eleitores são procurados por um político que tenha um discurso que vai ao encontro de suas necessidades, que faça menção aos seus problemas cotidianos e que se coloque ao lado deles, aparece uma identificação mútua desta fatia do eleitorado com este candidato. O político que aparece com essas características desperta emoções, esperanças e alimenta sonhos de vida, e assim “o voto normalmente se transforma na moeda com a qual se compra o benefício pretendido.”¹¹⁵

Evitar esses acontecimentos é um desafio dos mais difíceis, no entanto não é impossível. E a possibilidade vem com a educação, com a politização e conscientização desse eleitorado, através do seu engajamento dentro de um sistema de ensino, da politização através da participação em associações, em ONGs ou em qualquer outra instituição que seja capaz de despertar o espírito público e a atenção para a importância e o papel decisivo que tem seu voto.

Aceitar a cesta básica, a dentadura, o remédio, certamente é permitido. No entanto, não é permitido votar em candidatos inaptos somente por gratidão, pelo assistencialismo e pelo discurso inflamado e retórico.

¹¹⁵ Barbosa, op cit., p.48.

Não é permitido votar em quem o “coração mandar”, e sim de acordo com a consciência que cada eleitor deve ter daquilo que será melhor, não somente para o indivíduo, mas do que será melhor para toda a coletividade.

4.4 A INFLUÊNCIA E A IMPORTÂNCIA DA RELIGIÃO

É principalmente através da religião que se tenta manter e promover a paz entre os homens e cultivar a esperança de um mundo melhor, de uma vida melhor.

O papel da religião e sua influência na história brasileira datam também do período da colonização, através dos jesuítas, com a introdução da religião católica e das primeiras capelas e igrejas entre os povos nativos.

Atualmente o mundo é bem menos sacralizado que antigamente, no entanto, não se pode banalizar a importância e a influência da religião dentro dos processos políticos.

É o que se tem chamado de “evangelização eleitoreira”,¹¹⁶ pela qual as pessoas são procuradas, auxiliadas, através de um trabalho assistencialista, e acabam engajadas em instituições religiosas que prometem além de melhorias de vida, um lugar cativo no céu.

Este trabalho desenvolvido por várias instituições religiosas com a finalidade de arrebanhar cada vez mais fiéis em suas igrejas, tem-se mostrado positivo, visto que o discurso usado por eles é forte o suficiente para ser capaz de fazer com que pessoas sintam-se amparadas e de fato protegidas. Esse discurso sacode a consciência e a compreensão que elas passam a ter sobre si mesmas e assim o comportamento muitas vezes muda pela influência dessa oratória bem feita, carregada de frases prontas.

¹¹⁶ O termo foi retirado de um fórum de debates na internet dentro do portal da “Aol” que tratava sobre o tema “Política e Religião,” e foi escrito por um internauta chamado Junior. O autor fala sobre a expansão das igrejas evangélicas no Brasil e esse alastramento para dentro da esfera pública e complementa que essas instituições religiosas aproveitam-se da inocência e da necessidade dos menos abastados e conclui que: “o eleitorado mais pobre está tomando religião com política na veia.”

Como explica Berelson (1971, p.52), as ciências do comportamento geralmente definem a religião como uma relação do homem com o sobrenatural.

[...] é algo superempírico que a sociedade considera como sagrado ou santo e que requer ou envolve adoração.[...] Todas as sociedades humanas possuem religião, os indivíduos podem até dispensá-la mas as sociedades não. Na medida em que parece ser inerente ao comportamento humano o sobrenatural é tão válido quanto o natural ou o humano, e os homens aparentemente entraram em entendimento com os três. E precisamente por estar investida de uma sanção sagrada, a religião é uma força extremamente poderosa em qualquer sociedade.

Através de estudos históricos percebe-se claramente o intervencionismo da igreja nos assuntos referentes à política e também o domínio que ela exercia entre as pessoas que temiam ser castigadas, caso não se conduzissem conforme os preceitos pregados.

Num período, em que o mundo era bem mais mistificado e sacralizado, a influência e o poder da igreja eram de grande importância para todos os assuntos, inclusive os de fora do campo religioso, com propósitos diferentes, como os políticos.

Na vida moderna a atuação e poder da igreja são menores que antigamente, mas ela continua ocupando espaço, ganhando adeptos e influenciando pessoas. Prova disso são as inúmeras igrejas evangélicas que têm se espalhado pelo mundo afora e, especialmente no Brasil, bem como o número de pastores que ocupam cargos políticos.

Nessa perspectiva, é oportuna a colocação da antropóloga Regina Novaes *apud* Filho (2005):

Com a globalização, maior acesso à informação, à tecnologia e a respostas científicas para antigos mistérios divinos, era de se esperar que o mundo se distanciasse da religião. Mas não é o que acontece. As pessoas buscam mais o sentido da vida e esse é um caminho natural para a religiosidade. Outro fator explica mais nitidamente o poder de atração das igrejas evangélicas, sobre os setores mais carentes da população: a auto-ajuda e a congregação social. É a chave dos pentecostais. Os evangélicos falam da vida real e de solução para problemas cotidianos, enquanto que o catolicismo remete a salvação para depois da morte. É muito importante, também o atendimento personalizado. A pregação pentecostal individualiza os fiéis: “Você é o escolhido por Deus.”

Atualmente, quando se tem a oportunidade de acompanhar os inúmeros programas de igrejas existentes no rádio e na televisão percebe-se que elas não mais ameaçam seus fiéis de irem para o inferno, de não habitarem o paraíso. A tática para conseguir obediência, crença e fidelidade é mostrar fatos que acontecem no mundo real para justificar uma possível penitência de Deus. Geralmente mostram pessoas que perderam o emprego e voltaram a trabalhar, que têm problemas de dependência química, doentes que se reabilitam em pouco tempo após freqüentar a igreja. Mostra a reestruturação, a solução de problemas do mundo real que antes acometiam a vida dessas pessoas.

Para Skinner (1998, p.383),

O controle que define uma agência religiosa no sentido mais restrito se deriva de uma apregoada conexão com o sobrenatural, através da qual a agência arranja ou altera certas contingências que acarretam boa ou má sorte no futuro imediato, ou benção eterna ou danação na vida por vir.

A igreja, como promotora da paz e fiscalizadora da conduta de seus fiéis, pode ajudar o governo a influenciar em assuntos como a violência familiar, através da proibição de ingestão de bebidas alcoólicas, e o desarmamento.

Portanto, em muitos momentos o papel da igreja é importante para quem governa, pois ela é uma forma de o controle eficaz sobre a população, sua conduta e opiniões. Ela tem condições de manipular algumas questões seguindo procedimentos ditados pelo grupo político.

As presas mais fáceis de serem manipuladas, geralmente são as classes sociais menos abastadas, destituídas de qualidade de vida e educação. Pessoas com baixo nível de instrução têm uma maior probabilidade de se engajarem nas religiões salvacionistas.

Segundo Berelson¹¹⁷ (1971, p.55),

Presumidamente as religiões atraem os necessitados porque prometem recompensas em outros mundos que suavizarão as agruras deste. Quanto mais religioso for o membro da igreja, mais ele pensará que a mesma deve se ocupar da salvação das almas.

É dentro dessa perspectiva que a igreja atua, arrebanhando cada vez mais as pessoas que vivem dentro do reino da necessidade. Não se pode, entretanto, generalizar, pois a religião é capaz de exercer sua influência em todas as classes sociais, em maior ou em menor grau, julgando o bem e o mal.

A esse respeito interessante se faz a explanação de Ozaí (2005):

A política não pode prescindir da moral. Em outras palavras, por mais laico que seja o Estado, os políticos também serão avaliados pelos valores fundados em preceitos morais e religiosos. Sua sabedoria consiste em saber usar isto a seu favor e contra os seus adversários. Assim, é cada vez mais comum a presença da linguagem religiosa no discurso político. Mas se temos algo a aprender com a história é precisamente o fato de que o mundo dividido entre o bem e o mal é uma ilusão. É certo, que esta é uma estratégia eficiente para o arrebanhamento de prosélitos,¹¹⁸ mas é ineficiente para os que almejam compreender a realidade política e social para além do bem e do mal. Afinal, o mal e o bem é inerente ao humano, seja ele político ou profeta!

É dessa forma que a igreja exerce a influência e o controle sobre seus fiéis. Influência que se expande para o ambiente político, pela capacidade de manipular politicamente toda a sua carteira de fiéis. Prova disso é que a cada dia mais pastores e padres adentram ao universo da política.

¹¹⁷ Berelson, ainda explana que, tornou-se claro que a religião, de muitas maneiras, influencia constantemente a vida cotidiana da população. Mais do que isso, que através do seu impacto, a religião impressiona também todos os outros sistemas institucionais da comunidade dos quais esses indivíduos participam. E que, portanto, a influência religiosa se manifesta em nível social tanto quanto em nível pessoal.

¹¹⁸ Prosélitos quer dizer adeptos, partidários.

4.5 A ESCOLA E OS EDUCADORES COMO FORMADORES DE OPINIÃO.

Não é de hoje que o ambiente escolar é local onde se formam opiniões, onde desenvolvem-se interesses, onde se politiza e também onde se influenciam pessoas. Desde os primórdios da colonização, o trabalho desenvolvido por educadores, como os jesuítas na tentativa de catequização dos índios, foi importantíssimo.

A presença dos educadores na vida das pessoas é marcante, pois sempre os professores acabam por deixar suas marcas sobre a formação da personalidade, comportamentos e ideologias dos alunos. Leva-se muita bagagem daqueles que educam, cujas marcas poderão permanecer durante toda a trajetória de vida de uma pessoa.

Depois da família, a escola pode ser o veículo de maior influência na vida de uma pessoa, pois será no ambiente escolar que os estudantes passarão grande parte de sua existência. Primeiramente cumprindo os anos destinados ao ensino fundamental, depois no ensino médio. Para uma fatia menor da população os estudos continuam através de uma faculdade, e para um universo infinitamente menor, a trajetória se estende para dentro das salas de pós-graduação.

Dentro de toda esta caminhada pelas salas de aula é que serão formulados pensamentos diversos, onde o conhecimento e as visões de mundo serão ampliados, onde opiniões e ideologias se modificarão e ganharão corpo.

Portanto, a influência e o controle educacional sobre o comportamento humano é algo que é muito explorado e comentado por cientistas políticos, cientistas sociais, políticos, antropólogos e pela mídia em geral.

A educação desperta ações e atitudes comportamentais em todas as esferas da sociedade e não seria diferente dentro da esfera política também. A escola tem poder de influenciar e moldar o comportamento político dos atores sociais, tal como afirma Moisés:

A educação é elemento absolutamente crucial para a qualificação das atitudes políticas dos brasileiros, ou seja, sintetizando diferenças reveladas por outras

variáveis estruturais, a educação demarca uma linha divisória clara entre aqueles que, por um lado, se sentem subjetivamente motivados a participar da vida política (os que têm o segundo grau completo e nível superior) e, por outro, os que estão alheios a ela (os sem instrução ou os que conseguiram chegar, somente, até o fim do primeiro grau); ao mesmo tempo, a educação também se mostra um qualificativo importante para os que se revelam, de alguma forma, capazes de avaliar criticamente o funcionamento das instituições e a capacidade dos governos em entender as demandas dos cidadãos. Neste caso estão os que completaram um dos três níveis do sistema educacional em contraposição aos “acríticos”, isto é, os sem instrução ou que não completaram o primeiro grau”. (MOISÉS, 1995, p.214-215)

É no momento da aula, através da educação verbal, que alguns professores aproveitam para manifestar suas opiniões a respeito de fatos relacionados à economia, à sociedade e à política e muitas vezes ao defender seus pontos de vista fazem eclodir suas influências mesmo sem intenção.¹¹⁹

Dentro do contexto político, a influência da educação pode ser tanto positiva como negativa. A face negativa aparece principalmente através daqueles professores que são vinculados ao governo municipal, estadual ou federal.

Para Skinner,¹²⁰ “as técnicas educacionais no campo do governo são mais conspicuamente representadas pela propaganda, em que as variáveis são manipuladas visando a um efeito encoberto ou disfarçado.”

Além do uso da publicidade, os professores e alunos de escolas públicas, principalmente as municipais, devido à proximidade com os dirigentes locais, sofrem com a tentativa de manipulação durante o período eleitoral. Existem casos de distribuição massiva de material escolar e de uniformes, também de políticos prometendo aos professores aumentos salariais e um plano de carreira em troca do apoio político dentro das salas de aula.

¹¹⁹ Skinner (1998, p.445-447) salienta que o orador pode ter inúmeros efeitos sobre o ouvinte e seu comportamento. O autor posteriormente afirma que o colégio mantido por uma agência religiosa se empenha em uma instrução apropriada e não deve se estabelecer um comportamento que se oponha a esses interesses. Ao mesmo tempo em que as escolas sustentadas pelo governo podem ser levadas a aplicar suas técnicas educacionais em favor do governo e são instruídas a evitar qualquer educação que entre em conflito com as técnicas governamentais de controle ou que ameacem as fontes do poder governamental.

¹²⁰ Skinner, op. cit., p.377.

Partindo dessas constatações, percebe-se facilmente que política e educação mantêm uma relação de proximidade, e a educação tanto pode ser usada para o bem como para o mal, pode politizar ou até despolitizar. É capaz de despertar a consciência ou a apatia, de passar informações deturpadas ou verídicas.

Para Dimenstein (1994, p.24),

[...] em qualquer lugar do mundo, quanto mais educada e informada é a população de um país, menos pobreza e menos manipulação existem. Conhecendo seus direitos, as pessoas cobram, exigem, gritam, pressionam, debatem e discordam. Encontram soluções.

A escola instrui, forma comportamentos, ideologias e opiniões. Ela é uma arma muito poderosa, um grande trunfo que o Estado tenta sempre ter sob seu controle, a fim de salvaguardar seus próprios interesses.

Confirmando essa perspectiva, Skinner (1998, p.378), em relação a governo e educação, coloca:

A educação dá ênfase à aquisição do comportamento em lugar de sua manutenção. Onde o controle religioso, governamental e econômico preocupa-se com tornar mais prováveis certos tipos de comportamento, o reforço educacional simplesmente faz certas formas prováveis em determinadas circunstâncias.

A manipulação de determinadas variáveis dentro do sistema social, econômico e político por parte dos governantes é capaz de alterar o comportamento dos cidadãos (os governados). A educação está também inserida dentro dessas variáveis e é usada como um meio eficiente de formar opiniões e influenciar eleitores.

Assim como algumas escolas mantêm relações com a política, outras não se subordinam ao Estado e aos governos e conseguem cumprir o verdadeiro papel da educação que é instruir, politizar, motivar a criatividade, a leitura, a cultura e o interesse por assuntos diversos, inclusive as discussões políticas, fazendo tudo isso de forma construtiva e com o verdadeiro objetivo de formar cidadãos conscientes.

O papel da educação é fundamental para modificar o comportamento de alienação, desinteresse e apatia. Aliás, a instrução e a conscientização a partir da educação é o principal caminho para se tentar modificar comportamentos e criar um novo modelo de cidadão atuante, participativo, interessado e responsável pelos assuntos ligados ao seu país, como é o caso das eleições.

4.6 A IMPORTÂNCIA DA FAMÍLIA E DOS AMIGOS NO PROCESSO DE DECISÃO

Todo ser humano nasce dentro de uma estrutura familiar e esta estrutura será responsável pela passagem dos valores, dos costumes e da educação.

A família é uma estrutura educacional de grande importância e controle na vida daqueles que fazem parte dela, pois é dentro de uma família que a criança aprende a andar, a falar, comer e a se comportar de determinado modo. A família também ensina o convívio social, as boas maneiras e assim por diante. É obrigação da família prover alimentos, vestimentas, educação, atenção e afeto, ou seja, uma formação completa.

Entretanto, deve-se observar que cada cultura contém particularidades diversas, inerentes a cada uma, ou seja, é um conjunto bem variado de tradições, costumes e formas de pensar e agir. Assim, cada cultura valoriza mais ou menos algum aspecto em especial. Existe uma escala de importância que se dá à religião, à política, ao sexo, à liberdade e ao trabalho. E essa diversidade toda gera diferentes padrões de comportamento.

A forma de educar e controlar os filhos daquele vizinho, que é imigrante muçulmano, será diferente daquela educação, dos valores e da forma de controle utilizada para educar os filhos de brasileiros, que será diferente da cultura dos orientais e assim por diante.

Portanto, muito daquilo que o ser humano revela na idade adulta vêm da influência e da formação que teve em casa, ao lado dos pais, dos irmãos, dos avós, tios e assim por diante. A partir do momento que essa criança sai para o mundo, vai para a escola e convive com

outras pessoas, as quais designamos de “amigos”, esses também passarão a exercer influência. Aliás o convívio faz com que as pessoas influenciem-se mutuamente.

O indivíduo, quando criança ou adulto, durante toda a sua vida continuará a receber muitas formas de instrução casual de membros que compõem a família ou de grupo de amigos e vai adquirir ao longo de sua vida um extenso repertório de usos e costumes adquiridos de outrem.

Assim, se a família é capaz de influenciar em tudo que está à volta de um familiar, os amigos também são capazes de formar opiniões, em relação ao campo político.

Berelson (1971, p.112) coloca com respeito a família:

Devemos dizer honestamente que as opiniões políticas são herdadas de nossos pais: as pessoas aprendem cedo na vida e essa aprendizagem persiste até a idade adulta. Por exemplo, os interesses políticos e as preferências políticas começam a se revelar muito cedo, por volta dos dez anos de idade, e se desenvolve rapidamente durante a adolescência. No princípio desse período o interesse político é apreciável e ao término é equivalente ao interesse dos adultos.

Embora não seja regra, podemos perceber que em muitos casos, existe uma tendência a partilharmos das mesmas opiniões dos amigos e principalmente dos nossos pais. Acabamos discutindo política em casa, dentro do ambiente de trabalho, ou com os colegas de escola. Dentro dessas discussões, geralmente acabamos discordando e concordando em relação a algumas questões e partindo deste ponto é que as opiniões políticas inerentes a cada um de nós irá se formar.

Então, ao mesmo tempo que somos influenciados, também influenciemos e formulamos nossas escolhas a partir dessa troca mútua de informações.

É lógico que sempre existirão exceções, pois existem pessoas que mantêm uma opinião ao longo de toda uma vida, sem se deixar influenciar por nada e ninguém. No entanto, na grande maioria das vezes sofremos influências de nossos pais e familiares.

A formação de uma opinião vem primeiramente do debate com outras pessoas, da informação que se adquire e, depois, de um consenso para se saber qual posição é a melhor ou a certa.

Quanto mais homogêneo for o ambiente social onde o indivíduo estiver inserido, com mais intensidade ele sustentará suas opiniões e lutará por elas.

Portanto, ao contrário do que se imagina, o eleitor não pensa sozinho. Seu raciocínio poderá ser inúmeras vezes interrompido pela interferência de membros de grupos e instituições diferentes, e isso acontecerá sempre, até que o mesmo pondere e formule sua própria opinião e a defesa.

O eleitor não age como se estivesse no vazio, fazendo solitariamente as suas escolhas, pois o contexto da sua ação é permeado pelas mediações impostas pela vida social: o grupo de trabalho, a classe, a família, a identidade, o mercado, a sua situação financeira. Mediações essas que não são vazias, mas sim, carregadas de sentido ou de conteúdo político e cultural.

CAPÍTULO 5

PESQUISA DE CAMPO SOBRE COMPORTAMENTO DE ELEITORES DO MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA – PR

5.1 METODOLOGIA

A presente pesquisa de campo apresenta características de Pesquisa Qualitativa, pois trata-se de um estudo social que se preocupa mais com a qualidade das informações angariadas do que com a quantidade de informações. Ou seja, para Minayo (2002, p.21) “ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos.”

No entanto, como trabalhamos com um universo de pesquisa muito grande, que é de 203.019 eleitores do município de Ponta Grossa, mesmo a pesquisa sendo qualitativa, nos preocupamos também com a quantidade de eleitores que seriam entrevistados, para efeito de confiabilidade e de não mascarar os resultados.

Ainda para Minayo (2002, p.22), “o conjunto de dados qualitativos e quantitativos, porém, não se opõem. Ao contrário, se complementam, pois a realidade abrangida por eles interage dinamicamente, excluindo qualquer dicotomia.”

A amostragem foi estratificada, porque ela trabalhou com diferentes estratos da população. A presente pesquisa usou amostras representativas da população, que foram selecionadas por meio de critérios estatísticos, que utilizaram como base as fontes oficiais de dados do: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), do Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (IBOPE) e do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE-PR). A amostra foi selecionada em dois estágios:

1 - Seleção não probabilística (pois os sujeitos foram escolhidos mediante alguns critérios pré-estabelecidos) dos setores censitários do IBGE em que foram realizadas as entrevistas, pelo

método PPT (Probabilidade Proporcional ao Tamanho),¹²¹ ou seja, os entrevistados foram retirados dos bairros de Ponta Grossa proporcionalmente, de acordo com a quantidade de eleitores que habitam em cada bairro. O bairro de Uvaranas foi o que apresentou o maior número de eleitores, e devido a este fato, foi o que deteve a maior fatia da amostra.

2 - Seleção dos entrevistados por meio de quotas proporcionais de sexo, idade e grau de instrução, dentro dos setores censitários demarcados pelo IBGE.

O IBGE apresentou, no censo de 2000, uma divisão da cidade de Ponta Grossa que consiste em 16 bairros, a saber: Centro, Boa Vista, Cará Cará, Chapada, Colônia Dona Luiza, Contorno, Estrela, Jardim Carvalho, Neves, Nova Rússia, Oficinas, Órfãs, Ronda, Uvaranas e Santa Mônica.

Dessa forma, toda a cidade de Ponta Grossa foi percorrida, o que proporcionou uma maior credibilidade à pesquisa, pois englobou toda a heterogeneidade cultural, econômica e social da cidade.

A partir dos dados do IBGE, também foi possível verificar quais os bairros eram mais populosos, onde estava a população de maior e menor renda, o nível de escolaridade, assim como quantas pessoas existem por bairros que se encaixem na condição de eleitor acima de 16 anos de idade.

Todas essas informações tornaram possível desenvolver a proporcionalidade da amostra e saber onde estão e quantos são os eleitores que deveríamos entrevistar em cada bairro e em cada setor censitário (pequenas áreas demarcadas pelo IBGE no censo de 2000).

¹²¹ A seleção da amostra segue os parâmetros da metodologia utilizada pelo IBOPE. Disponível em: <http://www.ibope.com.br/calandraWeb/servlet/CalandraRedirect?temp=6&proj=PortalIBOPE&pub=T&db=ca ldb&comp=pesquisa_leitura&nivel=Metodologia&docid=EC417EC34A9D025B83256EED0051568F>

5.2 UNIVERSO DE PESQUISA

O universo de pesquisa do presente trabalho se consubstanciou nos 203.019 eleitores do município de Ponta Grossa no Estado do Paraná.

Segundo Richardson (1999, p.167), “o universo de uma amostra se divide em finito e infinito. O universo finito é aquele que é composto por no máximo 100.000 unidades (de pessoas, alunos, estabelecimentos etc.), e os universos infinitos são aqueles que ultrapassam essa quantidade.” Para cada um deles existe uma fórmula diferente que determinará o tamanho da amostra a ser explorada.

No caso deste trabalho, como o universo de pesquisa é maior que 100.000 unidades, usaremos a fórmula proposta por Richardson para universos infinitos que está disponibilizada a seguir, quando serão demonstrados os cálculos que foram executados para se chegar ao tamanho da amostra.

Escolhemos, dentro do universo de pesquisa, trabalhar com algumas variáveis, como faixa etária, renda e escolaridade e, também, estabelecemos o critério de que somente são entrevistados eleitores que sejam residentes no município de Ponta Grossa, no mínimo há 12 anos. Este último critério foi estabelecido, com o intuito de que os eleitores entrevistados já tenham presenciado pelo menos três mandatos dos políticos locais e já conheçam um pouco sobre a trajetória política da cidade de Ponta Grossa.

5.3 O NÍVEL DE CONFIANÇA ESTABELECIDO

Os trabalhos estatísticos realizados demonstram que cada pesquisa efetuada com a coleta de amostras ajusta-se às leis da probabilidade. As pesquisas podem apresentar graus diferentes de confiança, que oscilam geralmente entre 90 e 95% de confiabilidade. Esse índice será aplicado na fórmula que o autor disponibiliza para delimitarmos o tamanho da amostra.

De acordo com Richardson (1999, p.168),

Normalmente, nas pesquisas sociais, trabalha-se com um nível de confiança equivalente a 95%. Isto significa que existe uma probabilidade de 95%, em 100%, de que qualquer resultado obtido na amostra seja válido para o universo. Quando se deseja maior segurança trabalha-se com um nível de confiança de 99,7%.

No presente trabalho de campo, a confiabilidade será de 95%. Primeiramente por se um universo muito grande e, quanto maior for a confiabilidade, maior também será a amostra.

O autor disponibiliza uma tabela que relaciona a percentagem de confiabilidade que se deseja utilizar com a letra σ sigma. Um grau de confiabilidade de 99% equivale a 3σ ; já quem deseja trabalhar com o índice de 95% de confiabilidade utilizará a fórmula 2σ e quem optar por trabalhar com 90% de confiabilidade corresponde a apenas σ .

Para uma melhor compreensão, devemos acompanhar os itens que seguem abaixo.

5.4 MARGEM DE ERRO DA PESQUISA

Os resultados de uma amostra nunca serão apresentados com 100% de certeza daqueles valores que aparecem na pesquisa. Sempre existe uma margem de erro que, teoricamente, deve ser pequena para que possa garantir a confiança dos resultados apresentados, mas erros de mediação sempre estão presentes, em maior ou em menor proporção. Esses erros diminuem à medida que o tamanho da amostra aumenta.

Para Richardson (1999, p.168) “nas pesquisas sociais, não se aceita um erro maior que 6%. Considerando-se que o tamanho da amostra depende do erro, e este deve ser decidido antes de se calcular a mesma. Quanto maior a exatidão desejada, menor o erro e maior o tamanho de tal amostra.”

Após escolhermos trabalhar com uma **confiabilidade** que se apresenta com grau de 95%, **a margem de erro** utilizada no trabalho foi a de 5%.

Existem vários métodos disponíveis nos livros de estatística para se calcular a confiabilidade e a margem de erro: o método do teste-reteste ou reaplicação, método de formas alternativas ou equivalentes, métodos baseados em prova, dentre outros. No entanto, optamos trabalhar com a fórmula apresentada por Richardson, para universos infinitos.

5.5 TAMANHO DA AMOSTRA

O tamanho da amostra foi definido, como já dissemos anteriormente, a partir da aplicação da fórmula proposta por Richardson. Também, trabalhamos apenas com os eleitores que habitam o perímetro urbano da cidade de Ponta Grossa.

Os eleitores das localidades de Guaragi, Uvaia e Itaiacoca não foram considerados, primeiramente devido à distância e à dificuldade de acesso a esses lugares, depois porque somente 12% dos eleitores do município habitam os locais de zona rural e, por fim, chegou-se à conclusão de que trabalhando todos os 16 bairros da cidade seria possível encontrar toda a diversidade populacional que estávamos procurando. Portanto, foi estabelecido o critério de que somente participarão os eleitores do perímetro urbano de Ponta Grossa.

Mesmo estabelecendo esses critérios, o universo é superior a 100.000 elementos e por isso o universo é caracterizado como infinito.

A fórmula, então, que devemos aplicar para definir o tamanho da amostra é a seguinte:

$$N = \frac{\sigma^2 \cdot p \cdot q}{E^2}$$

Onde:

N = tamanho da amostra

σ^2 = nível de confiança escolhido, em número de desvios

p = proporção das características pesquisadas no universo, em percentagem

q = proporção do universo que não possui a característica pesquisada ($q = 1 - p$).

Em percentagem: $q = 100 - p$

E = erro de estimação permitido

Iremos trabalhar com um **grau de confiança**¹²² **de 95%**, onde $\sigma = 2$ e uma **margem de erro de 5%**.

Com esses dados disponíveis aplicamos as fórmulas e desenvolvemos o cálculo da seguinte maneira.

Primeiramente, usamos a fórmula para descobrirmos o valor de q = proporção do universo que não possui a característica pesquisada, usando a fórmula ($q = 1 - p$).

Em percentagem: $q = 100 - p$

Considerando-se que a proporção de eleitores votantes e aptos a responder à pesquisa, que se enquadrem nos critérios estabelecidos é desconhecida, o autor sugere supor a situação mais desfavorável, trabalhando com um índice de 50%, portanto $q = 50$.

$$\begin{aligned} q &= 100 - p \\ q &= 100 - 50 \\ q &= 50 \end{aligned}$$

Após calcularmos o valor de q , passamos a executar a fórmula para definir o tamanho da amostra (N).

A letra σ , que representa o grau de confiabilidade, será substituída por 2 porque escolhemos trabalhar com confiabilidade de 95%, conforme tabela disponibilizada pelo autor.

A letra p , como já vimos acima, representa o índice de 50% do universo que não possui as características pesquisadas, e cujo valor corresponde a 50.

A letra q , também já foi calculada na fórmula utilizada acima, e foi encontrado coincidentemente o valor de 50.

E por fim a letra E que representa o erro de estimação, que neste caso corresponde ao valor de 5%.

¹²² Todas as fórmulas e os cálculos foram retirados do livro “Pesquisa Social” de Roberto Richardson dentro do capítulo sobre Elementos da Teoria de Amostragem p.157-173.

$$N = \frac{\sigma^2 \cdot p \cdot q}{E^2}$$

$$N = \frac{10.000}{25}$$

$$N = \frac{2^2 \cdot 50 \cdot 50}{5^2}$$

$$N = 400 \text{ pessoas}$$

$$N = \frac{4 \cdot 2500}{25}$$

O **tamanho da amostra** é de 400 pessoas. Como essa amostra é composta por diferentes estratos da população, outros cálculos de proporcionalidade tiveram de ser desenvolvidos para representar a porcentagem de eleitores que deveriam ser entrevistados em cada bairro da cidade. Assim, foi usada uma porcentagem para cada estrato da população. Por exemplo:

- Uvaranas possui 28.967 habitantes votantes. O total de eleitores do bairro é multiplicado por 100 e dividido pelo número total de votantes do município, que no caso aqui é de 203.019 eleitores.

$$\text{Uvaranas} = \frac{28.967 \times 100}{203.019}$$

$$\text{Uvaranas} = 14,27\% \text{ da amostra de 400 pessoas} = 57 \text{ pessoas}$$

No bairro de Uvaranas teremos que entrevistar 57 eleitores.

Com essas 57 pessoas faremos uso da mesma fórmula novamente para desmembrarmos essas 57 pessoas de acordo com as variáveis que nos propusemos a utilizar (faixa etária, sexo, nível de escolaridade e renda), com o objetivo de saber quantas mulheres, e homens deveremos entrevistar, quantos na faixa de 16 a 20 anos, quantos acima dos 80 anos, ainda quantos com curso superior e com primeiro grau.

Baseando-nos nessas fórmulas chegamos aos números corretos, proporcionais à heterogeneidade que estávamos procurando, sempre primando pelo objetivo principal, que é o de não mascarar informações e ficarmos o mais próximo possível da realidade política do município de Ponta Grossa.

5.5.1 Seleção da Amostra.

A seleção da amostra para as áreas pesquisadas utilizou a divisão dos municípios em setores censitários do IBGE, como já foi citado anteriormente. O processo foi feito da seguinte forma: dentro de cada bairro foram escolhidos os setores censitários nos quais trabalhamos com a pesquisa. Como a quantidade de setores censitários trabalhados dependia do número de habitantes votantes dentro de cada bairro, então, estabelecemos o critério de que a cada dez mil eleitores trabalharíamos 1 (um) setor censitário. Por exemplo: em Uvaranas temos 28.967 eleitores acima de 16 anos, então serão pesquisados 3 setores censitários.

Além do número de habitantes, a escolha destes setores também foi feita baseando-se na diversidade de renda, faixa etária e escolaridade. Geralmente os setores escolhidos foram aqueles que coincidentemente apresentaram um elevado número de habitantes.

Dentro dos setores mais numerosos encontramos toda a heterogeneidade de que precisamos, em conformidade com as quatro variáveis que escolhemos trabalhar (sexo, idade, nível de escolaridade, renda).

Num segundo momento foi feita a busca dos entrevistados em seus domicílios, e isto se fez, com base nas planilhas de demarcação dos setores censitários fornecidas pelo IBGE em forma de mapas, onde o setor que deverá ser trabalhado é demarcado por uma linha de cor amarela.

A partir desta demarcação e seguindo a técnica de probabilidade proporcional ao tamanho (PPT), entrevistamos 400 eleitores de todos os níveis de escolaridade, renda, idade e sexo.

Foram feitas até três tentativas (em dias e horários diferentes) para completar as entrevistas não obtidas na primeira visita. Após a terceira tentativa, um domicílio substituto era selecionado.

Poderiam ser entrevistados o chefe da família, a dona-de-casa ou outro morador que tivesse mais de 16 anos, possuisse moradia fixa na cidade de Ponta Grossa há mais de 12 anos e se encontrasse apto a responder às questões. Quando necessário, foram entrevistados mais de um morador por domicílio, a fim de complementar as informações coletadas.

5.6 JUSTIFICATIVA DA PESQUISA DE CAMPO

O trabalho de campo é algo importante, pois é uma forma de questionar a realidade, de buscar informações que possam nos mostrar de maneira clara e objetiva a verdade em relação àquilo que estamos estudando, ou seja, a realidade sobre o objeto de pesquisa que está em questão.

No âmbito da sociedade, quando nos reportamos a um fato ou fenômeno que chamamos social, isto parece mais importante ainda, pois é uma maneira existente de confirmar o que o referencial teórico nos mostra. É uma maneira de averiguar através da forma empírica o que diversos autores defendem em suas obras, em suas teorias, que é sua própria ciência e, a partir das conclusões, dos resultados que surgirem com essa nova exploração feita dentro desse estudo, será possível construir uma teoria diferente ou confirmar aquilo que se encontra nos livros.

No mundo social, as realidades mudam de forma muito rápida, em um dinamismo próprio da vida, por isso a confirmação empírica se faz tão importante, pois uma teoria que é

válida no dia de hoje pode ser refutada num futuro muito próximo através de uma comprovação empírica diferente.

A validade da ciência fica cada vez mais tênue, pois teorias são derrubadas diariamente no mundo social, em que valores, comportamentos, procedimentos, costumes alteram-se constantemente. Minayo (1994, p.51) corrobora isso, dizendo que nas Ciências Sociais, “tendo como referência a pesquisa qualitativa, o trabalho de campo se apresenta como uma possibilidade de conseguirmos não só uma aproximação com aquilo que desejamos conhecer e estudar, mas também de criar um conhecimento partindo da realidade presente no campo.”

O vínculo que o pesquisador irá estabelecer com os sujeitos a serem estudados é muito importante pois eles serão a fonte de onde será tirado o conhecimento científico necessário para a pesquisa com o objetivo de incorporar algo mais do que conseguimos através da teoria ou a superação daquilo que estudamos nos livros já produzidos.

Trabalho de Campo de acordo com Minayo (1994, p.53) “é o recorte que o pesquisador faz em termos de espaço, representando uma realidade empírica a ser estudada a partir das concepções teóricas que fundamentam o objeto da investigação.”

Sendo assim o trabalho de campo, que apresentaremos, terá como objetivo principal captar o comportamento dos eleitores em relação aos políticos das três esferas: municipal, estadual e federal.

Para a realização deste estudo, Ponta Grossa é escolhida e corresponde ao campo empiricamente determinado para a pesquisa desenvolvida.

5.7 MODELO DE FORMULÁRIO PARA ENTREVISTA

O formulário foi aplicado diretamente pelo pesquisador, juntamente com mais dois auxiliares para que não houvesse dúvidas na hora do preenchimento, nem tampouco a

possibilidade de o entrevistado deixar de responder a alguma pergunta. Estabelecendo este contato direto com o pesquisado tornou-se mais fácil explicar e discutir os objetivos da pesquisa e do formulário.

O formulário foi dividido em duas partes, em que a primeira parte tinha como objetivo principal traçar o perfil do eleitor através do preenchimento dos dados pessoais como: idade, sexo, escolaridade e renda. A segunda parte, foi a entrevista propriamente dita, desenvolvida com 23 perguntas, deste total 7 perguntas abertas e 16 perguntas fechadas.

Foram feitas perguntas com o intuito de saber como os eleitores se sentem em relação ao sistema político da sua cidade e de seu país, além de perceber o grau de interesse do eleitor por assuntos ligados à política, quais os canais de informação que utilizam a fim de formar opinião em quem votar. Além dessas, também foram feitas indagações sobre a obrigatoriedade do voto, o conhecimento que o eleitor tem em relação às funções inerentes a cada cargo público e a memória do eleitor (se ele lembra ou não em quem votou nas últimas eleições) e assim por diante.

Na sequência, será apresentado o modelo de formulário aplicado na pesquisa de campo.

4. Você gosta de política? () sim () não

5. De que maneira você se sente hoje como eleitor ?

() feliz	() confiante	() descrente
() inseguro	() indignado	() outro
() seguro	() frustrado	
() assustado	() satisfeito	

6. Com que frequência você discute algo sobre política?

() nunca	() sempre
() raramente	() às vezes

7. Quando você quer saber sobre candidatos você busca se informar onde? Marque as alternativas onde você busca essas informações.

() na TV	() rádio FM	() com os amigos
() nos jornais impressos	() na igreja	() no trabalho com os patrões
() rádio AM	() com a família	() na escola
() em revistas	() horário eleitoral	() outros

8. Em relação às notícias políticas que você escuta no rádio ou na TV.

() a maioria são verdadeiras	() algumas são verdadeiras e outras não
() a maioria são falsas	() não sei responder

9. Se o voto não fosse obrigatório, você votaria? () sim () não () não sabe

10. Na última eleição para Presidente, você lembra em quem votou? () sim () não

11. Para Deputado Federal? () sim () não

12. Deputado Estadual? () sim () não

13. Para Senador? () sim () não

14. E para Governador? () sim () não

15. Tivemos eleições para Prefeito e Vereador em 2004. Você ainda lembra em quem votou?

Para Prefeito ☐ sim ☐ não

Para Vereador ☐ sim ☐ não

16. Você está desempregado e um candidato bate à sua porta, entra na sua casa e lhe promete um emprego se for eleito, qual será sua atitude como eleitor diante dessa situação, já que você precisa desse emprego. Você vota no candidato ou não?

☐ sim ☐ não

17. Você sabe qual é a função do Presidente da República? _____

18. E de um Senador? _____

19. Qual é a função de um Deputado Federal? _____

20. E do Governador? _____

21. E dos Deputado Estaduais? _____

22. Qual é a função do Prefeito? _____

23. E dos Vereadores? _____

5.8 RESULTADOS DA PESQUISA DE CAMPO.

De acordo com os dados estatísticos fornecidos pelo IBGE, o tecido populacional de Ponta Grossa está dividido da seguinte forma: 52,0% são mulheres e 48,0% são homens.

Sendo assim, dos 400 eleitores que compõem a amostra da pesquisa de campo, 208 serão mulheres e 192 serão homens. Esse universo foi dividido proporcionalmente pelos 16 bairros delimitados pelo censo de 2000, como demonstra o quadro 2 abaixo.

Proporcionalidade da Amostra por Bairros			
Bairros	Homens	Mulheres	Total
Centro	11	12	23
Boa Vista	15	15	30
Cara Cara	12	13	25
Chapada	14	15	29
Col.D.Luiza	9	9	18
Contorno	11	12	23
Estrela	5	5	10
Jd.Carvalho	11	12	25
Neves	13	14	26
N. Rússia	15	15	30
Oficinas	13	15	28
Olarias	10	12	22
Órfãos	8	10	18
Ronda	6	8	14
Sta. Mônica	8	9	17
Uvaranas	31	32	63
Total	192	208	400

QUADRO 2 – Distribuição da Amostra por bairros.

Para tabular os dados e chegarmos às conclusões finais, fizemos uso de uma técnica de mineração de dados designada Data Mining.¹²³ Esta técnica foi desenvolvida no ano de 1995 por um grupo de empresas de vários países do mundo, as quais formaram uma comunidade de

¹²³ Mais informações sobre o Data Mining encontram-se presentes no site do Departamento de Informática da PUC-RJ. Disponível em: < <http://www.cce.puc-rio.br/informatica/dataminingcentro.htm> >.

inteligência artificial. A técnica Data Mining¹²⁴ surge a partir de uma necessidade de conhecer e organizar o grande fluxo de informações geradas por empresas de grande porte, pois, com o cruzamento dessas informações, tornou-se possível traçar com maior facilidade um panorama da situação das mesmas, detectando pontos fortes e fracos, os erros e acertos dessas organizações.

Os dados, que seguem, demonstram os resultados finais da tabulação, bem como a análise dos dados que correspondem à totalidade das 400 entrevistas, que são fruto de aproximadamente dois anos de trabalho de campo, somando-se o tempo de preparo e organização das planilhas, a delimitação das localidades que foram visitadas, a entrevista propriamente dita, a inclusão dos formulários dentro do sistema de tabulação, assim como a geração dos quadros, gráficos e a análise final.

O formulário foi desenvolvido com o intuito de captar a percepção que os eleitores de Ponta Grossa têm a respeito de temas que estão inseridos dentro da esfera política, como a democracia, o sentimento que o eleitor tem hoje em relação ao seu país e sua cidade, o nível de interesse desses eleitores com assuntos ligados à política, suas perspectivas em relação ao futuro da nação e, também, onde esses eleitores buscam se informar sobre política e os políticos, a credibilidade da mídia nos dias atuais, a questão da obrigatoriedade do voto, a memória do eleitor com relação em quem votou nas últimas eleições, e, ainda, se ele têm conhecimento das funções inerentes a cada cargo público e se trocariam seu voto por uma promessa de emprego caso estivesse precisando.

¹²⁴ Data Mining ou Mineração de Dados consiste em um processo analítico projetado para explorar grandes quantidades de dados (tipicamente relacionados a negócios, mercado ou pesquisas científicas), na busca de padrões consistentes e/ou relacionamentos sistemáticos entre variáveis e, então, validá-los aplicando os padrões detectados a novos subconjuntos de dados. O processo consiste basicamente em 3 etapas: exploração; construção de modelo ou definição do padrão; e validação/verificação. Atualmente, as organizações têm se mostrado extremamente eficientes em capturar, organizar e armazenar grandes quantidades de dados, obtidos de suas operações diárias ou pesquisas científicas através do sistema data mining.

Trabalhamos com as variáveis idade, sexo (gênero), renda e escolaridade, as quais de acordo com Schmidt (2001, p.87), “[...] tem sido tomadas como as principais variáveis para a análise da formação de atitudes políticas pelas literaturas consultadas, e são fundamentais como instrumento de análise.” Elas são vistas como universais, pois todos os indivíduos têm idade, quase todos têm alguma renda familiar e pelo menos algum tempo de estudo, por menor que seja.

Para fazer uma análise do comportamento político do eleitor, conhecer a idade se torna decisivo, pois demonstra se existe ou não mudança comportamental e de atitudes ao longo da vida de um indivíduo, do período que vai da sua juventude à velhice.

A análise do sexo também nos proporcionou enxergar se existem diferenças no comportamento e na maneira de pensar a política, entre os homens e as mulheres, já que muitas vezes as mulheres apresentam características que são tidas como peculiares à classe feminina, como, por exemplo, a sensibilidade, a relevância e a flexibilidade. Estas características aliam-se ainda ao fato de que as mulheres são, por muitos ainda, vistas como menos participativas dos processos políticos e menos conhecedoras sobre assuntos políticos do que os homens.

Desenvolvendo-se este estudo sobre o comportamento do eleitor e fazendo a separação entre os gêneros masculino e feminino, foi possível captar a percepção em relação ao comportamento feminino e demonstrar se o estereótipo de que a classe feminina tem de ser alienada em relação à política é verdadeiro, ou não.

A renda ou situação socioeconômica da população foi outra variável trabalhada e de grande relevância, já que tínhamos uma preocupação em constatar se os eleitores menos abastados eram de fato aqueles que apresentavam o maior potencial para disponibilizar o seu voto em troca de algo, no caso da questão investigativa proposta na pesquisa, a troca de voto seria por um emprego.

O cruzamento dos dados da pesquisa nos permitiu observar este aspecto com clareza e traçar o perfil dos eleitores que se mostraram dispostos a trocar o voto. Outra questão, também, é se este fenômeno de troca de voto manifestava-se de maneira generalizada, abarcando todas as classes sociais, idades, gêneros e níveis de escolaridade ou se formava algum grupo composto por um número de pessoas com características semelhantes que se mostrassem mais propensos a esta prática.

Conhecer o perfil socioeconômico também foi um fator de grande importância, já que desejávamos traçar o perfil atitudinal e comportamental dos indivíduos, pois o meio social onde essas pessoas estão inseridas, vivendo seu cotidiano, acaba por influenciar a aquisição de atitudes políticas.¹²⁵

A escolaridade é outro ponto indispensável a conhecer para quem deseja delinear o comportamento de diferentes estratos da população votante, porque permite averiguar a importância da politização e a diferença entre o eleitor que tem um elevado nível de escolaridade, daquele que não concluiu nem o primeiro grau.¹²⁶ Assim como o nível de interesse e conhecimento das pessoas mais letradas em relação às aquelas menos letradas em relação à política.

A pesquisa nos aponta resultados surpreendentes em relação ao conhecimento que o eleitor local tem sobre a política, o seu interesse e o que pensa a respeito da democracia. A análise das respostas permitiu verificarmos uma aparente incoerência, por conta do aparecimento de aspectos contraditórios que pudemos observar nitidamente em algumas respostas, principalmente às relacionadas ao voto e ao interesse político.

¹²⁵ SCHMIDT, op.cit., p. 101.

¹²⁶ Atualmente o primeiro grau é designado de “ensino fundamental”, no entanto, como nos pautamos pelo censo do IBGE de 2000 onde ainda era chamado “primeiro grau”, preservamos a designação anterior.

Seguem abaixo os resultados finais e suas respectivas interpretações sobre o comportamento e as percepções do universo composto pelos eleitores do perímetro urbano da cidade de Ponta Grossa.

5.8.1 Análise das Questões Fechadas.

Primeiramente, faremos a análise das questões fechadas, que compõem o questionário e dizem respeito à democracia, ao interesse dos eleitores pela política, à credibilidade da mídia, às variáveis com potencial de nortear o voto e à memória do eleitor.

5.8.1.1 A Percepção do Eleitor em Relação à Democracia e seu Interesse por Política.

Todos os dias, quando entramos em contato com algum canal da mídia, seja rádio, televisão ou jornal, ouvimos falar sobre “democracia,” aliás, ela foi e ainda é objeto de estudo de muitos cientistas políticos dentro da última década. “A democracia foi fruto de um misto de proposição intelectual normativa, em certa medida idealista, com uma profunda ligação orgânica de seus fundadores com o mundo em que viviam.” (BAQUERO, 1998, p.35).

Sabemos que a palavra democracia é carregada de sentido, de conteúdo, forma e simbolismo, o que nos levou a desenvolver uma questão especialmente para investigá-la e tentar captar qual é a percepção da população em relação a ela, e qual é o sentido que a mesma traz aos eleitores.

Ao formularmos a primeira pergunta da entrevista *“O que é democracia?”*, disponibilizamos aos eleitores três alternativas para que eles escolhessem aquela com que mais se identificassem.

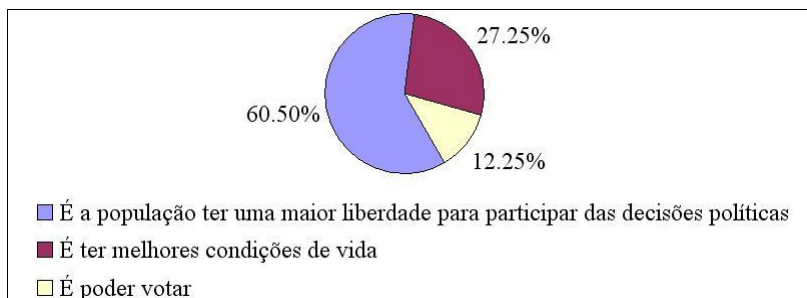


Gráfico 1 – Percepção com respeito a democracia. (questão 01)

Nos resultados mostrados no gráfico 1, cerca de 60,50% dos entrevistados, associam a palavra “democracia” à alternativa de número um, ou seja, “ter maior liberdade para participar das decisões políticas.”

A primeira alternativa foi elaborada para analisar a democracia enquanto forma, pois fala em liberdade de participação, de expressão, de ser mais atuante e ter a permissão de opinar no que diz respeito à vida pública. A democracia como forma, nada mais seria, de acordo com Bobbio (1986, p. 157-158) “[...] que um conjunto de regras que estabelece quem está autorizado a tomar as decisões coletivas e com que procedimentos.” No caso do regime democrático, quem toma as decisões é o povo através das eleições, referendos, reuniões, associações, organizações etc.

A segunda alternativa foi escolhida por 27,25% dos entrevistados e demonstra aqueles que percebem a democracia como solução para os problemas sociais, pois fazem uma analogia com a possibilidade de “ter melhores condições de vida”, usufruir direitos garantidos por lei, como saúde, educação, alimentação e emprego. Os eleitores que optaram por essa alternativa vêem a democracia ligada a princípios como igualdade e dignidade, ou seja, a democracia como conteúdo.

A terceira alternativa corresponde à democracia como “direito de votar”, o livre acesso ao voto, o direito e ao mesmo tempo o dever de votar. Para 12,25% dos eleitores a democracia corresponde ao sufrágio universal, ao direito, à permissão que o Estado dá a todos os seus cidadãos de escolher seus dirigentes.

Dentro desse viés investigativo com respeito à democracia e ao grau de interesse, participação e comprometimento da população com a política, outras quatro questões foram desenvolvidas com o objetivo de buscar essa análise. São as questões de número 2, 4, 6 e 9. As três primeiras questões (2, 4 e 6) são parecidas e foram assim formuladas e colocadas estrategicamente alternado-se com outras questões para buscar analisar aspectos contraditórios do comportamento do eleitor com o intuito de visualizar com maior facilidade a o surgimento de respostas contraditórias.

Formulamos também a questão de número nove (9), que, trata diretamente da importância do voto para o eleitor e que encerra as questões que integram os temas “democracia” e “interesse por política.”

Os resultados das questões 2, 4, 6 e 9 mantêm relação com a democracia, porque o interesse do eleitor por política, liga-se à sua participação, à sua preocupação com os problemas do país e à mobilidade deste eleitor dentro da esfera pública. Esses aspectos são parte do conteúdo da democracia em si.

Com respeito aos resultados, a questão de número dois (2) foi elaborada com o intuito de investigar a respeito do interesse do eleitor por assuntos ligados à esfera política. Perguntamos: *“Você se interessa por assuntos políticos?”* Pudemos observar pelos resultados, um baixíssimo grau de interesse e comprometimento dos eleitores por assuntos inerentes à esfera política.

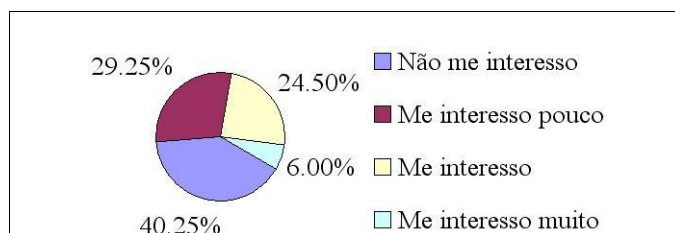


Gráfico 2 – Nível de Interesse Político. (questão 02)

Cerca de 40,25% dos entrevistados responderam que não se interessam, 29,25% que se interessam pouco, 24,50% que se interessam e apenas 6% se interessam muito. Experimentamos cruzar o resultado dessa questão com a variável sexo e com a variável escolaridade. Os indicadores demonstram que os homens que se interessam são 51,75%, contra 48,25% das mulheres, ou seja, não aparece uma correlação significativa entre o interesse político de homens e mulheres. No entanto, ao cruzarmos com a variável “escolaridade” pôde-se perceber que dentro do universo dos que se interessam e dos que se interessam muito por política, cerca de 82,25% desses eleitores possuem mais de 9 anos de estudo, o que demonstra que a educação é ponto fundamental no despertar do espírito de cidadania dos eleitores, assim como, no estímulo ao interesse e à participação em assuntos ligados à política.

Na questão de número 4, elaboramos uma pergunta com o intuito de observar se existia ou não a contradição com os resultados colhidos na questão de número 2. Perguntamos ao eleitor: ***“Você gosta de política?”***

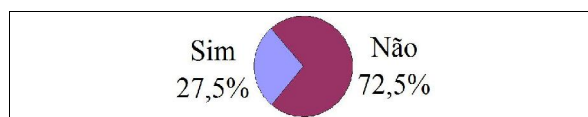


Gráfico 3 – Apreço do eleitor pela Política. (questão 04)

Dos 400 entrevistados, 27,5% dizem gostar de política, contra 72,5% que afirmam não gostar. As respostas seguem a tendência da questão anterior onde aparece falta de interesse, no entanto, promovemos o cruzamento das questões 2 e 4, pois as mesmas foram formuladas apresentando semelhanças de maneira proposital, com o intuito de buscarmos a contradição dos eleitores, como já explicamos anteriormente. Os indicadores mostram que 12,50% das respostas das questões 2 e 4 apresentam contradição, ou seja, os mesmos eleitores que afirmaram na questão 2 não se interessar por política, na questão 4 disseram que gostam de política e vice-versa. O restante das respostas, 87,50% apresentaram respostas coerentes.

Na questão de número 6, indagamos: “**Com que frequência você discute algo sobre política?**” Esta questão, Schmidt chama de “comunicação política” “[...] é o indicador que mede a intensidade com que os assuntos do campo político estão presentes nos contatos interpessoais cotidianos.” (SCHMIDT, 2001, p. 220).

As respostas são bem diversificadas, ou seja, os que responderam que nunca discutem são 15,75%, os que raramente são 22,50%, aqueles que sempre discutem são em número de 16,50% e os que discutem às vezes somam 45,25%.

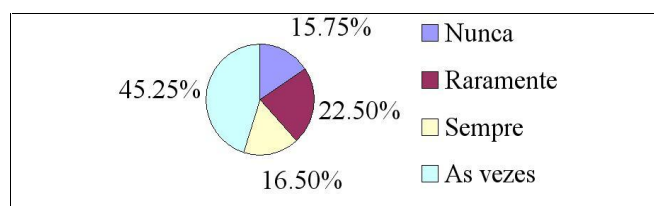


Gráfico 4 – Comunicação Política. (questão 06)

O eleitor mais interessado, teoricamente, seria aquele que mantivesse conversas frequentes, e o menos interessado aquele que buscasse o distanciamento e quase nunca conversasse sobre política.

O resultado das questões analisadas até aqui foi bem objetivo e demonstrou que a maioria dos eleitores não se interessa e não discute política no seu dia-a-dia. Fato que revela-se preocupante, pois, através desse indicador, podemos mencionar um possível fenômeno de apatia e alienação política.

A última questão, que aborda os temas democracia e interesse por política, é a de número 9. Ela refere-se ao voto e pretende analisar a importância que o eleitor dá ao direito que adquiriu através do sufrágio universal de votar de maneira direta e escolher seus governantes. Perguntamos aos eleitores: “**Se o voto não fosse obrigatório, você votaria?**” As respostas foram as seguintes: cerca de 42% afirmaram que sim, continuariam votando, e 58% disseram que não votariam mais.

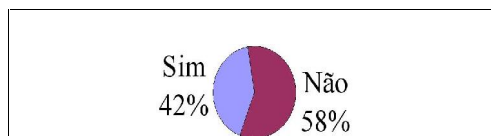


Gráfico 5 – Obrigatoriedade do voto. (questão 09)

Esses resultados também trazem uma carga de contradição, no entanto, não uma contradição no que tange às respostas dos eleitores, mas uma contradição ligada à própria história do país, se imaginarmos que se levou um longo período de tempo para conquistarmos o direito ao sufrágio universal, e hoje as pessoas estariam abrindo mão dessa conquista tão esperada e adquirida através de séculos de história política.

Sendo assim, esses resultados negativos, ao serem interpretados, demonstram uma tendência numérica negativa que compromete o exercício da cidadania por vontade própria. Mostram também um fenômeno de alienação, muitas vezes proposital, e um sentimento de revolta, de repúdio em relação ao sistema político, principalmente após a crise institucional de 2005, mostrada aos brasileiros através dos canais midiáticos.

5.8.1.2 Perspectivas e Sentimentos do Eleitor em relação à Política.

Com o intuito de analisar o eleitor, suas perspectivas e sentimentos, formulamos duas perguntas, a de número 3 e a 5, objetivando averiguar o que de fato este eleitor espera em relação ao seu país no futuro e de como ele se sente inserido no cenário atual.

Na questão de número 3 perguntamos: ***“Quanto ao futuro do Brasil e de sua cidade, você acha que: vai melhorar, vai piorar, vai se manter como está ou não sabe?”*** Os resultados foram os seguintes: 31,50% acreditam que vai melhorar, 17,50% dizem que vai piorar, 33,25% acreditam que a tendência é ficar como está e 17,75% não souberam responder.

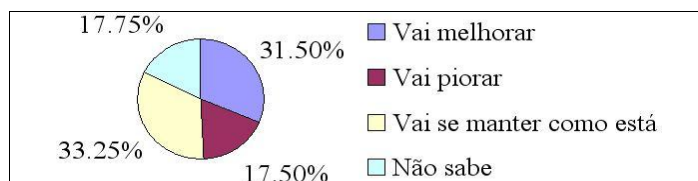


Gráfico 6 – Perspectiva do Eleitor em Relação ao Futuro Político. (questão 03)

As respostas evidenciam descrença em relação ao sistema, assim como perspectivas negativas que mostram a falta de esperança em relação ao futuro do país e do município.

A questão de número cinco (5) é destinada a descobrir de que forma o eleitor sente-se atualmente e, para isto, formulamos a seguinte pergunta: ***“De que maneira você se sente hoje como eleitor?”*** Foram apresentadas dez alternativas, para o eleitor optar por aquela com que mais se identificasse.

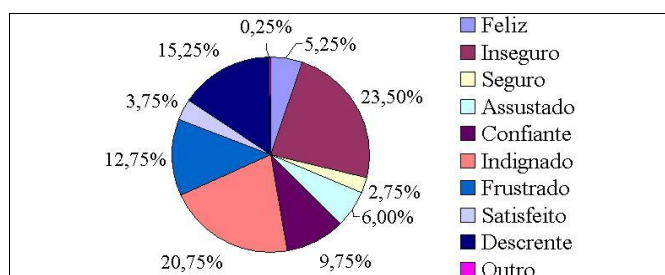


Gráfico 7 – Sentimento do eleitor em relação à política. (questão 05)

O resultado está presente no gráfico 7 e traz as seguintes constatações: 5,25% dos eleitores se mostraram felizes, 23,5% estão inseguros, 2,75% afirmaram estar seguros, 6,00% se disseram assustados, 9,75% estão confiantes, 20,75% sentem-se indignados, 12,75% se mostraram frustrados, apenas 3,75% estão satisfeitos, 15,25% disseram estar descrentes e 0,25% respondeu algo diferente das opções estabelecidas. Dividindo as respostas em dois grupos, o de sentimentos negativos e outro de sentimentos positivos, cerca de 74,75% optaram por respostas negativas e 25,25% apenas por respostas positivas.

5.8.1.3 O Eleitor, a Mídia e os Determinantes com potencial de nortear o voto.

Quando chega o período eleitoral, geralmente o eleitor procura por alguns canais de informação, instituições ou mesmo pessoas em quem confia a fim de debater, trocar idéias e informações objetivando formular a sua própria escolha.

Na montagem da entrevista, desenvolvemos três questões, (7, 8 e 16) que se propõem a investigar a mídia e os determinantes que têm potencial de nortear o voto.

A questão de número 7, traz a seguinte indagação: ***“Quando você quer saber sobre os candidatos, você busca se informar onde?”*** Disponibilizamos doze alternativas e o entrevistado deveria responder a todas que utiliza para buscar as informações necessárias e escolher um determinado candidato em que iria votar. Dentre as alternativas está a TV, jornais impressos, rádio AM, revistas, rádio FM, igreja, família, horário eleitoral, amigos, trabalho, escola ou outro não sugerido. Os resultados aparecem no Gráfico 8.

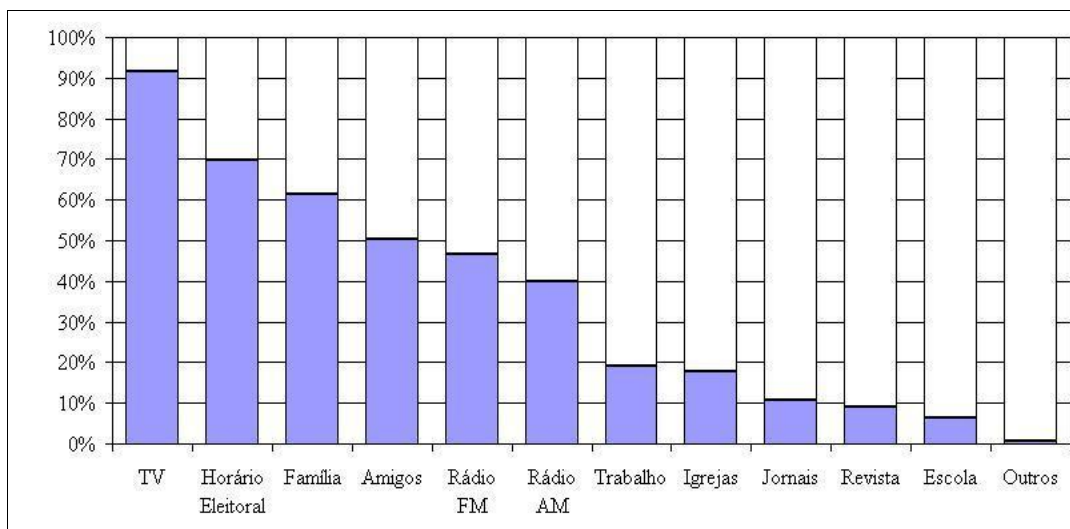


Gráfico 8 – As Variáveis e seu Potencial de Influência Política. (questão 07)

Dos 400 eleitores entrevistados, 92% buscam informações na TV, 70% assistem ao horário eleitoral e pautam suas escolhas através deste canal de informação, 62% conversam e trocam informações com a família, 51% debatem e buscam informações sobre os candidatos com os amigos, 48% ouvem informações políticas em rádios FM, 40% informam-se através

dos programas de rádio AM, 19% trocam idéias e informações no trabalho com seus superiores, 18% buscam informações com o pastor ou padre nas igrejas, 11% informam-se através de jornais impressos, 9% através da leitura de revistas, 7% buscam informações no ambiente escolar e 1% utiliza outros meios.

A partir desses resultados, podemos aferir com maior precisão quais são os mais importantes canais de informação capazes de exercer influência sobre os eleitores do município de Ponta Grossa, ou seja, as fontes e as intensidades da recepção da informação por parte do eleitor.

Na seqüência da entrevista, os entrevistados responderam à questão de número 8, que deu continuidade ao tema “mídia” e indagou os eleitores com respeito às notícias e informações que são disponibilizadas diariamente no rádio e na TV. ***“Em relação às notícias que você escuta no rádio e na TV ... a maioria são verdadeiras, a maioria são falsas, algumas são verdadeiras e outras não ou você não sabe responder?”***

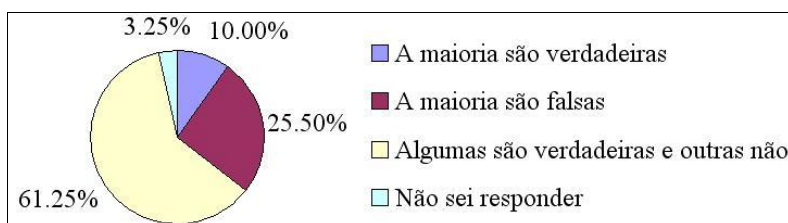


Gráfico 9 – A Confiança na Mídia. (questão 08)

O resultado da tabulação mostrou que apenas 10% dos entrevistados da amostra acreditam e confiam na veracidade das informações que advêm dos canais midiáticos, 25,50% da população amostral não acreditam na mídia e acham que as informações são manipuladas, outros 61,25% afirmaram que algumas informações são verdadeiras, outras são falsas e que não se pode acreditar em tudo aquilo que se ouve ou vê e o restante dos entrevistados que somam 3,25% não souberam responder.

Este módulo do questionário, que tratou de questões relativas à informação política e à credibilidade da mídia, foi importante porque mostrou até que ponto o eleitor acredita nas notícias disponibilizadas diariamente através dos canais midiáticos e quais são os meios que ele utiliza para angariar informações a respeito dos candidatos. Pôde-se perceber com clareza, através das respostas, que a maior parte da população que compôs a amostra desconfia de algumas informações que advêm da mídia e não acredita em tudo que ouve e vê, ou seja, os meios de informação não passam tanta credibilidade e confiabilidade à população como se imaginava.

A última pergunta deste módulo é a de número dezesseis (16), e trata diretamente de um problema preocupante, de difícil solução que ocorre principalmente durante o período eleitoral: a compra e a troca de votos.

Apresentamos aos eleitores a seguinte suposição: ***“Você está desempregado e um candidato bate à sua porta, entra na sua casa e lhe promete um emprego se for eleito, qual será a sua atitude como eleitor diante dessa situação, já que você precisa desse emprego. Você vota no candidato ou não?”***

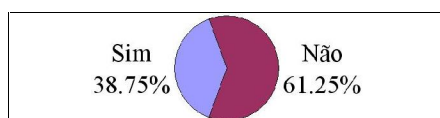


Gráfico 10 – A Troca de Votos. (questão 16)

Os resultados são demonstrados no gráfico 10 onde uma porcentagem significativa de eleitores, 61,25% afirmou não votar mesmo que estivessem precisando muito de um emprego, e o restante, 38,75% dos eleitores responderam à pergunta positivamente, afirmando que votariam sim em algum candidato em troca de um emprego.

Embora a quantidade de eleitores que responderam à pergunta negativamente seja bem superior, ou seja, em 61,25% o universo de quase 40% é grande o suficiente para se tornar preocupante porque, durante os oito meses de desenvolvimento das entrevistas, pudemos

comprovar empiricamente que muitos eleitores se mostraram receosos em responder a esta questão com sinceridade, pois é de senso comum que a compra ou troca de votos apesar de ser prática vista por muitos como normal durante períodos eleitorais, caracteriza crime eleitoral, não sendo permitida, tampouco correta. Diante deste quadro, por diversas vezes, a equipe de pesquisa foi questionada pelos eleitores em relação à origem da pesquisa, para onde ela seria enviada, quem teria acesso a ela, se havia necessidade de se identificar e assim por diante. Com o acontecimento desses fatos foi percebido grande receio por parte desses eleitores em responder a esta questão da entrevista, pois muitas vezes a impressão que se tinha era a de que essas pessoas ficavam entre o que seria correto responder e o que se fazia de fato na prática.

Ao realizarmos o cruzamento das respostas com a variável renda, pudemos comprovar que, ao contrário do que se imaginava no princípio, os índices de troca de voto são quase uniformes entre todas as camadas sociais, não existindo uma correlação significativa entre troca de votos e a renda. Dos eleitores mais pobres aos mais ricos, aparece um pequeno aumento da troca de votos nas classes menos abastadas, mas não chega a ser significativo, o que nos deixa aptos a dizer que a questão da troca e venda de votos acontece de maneira uniforme dentro do tecido populacional que compõe a cidade de Ponta Grossa. O mesmo acontece quando cruzamos com a variável sexo, pois tanto os homens como as mulheres que vendem o seu voto aparecem quase com a mesma proporcionalidade, apesar de os homens apresentarem uma porcentagem crescente mínima de diferença em relação ao segmento feminino.

5.8.1.4 A Memória do Eleitor.

Outro fato relevante, dentro do cenário eleitoral que se procurou avaliar, diz respeito à memória do eleitor. Formulamos seis questões, que correspondem às de número 10 a 15, para

analisar se o eleitor lembra quem escolheu para ocupar os cargos que compõem o sistema político do país, desde o Presidente da República até o Vereador.

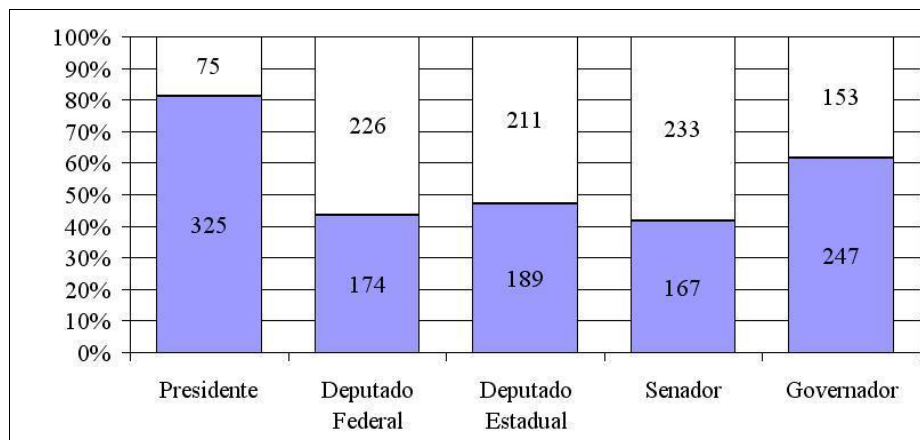


Gráfico 11 – A Memória do Eleitor em Relação às Eleições de 2002. (questões 10 a 14)

Na questão de número dez (10), perguntamos: “*Na última eleição para Presidente, você lembra em quem votou?*” Cerca de 81% das pessoas ainda lembram em quem votou, mas 19% afirmam não lembrar mais.

A questão de número onze (11) tratou com respeito ao cargo de **Deputado Federal** e, num total de 400 eleitores, 43% afirmaram lembrar em quem votou e 57% disseram não lembrar mais.

Na pergunta doze (12), levantamos a mesma questão, mas agora em relação ao cargo de **Deputado Estadual**. Os indicadores demonstram uma reação um pouco melhor do que no caso dos Deputados Federais, ou seja, 48% da população lembra em quem votou para compor a Assembléia Legislativa, mesmo assim a maior parte, cerca de 52% afirma que não lembra em quem votou.

Na questão treze (13) “*Você lembra em quem votou para Senador?*” o quadro demonstra uma piora considerável em relação aos outros cargos, quando 41% da amostra disse que ainda lembra em quem votou e 59 % disse que não lembra mais.

Para o cargo de Governador elaboramos a questão quatorze (14) “***Você lembra em quem votou para Governador?***” e obtivemos respostas mais positivas, quando 61% dos eleitores disseram lembrar e 49% afirmaram não lembrar mais de sua escolha. Essa reação positiva que aparece nas respostas dadas por parte da população em relação ao cargo de Governador pode ser explicada sob dois aspectos: primeiramente por se tratar de um cargo que compõe o executivo, o que o caracteriza como cargo de maior notoriedade, e segundo pela proximidade física do cargo de Governador com as cidades do estado, por ser ele a figura máxima dentro do estado e estar diariamente presente, seja em visitas ou em solenidades por diversas cidades e, também, na mídia através de informes publicitários, dos telejornais locais, jornais impressos, revistas etc.

Com a preocupação de analisarmos a memória do eleitor em relação aos cargos políticos que compõem as esferas, nacional, estadual e municipal, também questionamos o eleitor em relação aos cargos de Prefeito e Vereador, na pergunta 15: “***Tivemos eleições para Prefeito e Vereador em 2004. Você ainda lembra em quem votou?***”

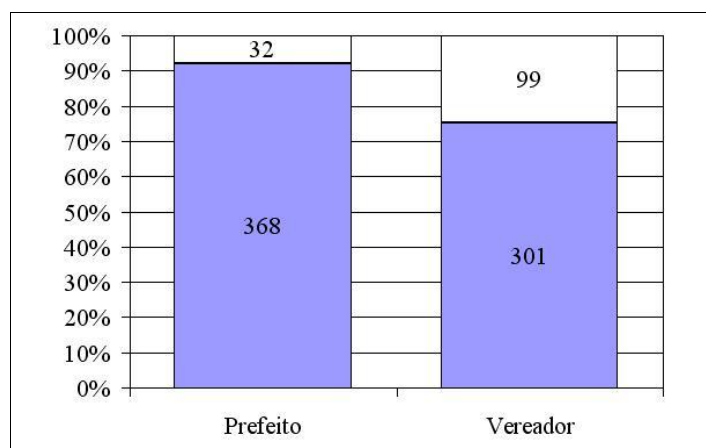


Gráfico 12 – A Memória do Eleitor em Relação às Eleições Municipais de 2004. (questão 15)

A totalização das respostas demonstrou que 91% dos entrevistados lembram em que votou para Prefeito e apenas 9% disseram não lembrar mais. Para Vereador, 76% da amostra

lembra em quem votou e 24% diz já ter esquecido. Como podemos perceber, os indicadores se mostram mais positivos na esfera municipal do que na estadual e na federal, fato este que recai exatamente no ponto sobre a distância dos cargos, como já falamos, e também no tempo relativo ao período da última eleição que, aqui no caso dos cargos de Prefeito e Vereador, as eleições se realizaram há dezoito meses. Quanto mais alto e importante for o cargo, quanto mais próximo ele estiver do seu reduto eleitoral e menos tempo tenha se passado entre uma eleição e outra, mais lembrança e atenção este cargo despertará na memória dos eleitores.

5.8.2 Análise das Questões Abertas.

As questões abertas são respectivamente as que vão do número dezessete a vinte e três, e dizem respeito ao conhecimento que o eleitor tem em relação a cada cargo público. Por se tratar de perguntas abertas, elas possibilitaram ao eleitor responder aquilo que de fato lhes veio à mente sem induzir o mesmo a optar por alguma resposta previamente estabelecida. Feito dessa forma, o eleitor pôde responder o que de fato pensava em relação à função de cada cargo público, o que tornou essa série de perguntas muito interessante, pois conseguimos capturar as informações com riqueza de detalhes em relação à percepção de cada eleitor entrevistado.

5.8.2.1 O Conhecimento do Eleitor em Relação a cada Cargo Público.

Com o intuito de investigar o nível de conhecimento que o eleitor tem em relação a parte funcional do sistema político brasileiro, formulamos as sete últimas questões da entrevista.

Como o tamanho da amostra era relativamente grande, procuramos classificar as respostas por categorias, essas construídas a partir dos eixos de significação, com o objetivo de facilitar a tabulação dos dados, já que muitas vezes o eleitor respondia a mesma coisa, mas

expressava-se de maneira diferente, usando verbos, palavras, expressões diversas que diziam a mesma coisa.

As perguntas foram distribuídas na entrevista respeitando a ordem hierárquica dos cargos. Sendo assim, a questão 17 tratou de investigar o cargo de Presidente da República, com a seguinte pergunta: ***“Você sabe qual é a função do Presidente da República?”***

Você sabe qual é a função do Presidente da República?		
	Total	Em %
Governar ou comandar, administrar, cuidar, mandar, coordenar...o Brasil.	202	50,50%
Não sabe.	123	30,75%
Viajar.	21	5,25%
Fazer e aprovar leis.	15	3,75%
Melhorar a vida das pessoas.	9	2,25%
Representar a nação.	8	2,00%
Fazer o que o povo quiser.	6	1,50%
Distribuir as coisas para o povo.	4	1,00%
Acobertar falcatriuas e roubar.	3	0,75%
Fiscalizar todos os órgãos.	2	0,50%
Não faz nada.	2	0,50%
Trazer recursos de fora para o Brasil.	2	0,50%
Diminuir impostos.	1	0,25%
Fiscalizar os Deputados.	1	0,25%
Melhorar o salário do povo.	1	0,25%
Total	400	100%

Tabela 1 – Conhecimento do eleitor em Relação ao Cargo de Presidente. (questão 17)

Na tabela de número 1, pudemos observar que mais da metade da amostra de eleitores, ou seja, 202 pessoas responderam que a função do Presidente é a de “governar ou comandar, administrar, cuidar, mandar, coordenar o Brasil”. Outras 123 pessoas “não souberam” responder, cerca de 21 pessoas afirmaram que a função dele é “viajar”, 15 pessoas disseram que é “fazer e aprovar leis”, 9 eleitores afirmaram que a função é “melhorar a vida das pessoas”, 8 disseram que é “representar a nação”, 6 que o Presidente deve “fazer o que o povo quiser”, 4 que ele deve “distribuir as coisas para o povo”, 3 disseram que é “acobertar falcatriuas e roubar”, 2 que é “fiscalizar todos os órgãos”, 2 afirmaram que o Presidente “não faz nada”, outros 2 disseram que a sua função é “trazer recursos de fora para o Brasil”, 1 disse

que é “diminuir os impostos”, 1 eleitor afirmou que ele deve “fiscalizar os Deputados” e, por último, 1 último eleitor disse que a função do Presidente é de “melhorar o salário do povo”.

A função de Presidente foi a que atingiu o maior número de respostas positivas, em que menos eleitores disseram que “não sabiam responder”. Este fato pode ser explicado por ser um cargo executivo que desperta uma notoriedade maior e especialmente por se tratar do cargo de Presidente da República, o mais alto posto do sistema político brasileiro.

Na sequência, está a questão de número 18, com a pergunta: “*Qual é a função de um Senador?*”

E a função de um Senador?		
	Total	Em %
Não sabe.	267	66,75%
Legislar ou fazer, elaborar, desenvolver... e aprovar leis.	83	20,75%
Ajudar o Presidente.	11	2,75%
Legislar e Fiscalizar.	7	1,75%
Trabalhar pelo povo e pelo estado.	7	1,75%
Fiscalizar o Presidente.	6	1,50%
É igual o Presidente, decide tudo.	4	1,00%
Não faz nada.	3	0,75%
Defender o povo das coisas ruins.	2	0,50%
Estar presente no Senado, quando houver reuniões.	2	0,50%
Governar os estados.	2	0,50%
Trazar verbas para os estados.	2	0,50%
Ajudar as pessoas que precisam.	1	0,25%
Ajudar o Governador.	1	0,25%
Fazer CPI.	1	0,25%
Roubar.	1	0,25%
Total	400	100%

Tabela 2 -Conhecimento do Eleitor em Relação ao Cargo de Senador. (questão 18)

As respostas se mostraram preocupantes, pois mais da metade dos eleitores, ou seja, 267 afirmaram que “não sabem” qual a função de um Senador, 83 eleitores responderam “legislar, ou fazer, elaborar, desenvolver e aprovar leis”, outros 11 eleitores disseram que a função de um Senador é “ajudar o Presidente”, 7 que é “legislar e também fiscalizar”, cerca de 7 eleitores responderam que a função do Senador é “trabalhar pelo povo e pelo estado”, 6 disseram que é apenas “fiscalizar o Presidente”, 4 afirmaram que “é igual ao Presidente, decide tudo”, 3 disseram que Senador “não faz nada”, 2 responderam que a função é

“defender o povo das coisas ruins”, outros 2 que é “estar presente no Senado quando houver reuniões”, 2 afirmaram que é “governar os estados”, outros 2 que é “trazer verbas para os estados”, 1 afirmou que é “ajudar as pessoas que precisam”, 1 respondeu que é “ajudar o Governador”, mais 1 que é “fazer CPI” e ainda 1 último eleitor afirmou que a função do Senador é “roubar”.

A função de Senador mostrou ser pouco conhecida por 66,8% da amostra, e isto representa um baixo conhecimento por parte do eleitorado. Este fato pode ser explicado primeiro por ser uma função legislativa, a qual tem menor notoriedade que os cargos executivos e também pela distância física com o eleitorado, ou seja, os Senadores trabalham muito distantes de suas bases, permanecendo em Brasília, fato que dificulta o acesso e o conhecimento por parte da população em relação às suas funções. A população local fica mais atenta e tem maior facilidade de acesso às notícias que se relacionam a problemas e fatos que ocorrem principalmente na esfera do estado e do município, justamente por ser esse o mundo, o ambiente mais próximo dela.

A pergunta de número 19 segue dentro da mesma linha de investigação dos cargos e procura averiguar o conhecimento da população em relação ao cargo de Deputado Federal.

Perguntamos aos eleitores: “*Qual é a função de um Deputado Federal?*”

As respostas, assim como as de Senador, foram bem variadas e também nos mostraram a falta de conhecimento do eleitor em relação à função.

E a função de um Deputado Federal?		
	Total	Em %
Não sabe.	209	52,25%
Legislar ou fazer, elaborar, desenvolver... e aprovar leis.	95	23,75%
Trazar verbas para o estado e para as cidades.	28	7,00%
Atender e resolver os problemas do povo.	16	4,00%
Ajudar seu estado e o Governador.	14	3,50%
Legislar e Fiscalizar.	9	2,25%
Representar sua região em Brasília.	7	1,75%
Governar o país com o Presidente.	6	1,50%
Resolver os problemas da sua região.	6	1,50%
Ganhar mensalão.	3	0,75%
Roubar.	3	0,75%
Não faz nada.	2	0,50%
Ajudar o Prefeito.	1	0,25%
Fazer CPI.	1	0,25%
Total	400	100%

Tabela 3 – Conhecimento do Eleitor em Relação ao Cargo de Deputado Federal. (questão 19)

De um total de 400 eleitores, 209 responderam que “não sabem” qual é a função de um Deputado Federal, 95 responderam que a função é “legislar, ou fazer, elaborar, desenvolver e aprovar leis”, 28 disseram que é “trazer verbas para o estado e para as cidades”, outros 16 afirmaram que é “atender e resolver os problemas do povo”, mais 14 que é “ajudar seu estado e o Governador”, 9 que é “legislar e fiscalizar”, 7 responderam que é “representar a sua região em Brasília”, 6 afirmaram “governar o país com o Presidente”, outros 6 eleitores afirmaram que é “resolver os problemas da sua região”, 3 disseram que é “ganhar mensalão”, 3 que é “roubar”, 2 eleitores responderam que Deputado “não faz nada”, 1 que é “ajudar o Prefeito”, e mais 1 que a função dele é “fazer CPI”.

As respostas se assemelham às sobre a função de Senador e aos cargos que compõe a esfera legislativa. Algumas respostas encontradas aqui na questão 19, assim como na questão 18, também possuem um enfoque quase que assistencialista, pois se relacionam ao ganho de benefícios. Por exemplo, quando 40 eleitores responderam que a função de um Deputado Federal é “trazer verbas para o estado e para as cidades” e outros 23 que a função de um Deputado é “atender e resolver os problemas do povo”. Respostas como essas são capazes de demonstrar a idéia que algumas pessoas fazem da função inerente a esses cargos públicos, e isto se torna prejudicial, porque muitas vezes o eleitor ao invés de cobrar dos políticos aquilo

o que deveria ser sua verdadeira função, acabam por exigir e até acatar atitudes e condutas que não condizem com a verdadeira atribuição desses cargos públicos. Daí a importância de se conhecer cada função, para que se possa cobrar com exatidão e coerência aquilo que é de responsabilidade de cada cargo.

A questão de número 20 diz respeito à função de Governador e traz a indagação:

“Você sabe qual é a função do Governador?”

Você sabe qual é a função do Governador?		
	Total	Em %
Governar ou comandar, administrar, cuidar do Paraná.	217	54,25%
Não sabe.	141	35,25%
Ajudar as cidades do estado.	11	2,75%
Ajudar, melhorar a vida do povo.	11	2,75%
Fazer e aprovar leis.	6	1,50%
Atrapalhar Ponta Grossa.	5	1,25%
Liberar recursos para as cidades.	3	0,75%
Não faz nada.	2	0,50%
Aprovar as leis que os Deputados fazem.	1	0,25%
Atender as pessoas mais necessitadas.	1	0,25%
Fiscalizar os Deputados.	1	0,25%
Roubar.	1	0,25%
Total de Entrevistados	400	100%

Tabela 4 – Conhecimento do Eleitor em Relação ao Cargo de Governador. (questão 20)

Nas respostas, encontramos uma evolução em relação ao que já havíamos analisado sobre os outros cargos, pois cerca de 217 eleitores dos 400 componentes da amostra responderam de maneira convicta que a função do Governador é “governar, ou comandar, administrar, cuidar do estado”, 141 responderam que “não sabem”, 11 disseram que a função dele é “ajudar as cidades do estado”, 11 responderam que é “ajudar, melhorar a vida do povo”, 6 eleitores afirmaram que é “fazer e aprovar leis”, 5 que a função dele é “atrapalhar Ponta Grossa”, 3 pessoas responderam que é “liberar recursos para as cidades”, ainda 2 disseram que o Governador “não faz nada”, 1 afirmou que a função dele é “aprovar as leis que os Deputados fazem”, 1 eleitor respondeu que é “atender as pessoas mais necessitadas”, também 1 respondeu que é “fiscalizar os Deputados” e 1 último eleitor respondeu que a função do Governador é “roubar”.

A maneira positiva com que se apresentou a tabulação das respostas da função de Governador pode estar relacionada com o que já dissemos anteriormente sobre a diferença no reconhecimento por parte da população dos cargos ligados ao Poder Executivo e Poder Legislativo. Outro fato que foi percebido é que o próprio nome dado ao cargo, aqui em questão, já trata de designar a função e dessa forma o eleitor respondeu de maneira mais categórica e sem rodeios. Quando perguntamos “Você sabe qual é a função do Governador?” A resposta era imediata: “governar”.

Na questão de número 21, fizemos a pergunta para analisar a mesma situação em relação ao cargo de Deputado Estadual. Perguntamos: *“Você sabe qual é a função dos Deputados Estaduais?”*

E a função de um Deputado Estadual?		
	Total	Em %
Não sabe.	195	48,75%
Legislar ou fazer, elaborar, desenvolver... e aprovar leis.	73	18,25%
Ajudar, defender, lutar pelo seu estado.	36	9,00%
Trazer dinheiro e obras para as cidades que votaram nele.	31	7,75%
Ajudar, trabalhar com Governador.	15	3,75%
Legislar e Fiscalizar.	9	2,25%
Atender as necessidades do povo.	7	1,75%
Levar os problemas dos municípios para o Governador.	7	1,75%
Representar sua região.	6	1,50%
Trazer verbas para o estado.	6	1,50%
Governar o estado.	4	1,00%
Ajudar quem votou neles.	3	0,75%
Não faz nada.	3	0,75%
Roubar.	2	0,50%
Ajudar o Prefeito.	1	0,25%
Fiscalizar o Governador.	1	0,25%
Viajar.	1	0,25%
Total de Entrevistados	400	100%

Tabela 5 – Conhecimento do Eleitor em Relação ao Cargo de Deputado Estadual. (questão 21)

Dos 400 eleitores, 195 disseram que “não sabem” qual é a função de um Deputado Estadual, 73 responderam que é “legislar ou fazer, elaborar, desenvolver, aprovar leis”, outros 36 que é “ajudar, defender, lutar pelo seu estado”, 31 disseram que é “trazer dinheiro e obras para as cidades que votaram nele”, 15 afirmaram que ele deve “ajudar, trabalhar com o

Governador”, 9 responderam que a função é “legislar e fiscalizar”, 7 que é “atender as necessidades do povo”, 7 afirmaram que é “levar os problemas dos municípios para o Governador”, 6 disseram que é “representar sua região”, 6 responderam que é “trazer verbas para o estado”, 4 que é “governar o estado”, 3 que é “ajudar quem votou neles”, 3 que Deputado Estadual “não faz nada”, 2 disseram que a função é “roubar”, 1 eleitor respondeu que é “ajudar o Prefeito”, 1 que é “fiscalizar o Governador” e, por último, 1 respondeu que a função é “viajar”.

Os indicadores, no caso da função de Deputado Estadual, demonstram a situação parecida com os cargos de Deputado Federal e de Senador, ou seja, o cenário dentro da esfera legislativa tem sido parecido no que tange à falta de conhecimento por parte dos eleitores. Outro fato que também merece destaque é o aparecimento de respostas que se voltam ao favorecimento pessoal e à promoção do assistencialismo.

Na penúltima questão “*Qual é a função do Prefeito?*” as respostas se mostraram positivas.

Você sabe qual é a função do Prefeito?		
	Total	Em %
Governar ou comandar, administrar, cuidar, mandar em...Ponta Grossa.	259	64,75%
Não sabe.	76	19,00%
Melhorar a vida do povo.	29	7,25%
Fazer leis, regras, decretos que favoreçam o povo.	8	2,00%
Não faz nada.	8	2,00%
Ajudar os bairros.	4	1,00%
Ajudar seus eleitores.	3	0,75%
Deixar a cidade mais bonita.	3	0,75%
Trazer recursos para a cidade.	3	0,75%
Ajudar os pobres distribuindo as coisas.	2	0,50%
Aprovar as leis que os Vereadores fazem.	1	0,25%
Executar os projetos criados pelos Vereadores.	1	0,25%
Legislar, atendendo sua cidade.	1	0,25%
Não se esconder dos pobres, mas conversar com eles.	1	0,25%
Ter status.	1	0,25%
Total de Entrevistados	400	100%

Tabela 6 – Conhecimento do Eleitor em Relação ao Cargo de Prefeito Municipal. (questão 22)

Cerca de 259 eleitores afirmaram que a função do Prefeito é “governar ou comandar, administrar, cuidar, mandar na cidade”, 76 eleitores disseram que “não sabem”, 29 responderam que a função dele é “melhorar a vida do povo”, 8 disseram que é “fazer leis e regras que favoreçam o povo”, 8 também afirmaram que o Prefeito “não faz nada”, 4 responderam que é “ajudar os bairros”, 3 disseram é “ajudar seus eleitores”, 3 afirmaram que é “deixar a cidade mais bonita”, outros 3 que é “trazer recursos para a cidade”, 2 responderam que é “ajudar os pobres, distribuindo as coisas”, 1 disse que é “aprovar as leis que os Vereadores fazem”, 1 respondeu que é “executar os projetos criados pelos Vereadores”, 1 afirmou que é “legislar, atendendo sua cidade”, 1 disse que a função é “conversar com os pobres e não se esconder deles” e 1 último eleitor respondeu que a função do Prefeito é “ter status”.

As respostas com respeito ao cargo de Prefeito podem ser vistas de maneira positiva, já que os eleitores se mostraram mais confiantes em suas respostas, possibilitando também fazer uma analogia deste cenário positivo com os outros cargos do executivo, como Presidente e Governador.

A última pergunta do formulário é: “*Você sabe qual é a função de um Vereador?*”

E a função de Vereador?		
	Total	Em %
Não sabe.	123	30,75%
Legislar ou fazer, elaborar, desenvolver... e aprovar leis.	74	18,50%
Resolver os problemas dos bairros.	54	13,50%
Ajudar o Prefeito.	33	8,25%
Ajudar, atender o povo.	30	7,50%
Organizar, defender, melhorar, cuidar da cidade.	29	7,25%
Legislar e Fiscalizar.	17	4,25%
Fiscalizar o Prefeito.	11	2,75%
Levar os pedidos dos eleitores ao Prefeito.	11	2,75%
Não faz nada.	11	2,75%
Roubar.	4	1,00%
Ajudar quem os elegeu.	1	0,25%
Arrumar gás e consulta médica.	1	0,25%
Dar nome às ruas.	1	0,25%
Total	400	100%

Tabela 7 – Conhecimento do Eleitor em Relação ao Cargo de Vereador. (questão 23)

As respostas se mostraram bem variadas pois, dos 400 eleitores entrevistados, 123 disseram que “não sabem”, 74 responderam que é “legislar ou fazer, elaborar, desenvolver e aprovar leis”, 54 pessoas afirmaram que é “resolver os problemas dos bairros”, 33 que a função é “ajudar o Prefeito”, 30 disseram que é “ajudar, atender o povo”, 29 que é “organizar, defender, melhorar, cuidar da cidade”, 17 eleitores disseram que é “legislar e fiscalizar”, 11 responderam que a função é apenas “fiscalizar o Prefeito”, 11 também que é “levar os pedidos dos eleitores ao Prefeito”, 11 afirmaram que o Vereador “não faz nada”, 4 responderam que a função dele é “roubar”, 1 disse que é “ajudar quem os elegeu”, 1 afirmou que a função do Vereador é “arrumar gás e consulta médica” e, por fim, 1 último eleitor respondeu que é “dar nome às ruas”.

Aqui, como em outras funções legislativas e executivas, pudemos perceber sinais de expectativas assistencialistas por parte dos eleitores em relação ao cargo de Vereador, como por exemplo, nas respostas: “arrumar gás e consulta médica”, “ajudar quem os elegeu”, “resolver os problemas dos bairros”, “ajudar e atender o povo.”

Também pudemos perceber que, embora haja proximidade do eleitor com o Vereador, ou seja, uma maior facilidade de acesso a esse político que reside e trabalha na cidade, ainda assim, apenas 25% da amostra demonstram ter conhecimento da função de um Vereador.

Após o encerramento da tabulação dos dados estatísticos, chegamos à conclusão de que a entrevista conseguiu cumprir com seu objetivo, que era o de captar o comportamento do eleitor diante do cenário político. Infelizmente comprovamos que o conhecimento, a participação e o grau de interesse do eleitor pontagrossense ainda se encontram muito aquém daquilo que seria desejável nos dias de democracia atual.

Seria interessante aplicar novamente este mesmo formulário daqui a alguns anos, para que pudéssemos averiguar a existência ou não de mudanças comportamentais em sentido evolutivo ou regressivo no eleitor da cidade de Ponta Grossa. Portanto, a pretensão que temos

é de que este trabalho não se encerre aqui, na medida em que possibilita verificar as modificações do comportamento do eleitor com o intuito de analisar a mobilidade de suas percepções no decorrer do tempo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do desenvolvimento deste trabalho, apresentamos variáveis com potencial de nortear o voto do povo brasileiro.

Passamos pela cultura política e a formação do Brasil com o intuito de resgarmos nossas raízes, entendermos a forma como caminhamos e percebermos sob qual passado estamos debruçados.

Também pudemos constatar que ainda estamos em pleno processo de redemocratização; que nossa democracia se encontra em processo de construção, de transição de valores e que o sistema democrático de governo foi idealizado para uma sociedade civil bem menos complexa do que hoje, pois, passamos de um regime de economia familiar para uma economia voltada para o mercado, que é regulada e protegida por instituições que não são nacionais, daí a dificuldade de dar conta de gerir todas as questões econômicas, políticas e sociais que se encontram pendentes.

Vimos que é o modelo democrático de governo é o mais aceito e usado hoje no mundo, e, é sem sombra de dúvidas considerado como a melhor opção, pois ao contrário dele estão os regimes autoritários, os quais, já sabemos não ser o mais adequado.

A democracia é condicionada por diversos fatores, como os culturais (cultura política, níveis de escolaridade), econômicos (crescimento econômico, distribuição da riqueza), políticos (acontecimentos políticos, desempenho e estabilidade institucional, nível de organização da sociedade civil).¹²³

No caso brasileiro, vimos que a dificuldade de se instituir o regime democrático encontra-se na mudança de comportamentos, porque a solidez democrática depende de um padrão de comportamento cidadão, participativo, interessado e ativo. Não podemos nos dizer democráticos, somente pelo fato da maior parte da população ser votante.

¹²³ Em SCHMIDT, João Pedro. Juventude e Política no Brasil: a socialização política dos jovens na virada do milênio. Santa Cruz do Sul: Editora da UNISC, 2001. p.331.

Ainda presenciamos no Brasil, políticos e membros da população fazendo uso de comportamentos que não condizem com a democracia, como: a coerção, a manipulação, através do poder político e financeiro.

A necessidade ocasionada pelas péssimas condições de vida da população, faz com que a mesma procure pela satisfação dos seus interesses e de suas garantias individuais; mesmo que seja através de meios escusos, como os usados por políticos no período eleitoral.

No mundo moderno de hoje, é raro alguém que pense no bem coletivo, cada um luta por si próprio e a individualidade impera de forma quase absoluta.

Este, é um problema que geralmente ocorre em uma sociedade de classes onde a desigualdade é muito grande, e onde o poder político e econômico é usado sobre as pessoas mais carentes.

A questão da desigualdade sempre foi muito discutida, Marx já escrevia sobre tal perspectiva afirmando que a divisão da sociedade em classes antagônicas explica a origem das desigualdades sociais.

Numa sociedade de classes, quando uma delas ou uma fração delas detém o poder político, esta utiliza todos os meios disponíveis: desde a opressão física, até mecanismos de dominação ideológica, com o intuito de reprimir aos movimentos que possam de alguma forma ameaçar o poder da classe dominante. (MARX, 1991, p. 40-48).

No caso particular do Brasil, as dificuldades de sobrevivência, a dificuldade de acesso às garantias individuais, facilitam práticas de manipulação e de dominação, mesmo diante da aparição dos escândalos políticos envolvendo corrupção.

Ao contrário do que se imaginava, tal cenário ao invés de estimular a população a prestar mais atenção à política, a ser mais participativa; induziu o povo à revolta, à apatia e a uma maior alienação.

A impressão que temos hoje é de que a cada dia que passa, mais pessoas voltam as costas para o nosso país, desprezando seu direito ao exercício da cidadania. Talvez façam isto de maneira proposital, de forma consciente, para mostrar sua insatisfação com o atual cenário político.

Se na totalização das eleições de 2002, mais de 29 milhões de brasileiros anularam, votaram em branco ou não votaram, representando um percentual de 26,47% dos eleitores, em um país onde o voto é obrigatório,¹²⁴ devemos temer o que poderá acontecer nas eleições de 2006 com a crise institucional que o país vive.

Pelo que pudemos observar em campo, o particularismo, a manutenção dos interesses privados e a perda da importância do coletivo, são traços marcantes que vem atravessando o cenário político. Embora tudo isso não seja novidade, o controle desses hábitos se faz necessário, pois quando se passa a configurar um quadro generalizado de tal situação sucumbe a imagem do Estado como guardião dos interesses públicos, e o mesmo passa a ser visto como mera figura decorativa que ao invés de representar o todo, não o faz. Com isso, a impressão que se tem é de um Estado fraco, desvirtuado de suas funções, um Estado fragmentado.

O cenário político eleitoral que temos presenciado oportuniza a convivência com outra face do eleitor, do cidadão que assume sem receio algum a postura de cliente, confundindo, cingindo relações entre os campos público e privado, e mostrando com tais atitudes que o princípio da democracia, onde o povo investido da função pública deveria escolher de forma consciente com responsabilidade seus representantes, não se realiza como o esperado.

Vemos hoje que esta idéia foi claramente deturpada, atualmente o voto de opinião, o voto pelo coletivo parece cada vez mais raro.

¹²⁴ Fonte: Tribunal Superior Eleitoral.

De acordo com o que observamos em campo, 38,25% de eleitores de todas as classes sociais, de todas as idades e escolaridade, demonstram-se insatisfeitas e aptas a trocar seu voto por um emprego, por melhores condições de vida, ou por uma cesta básica. Isto vai do mais letrado ao menos letrado, somente variando os seus interesses particulares.

A revolta, o descaso, o desinteresse, o clientelismo. Esta é a realidade do eleitor brasileiro, que talvez não se sinta mais filho desta pátria, por julgar-se esquecido por ela. Ele acha melhor se colocar à margem e fechar os olhos diante dos problemas políticos que estamos enfrentando.

A partir do momento em que se reconhecem todas essas fraquezas, a conscientização populacional deve ser estimulada, demonstrando que o voto é uma procuração que os cidadãos livres delegam aos seus mandatários para que os mesmos exerçam funções e prestem serviços administrativos e legislativos que são fundamentais para a organização política da nação.

Diante deste quadro tão complexo, a politização através da educação, com campanhas de incentivo para a motivação, conscientização do eleitor e para a importância que tem o seu voto, talvez seja a única alternativa para resgatarmos o interesse e a proximidade dos mesmos com a esfera pública, portanto a responsabilidade de termos ou não um Brasil diferente depende de todos nós.

Embora esse trabalho tenha tido um viés investigativo e crítico sobre as condições políticas do país e sobre o eleitor dentro desse universo, devemos lembrar aquilo que temos de bom enquanto nação.

Não podemos nos esquecer a grandeza de nosso território, todos os recursos naturais que dispomos, o grau de unidade que nosso povo possui, a projeção internacional que potencialmente temos como líder natural de um continente inteiro. O Brasil certamente não é um país qualquer, mas desacostumou-se a refletir sobre si mesmo.

Temos um papel insubstituível dentro do cenário sul-americano, possuímos fronteiras com quase todos os países, exceto dois, e isto nos favorece e nos traz possibilidades comerciais e econômicas importantes no que tange a integração, aliás já temos parcerias comerciais importantes com parte de nossos vizinhos de território.

No que tange a recursos biológicos, somos hoje o país mais rico do mundo, temos recursos minerais, além de grande parte das bacias de água doce, o que também nos possibilita ter potencial hidroelétrico para a geração de energia. Somos campeões da biodiversidade, o que nos fornece um grande potencial para o desenvolvimento de estudos e pesquisas científicas na área de agronomia, engenharia genética e farmacologia. Possuímos um parque industrial moderno, uma população jovem que vem se preparando cada vez mais para interagir junto a essa modernidade tecnológica.

Temos hoje 180 milhões de pessoas que conseguem manter uma relação favorável entre recursos naturais, população e território, e essas pessoas carregam consigo uma enorme e riquíssima diversidade cultural.

O povo brasileiro é lúdico, é criativo, versátil, se adapta facilmente a novas situações e, é este povo que move o país, que decide os caminhos, que escreve a história e traça o destino coletivo.

Somos uma nação privilegiada por tudo isto que elucidamos acima, nunca podemos nos esquecer de valorizar nosso povo, nosso patrimônio natural, cultural e social. No entanto, existe uma necessidade de mudança, precisamos vislumbrar novos horizontes e perspectivas diferentes das que temos hoje em relação ao futuro, e para que isto seja viável precisamos de uma poderosa vontade nacional que seja capaz de executar essas mudanças.

REFERÊNCIAS

ALENCASTRO, Luís Felipe. **O Trato dos Viventes:** formação do Brasil no Atlântico Sul. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

ALMEIDA, Lúcio Flávio Rodrigues de. De JK a FHC: apontamento para uma análise das lutas sociais no Brasil contemporâneo. In: RAMPINELLI, Waldir José e OURIQUES, Nélcio Domingos (Orgs). **No fio da Navalha:** Críticas das reformas liberais de FHC. São Paulo: Xamã, 1997.

ALMOND, G; VERBA, S. **The Civic Culture:** political attitudes and democracy in five countries. Princeton: Princeton University Press, 1963.

ARONSON, Elliot. **O Animal Social:** introdução ao estudo do comportamento humano. São Paulo: IBRASA, 1979.

BARBOSA RECCO, Cláudio. **A Dívida Externa Brasileira.** Disponível em: <<http://www.historianet.com.br/main/mostraconteudos.asp?conteudo=211>>. Acesso em: 24 set. 2003.

BENJAMIN, César et al. **A opção brasileira.** 4 ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 1998.

BOBBIO, Norberto. **Liberalismo e Democracia.** São Paulo: Brasiliense, 1988.

_____. **A era dos direitos.** Rio de Janeiro: Campus, 1992.

_____. **O Futuro da Democracia:** uma defesa das regras do jogo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

BAQUERO, Marcello; OLIVEIRA CASTRO, Henrique Carlos; GONZÁLEZ STUMPF, Rodrigo. **A Construção Democrática na América Latina:** Estabilidade democrática, processos eleitorais, cidadania e cultura política. Porto Alegre: UFRGS. 1 ed. 1998.

BERELSON, Bernard. **Comportamento Humano.** São Paulo: Brasiliense, 1971.

CARDOSO, Fernando Henrique. **O Modelo Político Brasileiro e outros ensaios.** São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1972.

CASTELLS, Manuel. **O Poder da Identidade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

CERVI, Emerson Urizzi. Ondas Radiofônicas na Disputa Política Ponta-Grossense em 1996: estratégias de adesão populista. In: GADINI, Sérgio Luiz (Org.). **Eleições Midiáticas: retratos da disputa política municipal em Ponta Grossa**. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2004. p. 79-116.

CHAUÍ, Marilena. **Cultura e Democracia**. 7ed. São Paulo: Cortez, 1997.

DAGNINO, Evelina (Org.). **Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil**. S.Paulo: Paz e Terra, 2002.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **O que é Participação Política?** Coleção Primeiros Passos. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.

PUC-RJ. Departamento de Informática. **DATA MINING – Conceitos, Técnicas, Ferramentas e Aplicações**. Disponível em: < <http://www.cce.puc-rio.br/informatica/dataminingcentro.htm> > Acesso em: 19 mai. 2006.

DIAS, Renata de Souza. A Construção da Imagem do Voto pelo Diário dos Campos. In: GADINI, Sérgio Luiz. (Org.). **Eleições Midiáticas: retratos da disputa política municipal em Ponta Grossa**. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2004. p.157-170.

DIMENSTEIN, Gilberto. **Como não ser enganado nas eleições**. 2 ed. São Paulo: Ática, 1994.

DUARTE, Miguel. **O que é Liberalismo?** Disponível em: < <http://www.liberal-social.org/liberalismo> >. Acesso em: 16 fev. 2006.

ELEGER. **Nossos Presidentes**. Disponível em: < http://www.eleger.com.br/nossos_presidentes/index_html >. Acesso em: 27 jan. 2006.

FACULDADE DE ENGENHARIA MECÂNICA. Universidade de Campinas – UNICAMP. Biblioteca Universitária. **Personalidades da História da Ciência e da Tecnologia**. Disponível em : < <http://www.femunicamp.br/~em313/paginas/person/watt.htm> >. Acesso em: 28 jul.2004.

FAORO, Raymundo. **Os Donos do Poder: formação do patronato político brasileiro**. 5 ed. Rio de Janeiro: Globo, 1979.

FELICIANO, Guilherme Guimarães. Sobre os caminhos institucionais para o combate ao trabalho escravo contemporâneo no âmbito dos Municípios. **Jus Navigandi**, Teresina, a. 9, n. 678, 14 mai. 2005. Disponível em: < <http://www1.jus.com.br/doutrina/texto.asp?id=6728>>. Acesso em: 16 mai. 2005.

FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

FILHO, Aziz; LOBATO, Eliane. A Fé que se Move. Disponível em: < <http://www.cacp.org.br/evangelicos1.htm>>. Acesso em: 10 out. 2005.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. 17 ed. Rio de Janeiro: Graal, 2002.

_____. O Sujeito e o Poder. In: RABINOW, P., DREYFUS, H. **Michel Foucault – Uma trajetória filosófica**: para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro: Forense Universitária. 1995. p.231-249.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala**. São Paulo: Círculo do Livro, 1990.

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO. **Índios do Brasil**. Disponível em: <<http://www.funai.gov.br/>> Acesso em: 23 jan. 2006.

FURTADO, Celso. **O Mito do Desenvolvimento Econômico**. 3 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

_____. **Formação Econômica do Brasil**. 17 ed. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1980.

GADINI, Sérgio Luiz (Org.). **Eleições Midiáticas**: retratos da disputa política municipal em Ponta Grossa. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2004.

_____. PERRICHELLI, Alessandra; ROCHER, João Manoel. Ação da Mídia nos Rumos da Eleição Municipal de 1996 em Ponta Grossa. In: GADINI, Sérgio Luiz.(Org). **Eleições Midiáticas**: retratos da disputa política municipal em Ponta Grossa. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2004. p.39-78

GALBRAITH. John. K. **Anatomia do Poder**. 4ed. São Paulo: Pioneira, 1999.

GOMES, Wilson. Propaganda Política. Ética e Democracia. In: MATOS, Heloiza (Org). **Mídia, Eleições e Democracia**. São Paulo: Página Aberta, 1994. p.53-90.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. v.5. 4 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

_____. **Maquiavel, a política e o estado moderno**. 7ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.

_____. **Textos Selecionados**. Org. Carlos Nelson Coutinho. Porto Alegre:LP&M, 1981.p.131-232.

GRUPO DE ESTUDOS SOBRE A CONSTRUÇÃO DEMOCRÁTICA. Sociedade Civil e Democracia: reflexões sobre a realidade brasileira. **Revista Idéias**. IFCH-Unicamp, Campinas, 1998/99. p.13-42.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança Estrutural da Esfera Pública**: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. 2 ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

HALLIDAY, Tereza L. Retórica e Política. In: MATOS, Heloiza (Org). **Mídia, Eleições e Democracia**. São Paulo: Página Aberta, 1994. p.91-109.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 7ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1973.

HISTORIANET. **Brasil Império – 1824: Uma Constituição Antidemocrática**. Disponível em: < <http://www.historianet.com.br/conteudo/default.aspx?codigo=2>> Acesso em: 25 jan. 2006.

_____. **O processo de Independência do Brasil**. Disponível em: <<http://www.historianet.com.br/v2/content.php?showItem=3>>. Acesso em: 20 jul. 2004.

_____. **O Trabalho Escravo na História do Brasil**. Disponível em:<<http://www.historianet.com.br/conteudo/default.aspx?codigo=4> > Acesso em: 03 mai. 2005.

IANNI, Otávio. A Política Mudou de Lugar. **Revista São Paulo em Perspectiva**. Fundação SEADE, vol. 13, nº 3, jul/set 1997.

IBOPE. **Metodologia das Pesquisas Eleitorais**. Disponível em: <http://www.ibope.com.br/calandraWeb/servlet/CalandraRedirect?temp=6&proj=PortalIBOPE&pub=T&db=caldb&comp=pesquisa_leitura&nivel=Metodologia&docid=EC417EC34A9D025B83256EED0051568F> Acesso em: 10 jun. 2005.

ISKANDAR, Jamil Ibrahim. **Normas da ABNT**: comentadas para trabalhos científicos. 2 ed. Curitiba: Juruá, 2003.

JAGUARIBE, Hélio. **Introdução ao Desenvolvimento Social**: breve estudo comparativo e crítico das perspectivas liberal e marxista e dos problemas da sociedade não-repressiva. São Paulo: Circulo do Livro, 1978.

JORNAL ESTADO DE SÃO PAULO. **História das Eleições**. Disponível em: <http://www.estado.estadao.com.br/edicao/encarte/eleicoes/98/historia02.html>>. Acesso em: 29 set. 2003

KANAANE, Roberto. **Comportamento Humano nas Organizações**: o homem rumo ao século XXI. 2 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

KUSCHNIR, Karina e CARNEIRO, Leandro P. As Dimensões Subjetivas da Política: Cultura Política e Antropologia da Política. **Revista de Estudos Históricos da FGV**. Tema: Cultura Política. Editora FGV: Rio de Janeiro, nº 24, p. , Ano 1999/2.

LAMBERT, Jacques. **Os Dois Brasis**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1971.

LAMOUNIER, Bolívar; AMORIM NETO, Octavio; DIAS, José Luciano de M. **Organização Política**. Disponível em: <<http://www.mre.gov.br/cdbrasil/itamaraty/web/port/consnac/orgpol/apresent/index.htm>>. Acesso em: 26 jan. 2006.

LIMA, M. R. S. e CHEIBUB, Z. **Elites Estratégicas e dilemas do desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Iuperj, 1994.

LIMA, Venício de. Comunicação, Política e Cidadania. **Revistas Fronteiras**, São Leopoldo, v. 3, n. 2, p.191-209, dez. 2001.

MALPASS, Leslie F. (Org). **O Comportamento Humano**: um programa para auto-aprendizagem. 2 ed. Rio de Janeiro: Renes, 1970.

MARX, Karl. **A Ideologia Alemã**. 8 ed. São Paulo: Hucitec, 1991.

_____. **O 18 Brumário de Luiz Bonaparte e Cartas a Gugelmann**. 7 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

_____; ENGELS, Friedrich. **O Manifesto Comunista**. 10 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

MATOS, Carlos Eduardo. Diretas já 20 anos depois. **Revista Nova Escola On-line**. n. 171. Abr. 2004. Disponível em: <http://novaescola.abril.com.br/index.htm?ed/171abr04/html/diretas> Acesso em: 20 mai. 2005.

MATOS, Heloiza. (Org). **Mídia, Eleições e Democracia**. São Paulo: Página Aberta, 1994.

MINAYO, Maria Cecília S. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 21 ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

MOISÉS, José Álvaro. Democratização e cultura de massas no Brasil. **Revista Lua Nova**. CEDEC. Campinas, n. 26, p. 06, 1992.

_____. **Os Brasileiros e a Democracia: Bases sócio-políticas da legitimidade democrática**. São Paulo: Ática, 1995.

MONTESQUIEU. Charles L.S. **Do Espírito das Leis**. 2. ed. vol 1. São Paulo: Martin Fontes, 1996.

MOREIRA, Elizabeth Huber. **A Mídia e o Exercício do Poder na Atualidade**. Série Conhecimentos. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **Quem somos**. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/historico/sumario.html>> Acesso em: 24 jan. 2006.

NETO, Antônio Fausto. Apresentação. In: GADINI, Sérgio Luiz. (Org.) **Eleições Midiáticas: retratos da disputa política municipal em Ponta Grossa**. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2004, p. 9-14.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **A Era Vargas – dos anos 20 a 1945**. Estudos Históricos da Fundação Getúlio Vargas. Disponível em:<

http://www.cpdoc.fgv.br/nav_historia/htm/anos20/ev_crisepol_1891.htm > Acesso em: 10 fev. 2006.

PEREIRA, L. C. Bresser. **20 Anos de Democracia**. Folha de São Paulo, São Paulo, 3 abr., 2005. Disponível em: < http://www.bresserpereira.org.br/ver_file.asp?id=1529 >. Acesso em: 24 mai .2005.

PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi. (Org). **História da Cidadania**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2003.

PINTO, Carlos Ignacio. **A Lei de Terras de 1850**. Disponível em: <<http://www.klepsidra.net/klepsidra5/lei1850.html>> Acesso em: 24 jan. 2006.

PISANI, E.; PEREIRA, S.; RIZZON, L. **Temas de Psicologia Social**. 2 ed. Petrópolis:Vozes, 1996.

PORTAL SUA PESQUISA. **Índios do Brasil** . Disponível em: < <http://www.suapesquisa.com/indios> > Acesso em: 16 mai. 2005.

PORTAL AOL. Política e Religião. Disponível em:< http://forum.aol.com.br/foro.php?id_top=2&id_cat=46&id_subcat=207&id_foro=5192> Acesso em: 13 out. 2005.

PRADO JUNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. 23 ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

PUTNAM, R. **Comunidade e Democracia: a experiência da Itália moderna**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1997.

RIBEIRO, Darcy. **O Povo Brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

RODRIGUES, Adriano Duarte. **Estratégias da Comunicação**. 2. ed. Lisboa: Presença, 1997.

ROUANET, Sérgio Paulo. **Mal-estar na modernidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

ROUSSEAU, Jean Jacques. **Do Contrato Social**. São Paulo: Nova Cultural, 1999.

_____. Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens. In: WEFFORT, Francisco C. (org.). **Os clássicos da Política**. nº 1. São Paulo: Ática, 2001.

RUBIM, Antônio C. Mídia e Política: Transmissão de Poder. In: MATOS, Heloiza (Org). **Mídia, Eleições e Democracia**. São Paulo: Página Aberta, 1994. p.31-52.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 10 ed. Rio de Janeiro: Record , 2003.

SCHMIDT, João Pedro. **Juventude e Política no Brasil**: a socialização política dos jovens na virada do milênio. Santa Cruz do Sul: Editora da UNISC, 2001.

SCHWARTZMAN, Simon. Atualidade de Raymundo Faoro. In: **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, vol. 46, nº 2, 2003, p.203-207. Disponível em: < <http://www.schwartzman.org> > Acesso em: 25 jan. 2005

SCHUMPETER, Joseph A. **Capitalismo, Socialismo e Democracia**. Ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 1984.

SILVA. Antônio Ozaí da. Política e Religião: entre o bem e o mal.

Revista Espaço Acadêmico. Universidade Estadual de Maringá. nº 52 Set/2005. Disponível em:< <http://www.espacoacademico.com.br/052/52pol.htm>> Acesso em: 09 out.2005

SILVA, José Afonso. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 10 ed. São Paulo: Malheiros, 1995.

SKINNER, Burrhus Frederic. **Ciência e Comportamento Humano**. 10 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

SORJ, Bernardo. **A nova sociedade brasileira**. 2 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

SENADO FEDERAL. **História do Senado:** do Império à República. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/comunica/historia/Rep07.htm>> . Acesso em: 10 fev.2006.

TOCQUEVILLE, Alexis de. **La Democracia en America.** 74 ed. Madrid: Ediciones Guadarrama, 1969.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **História das Eleições no Brasil.** Disponível em: <http://www.tse.gov.br/institucional/centro_memoria/historia_eleicoes_brasil/principal/historia.html> . Acesso em: 10 nov.2003.

VIANNA, Oliveira. **Instituições Políticas Brasileiras – Fundamentos Sociais do Estado:** direito público e cultura. 1v. São Paulo: José Olympio, 1949.

_____. **Instituições Políticas Brasileiras – Metodologia do Direito Público:** os problemas brasileiros da ciência política. 2v. São Paulo: José Olympio, 1949.

WOITOWICZ, Karina Janz. Disputas de Poder no Campo Midiático: jogos e estratégias da ação política. In: GADINI, Sérgio Luiz. (Org.). **Eleições Midiáticas:** retratos da disputa política municipal em Ponta Grossa. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2004, p. 19-36.